

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

DANTE HESSE BARTHOLOMEU

**ENTRE MORALIZADOS E CIVILIZADOS:
INDÍGENAS E PORTUGUESES NO BRASIL ATRAVÉS DA
OBRA DE WILHELM LUDWIG KARL VON ESCHWEGE (1810-1821)**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO
2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

DANTE HESSE BARTHOLOMEU

**ENTRE MORALIZADOS E CIVILIZADOS:
INDÍGENAS E PORTUGUESES NO BRASIL ATRAVÉS DA
OBRA DE WILHELM LUDWIG KARL VON ESCHWEGE (1810-1821)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação do Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho.

SÃO PAULO
2017

BANCA EXAMINADORA

*Aos meus Pais,
André e Ute.*

Deixo meu profundo agradecimento às instituições de fomento à pesquisa deste país, a saber, a *CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o *CNPq* (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelas bolsas concedidas durante esses dois anos de pesquisa. Também agradeço à *FAPESP*, que durante minha graduação me concedeu uma importante bolsa de Iniciação Científica, base deste projeto de pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de citar, primeiramente, minha gratidão a Deus, que sempre iluminará Seus filhos pela caminhada da vida.

À minha família, que sempre me apoiou em minhas atividades. Este trabalho não seria possível sem eles: André, Ute, Jan, Adriana, Gabriel, Filipe, Clara, Flávia, Fernanda, Vicente & Maria, Christoph, Heike, Regina, Jörg, Heidi, Reinhard, Eva e Isolde.

À Pontifícia Universidade Católica, universidade que possibilitou a execução deste trabalho. Assim como ao Programa de Estudos de Pós-Graduação (PEPG) em História. Também à FUNDASP, pelo apoio concedido.

Ao meu orientador, Amilcar Torrão Filho, que desde a gênese deste projeto de estudo e pesquisa, em 2013, me ajudou imensamente em relação ao desenvolvimento intelectual e acadêmico, como também no seu trabalho de orientação e sua amizade. Meu agradecimento pelos livros, como também pela discussão de ideias.

Às professoras que compõem a banca examinadora, Estefânia Knotz Canguçu Fraga e Karen Macknow Lisboa, que somaram a esta pesquisa não apenas em termos acadêmicos, a partir de seus estudos, mas também em termos de orientação. Seu trabalho também tornou possíveis muitas das problematizações feitas durante os anos de pesquisa.

Aos professores que compuseram a minha trajetória dentro da História nesta instituição, como também de minha vida: Carla Longhi Reis, Rago Antonio Filho, Ettore Quaranta, Alvaro Hashizume Allegrette, Olga Brites, Yvone Dias Avelino, Amailton Magno Azevedo, Denise Bernuzzi Sant Anna, Maria do Rosário da Cunha

Peixoto, Fernando Londoño, Luiz Antonio Dias, Lauro Ávila Pereira, Antonio Pedro Tota, entre outros.

Mais uma vez, à FAPESP, CAPES e CNPq, pelas bolsas concedidas durante meus anos dentro da Pontifícia Universidade Católica, tornando pesquisas acadêmicas possíveis.

Também deixo meu profundo agradecimento à família von Eschwege, que gentilmente respondeu o contato efetuado, em busca de mais informações sobre o viajante, indicando o Arquivo do Estado de Hessen, na cidade de Marburgo (*Hessisches Staatsarchiv Marburg* – HStAM), Alemanha. Para esse Arquivo também deixo meus sinceros agradecimentos, tanto pelas orientações como pelo trabalho que a equipe dessa instituição fez pela pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa procura entender como o viajante alemão Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, ou barão de Eschwege, compreende e representa a dicotomia entre o homem “civilizado” – os portugueses e sua respectiva administração no Brasil – e o indígena brasileiro – homem “selvagem”, que ele apresenta sob uma ótica rousseauniana –, na primeira metade do século XIX. Logo, por meio da Literatura de Viagem, o projeto busca estabelecer a seguinte questão: para Eschwege, entre os agentes acima apontados, quem se apresentaria como *civilizado* e quem, como *moralizado*, do ponto de vista filosófico, a partir do momento em que essas nações coexistem e se relacionam pelo território brasileiro, durante os anos de sua estadia no Brasil, entre 1810 e 1821. Quais são os aspectos sociopolíticos que dialogam entre si através de convergências e divergências para o viajante, quando colocadas essas nações em paralelo? Dessa maneira, numa tentativa de apresentar as sociedades indígenas e o corpo civil português mediante representações constituídas num universo específico e delimitado, através das narrativas e experiências descritas nas fontes de viagem, busca-se entender e problematizar as formas de convívio e as relações sociais entre esses agentes sob a ótica do sujeito estudado, Eschwege, cujos relatos abasteceram o imaginário europeu de notícias sobre o Novo Mundo.

Palavras-chave: Barão de Eschwege, Indígena brasileiro, Monarquia brasileira, Império

ABSTRACT

This research aims to understand how German traveler Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, the Baron of Eschwege, understands and represent the dichotomy between “civilized” man – the Portuguese and their administration in Brazil – and the native indigenous Brazilian – the “savage” man, which he represents under a rousseaunian perspective – in the first half of the 19th century. Thus, through travel literature, this project establishes the following questioning: to Eschwege, which of the aforementioned agents will stand as *civilized* and which one will stand as *moralized*, in a philosophical point of view, given the fact that these nations coexist and relate themselves in the whole of Brazil’s territory during the years of his stay; between 1810 and 1821. What are the social-political aspects that dialogue through convergences and divergences, when the traveler puts these nations in comparison? This way, in an attempt of showing the indigenous societies and the Portuguese corporation through representations shaped in a specific and delimited universe, there is an effort in understanding and problematizing, based on narratives and experiences described in the journey reports, the means of coexistence and social relations between these agents. This is achieved under the prism of the root source Eschwege, whose reports led to an influence of the European imaginary on the New World.

Keywords: Baron of Eschwege, Brazilian Indigenous, Brazilian Monarchy, Empire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – “A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO”	12
CAPÍTULO I – BARÃO DE ESCHWEGE E A LITERATURA DE VIAGEM: UMA CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA	45
1.1 A <i>ETNOGRAFIA</i> COMO PRINCÍPIO DESCRITIVO.....	61
1.2 O “EU” ATRAVÉS DO “OUTRO”: O ESTUDO DA <i>ALTERIDADE</i>	67
1.3 DA IMAGEM AO <i>PAPEL</i> : MOTIVOS E PRÁTICAS.....	69
1.4 GUILHERME LUÍS CARLOS DE ESCHWEGE, O <i>BARÃO DE ESCHWEGE</i> (1777-1855).....	76
1.4.1 “Tolerância”, protestantismo e o <i>humanismo</i> : uma hipótese para a formação pessoal de Eschwege.....	92
1.5 <i>AUFKLÄRUNG</i> , KANT E O ESPÍRITO DA “ILUSTRAÇÃO”.....	102
CAPÍTULO II – “LUZES” SOBRE AS RIQUEZAS COLONIAIS: LITERATURA DE VIAGEM E A “ILUSTRAÇÃO” BRASILEIRA NO SÉCULO XIX	120
2.1 A MENTALIDADE ILUSTRADA E A TENDÊNCIA À REFORMA.....	130
2.2 UM “ATAQUE” AO <i>IMPERIALISMO</i> : A FILOSOFIA “ILUSTRADA” NA LITERATURA DE VIAGEM.....	139
2.3 MODELO COLONIAL <i>MERCANTILISTA</i> VERSUS MODELO COLONIAL <i>INDUSTRIAL</i>	147
2.4 A “ <i>DIALÉTICA DA AMBIGUIDADE</i> ” E A CRÍTICA ESCHWEGUIANA.....	154
CAPÍTULO III – ROUSSEAU, O ROMANTISMO E O “HOMEM SELVAGEM”: A POSSIBILIDADE DE OUTRAS CULTURAS	161
3.1 <i>ALTERIDADE SUBALTERNA</i> ATRAVÉS DO RELATO DE VIAGEM.....	172
3.2 A <i>FILOSOFIA</i> DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	185
3.3 AS RAÍZES DO “MAL” E AS RAÍZES DO <i>ROMANTISMO</i>	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
FONTES E BIBLIOGRAFIA	221
ANEXOS	233

Um índio preservado em pleno corpo físico
Em todo sólido, todo gás e todo líquido
Em átomos, palavras, alma, cor
Em gesto, em cheiro, em sombra, em luz, em som magnífico
Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
Do objeto-sim resplandecente descera o índio
E as coisas que eu sei que ele dirá, fará
Não sei dizer assim de um modo explícito

[...]

E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
Surpreenderá a todos não por ser exótico
Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
Quando terá sido o óbvio.

Caetano Veloso - Um Índio

INTRODUÇÃO – “A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MUNDO”

Não são, esses homens, dignos de serem chamados felizes?
Wilhelm Karl von Eschwege¹

Numa terra radiosa vive um povo triste.
Paulo Prado²

I.

A tese central do polêmico ensaio *Retrato do Brasil*, publicado durante o movimento modernista do começo do século XX pelo intelectual brasileiro Paulo Prado, esboça um caráter essencial a respeito de um suposto traço nacional brasileiro: a tristeza. Para o autor, a avidez colonial, destituída de “consciências”, criara um caráter triste sobre os homens desta terra. “Na luta entre esses apetites”, diz Prado, “sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística, criava-se pelo decurso dos séculos uma raça triste”³. Se pensarmos no mosaico sócio-histórico que Prado considera “povo” brasileiro, durante o processo histórico citado, que irá nos acompanhar durante todo este trabalho, temos:

[...] cinco condições de gente [...]: os marítimos, os mercadores, os oficiais mecânicos, os salarizados, os proprietários rurais – uns, simples lavradores de mantimentos ou criadores de gados, e outros, ricos, senhores de engenho. A camada inferior da população era formada por escravos, indígenas, africanos ou seus descendentes.⁴

¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.214. Referência sobre os “Diversos Povos Selvagens do Brasil” (tradução nossa). “*Sind diese Menschen nicht glücklich zu nennen?*”

² PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.39.

³ Ibidem, p.97.

⁴ Ibidem, p.61.

A concepção de uma “raça triste”, portanto, constitui, por um lado, uma “camada superior”, com o europeu caracterizando “o desamor à terra, aquilo que nosso historiador [Capistrano de Abreu] chamou de transoceanismo: o desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutar no além-mar”, e, em oposição, uma “camada inferior”, composta por negros e índios, postos em qualidade de “vítima” pelo autor, devido a “uma lei mais severa, uma moral mais estrita e um poder mais forte”.⁵

Dominavam-no [o colonizador] dois sentimentos tirânicos: o sensualismo e a paixão do ouro. A história do Brasil é desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o espírito e o corpo de suas vítimas. Para o erotismo exagerado contribuíam como cúmplices [...] três fatores: o clima, a terra, a mulher indígena ou a escrava africana.⁶

Independentemente dos agentes sociais apresentados para a caracterização dessa sociedade colonial e seu funcionamento, podemos fazer algumas considerações interessantes. É possível encontrar nas descrições pessimistas dos viajantes europeus em relação à “civilização colonial” no Brasil e aos indígenas – estes historicamente vistos como sujeitos excluídos da vida “social civilizada” – um elogio à contribuição destes para a civilização luso-brasileira? Em outras palavras, é possível encontrar algo de positivo para a própria terra visitada nas descrições de viagem que apresentam o indígena? A perspectiva dos relatos estrangeiros, portanto, pode nos ajudar no sentido de uma contribuição historiográfica?

A interpretação de Prado coloca tanto o indígena como o negro em posição de “vítima”, representados pela “mulher” e pela “escrava”, associadas à ideia de usurpação, avidez. De qualquer forma, são vistos “sentimentos tirânicos” dominando

⁵ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p.62.

⁶ Ibidem, p.96.

a “vítima”. Enquanto Eschwege, o visitante europeu, questiona a própria civilização, fazendo um elogio à *outra* cultura, indicando a felicidade, e não a tristeza, contrariando Prado. Isso porque, na concepção de Prado, a colonização foi “dominante” sobre esse grupo social.

Podemos somar o presente trabalho ao “crescente número de estudos que estão revirando os arquivos e sacudindo a historiografia para reformular o lugar das populações indígenas na história do país”⁷. Um exemplo do aumento desses estudos no campo da historiografia é a coleção “*Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros*”⁸, de 1980, com dezenas de trabalhos científicos sobre a presença cultural “alemã” no Brasil, em que apenas um trata diretamente da relação entre as perspectivas germânicas e o índio, de autoria de Egon Schaden, “*Contribuição alemã à etnologia brasileira*”. O autor apresenta alguns nomes que visitaram o Brasil desde o seu descobrimento, com uma argumentação centrada na importância de alemães no processo de registro da cultura indígena brasileira. Porém, no longo intervalo entre a vinda de Hans Staden (XVI) e o século XIX, são oferecidas informações apenas sobre outros dois alemães: Karl Friedrich Philipp von Martius (1817-1820) e Karl von den Steinen (1884, 1887-1888).

Como Eschwege pode contribuir para esses estudos? O estudo de Schaden apresenta superficialmente a compreensão de Martius sobre o nativo brasileiro, ressaltando a importância do trabalho realizado mediante a “classificação de tribos e de idiomas e a sistematização dos conhecimentos etnográficos disponíveis”, considerando seu trabalho como uma contribuição “essencial” para a etnografia brasileira.

⁷ MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Metamorfoses indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.16.

⁸ KOCH, Walter (Coord.). **Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. n. III. Porto Alegre, URGs, 14-18 out. 1980, p.7.

Para o cientista bávaro, a infinidade de tribos indígenas espalhadas pelo Brasil e pela América em geral não era constituída de grupos ainda originariamente primitivos ou, como diz em outro trabalho, de “homens diretamente emanados da mão do Criador”, “senão o resíduo de *uma muito antiga, posto que perdida na história*”. Assim, o mosaico étnico se lhe afigura como conjunto de *disjecta membra* de povos outrora civilizados, que, decaídos, se desintegraram e se dispersaram.⁹

Assim, este trabalho busca “localizar” o indígena num determinado ponto histórico, a partir de uma fonte produzida por um olhar “germânico” específico, que aparentemente ainda não foi problematizado de forma devida.

Curiosamente, Eschwege publica em uma de suas obras, em 1830, *Brasilien die Neue Welt* (“Brasil O Novo Mundo”), relatos sobre os indígenas do Brasil. Vale ressaltar que essa não é a única obra desse alemão a contar com essa importante temática social brasileira, principalmente durante o próprio contexto colonial. No capítulo final, dedicado aos “Povos Nativos do Brasil”, o autor expõe uma mentalidade oposta àquela de Prado, apresentada no princípio desta Introdução. O alemão prossegue: “É de direito/correto que se faça, querer introduzir a eles a nossa civilização?”¹⁰

Notamos que há um embate central entre o processo de civilização e o papel do homem como agente; e isso não por acaso, como veremos neste trabalho. Porém, no nosso caso específico, o sujeito histórico analisado é portador de uma visão social bastante particular, baseada numa etnografia ilustrada específica. Esse viajante apresenta de um modo distinto tal “organização social”, tal “raça humana”. Como podem ser pensadas as camadas “inferiores” e “superiores” descritas por Paulo Prado, em contraste com essas outras representações? Poderemos perceber

⁹ SCHADEN, E. Contribuição alemã à Etnologia brasileira. In: KOCH, Walter (Coord.). **Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. n. III. Porto Alegre, URGs, 14-18 out. 1980, p.109 (grifo meu).

¹⁰ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.215 (tradução nossa). “*Ist es recht gethan, daß man ihnen unsere Zivilisation aufbringen will?*”

que “as sociedades indígenas foram estilhaçadas, pelo avanço do processo colonial”, como descreve Monteiro¹¹? Se sim, como isso é apresentado? Qual seria a intenção de um geólogo ao escrever, em viagem numa terra desconhecida, essa “defesa” do “selvagem” perante a civilização lusitana? Assim, possivelmente compreenderemos qual é o significado de civilização e de cultura para esse homem, em termos de conhecimento historiográfico, se somando assim este trabalho aos estudos históricos.

Em suma, queremos saber de que forma esse estrangeiro representa os agentes sociais de nossa nação, como brasileiros, portugueses e indígenas “marginalizados”. Além disso, como podemos pensar esse registro como fonte histórica e, assim, problematizá-la? A respeito do “recorte temático” definido, restrito aos nativos brasileiros e à civilização portuguesa, cabe notar que a opção por não problematizar também a figura do negro brasileiro se deu por falta de espaço e tempo para uma proposta de pesquisa como essa. Embora seja significativa a presença do escravo africano nos relatos de Eschwege, há uma necessidade aqui de “fazer escolhas” e, conseqüentemente, foi preciso deixar de lado esse outro universo, que, aliás, poderia gerar novas pesquisas bastante expressivas.

Devemos levar em consideração, principalmente pensando a história do Brasil, que há uma crítica recorrente entre os visitantes que descrevem a colônia, principalmente a portuguesa. Como vemos no trabalho de Seco, que é indiretamente citado através de Torrão Filho,

[...], por exemplo, [se] aponta o desinteresse pela leitura e pela educação ao longo do século XIX, presente na maior parte dos viajantes e sua bibliografia. Ela pode inferir que estas imagens podiam estar corretas apontando que nossa cultura colonial

¹¹ MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Metamorfoses indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.16.

nunca favoreceu o florescimento do gosto ou mesmo pela prática da leitura. (SECO, 2004) A imagem negativa da administração portuguesa no Brasil serve de base as descrições dos viajantes e para a aceitação como descrições fiéis de uma suposta “realidade”. [...] Os viajantes servem de fonte, assim, para uma explicação das mazelas do Brasil contemporâneo, a partir das principais sugestões de reformas sugeridas por esses “curiosos impertinentes”: das relações sociais, baseadas num despotismo oriental que impedia o acesso das mulheres à esfera pública e social; das relações comerciais, ainda fechadas até a chegada da família real em 1808; da escravidão, que pervertia a ética do trabalho e os costumes; da educação, que impedia o acesso às tecnologias e às normas polidas de civilidade.¹²

Vemos, pelas citações destacadas – de Seco e de Torrão Filho –, que é no movimento de “reforma” que se sustenta a grande maioria das descrições, e em nosso caso não será diferente, como perceberemos no segundo capítulo deste trabalho.

O sentido de *cultura* e, por que não, o de “desculturar-se” estão associados à identidade e também precisam ser pensados. Manuela Carneiro da Cunha já apontou a importância desse esclarecimento. Entendemos aqui esse conceito no sentido da desapropriação da cultura “original” por fatores externos. Podemos notar aí, além de ser um evidente conflito cultural, também um conflito “representativo”, uma vez que temos sempre formas diferentes de perceber a *outra* existência.

No século XVI, os índios eram ou *bons selvagens*, para o uso da filosofia europeia, ou abomináveis antropófagos para o uso da colônia. No século XIX, eram, quando extintos, os símbolos nobres do Brasil independente e, quando de carne e osso, os ferozes obstáculos à penetração que convinha precisamente extinguir. Hoje, eles são os puros paladinos da natureza seja os inimigos internos, instrumento da cobiça internacional sobre a Amazônia.¹³

¹² TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.67.

¹³ CUNHA, M. O futuro da gestão indígena. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 20, jan./apr. 1994, p.123.

Também vale ressaltar que esse “contato natural”, essa relação dialética, não se dá só em nível cultural, mas também no que diz respeito aos indicadores demográficos. O contato de índios com o “mundo civilizado” tem reduzido sua população de forma drástica, como entre 1492 e 1650, através de guerras, avanço econômico e doenças.¹⁴ A postura do Estado colonial também não favoreceu nenhuma “outra” presença.

Outra autoridade na temática indígena, Perrone-Moisés considera “contraditória, oscilante, hipócrita” a legislação política da Coroa portuguesa no que se refere aos povos indígenas do Brasil colonial.

Desde o trabalho pioneiro de João Francisco Lisboa (1852), as análises da situação legal dos índios durante os três séculos de colonização reafirmaram o caráter ineficaz ou fisicamente negativo das leis.¹⁵

Conforme afirmado pela autora, “a questão [legislativa] ainda é um campo a ser explorado”¹⁶, tendo em vista a importância que a Coroa dava à “resolução” desse problema colonial. Não que esse realmente seja nosso objeto de pesquisa, mas, como será percebido durante o trabalho, a questão jurídica Estado-índio aparece nos relatos de viagem de nosso real foco.

Outra questão que aparece no texto de Perrone-Moisés é a existência de um conflito histórico pelo “controle” desse grupo social, tanto pelo poder cristão, representado pelos jesuítas, como pelos colonos em si, que respondiam por uma responsabilidade econômica ante a metrópole, Portugal. Mas, acima de tudo, uma

¹⁴ CUNHA, M. O futuro da gestão indígena. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 20, jan./apr. 1994, p.124.

¹⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992, p.115.

¹⁶ Ibidem, p.115.

constante resistência; e isso não é nenhuma novidade, como mostra o breve comentário de Neumann:

Os debates historiográficos mais recentes, amparados pelos subsídios provenientes da pesquisa em arquivos, têm enfatizado o papel desempenhado pelos indígenas enquanto agentes sociais, privilegiando as atitudes e respostas manifestas frente às situações de conflitos, além do papel das lideranças e sua atenção como mediadores culturais. Afinal, o mundo indígena não foi um receptor passivo das políticas e iniciativas que emanavam da colonização, muito pelo contrário, foi capaz de elaborar respostas e gerar ações próprias.¹⁷

Portanto, levando em consideração o crescente número de estudos científicos sobre a temática indígena no Brasil, Perrone-Moisés abre um caminho que, de certa forma, pretendemos seguir:

É preciso que se prossiga o esforço, já iniciado, de, mediante análises pontuais, aprofundar o conhecimento de situações históricas definidas, em que um conjunto de ideias específicas molda atuações políticas a favor de determinados interesses principalmente econômicos.¹⁸

Será interessante entender como os índios são apresentados pelos viajantes, principalmente os de cultura alemã, tendo em vista que “um conjunto de ideias específicas molda atuações políticas a favor de determinados interesses”, a partir de suas “situações históricas definidas”. Cabe a nós entender essas “situações” para melhor compreender como se dá a relação entre o mundo civilizado e o indígena.

¹⁷ NEUMANN, E. Apresentação. **Anos 90**. Dossiê História Indígena na América. Porto Alegre, v. 18, n. 34, p.11-18, dez. 2011, p.11-12.

¹⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992, p.116.

Karen Macknow Lisboa – autora fundamental em nossa bibliografia sobre viajantes alemães, pois dá importantes informações sobre o que já se estudou sobre o índio, visto pelo olhar alemão – trata em sua pesquisa de viajantes que são contemporâneos do sujeito estudado nesta pesquisa, a saber, Spix e Martius.

Semelhante a Humboldt, [Spix e Martius] descreveram os hábitos e o cotidiano dos índios, apontaram as diferenças entre tribos e enfatizaram o estudo de suas línguas, a procura de possíveis ligações entre elas. Os próprios autores expõem que, diante da ausência do que consideravam “tradições, história ou documentos históricos”, restava ao “investigador observar esses homens da natureza quanto ao seu físico, seus costumes e, sobretudo, a sua língua, para depois decifrar pelo lado físico e psíquico, qual a posição da sua raça entre as demais e qual a sua cultura geral (*gesammte Bildung*). [...] No entanto, referindo-se a Martius, Herbert Baldus diz ter sido ele um “ótimo sistematizador e um péssimo psicólogo”, pois perde-se nas “generalizações mais absurdas” quando trata da mentalidade dos índios. Essa carência de sensibilidade para enxergar o índio (e também o negro) manifesta justamente o etnocentrismo europeu no início do século XIX, uma vez que o critério básico para a investigação é o da perfectibilidade moral e o da consequente capacidade de “civilizar-se”, permeado pela dúvida quanto à humanidade ou não dos indígenas.¹⁹

Temos no trecho citado uma série de pontos importantes a serem discutidos e esclarecidos. A partir dessa fala é possível pensar as seguintes razões ou justificativas para esta pesquisa:

- a) Essa “carência de sensibilidade” fundada num etnocentrismo europeu, tendo como resultado a dúvida quanto à humanidade dos indígenas, é válida ao se estudar a obra de Eschwege?
- b) É possível notar algum tipo de “perfectibilidade moral”, típica do pensamento “ilustrado”, em relação ao índio nas fontes aqui estudadas?

¹⁹ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.147.

c) Em que pontos as “visões” apresentadas por outros viajantes alemães convergem e divergem das representações do barão de Eschwege tendo em vista a temática indígena?

Durante toda a pesquisa, a partir de uma “análise pontual”, buscaremos compreender melhor sobre o Brasil Colônia, seus agentes sociais e, principalmente, como o índio é representado em relação ao mundo “civilizado”.

Para pensarmos essas “camadas inferiores”, a pesquisa de Sposito abre um interessante panorama para problematizações no que se refere à temática indígena mediante a pesquisa histórica. Seu trabalho discute, entre outras coisas, o tratamento dispensado aos indígenas pelo Estado brasileiro, no começo do século XIX, na província de São Paulo. O primeiro ponto importante consiste na ideia de que:

No entanto, essa categorização de “colonizadores” e “colonizados” não é algo prudente de se fazer, já que a formação das elites coloniais é fruto de um processo dialético, no qual o sucesso da empresa foi capaz de gerar, ao longo dos séculos, a solidificação de interesses locais na colônia. Esses interesses começaram a se sobrepôr aos interesses do reino e foram expressos tanto na busca de autonomia política, como no desejo do controle de certos monopólios econômicos por grupos sociais.²⁰

Em outras palavras, a categorização mencionada anteriormente entre “camadas inferiores” e “camadas superiores”, retomando o “quadro histórico de Prado”, não é algo a ser defendido, e sim estudado, visto a partir de um processo dialético. Não estaríamos aqui reforçando a ideia de dominação de um grupo sobre o outro, mas problematizando “como” ela se deu.

²⁰ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012, p.28.

Sposito procurou contribuir para o entendimento da suposta integração “civil” do indígena brasileiro, analisando de que forma esse Estado teria se relacionado com essa população nacional no século XIX. Haveria alguma possibilidade de “civilização” e integração daqueles grupos sociais? Ou, em outras palavras, poderia o indígena brasileiro ter algum papel “atuante” na formação daquele Estado? Segundo a autora,

[...] na configuração do pacto político que estava sendo travado, havia aqueles que não estavam na esfera social e aqueles que estando, ainda não tinham as condições adequadas para serem cidadãos plenos, os chamados cidadãos ativos. Hipoteticamente todos poderiam ser incluídos ao longo do tempo: escravos poderiam tornar-se libertos, os *indígenas* “civilizar-se” e os estrangeiros naturalizarem-se. No entanto, nenhum dos três processos era simples e sequer incentivados, principalmente nos primeiros tempos da afirmação da independência nacional.²¹

Há a presença de um “civilizar-se”, o que também significa um abandono cultural, uma integração “forçada”²² de determinado indivíduo ou grupo social a uma estrutura que não respeita suas próprias origens. Aqui podemos perceber que há um “estilhaço”, daqueles mencionados por John Monteiro²³, em sentido cultural. Assim, através da autora, citamos um deputado da época chamado Montezuma, em discurso parlamentar:

Os índios porém estão fora do grêmio de nossa sociedade, não são súbditos do império, não o reconhecem, nem por consequência suas autoridades desde a primeira até a última, vivem em guerra aberta conosco: não podem de fôrma alguma ter direitos, por que não têm, nem reconhecem deveres

²¹ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012, p.32.

²² Como o indígena Terena (*in memoriam*) informou ao *Jornal do Brasil* em 2000, “Arrancaram nossos frutos/ Cortaram nossos galhos/ Queimaram nossos troncos/ Mas não puderam matar nossas *raízes*”. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.3 (grifo nosso).

²³ MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, op. cit., 2013.

ainda, os mais simples (fallo dos não domesticados), logo: como considerá-los cidadãos brasileiros?²⁴

Observamos de forma clara, a partir da exposição de Sposito, a existência de uma segregação social e política no sistema político que chamamos de “colonização” – também a presença de um “domesticado”, que seria a consequência de catequizar-se e “civilizar-se” ou, como nos informa Perrone-Moisés, do “descimento”²⁵. Na sequência, Sposito ainda explica a posição “moderna” do deputado brasileiro Montezuma, na sessão de 23 de maio de 1823²⁶, em direção à “pactuação política do modelo constitucional moderno”²⁷, que previa a reintegração do indígena na sociedade “civil”²⁸, abandonando, como dito, sua origem cultural anterior, como suas tradições, seus rituais e, acima de tudo, sua língua. Também vemos uma visão de “domesticação” possível para o índio, produzida por essa sociedade, que o enxerga mais como um “animal” do que como ser humano ou um povo que possui uma cultura própria.

A política colonial referente às nações indígenas via o conflito com tais grupos como “guerra justa”, sendo, portanto, justificada dessa forma. Isso nos interessa, pois buscamos compreender, a partir do ponto de vista do “outro”, um estrangeiro que estava em território brasileiro a serviço Real, a tal “avidez” proposta por inúmeros historiadores brasileiros, não só Paulo Prado. E buscamos ainda observar se há uma visão “limitada” acerca do índio, como apresentamos através de

²⁴ MONTEZUMA, 1823, p.211-212. Apud: SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012, p.34.

²⁵ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992, p.118.

²⁶ Fala do deputado Montezuma na sessão 23 de setembro de 1823. APB, Assembleia Constituinte, 1823, T. 5ª. Rio de Janeiro, 1880, p.211-2. Apud: SPOSITO, op. cit., p.34.

²⁷ Ibidem, p.34.

²⁸ A autora também nos informa que a escravização dos índios voltou a ser permitida a partir da vinda da família real para o Brasil, entre os anos de 1808 e 1809. Ibidem, p.35.

Lisboa, pondo em dúvida seu caráter humano ou seu pertencimento ao que se consideraria “humanidade” na época.

Tal “avidez”, somada à “passividade” de suas “vítimas”, na leitura de Prado, deu ao processo colonizador uma força que produziria, em relação direta, tristeza entre os habitantes desta terra, aqueles indígenas “excluídos” do processo “civilizador” e histórico que se deu no Brasil. Entre “vítimas” e “desamorosos”, a tristeza prevaleceria de qualquer forma. Fundamental notar nessa leitura a associação entre o europeu e o “desamor à terra”, e entre a condição de “vítima” e as “camadas inferiores”, um ponto característico da interpretação de modelos coloniais. Há aqui, na visão de Prado, a “construção de um mundo”.²⁹

O autor citado, evidentemente, não foi o primeiro nem o último a tecer críticas ao passado colonial luso-brasileiro e às relações entre agentes sociais historicamente³⁰ constituídos. Nossa preocupação nesta pesquisa, porém, é buscar compreender melhor esse passado histórico do Brasil no embate exposto por Prado: que colonização foi essa, feita pelos luso-brasileiros no Brasil, vista e entendida pelo viajante alemão *barão de Eschwege*³¹?

Apresentaremos a seguir o sujeito estudado, um estrangeiro bastante específico, participante ativo da história brasileira como geólogo e especialista em mineração. Veio ao Brasil no ano de 1810, a serviço da Coroa Portuguesa, e aqui permaneceu até 1821, quando finalmente retornou à Europa. A pesquisa se apoia

²⁹ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

³⁰ Refiro-me a exemplos como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.

³¹ Algumas referências básicas sobre a figura do barão de Eschwege na história brasileira: LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997, p.30, 33. SIMONE, Eliana de Sá Porto de. Viagem ao Novo Mundo – O Brasil visto pelo Príncipe Maximilian Wied zu Neuwied. In: SCHELSKY, D.; ZOLLER, R. (Ed.). **Brasilien**: die Unordnung des Fortschritts. Frankfurt Am Main: Lateinamerika Studien, 1994, p.33. BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstag des maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977, p.306-307.

na produção documental disponível de Guilherme Luís Carlos de Eschwege, ou barão de Eschwege (1777-1855). A intenção é entender como se operava a colonização e quais eram seus agentes sociais na visão desse viajante, mediante uma problematização estruturada na *Literatura de Viagem*³².

Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, também conhecido historicamente como “Barão de Eschwege”, nasceu no ano de 1777 num pequeno vilarejo chamado Aue, situado no então “Sacro Império Romano Germânico”, atual Alemanha. Efetuou estudos superiores em diversas áreas universitárias, nas universidades de Göttingen e Marburgo, com finalidades “práticas”, como engenharia, geologia, matemática, astronomia e física. Esses pontos serão tocados novamente mais à frente. Porém, através de Sommer, podemos apresentar alguns dados biográficos interessantes:

Seria preferível dedicar-se a estudos, que lhe abrissem a atividades práticas. Estas esperava alcançar pelo estudo das ciências então chamadas “cameralísticas”. Passou por isso a ouvir as lições do professor Blumenbach sobre ciências naturais, e de Lichtenberg sobre física; instruiu-se em arquitetura nas aulas do professor Mueller, aprendeu tecnologia com Beckmann, e familiarizou-se ainda com as ciências políticas, a economia florestal e a comercial.³³

Já podemos observar as influências que receberia o jovem Eschwege, e as leituras efetuadas naquele momento. A partir de 1803 as portas se abririam para o jovem Eschwege, então contratado pelo governo Português para a supervisão e o aperfeiçoamento da Mina de Foz d’ Alge, Portugal, juntamente com José Bonifácio e Varnhagen, figuras que conheceremos mais adiante. Depois de sete anos

³² Veremos uma série de autores que tratam desse tema em diversos aspectos, porém vale ressaltar a seguinte justificativa: “*Os relatos de Viajantes Estrangeiros têm sido utilizados como documentação em trabalhos de História, Sociologia, Economia e Antropologia. Até 1970, contudo, tinham sido aceitos sem maiores análises críticas ou fora de uma perspectiva histórica. Embora sejam fontes promissoras de dados qualitativos (principalmente) para a História Social, a documentação que fornecem precisa passar por um crivo analítico, que torne válida a sua contribuição.*” LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem** (1803-1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.9.

³³ SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p.17.

trabalhando em Portugal, em consequência do deslocamento da família Real para o Brasil, Eschwege aportou finalmente no país em 1810. Aqui prestou 11 anos de serviço, até o ano de 1821, quando finalmente retornou à sua pátria Europa. Após esse período, ainda empreendeu uma série de andanças por esse continente, além das constantes idas e vindas entre Portugal e Alemanha. O barão morreu no ano de 1855, em Wolfsanger, um distrito de Cassel. Durante o primeiro capítulo faremos um exame mais aprofundado da vida de Eschwege.

A área de estudo ligada à “Literatura de Viagem” se caracteriza pela análise de cunho historiográfico de documentos como relatos e/ou descrições de viagens produzidos em circunstâncias restritas: num deslocamento espacial e temporal em condições específicas de “concretização” – ou seja, com motivos e sentidos próprios daquele “movimento” chamado “viagem”. Entendemos que

Observar é um complemento necessário da viagem e sua escrita, e estas três atividades são as do conhecimento: viajar e observar para conhecer outras realidades, escrever para transmitir o conhecido.³⁴

Complementando:

[...] a viagem tem sido [...] mais que uma fonte de conhecimento e informação, um método de investigação do mundo. E formadora de grande parte das ideias filosóficas, sobretudo no período da Ilustração, quando os viajantes “estavam a caminho de destruir, muitas vezes sem saber, o edifício do antigo regime”. Mais do que “influenciados” pelos filósofos da Ilustração, os viajantes lhes davam instrumentos para a formação de suas teorias, estando na base da formulação do conceito do bom selvagem ou da influência do clima nos costumes [...]. O viajante “não era simplesmente uma fonte de informações, mas também de desenvolvimentos

³⁴ DEPETRIS, Carolina. **La escritura de los viajes**: Del diario cartográfico a la literatura. Viajeros, Serie Sextante, n. 1. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades Y Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007, p.7 (tradução nossa).

analíticos”, partindo da Europa geralmente “conscientes da existência de debates nos quais eles podiam contribuir”.³⁵

Assim, tendo como foco um período histórico que corresponde à transição do Brasil do período colonial para o Reino Unido português, abrangendo inclusive o fenômeno conhecido como “abertura dos portos às nações amigas”, que na prática significava a possibilidade de “exploração”³⁶ da “*terra incognita*”³⁷ brasileira aos estrangeiros, busca-se investigar como os “dois polos” – ou camadas “inferiores” e “superiores” de Prado – presentes na colonização são entendidos e registrados por um estrangeiro específico. Será possível integrar esta pesquisa aos estudos de “relocalização do indígena na historiografia brasileira” de que fala Monteiro³⁸? De qualquer forma, será interessante para os pesquisadores historiográficos preocupados com a temática indígena no Brasil no século XIX conhecer as representações feitas pelo alemão em suas publicações e documentos, disponíveis ao longo desta pesquisa.

³⁵ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.23.

³⁶ Em qual sentido está sendo exposto o conceito de “exploração”? Aqui queremos pensar em sentidos “científicos” e “naturalistas” típicos do final do século XVIII e começo do século XIX. “[...] ‘*naturalistas*’ ou ‘*historiadores da natureza*’, e sua prática investigadora almeja revelar o saber ‘universal’, de um prisma, evidentemente, europeu.” LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.68. Em outras palavras, no período histórico em que Eschwege escrevia os “conhecimentos científicos” haviam avançado imensamente, ao passo que as fronteiras do Brasil mantinham fechadas para esse “universo científico europeu”.

³⁷ Termo que o barão de Eschwege, em um de seus livros publicados na segunda década do século XIX sobre o Brasil, utiliza para definir, em termos de “pesquisas naturalísticas”, “o grande Império brasileiro”. ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.1 (tradução nossa). “*Noch bis auf den heutigen Tag kann man Brasilien, dieses große Reich, im Sinne der Naturforscher als eine terra incognita betrachten, denn die wenigen Naturforscher, die hierher kamen, waren in solchen Verhältnissen, daß sie sich nicht weiter, als einige Meilen von der Seeküste entfernen können.*” Tradução nossa: “*Ainda nos dias de hoje pode-se considerar que o Brasil, esse grande império, como uma terra incógnita no sentido da ‘pesquisa naturalística’.* Pois os poucos pesquisadores naturalistas que aqui vieram estiveram em condições que não os permitiram afastar mais do que algumas milhas da costa.”

³⁸ MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Ademais, é necessário ressaltar que tal proposta faz ainda mais sentido quando inserimos nosso objeto de pesquisa num horizonte “comparativo”, pois foram registradas também outras visões ou descrições “daquele” Brasil do início do século. Faremos uma leitura sobre essa relação dialética, através de Eschwege, especificamente, sempre mantendo diálogo com outras questões que fazem o registro ter seu valor documental. Vale lembrar que as “guerras justas” do início do século XIX voltaram a ser uma recorrente realidade entre o Estado e os povos indígenas no Brasil.³⁹

II.

As fontes utilizadas neste trabalho estão circunscritas a duas séries documentais⁴⁰. A primeira corresponde aos três livros ou publicações mais expressivas relacionadas ao Brasil, entre elas *Journal von Brasilien* (“Jornal do Brasil”, 1818)⁴¹. Essa obra, com o subtítulo “*Jornal do Brasil, ou diversas notícias do Brasil, recolhidas numa viagem científica*”, tem um caráter informativo e um perceptível “senso de urgência” no que se refere à divulgação dessas informações científicas. Escrita e publicada enquanto Eschwege ainda residia no Brasil, foi um fundamental meio para obter informações “gerais” sobre o Brasil na Europa – como se verifica na introdução do livro, escrita pelo editor, reconhecendo o trabalho não só de Eschwege como também de outros teutônicos que divulgaram notícias de

³⁹ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012, p.61.

⁴⁰ As duas séries são: as publicações feitas pelo viajante, tendo em vista o Brasil, entre os anos de 1818 e 1833, e os documentos digitalizados a partir de seu acervo pessoal. Foi pesquisado durante o mês de julho de 2015, na Alemanha, no Arquivo do Estado de Hessen (*Hessisches Staatsarchiv Marburg*), situado na cidade de Marburgo, Hessen, o arquivo pessoal (*Nachlass*) do geólogo e minerador em questão.

⁴¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818.

viagens científicas. Há na pesquisa um enfoque, devido à quantidade de capítulos dedicados às notícias indígenas, 13 de 17, a informações sobre a experiência com os povos “selvagens”, apresentando descrições acerca de algumas nações indígenas do Brasil (“Coroatos”, “Coropos”, “Coroatos no Xipotó”, “Puris”, “Patachos”, “Maconis”, “Penhames”, “Menhans” e “Botecudos”, por exemplo).

Sobre a segunda publicação, *Brasilien die Neue Welt* (“Brasil o Novo Mundo”, 1830)⁴², podemos classificar esse documento como um típico relato de viagem na formatação de *diário*. Ao produzir um documento sobre o que observou durante sua viagem, o viajante necessariamente segue alguns padrões de estrutura, como nos informa Carolina Depetris. É fundamental notar como é construída a narração nesse tipo específico de descrição, a “paisagem”, as “marcas temporais” e “espaciais” que dão à narrativa um leque de problematizações, entre elas: qual função e credibilidade recebe um “diário”? Por que ele é organizado de uma forma especial? E, essencialmente, quais são os elementos dessa narrativa feita *em primeira pessoa*? Importante perceber que tal fonte é produzida por um sujeito “imparcial”, compromissado com informações “científicas”.

Este primeiro objetivo define o esquema geral do que se confere um diário: registra os cursos, distâncias, e os acidentes topográficos que o terreno apresenta, apresentando especial cuidado em reconhecer a qualidade da terra e dos pastos, e da existência de rios e madeiras, todas as condições necessárias para estabelecer rotas de comércio e fortes ou povoamentos. Segundo, as expedições estão em cargo de “sujeitos imparciais”, que examinam aqueles terrenos, e são “inteligentes nas entradas dos portos, fixações e outras circunstâncias”. Terceiro, estes viajantes oferecem “notícias e informes” de suas observações através de diários e mapas, onde “dão conhecimento” do terreno e “ditam” sobre o comissário.⁴³

⁴² ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830.

⁴³ DEPETRIS, Carolina. **La escritura de los viajes**: Del diario cartográfico a la literatura. Viajeros, Serie Sextante, n. 1. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades Y Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007, p.13 (tradução nossa). “Este primer objetivo define el esquema

E o terceiro livro da nossa primeira “série documental”, *Pluto Brasiliensis* (“Riqueza Brasileira”, 1833)⁴⁴, possivelmente a obra mais significativa do barão de Eschwege, em virtude de sua densidade, extensão e também seu uso em outros trabalhos de cunho historiográfico, trata basicamente das riquezas naturais brasileiras e sua história.⁴⁵ A partir dessa obra, o autor Günther Augustin reconhece uma postura de “historiador” em Eschwege.

[Pluto Brasiliensis] É de maior interesse para os geólogos, mineralogistas e especialistas em mineração, como fonte de conhecimento sobre a terra brasileira e sua história. É também uma obra mais política do que as outras por expor uma visão da exploração dos minerais do país, sem poupar críticas aos métodos e procedimentos, tanto técnicos quanto administrativos em termos de políticas governamentais e de culturas empresariais. Cabe aqui apenas abordar alguns aspectos exemplares do ponto de vista da discursividade do posicionamento de Eschwege quanto a questões como a escravidão, a industrialização e a revolução, o que mostra seu racionalismo como uma mistura de razão crítica e instrumental, de modernização e colonização.⁴⁶

Essa citação não só apresenta a visão de Augustin sobre a obra *Pluto Brasiliensis*, com a qual concordamos, mas também abre espaço para diferenciarmos esta pesquisa da feita por esse autor. Augustin é um dos poucos autores que trabalham a figura do barão de Eschwege no Brasil. Porém, se preocupa em sua obra em apresentar “aspectos exemplares do ponto de vista da

general de lo que se consigna un diario: registra los rumbos, distancias, y los accidentes topográficos que el terreno presenta, poniendo especial cuidado en reconocer la calidad de la tierra y los pastos, y la existencia de aguadas y leña, todas condiciones necesarias para establecer rutas de comercio y fortines o poblaciones. Segundo, las expediciones están a cargo de ‘sujetos imparciales’, que examinan aquellos terrenos, y son ‘inteligentes en las entradas de los puertos, fondeaderos y demás circunstancias’. Tercero, estos viajeros ofrecen ‘noticia e informe’ de sus observaciones a través de diarios y mapas, donde ‘dan conocimiento’ del terreno y ‘dictaminan’ acerca de lo comisionado.”

⁴⁴ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Vol. 8, XVIII. Berlim: G. Reimer, 1833.

⁴⁵ Vemos essa obra de Eschwege sendo recorrentemente utilizada como fonte para a história da exploração de minérios, e também ouro, nas capitâncias de São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, no trabalho de: FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1799-1822)**. Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.18.

⁴⁶ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.103.

discursividade do posicionamento de Eschwege” em relação a diversas questões apresentadas por esse viajante em suas obras. Já na presente pesquisa trabalhamos com um leque maior de fontes documentais, como as recolhidas no Arquivo de Marburgo, na Alemanha, relacionadas a seguir, buscando o cruzamento das fontes e da mentalidade apresentada, tomando como base os principais autores que discutem o tema da literatura de viagem no Brasil no século XIX.

Além disso, como será visto a partir do segundo capítulo, examinaremos de maneira mais aprofundada o “contexto histórico” brasileiro em que Eschwege se insere, abordando visões de outros autores importantes que escreveram sobre a História do Brasil e, assim, criando uma discussão historiográfica. Entretanto, vale ressaltar que o trabalho de Augustin muito contribuiu para a realização desta pesquisa. Voltando ao *Pluto*, nessa obra temos um posicionamento “historiográfico” de Eschwege que pode revelar sua forma de entender o processo colonial, ou seja, torna-se de eminente valia para nós.

Para as três publicações possuímos traduções para o português; algumas mais recentes⁴⁷, como é o caso do “Jornal” (2002) e de “Brasil o Novo Mundo” (1996, 2001), enquanto a do vasto “Pluto” remonta ao final da década de 70, feita pela editora da Universidade de São Paulo. Apesar de serem cotejadas essas traduções, e em alguns momentos até utilizadas, procuramos, em grande parte do trabalho, utilizar as fontes originais, disponíveis em domínio público virtual.

A outra série documental que compõe esta pesquisa corresponde aos arquivos digitalizados na cidade de Marburgo, Alemanha. Como a estadia na cidade foi relativamente curta, a prioridade recaiu sobre a leitura e digitalização de

⁴⁷ AUGUSTIN, Günther. Literatura de Viagem de Wilhelm Ludwig von Eschwege. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, UFMG, v. 9/10, 2003/2004, p.314.

documentos escritos em português⁴⁸, embora a maior parte esteja em língua alemã – inacessível, porém, a um pesquisador sem conhecimento de paleografia do início do século XIX de língua teutônica, infelizmente. Foram pesquisados documentos dentro das seguintes categorias preestabelecidas pelo próprio Arquivo: *Stammbücher, blätter und Silhouetten* (Livros genealógicos e silhuetas), *Tage und Notizbücher* (Diários e livros de anotações), *Persönliche Dokumente* (Documentos pessoais), *Korrespondenz* (Correspondências), *Manuskripte* (Manuscritos), *Tafeln und Skizzen* (Pranchetas e esboços), *Zeitungen* (Jornais), *Druckschriften* (Impressões), *Einblattdrucke* (impressões em folha de papel, circular), *Werkausgaben* (Edições).

Evidentemente, trata-se de um vasto acervo⁴⁹, que não foi explorado em todas as suas áreas por falta de tempo; entretanto, todas as “categorias” tiveram documentos analisados. Sobre o material digitalizado, temos correspondências⁵⁰, manuscritos⁵¹, memórias⁵² e documentos pessoais⁵³ do barão. Utilizaremos todos

⁴⁸ Eschwege era versado, evidentemente, até onde se sabe, nas línguas alemã, portuguesa e francesa.

⁴⁹ É também necessário informar futuros pesquisadores, caso haja a oportunidade de entrar em contato com esse acervo no Arquivo do Estado de Hessen (Marburgo), que há um sistema de requerimento de documentos, com dois horários possíveis para requisições no dia; logo, o processo se torna um tanto lento para a análise do acervo completo.

⁵⁰ Contabilizam-se 12 correspondências (Nr. 6). As escritas por Eschwege evidentemente estão no formato de “rascunho”, enquanto as recebidas são os originais. Entre os destinatários temos: “Araújo” (Marçal José de Araújo, sargento-mor, coronel, cargo público – provimento), “Aguiar” (Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar, vice-Rei do Brasil, ministro, presidente do Real Erário e governador da Bahia), “Conde de Palma” (Francisco de Assis Mascarenhas, Governador da Capitania de São Paulo). Entre os remetentes temos: “José Garcez Pinto de Madureira” (Coronel do Exército, Cavaleiro da Ordem de Cristo, governador do distrito de Castello Branco, Portugal), “Dom Manuel de Portugal e Castro” (Conselho Real e Comandante da Ordem de Cristo) e “Gaspar Feliciano de Moraes” (Ministro da Fazenda Real).

⁵¹ Entre os manuscritos, que não são correspondências propriamente ditas, temos: “Projeto renovador” (Nr. 22). O documento corresponde a um “plano” de reestruturação do setor extrativo metalúrgico português, escrito pelas mãos de Eschwege a ser entregue às autoridades lusitanas, sem datação exata, mas que pode ser estimada entre os anos de 1830 e 1935.

⁵² Temos uma “memória” disponível, intitulada “Memorias e Noticias curiosas” (Nr. 64), com datação de 1826, produzida por um escrivão e comentada à mão por Eschwege. Apesar de ser também um “manuscrito”, possui um caráter narrativo em primeira pessoa, o que nos dá um tom bastante específico sobre o conteúdo que é apresentado. Aqui Eschwege apresenta ao seu leitor um pouco de sua história pessoal, o que nos serve de referência para dados biográficos. Mais detalhes serão apresentados durante o trabalho.

eles durante a pesquisa para aprofundar e procurar entender os pontos aqui expostos. Por meio dos relatos desse viajante específico, podemos, por exemplo, contrastar as suas “visões de mundo”, que podem divergir ou convergir em determinados pontos, com as encontradas em *Retrato*⁵⁴ ao construir uma representação⁵⁵ dos povos que habitavam o Brasil, além de pensar a conseqüente relação entre elas.

Assim, durante o período de 1810 a 1821, no processo de mudança entre colônia e Império, trabalhou no Brasil tal geólogo e especialista em mineração, o alemão chamado *Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege*, em português Guilherme Luís Carlos de Eschwege. Designado pela Coroa Real para efetuar trabalhos de superintendência nas regiões mineradoras do então Império, Eschwege teve a oportunidade, através de seu Serviço Real, de viajar pelo Brasil e conhecê-lo de forma ímpar, visitando seu interior, além das principais capitânicas da época (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Goiás). Dessa estadia e dessa viagem resultou um vasto registro histórico, abrangendo de publicações editoriais a cartas e anotações pessoais sobre essa experiência.

Pensando em termos “temporais”, Eschwege esteve no Brasil entre os anos de 1810 e 1821. Entretanto, suas publicações relacionadas ao país prosseguem até o ano de 1833⁵⁶, quando já havia retornado à Europa. Portanto, apesar do recorte

⁵³ Nessa repartição encontra-se um comprovante de participação do 13º Congresso Científico da França, que aconteceu em Reims no ano de 1845, onde Eschwege apresentou seu trabalho sobre “Differentes Methodos de Construção de Estradas”; também foi encontrado um poema, escrito em português, de inclinação nitidamente romântica.

⁵⁴ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁵⁵ Não é nosso objetivo, metodológico ou teórico, contribuir no debate sobre as representações na produção historiográfica. Apenas seguimos indiretamente o pensamento de Le Goff, através do artigo de Barros. “Tal como assevera Jacques Le Goff (1985), o campo das representações ‘engloba todas e quaisquer traduções mentais de uma realidade exterior percebida’, e está ligado ao processo de abstração.” BARROS, José D’Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**. Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003, p.161.

⁵⁶ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Vol. 8, XVIII. Berlim: G. Reimer, 1833.

temporal estipulado no título desta pesquisa (1810-1821), certamente estaremos atentos às publicações posteriores feitas na Alemanha após o seu regresso. Não há a possibilidade de se utilizar apenas uma “documentação isolada” produzida durante sua estada no Brasil, já que suas principais obras só foram publicadas depois. Todavia, o foco são as vivências com os indígenas no Brasil, como também com o mundo “civilizado” que aqui se inseriu.

Já a relação desse geólogo alemão com o “mundo português” iniciara antes, no ano de 1802, quando foi contratado pelo Estado português. Entraremos em detalhes sobre essa relação mais adiante no trabalho, todavia vale ressaltar um dado importante encontrado num dos “manuscritos” (*Manuskripte*) utilizados nesta pesquisa, intitulado “*Memoria e Noticias curiozas*”⁵⁷, datado de 1826, indicando o porquê dessa contratação:

Pode-se aplicar o ditado a respeito de José Bonifácio de Andrada = huma andorinha ainda não faz verão = assim também J. B. de Andrada por si só nada podia fazer em Portugal e pedio por consequencia que se mandasse vir da Alemanha Mineiros e Fundidores e sem mais explicações sobre a qualidade dos ditos Mineiros e Fundidores, encarregou desta Comissão o Ministério ao Ministro de S. Mag.de na Côrte de Berlim, que entenderia melhor da diplomacia, q’ para fazer ajustes com os Mineiros e Fundidores, e em consequencia disso sahirão a luz contratos mui celebres [...]. Homens consumados na pratica não podião esperar achar pelos limitados ordenados que se prometia, *mas homens môços e habeis que se quizessem aventurar para ver o mundo*, ainda por menos salario que fosse, sempre achavão.⁵⁸

⁵⁷ Um dos trabalhos historiográficos mais minuciosos feitos sobre as publicações de Eschwege encontra-se na contribuição de Sommer. Mesmo assim, não se tem informação ou notícia alguma desse documento aqui apresentado na “*Relação das obras científicas e literárias de Eschwege*”. SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p.103.

⁵⁸ Esse documento, encontrado na seção de Manuscritos, produzido por um escrivão, com comentários e alterações/correções feitas à mão por Guilherme, nos permite problematizar melhor a figura do geólogo. Em 30 páginas, Eschwege apresenta numa narrativa em primeira pessoa um pouco de sua história na mineração lusitana. Fundamental ressaltar que essa fonte não está relacionada em nenhum trabalho científico sobre Eschwege, o que dita um tom de ineditismo à informação contida. W. L. K. von Eschwege. “*Manuskripte*”. Folha 5, 1826. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg. O documento começa da seguinte forma: “*Memorias e Noticias curiozas*

Cabe atentar para pontos como o “movimento modernizador” por que estaria passando naquele período o Império português, justificando a contratação de mineradores e fundidores alemães, principalmente “môços”, como Eschwege. José Bonifácio de Andrada e Silva, figura central nesse movimento, ao lado de Manoel Ferreira da Câmara e Joaquim Pedro Fragozo, aparece como uma “andorinha solitária” na tentativa melhorar, através de um saber científico, a prática da extração mineral em Portugal.

Ana Rosa Cloclet da Silva, em importante trabalho sobre o discurso andradino, apresenta perspectivas historiográficas acerca de Bonifácio, como a de Vicente Barreto, que buscou recuperar dada “tradição” presente em seu “arquétipo mental”:

[...] considerado pelo autor como um “típico representante do liberalismo brasileiro”, pois apresentaria as duas características da “cultura política do século XVIII”: o “cientificismo” e a “identificação com as teses básicas do liberalismo político”. [...] Barreto procura definir o “arquétipo mental” da geração de 1790, sob o qual se formou José Bonifácio. Segundo ele, o caráter básico desta mentalidade traduzia-se na ideia de unir “ciência” e “técnica” em prol do fortalecimento da Nação, de modo que tal “cientificismo” não era acompanhado pela emergência de uma “visão ética da sociedade”, mas ganhava um caráter “técnico-operativo”, intimamente associado à ideia de progresso”. [...] Segundo Barreto, era esta “visão racionalista” da organização da sociedade onde a ciência ocupava um lugar central, significando “a única opção viável para a solução dos problemas políticos e sociais”, o que caracterizava o pensamento andradino [...].⁵⁹

Cloclet afirma que sua perspectiva e a leitura de Barreto são congruentes, apesar de deixar claro que os objetivos das pesquisas não são os mesmos. Ainda completa: “[...] referimos à singularidade básica de seu pensamento: o fato de ter

que deixa o Barão d'Eschwege, Intendente Geral das Minas e Metaes do Reino ao seu sucessor, e mais empregados da Intendencia Geral das Minas; [...].” (grifo nosso)

⁵⁹ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória, 1999, p.48-49.

sido este internacionalmente formulado, abrigando visões de mundo que extrapolam o contexto nacional.”⁶⁰

Podemos aqui, rapidamente, também citar o expressivo trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias que trata de “aspectos da ilustração no Brasil”. Evidentemente, não poderia, nesse recorte temático, faltar a figura de Bonifácio.

Diversos fatores gerais de condicionamento histórico, próprios de seu tempo, explicam essa preferência e, muito em particular, a tendência pragmática de suas mentalidades. “O grau de aplicação de uma ciência” – escrevia o brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira, 1783 – “mede-se pela sua utilidade”. [...] A mesma orientação caracterizava as obras de José Bonifácio. [...] a epígrafe de seus trabalhos valorizava apenas aqueles estudos que resultasse alguma utilidade para a sociedade. Para o patriarca de nossa independência, o sentido vivo dos estudos científicos achava-se no fomento do progresso material e das condições de vida dos homens.⁶¹

Para o nosso estudo, entender esse “arquetipo mental” é de grande valia, pois vemos um alinhamento filosófico de Eschwege com Bonifácio, em virtude da admiração do barão ao nomeá-lo de “sábio”⁶², o que significaria identificá-lo como pertencente ao movimento “científico” da época. Ou seja, há uma crença compartilhada no “progresso” a partir de uma atividade “técnico-operativa” científica, como a mineração. Eschwege dizia que com uma “andorinha” não seria possível “fazer verão”, se referindo à conjuntura do seu deslocamento a Portugal, no ano de 1802. Subentende-se que o “verão” só poderia ser feito com *alguns* “sábios cientistas”.

⁶⁰ SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória, 1999, p.53.

⁶¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.43-44.

⁶² W. L. K. von Eschwege. “Manuskripte”. Folha 3, 1826. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg “*A volta de José Bonifácio de Andrade, Manoel Ferreira da Camara e Joaquim Pedro Fragozo das suas viagens metalúrgicas, por uma grande parte da Europa, [...] digo: a volta destes três sábios aclarou o horizonte montanístico em Portugal, achando no Ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho hum ferverozo protector.*” Aqui vemos notadamente um elogio à modernização feito pela “ilustração portuguesa”.

III.

O objetivo primário desta pesquisa é “localizar” historicamente um caráter “humanista” presente nos relatos de viagem em questão, levando em consideração sua diversidade tanto social como cultural, através da “dicotomia” entre índios e luso-brasileiros. Essa dicotomia existe naturalmente, a partir da presença e também da ausência do caráter “civilizador” desses povos distintos. O que nos interessa problematizar é como essa distinção é vista e relatada, e se isso afeta a leitura acerca da colônia brasileira.

Isso também significa que podemos encontrar, no caso específico de que trata este estudo, a construção de um “mundo”, concebido mediante relatos e descrições de viagem, contrastante em relação a outros discursos de época em termos de percepção do *outro* (principalmente quando se aborda o índio e a questão do seu “barbarismo”). O título desta pesquisa, *Entre moralizados e civilizados: indígenas e luso-brasileiros na obra de Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege (1810-1821)*, faz referência a esse contraste percebido entre os povos nativos, curiosamente dotados de um caráter moralizado, e o povo “civilizado”, os portugueses e brasileiros, administradores estatais e camponeses, missionários e senhores locais, sujeitos que se enquadrariam no mosaico de Prado, marcados pela “avidez” e pelo “desamor à terra”.

Immanuel Kant, um dos filósofos mais expressivos do período histórico, entre o final do século XVIII e começo do século XIX⁶³ questionava a civilização da seguinte forma:

⁶³ Adiante, no primeiro capítulo, faremos um balanço da influência kantiana em Eschwege.

E Rousseau não estava tão errado ao preferir o Estado dos selvagens, se se deixar de lado este último degrau que nossa espécie ainda tem que galgar. Mediante a arte e a ciência, somos cultivados em alto grau. Somos civilizados até a saturação por toda a espécie de boas maneiras e decoros sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos moralizados.⁶⁴

Evidentemente, tanto os nativos como a sociedade colonial portuguesa seriam objeto de descrição do viajante Eschwege. Como, porém, se deram essas representações? Para Paulo Prado, que escreveu em momento histórico de reformulação cultural no Brasil – o chamado Modernismo e sua busca por uma construção vanguardista como ideia de nação brasileira –, a história do Brasil se dá de forma “finalista”, tendo a tristeza como “produto” construído historicamente para este país. Assim, essa “tristeza” é associada ao sistema colonialista explorador português e sua própria história. Como se apresenta na epígrafe desta introdução, “Nesta terra radiosa vive um povo triste”.⁶⁵

Já para esse viajante, alinhado a um pensamento “ilustrado” alemão, nem todos os habitantes dessa “terra radiosa” são tristes. Inversamente, representa um indígena, aos moldes de Rousseau, muitas vezes positivamente *moralizado*, mesmo não estando inserido na civilização. Na mesma epígrafe questiona-se: “Não são, esses homens, dignos de serem chamados de felizes?” Aqui a questão central é notar um discurso que diferencia as duas “representações” construídas pelos autores. Perceber outra perspectiva, *a priori*, para as pessoas pertencentes a esse “povo”; pelo menos, nesta pesquisa, pensaremos os “indígenas”. O que estaria esse viajante enxergando, na experiência com aqueles homens, para questionar sua

⁶⁴ KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Organização de Ricardo R. Terra; Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p.16.

⁶⁵ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

felicidade? Como então é essa relação entre moralidade e civilização para esse alemão?

Para podermos responder tais perguntas, antes de mais nada, há a necessidade de refletir sobre a viagem e sua literatura, pois as fontes primárias tratam direta ou indiretamente de experiências de um estrangeiro no Brasil – como esse gênero se relaciona com a História? Também será necessário um trabalho de caracterização desse sujeito – geólogo alemão participante de um movimento ilustrado, possuidor de uma mentalidade cientificista e funcionário Real expatriado⁶⁶ – para construirmos um diálogo entre perspectivas *macro* e *micro*, ou seja, questões específicas e questões “gerais”. Assim o presente estudo poderá se aproximar da especificidade presente no discurso do viajante em questão e, finalmente, desvelar seu discurso e as respectivas “vozes”⁶⁷ contidas nas fontes eleitas para o trabalho. O que levou Eschwege a escrever de forma tão positiva sobre os povos nativos brasileiros? Quais são as “falas” e “vozes” ocultas nessas fontes?

Através desses relatos será proposto o estudo da “*construção de um novo mundo*”, em referência ao período de “re-descoberta”⁶⁸ da América no século XIX pelo cientificismo naturalista ilustrado, que entendemos como uma concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre as outras formas de compreensão humana da realidade, sendo a via mais eficaz disponível

⁶⁶ A noção de desterro é fundamental para nosso objeto de pesquisa. O barão de Eschwege, alemão e estrangeiro tanto em Portugal como no Brasil, dotado de uma formação superior voltada ao trabalho burocrático (chamado de “cameralismo” – *Cameralistik*, típica do século XVIII; este ponto será melhor apresentado no primeiro capítulo), especificamente no setor de extração mineral e metalurgia estatal. Portanto, como viajante, e educado para ser um administrador de um setor tão importante como a mineração para o Estado, acabou se tonando um agente histórico que produziria um “olhar de fora” sobre esse setor do império lusitano, elaborando “relatórios” da situação encontrada; mas sempre considerando uma pátria “*outra*”.

⁶⁷ Lisboa nos explica, através de Ottmar Ette e Bakhtin, que “considera possível entender a literatura de viagem como um universo de múltiplas ‘falas e vozes’”. O relato de viagem apresenta vários tipos de textos e uma variedade de instâncias narrativas e falas de outros, porém, ocultas.” LISBOA, Karen Macknow. **Mundo Novo Mesmo Mundo** – Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec Editora, Fapesp, 2011, p.86.

⁶⁸ Idem. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997, p.29.

para a indagação do mundo natural. Importante notar que se trata de um embate central entre o homem/civilização e a natureza, muito bem referenciado por Naxara em sua obra:

O conhecimento nos séculos XVIII e XIX, tanto do ponto de vista artístico como científico, foi produzido a partir da ambição humana em alcançar uma crescente inteligibilidade do mundo, tanto natural quanto social. A busca da produção de um inventário, tendo em vista a sistematização do saber, a partir da concepção baconiana com relação à acumulação dos fatos para a produção da ciência e do conhecimento, com base na ideia de que “a ciência progride multiplicando as observações e acumulando os fatos particulares, não por estéreis raciocínios abstratos”. Conhecimento obtido pela observação da natureza e dos homens que, entre outras coisas, determinou um grande interesse pelas viagens de coleta e reconhecimento tanto do território europeu como do mundo colonial, alcançando as terras brasileiras. Interesse compartilhado por estudiosos da terra (brasileiros e portugueses) e por viajantes estrangeiros de diversas nacionalidades.⁶⁹

Há uma ruptura histórica, no sentido de um discurso minoritário, a partir da leitura e visão de mundo ímpar do alemão ante a dicotomia civilização/natureza⁷⁰, em relação ao “seu tempo”, buscando uma positividade nos homens “selvagens”? Essa discussão se torna fundamental para o estudo das viagens no Brasil do século XIX, associando outros assuntos como ciência, civilização, natureza, homem “selvagem” e homem “civilizado”, como podemos ver no primeiro capítulo da obra de Naxara, citada anteriormente.

Portanto, há uma incessante relação do homem ocidental produtor de ciência com a natureza, desde a “era científica”, o Renascimento, a sua relação com os “outros” seres vivos, como também dos povos e sociedades entre si. Cabe a nós indagar se essa relação é universal para os viajantes no Brasil ou se há algum caso

⁶⁹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p.141.

⁷⁰ Ibidem, p.68.

com algum tipo de ruptura, ou algum “discurso minoritário”, que é basicamente o que se pretende investigar neste estudo.

IV.

Esta pesquisa está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, “*Barão de Eschwege e a Literatura de Viagem: uma contribuição historiográfica*”, nossa preocupação é entender um pouco mais sobre os viajantes, como também o fenômeno da viagem, a partir de um estudo historiográfico baseado em autores comprometidos com o tema. Além disso, busca-se apresentar uma contribuição aos debates acerca dos viajantes alemães⁷¹, que compartilham um universo cultural próprio, mediante nossa fonte de pesquisa e obras de outros autores. Veremos que, nesse período específico, esses viajantes revelariam um olhar bastante característico ao produzir relatos e descrições de viagem.

Tendo em vista o papel que desempenhou o barão de Eschwege na história brasileira, pretendemos nesse primeiro capítulo ainda expor *chaves* para o entendimento da trajetória desse sujeito, dialogando com outros autores que trabalharam de alguma forma esse tema. Ademais, é fundamental ressaltar que as discussões sobre o indígena brasileiro e o processo civilizatório português estarão sempre presentes no trabalho como fio condutor.

⁷¹ Nesse sentido as pesquisas de Simone, Lisboa e Augustin, 2009 nos ajudam a pensar a especificidade desses viajantes, como a importância de entender o *perfil* desses homens. SIMONE, Eliana de Sá Porto de. Viagem ao Novo Mundo – O Brasil visto pelo Príncipe Maximilian Wied zu Neuwied. In: SCHELSKY, D.; ZOLLER, R. (Ed.). **Brasilien: die Unordnung des Fortschritts**. Frankfurt Am Main: Lateinamerika Studien, 1994. LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997. AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. As obras citadas serão trabalhadas no decorrer da pesquisa. Um exemplo podemos ver em Simone, sobre “o perfil do *viajante-pesquisador* de sua época, movido ao mesmo tempo pelo espírito de aventura e pela curiosidade científica. O racionalismo iluminista impulsionava-os à descrição e classificação do mundo conhecido, à organização de uma nova ordem, assim como à exploração de terras longínquas” (p.32).

O segundo capítulo será reservado para o aprofundamento e entendimento do contexto histórico brasileiro do começo do século XIX, em termos políticos e econômicos, tendo Eschwege como foco principal. Verifica-se a eclosão de um movimento “modernizador”⁷² característico da “ilustração”, imposto pelo Estado português para a colônia e o Império, com a mudança de uma mentalidade “mercantilista” para uma “industrialista”, como vemos no precioso trabalho de Maria Odila Leite da Silva Dias⁷³, ou também na obra de Estefania K. C. Fraga⁷⁴.

Nesse segundo capítulo, “*Luzes’ sobre as riquezas coloniais: Literatura de Viagem e a ‘ilustração’ brasileira no século XIX*”, procuramos entender, a partir desse novo estrato social “ilustrado”, quem são esses homens oriundos de centros universitários europeus, tanto brasileiros como estrangeiros; de que forma suas reformas são propostas; e como isso aparece no caso do barão de Eschwege – pois, como já exposto, sua tarefa no Brasil, e antes, já em 1802, em Portugal, era justamente a introdução de reformas no serviço extrativista Real (tanto do ouro como de metais, como o ferro).⁷⁵ Será investigada nesse capítulo a relação entre o Estado

⁷² LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

⁷³ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.39. Apesar de o trabalho ser voltado ao estudo das atividades dos “brasileiros formados nas principais universidades europeias, principalmente em Coimbra, a partir de 1772, e também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo. Fenômeno sugestivo e ao qual não se tem dado a devida ênfase merecida é a acentuada tendência para os estudos científicos, manifestada por grande número desses estudantes, que também preocuparam ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas”.

⁷⁴ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1799-1822)**. Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.11.

⁷⁵ Podemos observar, através do artigo de Araújo, como já na primeira década do século XIX houve esforços, por parte da Coroa Portuguesa, em produzir ferro no Brasil, importante matéria-prima para a então iniciada “Revolução Industrial”. Tendo como Intendente Geral das Minas e dos Diamantes Manuel Ferreira Câmara Bethencourt e Sá, cuja participação nesse movimento “ilustrado” é revelada através do trabalho de Dias, tiveram a primeira campanha efetuada no ano de 1812. “*Nos ofícios e cartas enviadas aos seus superiores, Câmara registrou que o sucesso industrial do seu projeto era dependente de profissionais qualificados, que deveriam ser contratados com maior brevidade possível na Alemanha, para as obras de construção civil e hidráulica, edificações e manejo de altos-fornos e forjas de refino, construção de foles e rodas hidráulicas. No entanto, a contratação no estrangeiro de operários especializados nas atividades metalúrgicas não era tarefa de fácil e pronta execução. Embora essa dificuldade não fosse desconhecida por D. Rodrigo de Souza Coutinho, o*

português e Eschwege, além de suas funções e atividades. Veremos também como esse alemão passa a entender a “civilização” luso-brasileira, aquela que estaria vivenciando em sua estadia como funcionário real, em sua atuação, acima de tudo, como um “reformador”, típico de seu contexto histórico ilustrado.

O terceiro capítulo será voltado para o aprofundamento da questão indígena em Eschwege. Ou seja, busca-se identificar como ela se apresenta nas fontes selecionadas, bem como entender melhor tal temática sob a ótica da dita “camada inferior” da sociedade, caracterizada pela “tristeza” por Paulo Prado, através dos olhos de viajantes europeus que estiveram no Brasil no início do século XIX – em especial os de origem alemã.

Em *“Rousseau, o romantismo e o ‘homem selvagem’: a possibilidade de outras culturas”*, pretende-se examinar o contraste que toma forma na identificação uma moralidade “positiva” nos indígenas brasileiros – o homem natural, ou selvagem – em relação à sociedade luso-brasileira, com suas práticas, formas de funcionamento e mentalidade, sempre pela experiência estrangeira. Não só, mas também estaremos atentos à “possibilidade” histórica de representação da “atividade social” indígena como uma cultura distinta da lusitana, não tendo que ser necessariamente “civilizada” para conter seu “valor” humano. Algumas discussões importantes serão empreendidas, como sobre o do “romantismo”⁷⁶ e o pensamento rousseauiano, pois são pontos importantes para o entendimento dessa moralidade positiva presente na fonte.

ministro de D. João, em carta de 23 de Março de 1806, encarregou Câmara de ‘informar S.A.R. sobre o justo requerimento para o estabelecimento duma fábrica de ferro’, mesmo temendo que por ora não possa ainda executar-se [a Fábrica] sem fundidores, ou mineiros da Alemanha, que venham trabalhar debaixo de suas ordens. (MENDONÇA, 1958:191)” ARAÚJO, Paulo Eduardo Martins. *Fábrica de Ferro do Morro do Pilar. As três campanhas experimentais e o colapso estrutural do alto-forno na noite de 21 de agosto de 1814. Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia – 14º SNHCT*. Belo Horizonte, UFMG, 2014, p.1-2 (grifo nosso).

⁷⁶ BERLIN, Isaiah. *Las raíces del romanticismo*. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015, p.11.

Finalmente, como fechamento do trabalho, apresentaremos uma conclusão com os balanços finais da pesquisa e alguns outros pontos que ainda possam ser problematizados em futuras pesquisas sobre o tema.

CAPÍTULO I – BARÃO DE ESCHWEGE E A LITERATURA DE VIAGEM: UMA CONTRIBUIÇÃO HISTORIOGRÁFICA

“O mundo é um grande livro, do qual, aqueles que nunca se moverem de casa lerão apenas uma página.”
Santo Agostinho⁷⁷

As viagens, ou a descoberta de outras terras que não aquelas pátrias, segundo o provérbio atribuído a Santo Agostinho, seriam como o exercício de leitura do “livro do mundo”. Essas “terras”, como locais históricos, onde estão presentes determinados povos portadores de uma cultura própria, são peças-chave para causar nos viajantes, dispostos a *saber* mais sobre o mundo em que vivem, interessantes percepções que animem o espírito do peregrino. Levando em consideração a possibilidade de estudar tais percepções por meio de relatos e registros feitos em viagens, como se traduzem os impactos da experiência “de leitura do mundo” que a viagem produz?

Este primeiro capítulo busca expor as ideias centrais de autores que compõem o debate acadêmico sobre como pensar a viagem dentro da História, além de esclarecer para o leitor os fundamentos para desenvolver essa modalidade de estudo historiográfico. Dessa forma, será apresentado um panorama sobre a bibliografia considerada essencial.

Em suma, os estudos historiográficos que tomam como objeto a literatura de viagem buscam um valor contido nos documentos produzidos durante um deslocamento espacial, num determinado tempo. Agentes com uma “carga cultural” própria e necessariamente distinta daquela encontrada no local visitado, viajantes

⁷⁷ Cf.: FIELDING, Thomas. **Select Proverbs of all Nations**: Illustrated with notes and comments. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Green, 1824. (tradução nossa) *“The world is a great book, of which they that never stir from home read only a page.”*

oferecem à historiografia perspectivas sobre um outro passado cultural.⁷⁸ Dessa forma, essencialmente “relatos de fronteira”, tanto no sentido espacial como no metafísico – pensando na alteridade do agente produtor de discurso –, como expõe Torrão Filho⁷⁹, outro autor central para se pensar esse tipo de abordagem na história brasileira, as descrições de viagens, suas narrativas e todo o acervo documental gerado nesse movimento revelam “mais sobre quem fala do que, propriamente, do que se fala”.

Os viajantes, por natureza, veem um mundo diferente, representando-os a partir de suas próprias concepções. Moreira Leite nos ajuda a pensar tal proposição:

Fizemos uma tentativa de estudá-los partindo do pressuposto de que o viajante, em sua qualidade de estrangeiro, como não fazia parte do grupo cultural visitado, tinha condições de perceber aspectos, incoerências e contradições da vida quotidiana que o habitante, ao dá-la como natural e permanente, encontrava-se incapaz de perceber.⁸⁰

Entre o mundo “conhecido” e o mundo “desconhecido”, o caráter de “fronteira” de que fala Torrão Filho surge para a autora como uma “qualidade de estrangeiro”. Ela nos faz refletir: como é esse olhar particular que possui o

⁷⁸ Um interessante exemplo, pensando em termos teóricos, para a possibilidade de interpretação e estudo da carga cultural presente nesse tipo de relato é a produção de Michael Harbsmeier. HARBSMEIER, Michael. Reisebeschreibungen als mentalitätsgeschichtliche Quellen: Überlegungen zu einer historisch-anthropologischen Untersuchung frühneuzeitlicher deutscher Reisebeschreibungen. In: PAÇZAK, Antoni; TEUTEBERG, Hans Jörgen (Hrsg.). **Reiseberichte als Quellen Europäischer Kultur-Geschichte**. Wolfenbüttel, 1982, p.1-32. “*Das zunehmende Interesse an ethnohistorischen Fragestellung hat aber nun den Blick wieder auf die älteren Reisebeschreibungen gelenkt, da es besonders in der frühen Neuzeit nicht so vielen Quellen gibt, die über die soziokulturellen Verhältnisse in einem andaren Land ausführlich berichten.*” Tradução nossa: “O crescente interesse em questionamentos histórico-etnográficos direcionou, entretanto, o olhar novamente às antigas descrições de viagem, em decorrência de não haverem tantas fontes sobre a recente Modernidade que relatam, detalhadamente, sobre os comportamentos socioculturais em outros países.” Apesar de não ser o nosso foco de análise o período que Harbsmeier se propõe a estudar, podemos utilizar tal argumento como princípio para o estudo do “passado cultural”, pelas descrições de viagens, diante da escassez de outras fontes para uma análise sociocultural.

⁷⁹ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.54. Produzido na fronteira entre o conhecido, que é o mundo interno do viajante, e o desconhecido, que é o mundo externo visitado.

⁸⁰ LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.9-10.

estrangeiro? Esse ponto acaba se tornando uma *condição*, ao pensarmos os viajantes como agentes produtores de fonte histórica. As “contradições” e “incoerências”, a partir de seu prisma cultural, dão gênese a uma documentação de caráter múltiplo e descritivo. O viajante, não sendo um nativo, pode, através de suas vivências, ver situações – mesmo que através de um prisma pessoal e cultural – de outro ângulo, expondo para o público leitor desse tipo de literatura facetas distintas de um mundo visitado.

Essas “incoerências” e “contradições” expostas pelo viajante serão justamente os elementos buscados nesses relatos e, assim que localizados, podem propor uma via de problematização sobre o sujeito em si, produtor do discurso, e uma ideia sobre o que é descrito. “Todos podem”, para Leite, portanto, “ser considerados como fontes primárias, pois são, de uma forma ou de outra, depoimentos a respeito de situações testemunhadas”.⁸¹ Porém, critica-se: até onde esses relatos são especulações pessoais ou até mesmo fantasia? Como pensar as fronteiras entre veracidade e ficção dessas fontes, levando em consideração como objetivo primário a produção historiográfica?

Deve servir como premissa para o estudo desse gênero híbrido⁸², como define a autora Karen Lisboa, ao transitar entre veracidade testemunhal e ficção subjetiva, a noção de que aquele que produz o discurso certamente carrega uma carga cultural ou, segundo Batten, uma “evidência interna”⁸³ em sua comunicação, a qual é investigável e dá qualidade de fonte às respectivas descrições, como já vimos. Um caminho parecido percorre Michael Harbsmeier, estudioso preocupado

⁸¹ LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem** (1803-1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.15.

⁸² LISBOA, Karen Macknow. **Mundo Novo Mesmo Mundo** – Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2011, p.82.

⁸³ BATTEN JR., 1978, p.59. Apud: TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.40.

com a utilização de relatos de viajantes na História Moderna, quando expõe a ideia de uma “autorrepresentação cultural involuntária” pela cultura produzida (*unfreiwilliger kultureller Selbstdarstellung der Ausgangskultur*).⁸⁴ Ou seja, tanto em Harbsmeier como em Batten, as descrições evidenciam mais informações sobre quem está produzindo aquele registro do que de fato sobre o objeto cultural representado. Todos os autores apresentados até aqui entram em consenso a respeito dessa “carga cultural” presente nessas fontes. Harbsmeier busca justificar a utilização dos relatos de viagens como fontes para a produção de uma “história das mentalidades” através desse princípio “autorrepresentativo” do relato de viagem. O termo cunhado no idioma alemão, “*Selbstdarstellung*”, passa um sentido de “representação de si mesmo”, de sua cultura, e esta, pertencente a um tempo, um espaço e uma mentalidade; todos pontos que interessam ao estudo historiográfico.

Rivera, outro autor que compõe a base teórica desta pesquisa, expõe em trabalho recentemente publicado pela Universidade do México a ideia de “uma visão pendular da viagem”, estando numa ponta a veracidade e na outra a ficção.⁸⁵ Essa interessante concepção traz um dinamismo metafórico ao nosso estudo, pois, ao viajar e relatar, o pêndulo se move de uma extremidade a outra, não podendo ser definido decerto se estamos estudando um gênero propriamente “ficcional” ou “verídico”. O autor completa:

O campo de análise – dentro da enormidade incomensurável da temática do espaço e do tempo do continente americano – é tão livre quanto a curiosidade e a direção de um bom viajante, embora sempre subjacente, como um nó coesivo, a consciência desse caráter oscilante da viagem, a dialética entre

⁸⁴ HARBSMEIER, Michael. Reisebeschreibungen als mentalitätsgeschichtliche Quellen: Überlegungen zu einer historisch-anthropologischen Untersuchung frühneuzeitlicher deutscher Reisebeschreibungen. In: PAÇZAK, Antoni; TEUTEBERG, Hans Jörgen (Hrsg.). **Reiseberichte als Quellen Europäischer Kultur-Geschichte**. Wolfenbüttel, 1982, p.2.

⁸⁵ RIVERA, Adrián Curiel. Prólogo. In: DEPETRIS, Carolina; RIVERA, Adrián Curiel (Ed.). **Geografías literarias de América**. Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Mérida, 2015, p.10.

expectativa/realidade que o determina e na qual se desenvolve.⁸⁶

Ou seja, existem duas “realidades” associadas ao movimento transitório entre o que realmente acontece e o que é interpretado por uma mente em um período histórico específico. Concluimos, portanto, que embora as fontes sejam de grande importância para o estudo do passado colonial dos continentes, principalmente, temos que levar em conta esse caráter duplo, híbrido – “veracidade testemunhal e ficção subjetiva”.

Também cabe chamar atenção para o espaço em que essa discussão toma forma, pelo menos no presente trabalho: a América, ou o “Novo Mundo”. Há aqui uma questão importante a ser ressaltada. Além de palco de um longo período colonial e, portanto, cenário de práticas exploratórias e “dominação” europeia, num ponto de vista político, a América também foi, num ponto de vista filosófico, espaço para discussões sobre “caimento” e “imaturidade” natural do continente. Logo, num certo sentido, houve uma dupla “supressão” a esse “mundo”.

Em meio a esse processo de desvendamento do plano da criação e do estabelecimento da História Natural como ciência procurou-se, por muito tempo, um lugar a ser ocupado pela América diante do que se pensava com relação ao mundo conhecido até então, o Velho Mundo. Antonello Gerbi acompanhou [...] a polêmica que se estabeleceu a respeito da América e dos povos americanos a partir das teses de Buffon (1761) e de De Pauw (1768) sobre a degeneração, “debilidade” ou “imaturidade” do continente americano, ou seja, da sua inferioridade com relação à Europa.⁸⁷

⁸⁶ RIVERA, Adrián Curiel. Prólogo. In: DEPETRIS, Carolina; RIVERA, Adrián Curiel (Ed.). **Geografías literarias de América**. Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Mérida, 2015, p.11 (tradução nossa). *“El campo de análisis – dentro de la enormidad inconmensurable de la temática del espacio y el tempo del continente americano – es tan libre como la curiosidad y derrotero de un buen viajero, aunque siempre subyace, como nudo cohesionador, la conciencia de ese carácter oscilante del viaje, la dialéctica expectativa/realidad que lo determina y en la cual se desarrolla.”*

⁸⁷ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p.49.

Veremos que, entre uma “natureza geologicamente nova”, “espécies animais inferiores”, “seres humanos débeis”, submissos à natureza e impotentes, surgiria, no seio da mentalidade europeia, uma imagem americana “debilitada”, colocada em xeque, porém, a partir das viagens de exploração científica. Assim, “foram inúmeros contrapontos a essa visão negativa”, argumenta Naxara, “tanto na Europa quanto na América”.

Rousseau inverteu as premissas, de forma a desqualificar o resultado da civilização e a retomar e valorizar o “bom selvagem”, próximo da natureza primitiva, livre, não corrompido, vivendo de acordo com a verdadeira natureza humana, o que o “transforma em fonte inspiradora da escola romântica”, pelo “profundo pessimismo no tocante à sociedade e à civilização”.⁸⁸

O filósofo francês J. J. Rousseau tem um papel fundamental no desenvolvimento desta pesquisa, como será visto, principalmente no terceiro capítulo, que aprofundará sua filosofia, verificando como se constrói o seu pensamento. Porém, de antemão, vale ressaltar que, além de ter sido um grande “revolucionário” em termos filosóficos, serviu de influência para outros pensadores espalhados pela Europa, como uma “base intelectual”. Interessante notar que Rousseau não teria sido o único a questionar tais visões sobre o continente americano, mas outro “sábio” também: o prussiano Alexander von Humboldt.

Ainda que esta polêmica chegue até nossos dias, como demonstra Gerbi, aos poucos a natureza americana foi sendo absolvida das acusações de imaturidade e decadência. Ao contrário, ela será um dos grandes temas científicos da passagem do século XVIII para o XIX, sobretudo depois da influência romântica e estetizante de Humboldt, “que construía a ciência tanto por meio da descrição de dados coletados, vistos e intuídos quanto por meio de imagens, *símbolos* de ideias”. [...] de um mundo natural decadente, passamos a uma

⁸⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p.51.

humanidade degradada, a sociedades incompletas, deslocadas no tempo e no espaço, construtoras de cidades desordenadas, caóticas, pitorescas.⁸⁹

Essa discussão é de fundamental importância, pois, se questionarmos a influência de tais pensadores na obra de Eschwege, nosso objeto de pesquisa, será possível inferir sua percepção acerca da natureza do continente americano. Ou seja, aqui se abrem algumas questões, entre elas: tendo em mente a importância de pensadores como Humboldt e Rousseau no pensamento europeu, é possível identificar algum traço desses pensadores em nosso objeto de pesquisa? É possível “classificar” Eschwege como um “sábio” que bebera dessas fontes? Sobre Rousseau, o terceiro capítulo se dedicará a algumas questões centrais de seu pensamento e sua presença em nossa fonte. Porém, em relação a Alexander von Humboldt (1769-1859), cabe fazer algumas considerações neste capítulo.

Primeiramente, a partir das exposições feitas por Ricotta, é preciso atentar para a relação entre a noção de *Naturganze* (“Das Naturganze”) e a de *Naturphilosophie* (Filosofia da Natureza).⁹⁰ A primeira significaria, para Humboldt, a necessidade de olhar o “total” da natureza para se compreendê-la, incluindo assim “a ciência num quadro mais amplo”; enquanto a “Filosofia da Natureza”, a partir “de um ponto de vista moderno da ciência, destaca o sentido de uma intuição espiritual da Natureza, feita com a serenidade da alma”.⁹¹ Fundamental notar como esse tipo de “abordagem” sobre conhecer o “Cosmos” pressupõe por parte desse “tipo

⁸⁹ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.126.

⁹⁰ RICOTTA, Lúcia. **Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.15.

⁹¹ Ibidem, p.16.

moderno de cientista” um ato necessário de “sentir”, atrelado à “intuição” – o *Naturgefühl*⁹². Podemos explicar tal filosofia da natureza da seguinte forma:

A *Naturphilosophie* situa-se na perspectiva aberta por Leibniz e Kant (da *Crítica ao juízo*) e opõe-se à visão mecanicista uma concepção organicista e teleológica: a natureza é contemplada como uma totalidade orgânica [...].⁹³

Vale lembrar que, conforme Kant, a intuição tem papel fundamental no processo de constituição do saber. Esse outro pensador prussiano, contemporâneo de Eschwege e Humboldt, defendia que as sensações, mesmo sem ter efeito direto na transmissão de conhecimento “objetivo” sobre um objeto, teriam uma íntima ligação com o que é considerado “moralmente bom ou ruim”.

Com efeito, o juízo do gosto, “pelo qual declaramos algo como belo”, sempre se dá em relação a uma representação empírica, e não em relação a um conceito, ou a uma representação *pensada* segundo regras determinadas. [...] é necessário, antes de tudo, que se tenha diante dos *sentidos* o objeto que julgamos belo. [...] Em outras palavras, a faculdade do juízo age sempre em relação ao mundo empírico [...]. [...] Portanto lendo-se o caráter simbólico do belo como um aspecto da passagem da sensibilidade à razão prática, vemos que a dimensão intuitiva é um de seus componentes necessários e indispensáveis.⁹⁴

Tomamos nota de que só seria possível “construir a arquitetura cósmica” através “da dança entre mundo e mente, sujeito e objeto, que o Cosmos de

⁹² LISBOA, Karen Macknow. **Mundo Novo Mesmo Mundo** – Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2011, p.89.

⁹³ ABRÃO, 1999, p.345. Apud: AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.33.

⁹⁴ FREITAS, Verlaine. A beleza como símbolo da moralidade na Crítica da Faculdade do Juízo de Kant. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). **Belo, Sublime e Kant**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p.93-94.

Humboldt vem a ser”.⁹⁵ De que modo isso reflete na forma como um viajante cientista do século XIX, como Eschwege, concebe sua narrativa?

Se o aceno ao caminho, que convida à perspectiva do conjunto da Natureza, quer apontar exatamente para a dimensão espiritual e transcendente do conhecimento empírico – em contraste com a que seguem a tradição mecânica do fundamento do universo – fato é que essa própria dimensão da intuição e da percepção no conhecimento é condicionada, e, ao mesmo tempo, implica novas formas de narrar, descrever e expor a empiria, as imagens de infinitude poética e novas descobertas coletadas por Humboldt ao longo de sua vida de trabalho. Quero dizer que há uma arte e uma técnica em narrar, assim como existem, também, técnica e arte para descrever o que se avista na Natureza.⁹⁶

Portanto, há uma dimensão dentro da narrativa atrelada a uma “técnica” e outra ligada a uma “arte”, que se origina essencialmente da intuição, assim como do sentimento do homem diante da natureza. Podemos afirmar, desse modo, que há uma *necessidade de capacidade subjetiva*, como também uma *visão ampla* sobre o que deve ser considerado “natureza”. Para Humboldt, uma via de pensamento antagônica, a partir de preceitos “taxonômicos”, apenas alienaria ainda mais o ser humano do entendimento da natureza e do mundo natural.⁹⁷

Estando clara a relação existente entre o objeto de pesquisa deste estudo e uma das principais influências que receberia, por parte do naturalista Humboldt, cabe ressaltar a produção de Rodrigues, que, além de confirmar tal pensamento, nos ajuda a pensar a forma de entender a natureza, a paisagem de Humboldt em Eschwege:

⁹⁵ WALLS, L. D. **The Passage to Cosmos**. Alexander von Humboldt and the Shaping of America. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009, p.5 (tradução nossa). “[...] *the dance of world and mind, subject and object, does Humboldt’s Cosmos come into being.*”

⁹⁶ RICOTTA, Lúcia. **Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p.17.

⁹⁷ LISBOA, Karen Macknow. **Mundo Novo Mesmo Mundo – Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2011, p.89.

O objectivo maior de Humboldt consiste em fazer progredir vários campos do saber, não de forma isolada, mas sim interligados e em articulação com o todo que é o próprio universo. É neste sentido, que se compreende a sua vontade de inserir todas as suas descobertas e resultados numa obra total. Com ambição de descrever o universo, Humboldt oferece à comunidade científica e ao leitor comum uma visão holística da Terra, enquanto organismo vivo, com estruturas interdependentes e solidárias entre si.⁹⁸

Assim sendo, questiona-se: como poderia haver uma natureza “inferior”, logo também uma “superior” – a discussão feita por Gerbi –, a partir do momento em que existe uma visão “holística da Terra” com “estruturas interdependentes e solidárias entre si”? Prosseguimos com a autora:

[...] a verdade é que o barão de Eschwege também fazia parte do mesmo círculo alemão [Goethe, Schiller e Burke] adepto a *Naturphilosophie*. João Antônio de Paula considera que Humboldt é o homem de ciência que talvez mais tenha influenciado Eschwege. Na verdade, se a bibliografia produzida sobre Portugal por Eschwege é essencialmente relativa à questão das minas, o seu Diário do Brasil aproxima-se muito do que Humboldt escreveu durante a sua rota pelo império espanhol, dedicando algumas páginas a uma tribo selvagem dos índios coroados; a corrigir alguns erros sobre a geografia do Brasil; a indicar quais os importantes remédios vegetais encontrados (tal como Humboldt escreveu sobre o veneno *curare*); registrar importantes observações meteorológicas [...].⁹⁹

Outro autor que apresenta a influência de Humboldt em Eschwege é o alemão Hanno Beck. Em um de seus artigos, publicado em 1955, temos:

Como geógrafo, cartógrafo, especialista em mineralogia, mineiro e desenhista, conseguiu ele unificar uma série de disciplinas para os sentidos da pesquisa científica da paisagem. Sua vida é em vários sentidos comparável à de Alexander von Humboldt.¹⁰⁰

⁹⁸ RODRIGUES, Ana Margarida Duarte. A viagem de Humboldt à América do Sul e uma nova ideia de paisagem: o seu impacto em Eschwege. **Memórias** – Revista Digital de Historia y Arqueología desde El Caribe Colombiano. Barranquilla, Año 11, n. 25, enero-abril 2015, p.122.

⁹⁹ Ibidem, p.130.

¹⁰⁰ BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig von Eschwege und die klassische deutsche Geographie: Zur Erinnerung an seinen hundertsten Todestag (Wilhelm Ludwig von Eschwege and the Classic German

Além desses, tomemos outro exemplo em Eschwege. Ao construir sua narrativa na obra *Brasil Novo Mundo*, é possível identificar a *Naturphilosophie*¹⁰¹, logo a influência humboldtiana:

Em um alegre meio-dia (27 de julho) velejava eu, num barco por mim alugado do Rio de Janeiro para Villa Rica, acompanhado unicamente de meu negro, onde nada atrapalhava em meus pensamentos e a observação dos vários objetos. As mágicas belezas da baía prendem o observador, retirando admirações do que é observado, e ao que é pensado dá material para as mais agradáveis conversas. Nas proximidades estão grandes ilhas com grandes construções; e pequenas, decoradas com palmeiras e amigáveis casinhas. Tão romântico que só um poeta poderia descrever; - na distância, profundo na baía, grupos de ilhas verdes e rochedos pelados que, através da quebra de luz do sol e o vapor que se eleva, com um sopé submetido a um brilho prateado, aparentavam flutuar no ar; [...] todos estes *quadros da natureza* e a ação humana despertam uma única e calmante sensação, para qual não se têm palavras. Chama-se de forma interrupta: oh que belo! Que magnífico/esplêndido!¹⁰²

Interessante notar como Eschwege emprega o termo “quadros da natureza” (Ansichten der Natur), da mesma forma que Humboldt batizara uma de suas mais

Geography in Commemoration of the Hundredth Anniversary of His Death). **Erdkunde**. Bonn, Bd. 9, H. 2, may. 1955, p.89 (tradução nossa). “*Als Geologe, Kartograph, Meteorologe, Bergmann und Zeichner hat er eine Vielfalt von Disziplinen zum Zwecke der wissenschaftlichen Erforschung der Landschaft vereinigen können. Sein Leben ist dem Alexander von Humboldts in mancherlei Hinsicht vergleichbar.*”

¹⁰¹ Este trecho foi tirado do início da obra, denominado de “Ligeiro esboço do quadro natural do porto de Rio de Janeiro e o caminho de lá para Villa Rica, no ano de 1814” (“*Flüchtig skizzirtes Naturgemälde des Hafes Rio de Janeiro und des Weges von da nach Villa Rica, im Jahr 1814, auf einer Reise dahin entworfen*”).

¹⁰² ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.1-2 (tradução nossa, grifo nosso). “*An einem heitern Mittage (27sten Juli), segelte ich in einer eingens dazu gemieteten Barke von Rio de Janeiro nach Villa Rica ab, meinem Neger zum einzigen Begleiter, durch nichts gestört in meinem Denken und in dem Anschauen der mannichfachsten Gegenstände. Die zaubarische Schönheiten der Bai fesseln den Beobachter, dringen dem bloß Anschauenden Bewunderung ab, und dem Denkenden geben sie Stoff zur angenehmstem Unterhaltung. In der Nähe größere Inseln mit großen Gebäuden; und kleinere, mit Palmen und freundlichen Landhäuschen geschmückt, so romantisch wie sie nur ein Dichter schildern kann; in der Ferne, tief in der Bai, grüne Inselgruppen und nackte Felsenblöcke, die, durch die Brechung des Sonnenlichtes und der aufsteigenden Dünfte, mit einem silberglänzenden Saum unterzogen, in der Luft zu schweben scheinem; [...] alle diese Ansichten der Natur und der menschlichen Wirkens, erwecken ein eingenes, wohlthuendes Gefühl, wofür man keine Worte hat. Man ruft sich nur unaufhörlich zu: o wie schön! wie herrlich!*”

significativas obras, em 1807¹⁰³. Vemos tanto a presença de elementos descritivos físico-naturais – ilhas, rochedos, o efeito da luz e a flora – como também um forte sentimento envolvido na descrição. Há ainda a noção de “romantismo” na mentalidade do narrador, expressa pela exclamação do belo, do magnífico, assim como pela impossibilidade de descrever o que Eschwege estaria “vivendo”, “assistindo”, diante do espetáculo natural. Dessa forma, há uma descrição da natureza que se coaduna com o que “Humboldt reiterava: a natureza deve ser sentida”¹⁰⁴.

O esforço do pesquisador, portanto, de pousar [...] um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever, em seguida, o que ele recolhe em palavras lisas, neutralizadas e fiéis, como a prática taxonômica naturalista do século XVIII exigia, colore-se com o *Naturgefühl*, ou sentimento da natureza, disseminado pela “alma romântica” do começo do século XIX. Se os pressupostos lineares eram um ponto de partida para a compreensão inequívoca de um mundo natural universalmente classificável e assim identificável, o *Naturgefühl*, ao contrário, possibilita a apreensão subjetiva, absolutamente particularizada do objeto.¹⁰⁵

Neste trecho retirado do prefácio de *Ansichten der Natur*, segunda e terceira edições, podemos compreender o escopo “poético-científico” de Alexander von Humboldt:

A dupla direção deste trabalho (um esforço cuidadoso, através de vivas representações, e ao mesmo tempo, entretanto, no estágio da ciência daquele tempo, para multiplicar conhecimento do harmonioso funcionamento conjunto das forças) foi designada, no prefácio da primeira edição, já a quase meio século. A combinação de um propósito literário e científico, o desejo de enriquecer a vida e a fantasia por meio de ideias, através da multiplicação do conhecimento, fazem o

¹⁰³ HUMBOLDT, Alexander von. **Ansichten der Natur**. Herausgegeben von Adolf Meyer-Abisch, Phillip Reclam Jun Stuttgart, 2008.

¹⁰⁴ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.89.

¹⁰⁵ Ibidem, p.92.

arranjo das partes singulares e aquilo, que é incentivado como unidade da composição, ser difícil de se alcançar.¹⁰⁶

Humboldt expressa, no trecho supracitado, a dificuldade em se trabalhar da forma que propusera; porém, completa ainda o parágrafo elogiando a recepção do público para sua obra (e sua “filosofia científica”)¹⁰⁷.

Através das diversas falas dos autores mencionados até aqui, podemos compreender um aspecto importante sobre a transição da maneira de interpretar a natureza do Novo Mundo, de sua “debilidade” até a sua exuberância e beleza: viajantes como Humboldt e Eschwege tiveram um papel importante na desconstrução de tal debilidade, seguindo e desenvolvendo uma filosofia bastante peculiar dos povos de língua alemã, a *Naturphilosophie*, que entenderia o universo de forma integrada e “viva”, através da esfera do subjetivo aliada à ciência. Podemos também notar que a estrutura filosófica de Rousseau daria alicerce para as visões românticas sobre o continente e a paisagem do Novo Mundo, em contraposição aos males e ao caos que a civilização passaria a representar ao homem.

Tomemos mais um exemplo dos “quadros da natureza”, de Humboldt. Aqui chama atenção a forma como a paisagem é construída a partir dos elementos descritivos:

¹⁰⁶ HUMBOLDT, Alexander von. **Ansichten der Natur**. Herausgegeben von Adolf Meyer-Abisch, Phillip Reclam Jun Stuttgart, 2008, p.7 (tradução nossa). “*Die zwiefache Richtung dieser Schrift (ein sorgsames Bestreben, durch lebendige Darstellung den Naturgenuß zu erhöhen, zugleich aber nach dem dermaligen Stande der Wissenschaft die Einsicht in das harmonische Zusammenwirken der Kräfte zu vermehren) ist in der Vorrede zur ersten Ausgabe, fast vor einem halben Jahrhundert, bezeichnet worden. [...] Die Verbindung eines literarischen und eines rein szientifischen Zweckes, der Wunsch, gleichzeitig die Phantasie zu beschäftigen und durch die Vermehrung des Wissens das Leben mit Ideen zu bereichern, machen die Anordnung der einzelnen Teile und das, was als Einheit der Komposition gefordert wird, schwer zur erreichen.*”

¹⁰⁷ Ibidem, p.7-8.

Quando os raios solares verticais, que nunca estão nublados, desfazem os gramados carbonizados em poeira, o chão seco abre-se, como se tivesse sido abalado por um desabamento.¹⁰⁸

Embora a tradução não seja capaz de capturar devidamente a “poética” presente na descrição, temos um exemplo de uma interação “cósmica” de Humboldt, na qual o que se vê está em conexão com o “todo”: a ação no solo está intimamente ligada à falta de nuvens, assim como ao posicionamento do sol em relação à terra, secando as porções de grama do terreno. E tudo isso faz parte da descrição da paisagem dos desertos e dos estepes¹⁰⁹. Assim, a paisagem é construída a partir do princípio “totalizante”, tendo uma série de elementos que se completam e se relacionam. Reiterando, essa capacidade de descrição demandaria uma “sensibilidade da alma”, que é compartilhada pelos viajantes, como vimos pelas paisagens descritas.

Sobre o ponto de vista acerca do homem, ou da humanidade, para Alexander von Humboldt e o barão de Eschwege, temos uma interessante aproximação entre essas duas figuras históricas. Apenas recordando, Eschwege e Humboldt eram amigos pessoais. A partir do trabalho de Walls é possível observar o posicionamento de Humboldt: “O princípio da liberdade individual e política está implantado na inerradicável convicção dos direitos iguais de uma só raça humana.”¹¹⁰ Veremos, principalmente no terceiro capítulo, que isso é ratificado pelo posicionamento de Eschwege perante as “atrocidades” cometidas contra o indígena brasileiro, colocando os homens num só grupo (*Menschheit*). Podemos utilizar um

¹⁰⁸ HUMBOLDT, Alexander von. **Ansichten der Natur**. Herausgegeben von Adolf Meyer-Abisch, Phillip Reclam Jun Stuttgart, 2008, p.25 (tradução nossa). “*Wenn unter dem senkrechten Strahl der nie bewölkten Sonne die verkohlte Grasdecke in Staub zerfallen ist, klafft der erhärtete Boden auf, als werde er von mächtigen Erdstößen erschüttert.*”

¹⁰⁹ “*Über die Steppen und Wüsten.*”

¹¹⁰ WALLS, L. D. **The Passage to Cosmos**. Alexander von Humboldt and the Shaping of America. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009, p.173 (tradução nossa). “*The principle of individual and political freedom is implanted in the ineradicable conviction of the equal rights of one sole human race.*”

exemplo citando Humboldt e seu posicionamento “humanista” através do trabalho de Walls:

Enquanto nós mantemos a unidade da espécie humana, ao mesmo tempo repelimos a depressiva assumpção de raças superiores e inferiores de seres humanos. Há nações que são mais suscetíveis ao cultivo, mais altamente civilizadas, mais enobrecidas mentalmente que outras, mas não há nada nelas mais nobre do que em outras.¹¹¹

Isso será discutido durante o trabalho pela via de Eschwege. Veremos como é possível enxergar essa “nobreza” do homem mesmo em povos “incivilizados”, os nativos; e como é possível notar a ausência da verdadeira nobreza justamente nos que pertencem à civilização.

O campo analítico dos relatos de viagem é, portanto, bastante diverso e múltiplo, pois faz parte de uma infinita teia de possibilidades, como afirma Rivera¹¹². A partir dos espaços e dos “diversos tempos” do continente americano, temos nos relatos de viagem a construção de uma representação sobre determinada sociedade, englobando tanto aspectos da natureza como dos homens. Concluimos tendo em mente uma das consequências filosóficas da viagem e sua produção literária: o olhar estrangeiro, aquele impregnado por um pessimismo em relação à civilização e seus decoros sociais à la Rousseau, como também uma perspectiva humboldtiana holística da Terra, que não vê degeneração na natureza americana.

¹¹¹ WALLS, L. D. **The Passage to Cosmos**. Alexander von Humboldt and the Shaping of America. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009, p.175 (tradução nossa). *“While we maintain the unity of the human species, we at the same time repel the depressing assumption of superior and inferior races of men. There are nations more susceptible of cultivation, more highly civilized, more ennobled by mental cultivation than others, but none in themselves nobler than others.”*

¹¹² RIVERA, Adrián Curiel. Prólogo. In: DEPETRIS, Carolina; RIVERA, Adrián Curiel (Ed.). **Geografias literarias de América**. Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Mérida, 2015.

Voltamos assim a uma de nossas querelas: a que constrói uma imagem de alteridade a partir do selvagem, em contraponto com a civilidade europeia. Nem sempre [...] o selvagem é apresentado como negativo, ele muitas vezes aparece como contraponto aos defeitos e características negativas do europeu [...], embora seja, em geral, um selvagem idealizado ou visto como um ser em processo de civilização.¹¹³

Como sabemos, o binômio “pátria” e “pós-fronteira” é a gênese do relato de viagem. Ao pisar num território que não corresponde ao seu, ou seja, ao se deslocar espacialmente e entrar em contato com outros “mundos” e diferentes “tempos históricos” (em referência à Europa metrópole e à colônia), o resultado é uma vasta e significativa produção documental. Esses relatos e narrativas são a única fonte disponível para estudo do passado cultural¹¹⁴ e da história pós-descobrimento ou ocidentalização de algumas sociedades do mundo, como o “Novo”. Porém, como mencionado, conscientes de seu caráter entre “realidade” e “expectativa”, os estudiosos preferem classificá-los como “gênero híbrido”.

Leite diz que esse tipo de relato adquiriu “várias formas através do tempo” e “é um produto intermediário entre um documento pessoal e um relato oficial”¹¹⁵. Decerto, existem metodologias para o historiador que busca se aproximar desse gênero, com algumas problematizações prévias, ajudando a pensar questões como até onde esse gênero híbrido pode nos ajudar a compreender a história? Qual era o objetivo daquele espectador dentro de um contexto histórico ao emitir certa representação do lugar visitado? Assim, veremos como a descrição de pessoas, lugares e costumes acabaria se transformando, a partir do século XVIII, em um início

¹¹³ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.128.

¹¹⁴ Aqui se entende como cultura a mentalidade, os costumes, as práticas, a política e as instituições sociais, entre outros. Vê-se que é utilizada uma perspectiva um tanto quanto hegeliana em relação ao termo, sendo a objetivação do *Geist*, ou espírito, humano.

¹¹⁵ LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.26.

de trabalho etnográfico da história ocidental, abrindo vias para a problematização historiográfica.

1.1 A ETNOGRAFIA COMO PRINCÍPIO DESCRITIVO

Podemos afirmar que a descrição ou o relato de viagem é norteado pela bagagem cultural do estrangeiro. Entre os itens dessa bagagem, podemos considerar a tendência ao olhar etnográfico, sendo uma característica fundamental para o nosso recorte temático. Segundo Rubiés, essa tendência “incorpora”

A descrição das pessoas, a sua natureza, costumes, religião, formas de governo, e língua [...] na literatura de viagem produzida na Europa após o século XVI que se assumiria a etnografia ser essencial ao gênero.¹¹⁶

Não só é uma característica latente da literatura de viagem, num ponto de vista “transnacional”, mas principalmente dos povos de língua alemã, como nos informa Stagl:

A restrição do termo “antropologia” pode ser explicada pelo fato de que no último quarto do século XVIII, um grupo de novos nomes disciplinares ganharam circulação na Alemanha, que, em vez de se originar da ideia de *ánthropos*, “homem”, era derivada de *éthnos*, “pessoas”/“povo”. [...] esses novos nomes enfatizaram a vida concreta de grupos humanos no espaço e tempo e conseqüentemente a diversidade da humanidade. Esses nomes, “etnografia”, “etnologia”, *Völkerkunde* e *Volkskunde*, foram todos cunhados na Alemanha entre 1771 e 1783, estão em uso desde esse tempo, e se espalharam pelas principais línguas europeias no século XIX.¹¹⁷

¹¹⁶ RUBIÉS, Joan Pau. Travel Writing and Ethnography. In: HULME, P.; YOUNGS, T. (Ed.). **The Cambridge Companion to Travel Writing**. Cambridge University Press, 2008, p.242 (tradução nossa). “*The description of peoples, their nature, customs, religion, forms of government, and language, is so embedded in the travel writing produced in Europe after the sixteenth century that one assumes ethnography to be essential to the genre.*”

¹¹⁷ STAGL, Justin. **A History of Curiosity** – The theory of travel 1550-1800. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004, p.234 (tradução nossa). “*The restriction of the term ‘anthropology’ can be explained by the fact that in the last quarter of the 18th century a bunch of new*

A informação de Stagl nos importa, pois vemos como esse estudo chamado de *Völkerkunde* pelos alemães do norte, especialmente em Göttingen, coloca um “cosmopolitismo” em posição privilegiada, a partir da noção de uma humanidade com povos/pessoas distintos. Também abre um novo ramo dentro da ciência, a partir do “cosmopolita” Gatterer (1727-1799), que seria esse estudo dos povos apoiando-se não mais na história, mas sim na geografia e na *Statistik* (estatística).¹¹⁸

O rápido aumento, de conhecimentos, na superfície terrestre na segunda metade do século XVIII, gerou uma evolução na geografia, e Gatterer fez subsídios a este desenvolvimento. Ele conectou a geografia intimamente à estatística, a coleção, a classificação e enumeração de informações empíricas de países, pessoas e constituições, também chamada de *Staatenkunde*, uma especialidade das universidades alemães, e principalmente Göttingen.¹¹⁹

Schlesier e Urban também contribuem com uma interessante definição do estudo etnográfico, especialmente em Göttingen:

A etnografia [*Völkerkunde*] (etnologia) é uma ciência de comparação cultural, com uma ênfase exclusiva às culturas extra europeias. A pesquisa e o ensino etnográfico conduzem a novos conhecimentos sobre culturas estrangeiras e sobre “a Cultura” como forma de vida dos homens, em geral. Logo após a fundação da universidade [de Göttingen], procurou-se, sem dogmas e aberta ao mundo, junto a questões gerais sobre a história cultural também perguntas etnográficas e antropológicas.¹²⁰

disciplinary names gained currency in Germany, which instead of coming from the idea of ánthropos, ‘man’, were derived from éthnos, ‘people’. [...] these new names emphasized the concrete life of human groups in space and time and consequently the diversity of mankind. These names, ‘ethnography’, ‘ethnology’, Völkerkunde and Volkskunde, which were all coined in Germany between 1771 and 1783, have been use since that time, and spread into the main European languages in the 19th century.”

¹¹⁸ STAGL, Justin. **A History of Curiosity – The theory of travel 1550-1800**. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004, p.235-6.

¹¹⁹ Ibidem, p.235 (tradução nossa). “*The rapid increase of knowledge on the surface of the earth in the second half of the 18th century had upgraded geography, and Gatterer made allowances for this development. He instead linked geography closely with Statistik, the collection, the classification and enumeration of empirical information on countries, peoples and constitutions, also called Staatenkunde, a speciality of German universities, and foremost of Göttingen.*”

¹²⁰ SCHLESIER, Erhard; URBAN, Manfred. Die Völkerkunde an der Georgia-Augusta – eine historische Skizze. In: SCHLOTTER, Hans-Günther (Ed.). **Die Geschichte der Verfassung und der Fachbereiche der Georg-August-Universität zu Göttingen**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht,

Vemos quão amplo e rico pode ser o estudo desse gênero descritivo, permitindo até mesmo pensar o nascimento da etnografia, através dos povos de língua alemã e dos relatos desses europeus em relação ao resto do mundo – ou seja, coleções, classificações, informações sobre os “estados” visitados. Podemos ir além: Stagl defende a tese de uma tradição propriamente alemã de “visão de mundo” (*Weltanschauung*), pois o neologismo relativo ao estudo dos povos apareceria em francês apenas 40 anos mais tarde, nas primeiras décadas do século XIX. Também justifica afirmando que foi no território dos povos de língua alemã, cercado “de terra, na Alemanha ‘sem colônia’, [que] os nomes “*éthnos*” foram originalmente aplicados para todos os povos, independentemente da cor de sua pele ou seu grau de civilização”.¹²¹

Isso significa que, segundo o autor, na cultura alemã haveria, *a priori*, a tendência a uma aproximação sociocultural diferenciada. É evidente que existe uma noção de “estágios de civilização” – e aqui não podemos ser anacrônicos em omiti-la –, criando uma hierarquização do progresso. Porém, é possível perceber uma gradativa “abertura” às *outras* culturas, extraeuropeias, e isso, como vemos no trabalho de Joan Pau Rubiés, seria a continuidade do processo de caráter humanista que se desenvolveria no Renascimento e daria à “Ilustração” essa possibilidade de leitura de outros povos e culturas.

Assim como Rosario Romeo escreveu em seu clássico e ainda notavelmente válido *Le scoperte americane nella coscienza italiana del Cinquecento* (1954; 1971), no final do século dezesseis que os povos americanos não seriam mais objeto de

1995, p.238 (tradução nossa). “*Die Völkerkunde (Ethnologie) ist eine kulturvergleichende Wissenschaft mit besonderer Betonung der außereuropäischen Kulturen. Völkerkundliche Forschung und Lehre führen zu neuen Erkenntnissen über fremde Kulturen und über >Die Kultur< als Lebensform des Menschen allgemein. [...] Sehr bald nach Gründung der Universität verfolgte man, undogmatisch und weltoffen, neben allgemein-kulturhistorischen auch völkerkundliche und anthropologische Fragen.*”

¹²¹ STAGL, Justin. **A History of Curiosity** – The theory of travel 1550-1800. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004, p.238, 241.

mitos abstratos ou condenações radicais, mas constituíam um elemento concreto numa visão mais abrangente do mundo natural e moral europeu. [...] Certamente é para nós mais interessante refletir sobre o fato que André Thevet, Jean de Léry e especialmente Michel de Montaigne escreveram sobre os indígenas brasileiros num modo que criou uma nova atividade intelectual para aqueles que ainda estavam preocupados com o aprofundamento das questões “Erasmianas” de uma Europa verdadeiramente educada e cristã. [...] O que eu proponho aqui é a história do gênero da literatura de viagem em relação à evolução da cultura humanista: ou, em outras palavras, o que viajantes fizeram para os humanistas e o que os humanistas fizeram para os viajantes.¹²²

Podemos notar que a literatura de viagem está intimamente ligada ao desenvolvimento da posição filosófica humanista, ao reconhecimento de outros povos e outras culturas que não as europeias, como também ao abandono de crenças mitológicas abstratas e radicalismos perante o continente americano e sua natureza. Notamos assim um interesse tipicamente germânico pela etnografia, ou separação da noção de civilização e da atividade própria dos povos, vista como cultura (“formas de vida” - *Lebensformen*). Podemos dizer que isso também significa uma abertura maior para a leitura do outro, interpretando-se os outros povos através de um prisma cultural diferente.

Cabe também perguntar de que forma isso pode ser identificado em casos específicos, como dos viajantes alemães aqui discutidos – Eschwege, Spix, Martius e Natterer. Veremos, assim, que não há uma necessária atribuição positiva aos outros povos por entenderem, *a priori*, estes como distintos e diferentes produtores

¹²² RUBIÉS, Joan Pau. Travel Writing and Humanistic Culture: A Blunted Impact? **JEMH - Journal of Early Modern History**. Leiden, n. 10, 1-2, 2006, p.139-140 (tradução nossa). “As Rosario Romeo wrote in his now classic and still remarkably valid *Le scoperte americane nelá coscienza italiana del Cinquecento* (1954; 1971), by the end of the sixteenth century the American peoples were no longer the object of abstract myths or radical condemnations, but constituted a concrete element in a wider European vision of the natural and moral world. [...] Surely it is for us more interesting to reflect upon the fact that André Thévet, Jean de Léry and especially Michel de Montaigne did write about Brazilian Indians in a way that created a new intellectual agenda for those still concerned with furthering the Erasmian deals of a truly learned and Christian Europe. [...] What I propose here is a history of the genre of travel writing in relation to the evolution of humanist culture: or, in other words, what travellers did for humanists, and humanists for travellers.”

de cultura, tendo em vista as muitas avaliações depreciativas e negativas. Isso nos leva a crer que existem outras diversas influências em níveis mais pessoais na formação desses viajantes que podem definir o posicionamento perante “o diferente”.

Vale questionar, portanto, o quão universal essa produção etnográfica dos viajantes alemães específica do século XVIII pode ter sido. Por que tal informação seria importante? Essas obras que descrevem o outro teriam então, levando em consideração o princípio de humanidade, dado início a uma tendência “humanista/cosmopolita”?¹²³

Além de Gatterer, uma das principais figuras da universidade de Göttingen naquele momento, o trabalho de Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), naturalista e fisiologista, sobre “multiplicação de discurso” teve papel fundamental entre viajantes como Eschwege, Humboldt e outros. Blumenbach, expoente da teoria *monogenista racional*¹²⁴, exerceu importante influência intelectual, conforme expõem Coca e Matas:

Johann Blumenbach, como o Conde de Buffon, consideravam que o ser humano, com suas diferentes raças e variedades, que era uma única espécie, já que se podia produzir entre cruzamentos férteis entre as diferentes populações como também apresentavam características mentais e psicológicas que as diferenciava dos macacos [...]. Não obstante, a maioria dos monogenistas –embora teleologicamente eram mais

¹²³ WALLS, L. D. **The Passage to Cosmos**. Alexander von Humboldt and the Shaping of America. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009, p.23 (tradução nossa). “*Muitos berços, mas um povo. Em todos os lugares que Humboldt olha, ele verifica uma grande verdade: ‘A raça Caucasiana, Mongol, Americanas, Malaías e Negras’ não estão ‘isoladas’ uma das outras, mas sim formam uma ‘grande família da raça humana, um único tipo orgânico, modificadas por circunstâncias que talvez permaneçam desconhecidas’. Se toda a humanidade faz parte de uma ‘grande família’, então todas as obras humanas, mesmo aquelas que não vão de encontro aos padrões europeus de beleza, são de valor de respeito e atenção, pois todas contam uma parte da grande história humana.*”

¹²⁴ Existem, no século XVIII, duas correntes que se apresentam como antagônicas em relação à origem do homem: o “Poligenismo” e o “Monogenismo”. Para a primeira corrente, haveria diferentes linhagens para as raças humanas, diferenciando a espécie, enquanto para o “monogenismo”, apesar de ainda fazerem a leitura de “raças humanas”, haveria um ancestral comum para todas essas “variedades”. COCA, J.; MATAS, J. **Exclusión “científica” del Otro** – Estudio Socio-educativo del racismo y la interculturalidad. Madrid: Ediciones de La Torre, 2012.

conservadores – mostravam posturas mais “igualitárias” (parece mentira) que outra escola de pensamento: os poligenistas. [...] de tal modo que podemos dizer, que o pensamento monogenista e seus defensores colocaram as primeiras pedras para desconstruir o racismo biológico.¹²⁵

Tal discussão e nosso objeto de pesquisa se entrecruzam justamente aqui, a partir da ideia de “visão de mundo” ou “*Weltanschauung*”:

Usamos a palavra *Weltanschauung* no sentido de visão do mundo, porque *Anschauung* (em termos filosóficos, traduzido como intuição) se mostrará uma palavra-chave nessa formação discursiva. Tratamos do olhar de viajantes que encontram um novo e outro mundo; é preciso, pois, entender sua forma de percepção do mundo e *da humanidade como um todo* e suas categorias de juízo quantitativo e qualitativo. Algumas personalidades, ou seus lugares de atuação, se destacam como aglutinadoras, em volta delas identificam-se centros de formação de multiplicadores de discurso. [...] O antropólogo Johann Friedrich Blumenbach, na universidade de Göttingen, foi professor de Eschwege, Humboldt, Langsdorff, Neuwied e outros futuros viajantes.¹²⁶

Stagl complementa a informação situando Blumenbach em relação à etnografia: “Até mesmo o antropólogo e físico Blumenbach seguiu esse uso.”¹²⁷

Lisboa também apresenta informações nesse mesmo sentido:

O motivo central de Humboldt é “o grande problema da descrição física do globo”. O *Essay* acata certos ditames da *Statistik* (estatística), ou seja, a *Staatenbeschreibung*, a “ciência histórica descritiva dos Estados”, que se articula na Alemanha oitocentista.¹²⁸

¹²⁵ COCA, J.; MATAS, J. **Exclusión “científica” del Otro** – Estudio Socio-educativo del racismo y la interculturalidad. Madrid: Ediciones de La Torre, 2012, p.15-17 (tradução nossa). “*Johann Blumenbach como el Conde de Buffon, consideraban que el ser humano, con sus diferentes ‘razas’ y variedades, era una única especie ya que se podrían producir entre-cruzamientos fértiles entre las diferentes poblaciones además de presentar características mentales y psicológicas que las diferenciaba de los simios [...]. No obstante, la mayoría de los monogenistas – aunque teleológicamente eran más conservadores – mostraban posturas más ‘igualitarias’ (parece mentira) que otra escuela de pensamiento: los poligenistas. [...] de tal modo que podemos decir, que el pensamiento monogenista y sus defensores han puesto las primeras piedras para deconstruir el racismo biológico.*”

¹²⁶ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.18 (grifo nosso).

¹²⁷ STAGL, Justin. **A History of Curiosity** – The theory of travel 1550-1800. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004, p. 241.

¹²⁸ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.42.

Assim, vemos que a etnografia, entre os alemães com formação na universidade de Göttingen, como é o caso do barão de Eschwege, surge como um “princípio descritivo” particular, reconhecendo, *a priori*, as sociedades extraeuropeias como grupos humanos da “mesma espécie”, logo produtores de certa cultura, ou pelo menos em potência. Devemos então, a partir dessas premissas, tirar um valioso balanço historiográfico desses documentos que descrevem o outro, o diferente, levando em consideração a tendência etnográfica da fonte. Nesse sentido, vem a questão: como essas descrições foram feitas no Brasil no século XIX?

1.2 O “EU” ATRAVÉS DO “OUTRO”: O ESTUDO DA ALTERIDADE

Uma das questões fundamentais para se poder iniciar a problematização com base em tais fontes de viagem é a noção de *alteridade*. Uma das possíveis definições desse conceito seria “natureza ou condição do que é outro, do que é distinto” ou “situação, estado ou qualidade que se constitui através de relações de contraste, distinção, diferença”¹²⁹. Temos evidentemente dois polos que possibilitam pensar nesse *estado* ou *qualidade*.

Relato de fronteira, a literatura de viagem deve dizer o outro. E dizer o outro, lembra Hartog, “é enuncia-lo como diferente – é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. [...] O mundo que se descreve é sempre uma imagem invertida, como um espelho, que ressalta a diferença do outro a partir da imagem espectral do mesmo.”¹³⁰

¹²⁹ HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.169.

¹³⁰ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.54-55.

Ou seja, é o contraste que dá sentido à situação; é através da delimitação de “b” que “a” pode ser identificado. De onde se origina esse contraste? Talvez a cultura nos responda. Se pensarmos na base cultural diferenciada que a viagem, em dimensões espaciais e temporais distintas, proporciona ao produtor de relato, temos uma resposta.

A imagem da mochila mental que o viajante carrega junto de seu equipamento, está longe de ser uma simples metáfora, pois é impossível que não se perceba o ambiente desde a base de ideia preconcebidas – não necessariamente preconceito – atribuídos ao seu próprio temperamento, e de uma bagagem cultural fornecida pela sociedade de seu tempo.¹³¹

Usando a metáfora de Rivera, o viajante e sua “mochila mental” – toda a bagagem *interna* acumulada durante anos de vida dentro de um contexto cultural –, abre-se uma série de problematizações: qual é e como se pode traçar a “base” cultural de um viajante? Como se dá esse encontro entre conhecido e desconhecido? Existem tendências de descrição em determinados tempos?

[...] a “alteridade” é concebida como um objeto de percepção intercultural, de modo que a apreensão desses fenômenos pelo visitante pode significar a transformação do “estranho” em “conhecido”, ampliando seu horizonte de percepção e fornecendo assim elementos para reflexões inéditas à cultura de origem. Portanto, ao mesmo tempo em que o viajante fala do lugar visitado, reelabora o seu próprio lugar de origem, permanecendo em constante diálogo com suas referências, que podem ser revistas, negadas ou reiteradas. A narrativa sobre o “outro” também é, afinal, a narrativa sobre “si mesmo”.¹³²

¹³¹ RIVERA, Adrián Curiel. Prólogo. In: DEPETRIS, Carolina; RIVERA, Adrián Curiel (Ed.). **Geografías literarias de América**. Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, Mérida, 2015, p.9-10 (tradução nossa). “*La imagen de la mochila mental que el viajero acarrea junto al equipaje, dista de ser una simple metáfora, pues es imposible que no perciba el entorno desde la base de ideas preconcebidas – no necesariamente prejuicios –, adscribibles a su propio temperamento, y de un bagaje cultural provisto por la sociedad de su tiempo.*”

¹³² LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.47.

Portanto, alteridade é o contraste, a diferença, o outro; entretanto, não deixa de ser “narrativa sobre si mesmo”. Também é parte de um processo dinâmico e constante de reelaboração da base cultural, como se vê na fala de Lisboa. Todavia, dentro de infinitas possibilidades de construção de “outros”, há princípios que norteiam visões distintas entre viajantes que compartilham esferas culturais semelhantes. Pensar a noção de alteridade dentro desse contexto de viagem e deslocamento espacial, temporal e cultural é imprescindível. Há na produção do “outro” um “fazer ver” através de uma “plataforma inteligível”, que é justamente a relação entre “a” e “b”.

1.3 DA IMAGEM AO PAPEL: MOTIVOS E PRÁTICAS

Sendo assim, algumas pistas nos ajudam a investigar essas “bagagens” que o viajante carrega consigo, tanto a bagagem “material” como a “imaterial”. A material, quando se trata de pensar a viagem no século XIX, por exemplo, como produtora de saber e ciência, se refere aos equipamentos que o viajante carrega, evidenciando uma intencionalidade – diz sobre os motivos, as práticas e intenções. Em suma, essas duas “bagagens” se fundem em apenas uma, o viajante *per se*. As coisas que ele carrega, tanto em suas ideias como em sua bagagem, fazem parte de um todo maior reconstruível.

A mentalidade arquitetada por uma funcionalidade material é o traço de uma só vontade: “ler o livro do mundo” através dos recursos de seu tempo. *Undertaking Travel and Exploration: Motives and Practicalities*, segundo capítulo da obra de Keighren e seus colaboradores, nos leva a refletir justamente sobre isso. Nessa seção do trabalho, que apresenta os motivos e realizações práticas da viagem no

século XIX por todo o globo, com foco nos ingleses, percebe-se o processo de descrever e registrar operando em conjunto com a exploração e dominação:

Escrever era requisitado como um registro de empreendimento exploratório, como testemunho do significado da viagem, e como um registro contra aquela ou outra informação que poderia ser testada.¹³³

Isso quer dizer que a forma da descrição dá sentido à intenção do relato. No contexto do trabalho do autor, séculos XVIII e XIX, o recurso de mapeamento denunciava as intenções políticas, econômicas e sociais dos “descobrimientos” e, conseqüentemente, as dominações inglesas através da viagem. Essa “prática” – associada ao “motivo” – de empreendimento exploratório, presente em Keighren, também pode ser observada na produção do diário de viagem, como nos informa Carolina Depetris:

Assim, através das notícias recebidas, o Vice-Rei se representa da realidade de um ambiente ausente: na Patagônia, os portos são inseguros e de difícil entrada, a terra é árida e de difícil cultivo, o solo é desértico, a segurança é incerta devida as “muitas nações de índios infiéis” (1837:124). [...] como vemos, os diários participam de um processo cognitivo e representativo de observação e transmissão do observado: através deles se apreende um objeto (neste caso a geografia), com um propósito de informar sobre ela, de dar-lhe forma e fazer com que possa ser conhecida e reconhecida.¹³⁴

¹³³ KEIGHREN, Innes M.; WITHERS, Charles W. J.; BELL, Bill **Travels into print**: exploration, writing, and publishing with John Murray, 1773-1859. London: The University of Chicago Press, 2015, p.34 (tradução nossa). “*Writing was required as a record of exploratory undertaking, as testimony to a voyage’s significance, and as a record against which that and other information could be tested.*”

¹³⁴ DEPETRIS, Carolina. **La escritura de los viajes**: Del diario cartográfico a la literatura. Viajeros, Serie Sextante, n. 1. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades Y Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007, p.13 (tradução nossa). “*Así, a través de las noticias recibidas, el virrey se representa la realidad de un entorno ausente: en la Patagonia, los puertos son inseguros y de difícil entrada, la tierra es árida y de difícil cultivo, el suelo desértico, la seguridad incierta por las “muchas naciones de indios infieles” (1837:124). [...] como vemos, los diarios participan en un proceso cognitivo y representativo de observación y transmisión de lo observado: a través de ellos se apreende un objeto (en este caso, una geografía) con el propósito de informar sobre él, de darle forma y conseguir que pueda ser conocido o reconocido.*”

É possível capturar a essência de um relato tipicamente “exploratório”, como nos informa Depetris, por exemplo, a partir de seu processo “cognitivo e representativo”. Isso, em termos metodológicos, nos interessa, pois permite entender em quais sentidos são construídas tais representações e quais são seus consequentes objetivos.

Trazendo essa discussão a Eschwege, podemos compreender como sua mentalidade “operativa” e “científica” funciona quando observamos, em *Brasil Novo Mundo*, também um diário, o seguinte:

12 de agosto,
A noite foi extremamente fria, e ninguém conseguiu, com os finos cobertores usuais, dormir na friagem. Assim, durante o dia ainda houve alguns que se reuniram em volta de uma grande fogueira. Mesmo perto das 9 horas, quando o sol já se posicionava no alto do horizonte, o termômetro mostrava ainda 48° [Fahrenheit, aprox. 8,88 °C]; o barômetro mostrava 27”660; a Fazenda está a 2.465 pés sobre o mar.¹³⁵

Nota-se a presença de linguagem tipicamente científica, ao analisar a pressão atmosférica no início do dia, como também a temperatura. Outro ponto importante esclarecido por Depetris em seu trabalho é a relação entre esse tipo de repertório retórico que o diário traz em sua estrutura e a busca de uma expressão verossímil. A autora explica que esse tipo de relato testemunhal carrega a nomenclatura de “*notitia*”, ou notícia, que remete aos escritos escolásticos. Esse uso está ligado à descrição de objetos passíveis de serem conhecidos, e a produção

¹³⁵ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p. 28 (tradução nossa). “*Den 12ten August. Die Nacht war empfindlich kalt, und niemand konnte, bei den hier üblichen leichten Bettdecken, vor Kälte schlafen, so daß die meisten noch vor Tage sich um ein großes Feuer vorsammelt hatten; selbst gegen 9 Uhr, als die Sonne schon hoch am Horizonte stand, zeigte das Thermometer noch 48°; das Barometer stand auf 27”660; die Fazenda liegt folglich 2465 Fuß über dem Meere.*”

desse relato “não é mais que meramente informativa”¹³⁶. Portanto, temos nos diários de viagem uma atividade “neutra” de conhecimento e reconhecimento:

[...] a observação está submetida a um forte realismo científico que demanda, para dar uma notícia “muito exata”, um posicionamento exterior e neutral do sujeito em relação ao objeto.¹³⁷

Dessa forma, sugerindo a metáfora do espelho e sua “precisão”, podemos entender que, na mentalidade daqueles agentes históricos produtores de testemunhos e relatos no formato de diários e *notícias*, como Eschwege, havia uma preocupação cognitiva em relatar o “verídico”. Portanto, os diários do século XVIII e princípios do século XIX são, para Carolina Depetris, “epistemologicamente confiáveis porque *vão conhecendo o que vão descobrindo* [...]”¹³⁸, deixando um interessante espaço para o trabalho do historiador. No excerto de Eschwege citado anteriormente vemos também a inversão da imagem do Brasil tropical, ao revelar que seu grupo estava despreparado para a situação – “com os finos cobertores usuais” –, colocando todos em situação desfavorável em consequência da baixa temperatura daquela noite. A descoberta relatada revela como a mentalidade encontrou tal resultado.

O historiador francês Marc Ferro, numa de suas mais significantes e minuciosas obras, *História das Colonizações*, faz uma interessante colocação referente ao papel dos viajantes na construção de um imaginário entre os europeus. Desde a formação do mundo colonial, o mundo do “outro”, existe uma vontade de

¹³⁶ DEPETRIS, Carolina. **La escritura de los viajes**: Del diario cartográfico a la literatura. Viajeros, Serie Sextante, n. 1. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades Y Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007, p.15.

¹³⁷ Ibidem, p.16 (tradução nossa). “[...] la observación está sometida a um fuerte realismo científico que demanda, para dar noticia ‘muy exacta’, um posicionamento exterior e neutral del sujeto em relación com el objeto.”

¹³⁸ Ibidem, p.23 (tradução nossa). “Los diarios de los siglos XVIII y principios del XIX son epistemológicamente fiables porque van conociendo lo que van descubriendo [...].”

compreendê-lo, torná-lo inteligível. Não só isso, mas também torná-lo inteligível na “linguagem europeia”, conseqüentemente, em sua mentalidade e consciência. Qual o resultado da publicação dessas obras e da disseminação desse conhecimento produzido?

Quase sempre apresentada no Ocidente como um fato essencialmente econômico, a colonização foi também uma ação de proselitismo, com vocação para cristianizar e civilizar povos considerados inferiores ou qualificados como tal. [...] ora, a essa influência vinda do alto somou-se mais uma, que tocou em profundidade a sociedade ocidental, mas, digamos, *de perfil*. A lenda nasceu espontaneamente, e logo contou com a simpatia da opinião pública. Não tinha objetivos econômicos e políticos, tampouco visava glorificar a grandeza do Império – mas seus agentes procuravam apenas apelar para o imaginário, fazer sonhar...¹³⁹

Todo processo de descrição é também um processo de “enquadramento”, reconhecimento. E quais seriam os recursos usados por esses homens tanto na esfera da materialidade como na metafísica?

Na maioria dos casos, o viajante vem guarnecido de noções adquiridas antes da viagem, por meio de leituras (artigos em revistas, jornais, livros de viagem, panfletos, tratados etc.) bem como contatos pessoais formando um conjunto de imagotipos.¹⁴⁰

Esses *imagotipos*, para Lisboa, seguindo a definição de Siebenmann, seriam os “estereótipos” ou a “mentalidade”, justamente toda uma base carregada inevitavelmente pelo viajante. Esse será um fator decisivo quando investigarmos as heranças intelectuais e a estrutura cultural de Eschwege.

¹³⁹ FERRO, Marc. **História das Colonizações** – Das conquistas às independências. Século XIII a XX. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.194-195.

¹⁴⁰ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.86.

Assim, em conjunto com as “bagagens”, o viajante também possui um motivo para estar ali, naquele lugar, “longe de sua terra”.

Nossa atenção está para os diferentes grupos de exemplos: narrativas de exploração ocasionada pela instrução formal a fins científicos e imperiais; narrativas de viagens motivadas pelo romance e utilidade; e os trabalhos de viajantes para os quais viajar e escrever era feito com o objetivo de corrigir as descrições de outros.¹⁴¹

Keighren explora a questão dos motivos para as viagens dentro do seu recorte temporal. Vemos que havia uma gama de razões naquele momento de efervescência científica e tecnológica – será necessário pensar em qual grupo o barão de Eschwege se encaixa como viajante. De forma semelhante, Augustin também traz em seu trabalho¹⁴², através da pesquisa de Leite, uma classificação entre os viajantes pesquisados, a saber, Eschwege, Martius e Spix. Preocupado com a “*literatura de viagem na época de D. João VI*”, faz uma importante conceituação desses viajantes especificamente alemães – trataremos mais à frente desse outro universo. Essa classificação, buscando localizar as tipificações de viagem, é feita de acordo com os *objetivos* e o *tempo de estadia* dos viajantes.

Por exemplo, entre os objetivos, de forma semelhante ao que se observa em Keighren, temos “estudos, trabalhos e pesquisas”, que estariam ligados à questão cientificista e imperial, e “lazer, comércio, reportagem e turismo”, que podemos interpretar através dos outros dois pontos que Keighren apresenta: viagem a conhecimento geral para construção de romances e para formulação de histórias “reais”. Sobre o tempo de estadia, nas obras de Augustin e Leite surgem

¹⁴¹ KEIGHREN, Innes M.; WITHERS, Charles W. J.; BELL, Bill **Travels into print: exploration, writing, and publishing with John Murray, 1773-1859**. London: The University of Chicago Press, 2015, p.38 (tradução nossa). “Our attention is to different sets of examples: exploration narratives prompted by formal instruction over scientific and imperial ends; travel accounts motivated by novelty and utility; and the works of travelers whose travel and writing aimed at the correction of other’s accounts.”

¹⁴² AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.59.

classificações como *hóspedes* por “pouco tempo”, “de passagem para outras províncias” e que se fixaram “durante alguns anos”. Todos esses pontos necessitam ser pensados dentro do estudo da viagem, como já dito antes, a fim de esclarecer melhor o sentido da viagem – e consequentemente os sentidos do relato.

Portanto, os motivos da viagem podem ajudar o pesquisador, caso seja possível determiná-los com segurança, a reconstruir o quebra-cabeça que dará sentido aos relatos. Nesse sentido, no próximo subcapítulo veremos de forma mais aprofundada a motivação e o sentido da vinda do barão de Eschwege ao Brasil. Assim como mencionado anteriormente sobre a exploração e, literalmente, o mapeamento do mundo pelos ingleses – e as intenções, práticas, motivos e desdobramentos dessas viagens –, Torrão Filho nos alerta sobre a ideia de uma “estrutura discursiva”, a “objetividade científica”, característica dos relatos dos séculos XVIII e principalmente XIX, coincidindo justamente com o grande movimento da Era da Razão, iniciada no século XVIII.

Essa “objetividade científica” constitui-se, também, como uma estratégia retórica de descrição dos mundos desconhecidos, que impõe uma maneira de olhar e narrar esta geografia da alteridade.¹⁴³

Observar o viajante através de seu “comportamento retórico” se torna decisivo: quais são suas estratégias de descrição e narração dos acontecimentos presenciados? Aos poucos, construindo um panorama das “alteridades”, ou seja, das relações de contraste entre o próprio mundo e o mundo esboçado, surge um mosaico explicativo sobre o agente que concebe esse mesmo mundo. O viajante vai se localizando e tornando reconhecível, entre práticas e representações, o desconhecido que existe “do lado de lá”.A

¹⁴³ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.107.

1.4 GUILHERME LUÍS CARLOS DE ESCHWEGE, O *BARÃO DE ESCHWEGE* (1777-1855)

Exposta essa primeira parte teórico-metodológica do estudo da viagem no campo da história, façamos um exame sobre nosso objeto de pesquisa, a obra do barão de Eschwege. Algumas indagações são necessárias para se compreender esse objeto, como sobre a origem do viajante, sua formação pessoal, seu universo cultural compartilhado, seus motivos para deslocamento, o tempo de estadia, a quantidade de publicações, sua participação no círculo científico da época e, por último, o “espírito” de suas publicações mais significativas. Entretanto, antes de pensar todos esses pontos, é necessário elucidar o contexto histórico e social do mundo Ocidental naquele momento, ou seja, o contexto da Europa, além de apontar quais foram os esforços já feitos para se compreender melhor o sentido da participação de Eschwege na história brasileira.

Em pesquisa bibliográfica, foi possível identificar os seguintes autores que abordam direta ou indiretamente a figura do barão de Eschwege, cujas obras são utilizadas nesta pesquisa: Pacheco¹⁴⁴, Sommer¹⁴⁵, Beck¹⁴⁶, Borges¹⁴⁷, Oberacker Jr.¹⁴⁸, Lisboa¹⁴⁹, Augustin¹⁵⁰, Renger¹⁵¹, Aguiar¹⁵², Lopes et al.¹⁵³, Schröder¹⁵⁴, Rodrigues¹⁵⁵.

¹⁴⁴ PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca. Transcrições – Wilhelm von Eschwege. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano III, n.3, jul.-set. 1941.

¹⁴⁵ SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

¹⁴⁶ BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig von Eschwege und die klassische deutsche Geographie: Zur Erinnerung an seinen hundertsten Todestag (Wilhelm Ludwig von Eschwege and the Classic German Geography in Commemoration of the Hundredth Anniversary of His Death). **Erdkunde**. Bonn, Bd. 9, H. 2, may. 1955. Idem. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstag des maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977.

¹⁴⁷ BORGES, José Gomide. **Eschwege, o anfitrião** – Depoimento de viajantes naturalistas que visitaram Eschwege, Villa Rica. Pesquisas e comentários: José Gomide Borges do IHGMG e Casa Eschwege. 2ª ed. Belo Horizonte, 1980.

¹⁴⁸ OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4ª ed., v. 1. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

Um traço que pode ser encontrado em grande parte desses trabalhos é a referência ao “reforço histórico” da contribuição científica de Eschwege, principalmente no campo da geologia. Pacheco, o autor do trabalho mais antigo encontrado, acredita que, “embora fragmentada, é de valor inestimável a obra de Wilhelm von Eschwege, principalmente a relativa à geologia brasileira”¹⁵⁶. Vale ainda verificar como tal ideia aparece na obra de Oberacker Jr.:

Frederico Luís Guilherme Varnhagen, em verdade, fez funcionar no Brasil, o primeiro alto-forno, entretanto não lhe cabe a primazia no fabrico de ferro, por métodos modernos. Seis anos antes dele, o seu amigo e chefe em Portugal, já o conseguira. Eschwege, que deve ser considerado como o verdadeiro criador da indústria pesada brasileira, ainda é tido como notável período em siderurgia e grande geólogo. Ao seu nome estão ligadas intimamente a estruturação da indústria de ferro no Brasil e em Portugal, e a exploração geológica e mineralógica do Brasil Central. [...] Pela primeira vez no Brasil ouvia-se o fragor do bater de um pesado martelo mecânico. Eschwege conseguiu atingir o fim colimado. Fora o primeiro a fabricar, no Brasil, ferro líquido pelo processo siderúrgico e é considerado na história da economia brasileira, como o criador da indústria pesada.¹⁵⁷

¹⁴⁹ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁵⁰ AUGUSTIN, Günther. Literatura de Viagem de Wilhelm Ludwig von Eschwege. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, UFMG, v. 9/10, 2003/2004. Idem. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

¹⁵¹ RINGER, Friedrich E. O “Quadro Geognóstico” do Brasil de Wilhelm Ludwig von Eschwege: Breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Geonomos**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1/ 2, 2005.

¹⁵² AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios puri-coroados da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuição dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Mosaico**. Goiânia, v. 4, n. 2, jul./dez. 2010.

¹⁵³ LOPES, Fabrício Antonio (et al.). Viajantes e Naturalistas do século XIX: A reconstrução do antigo Distrito Diamantino na Literatura de Viagem. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 21, n. 36, 2011.

¹⁵⁴ SCHRÖDER, Ulrike. Literatura de Viagem – Martius, Spix e Eschwege sobre o Brasil. **Linha d'Água**. São Paulo, n. 24, v. 1, 2011.

¹⁵⁵ RODRIGUES, Ana Margarida Duarte. A viagem de Humboldt à América do Sul e uma nova ideia de paisagem: o seu impacto em Eschwege. **Memórias** – Revista Digital de História y Arqueología desde El Caribe Colombiano. Barranquilla, Año 11, n. 25, enero-abril 2015.

¹⁵⁶ PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca. Transcrições – Wilhelm von Eschwege. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano III, n.3, jul.-set. 1941, p.83.

¹⁵⁷ OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4ª ed., v. 1. Rio de Janeiro: Presença, 1985, p.198.

Inegavelmente Eschwege teve papel fundamental na constituição de uma “mentalidade industrial” – como será discutido no próximo capítulo. Outro exemplo pode ser visto em Borges:

Incansável, procurou o mestre alemão reviver a produção, introduzindo métodos modernos de metalurgia de ferro – um sistema mecanizado para a exploração das jazidas, tratamento e melhor aproveitamento do minério. Esforçou-se, afinal, no cumprimento programático do Governo no soerguimento das lavras, em decadência.¹⁵⁸

Podemos dizer que grande parte dos trabalhos historiográficos faz uma leitura bastante “positivista” ou “memorialista” da trajetória de Eschwege, como diz Figuerôa¹⁵⁹, que buscou em seu trabalho estudar a institucionalização das ciências naturais no Brasil.

Outros trabalhos historiográficos se destacam, como o de Renger, especializado na História da Geologia, trazendo dados quantitativos acerca de Eschwege que interessam à nossa discussão:

Os termos introduzidos por Eschwege se firmaram logo na bibliografia alemã (Cotta 1849) e foram usados por praticamente todos os viajantes naturalistas que visitaram o Brasil no século XIX. São válidos até hoje, não somente no vocabulário português, como são encontradas ainda na nomenclatura geológica internacional.¹⁶⁰

Vemos que há uma série de outros viajantes que entraram em contato direta ou indiretamente com as ideias de Eschwege, a partir da circulação de suas visões

¹⁵⁸ BORGES, José Gomide. **Eschwege, o anfitrião** – Depoimento de viajantes naturalistas que visitaram Eschwege, Villa Rica. Pesquisas e comentários: José Gomide Borges do IHGMG e Casa Eschwege. 2ª ed. Belo Horizonte, 1980, p.l.

¹⁵⁹ FIGUERÔA, Silvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). **Asclepio**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. L-2, 1998, p.107-108.

¹⁶⁰ RENGGER, Friedrich E. O “Quadro Geognóstico” do Brasil de Wilhelm Ludwig von Eschwege: Breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Geonomos**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1/ 2, 2005, p.94.

publicadas, como também de relações pessoais. O escopo do trabalho de Borges é justamente apresentar Eschwege de um ponto de vista distinto.

Aqui, não vamos falar do homem de ciências. Apresentaremos Eschwege, o Anfitrião; a maneira fidalga, acolhedora, com que recebia aqueles viajantes. Não só os hospedava. Acompanhava-os em excursões às adjacências, informando, com detalhes, acerca dos empreendimentos já realizados e dos planos a serem postos em prática.¹⁶¹

Sabe-se que Eschwege tinha amizade com outros naturalistas e filósofos da época, como Spix, Martius, Pohl, Luccock, Langsdorff e Saint-Hilaire, como também Goethe. Portanto, estamos tratando de publicações com alto índice de leitura e utilização no meio científico, principalmente no campo da geologia.

No que se refere à presença do índio na obra de Eschwege, temos um número reduzido de autores que abordam tal tema. Obras como as de Augustin¹⁶² e Aguiar¹⁶³ apresentam informações a respeito da leitura de Eschwege, como também de viajantes como Spix, Martius, Freireyss e Wied-Neuwied, sobre alguns povos indígenas do Brasil. Augustin aponta brevemente uma tendência rousseuniana em Eschwege e demonstra estar consciente da preocupação do barão em publicar sobre esses povos. Porém, pouco se aprofunda no tema, embora apresente a construção de uma visão “positiva” sobre o índio.

Nesse sentido, o trabalho de Augustin se diferencia do de Aguiar, que se propõe a entender a perspectiva “etnográfica” do indígena para Eschwege, apresentando alguns trechos dos escritos desses viajantes em busca de melhor

¹⁶¹ BORGES, José Gomide. **Eschwege, o anfitrião** – Depoimento de viajantes naturalistas que visitaram Eschwege, Villa Rica. Pesquisas e comentários: José Gomide Borges do IHGMG e Casa Eschwege. 2ª ed. Belo Horizonte, 1980, p.l.

¹⁶² AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

¹⁶³ AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios puri-coroados da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuição dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Mosaico**. Goiânia, v. 4, n. 2, jul./dez. 2010.

entendimento de “quem eram os indígenas da Mata Central de Minas Gerais”. Dessa forma, a obra de Eschwege acaba se tornando uma via de sua problematização, e não propriamente seu objeto. Através de práticas como a “feitiçaria”, registrada pelo barão no *Jornal do Brasil*, o autor busca identificar de quais povos o viajante estaria tratando.¹⁶⁴

O trabalho de Schröder também nos traz uma informação interessante sobre a questão da língua e do índio brasileiro na perspectiva eschwegeiana:

Com sua sensibilidade aguda para os mecanismos da língua, o autor focaliza esse aspecto na análise dos textos também. Como todo viajante, os três [Eschwege, Spix e Martius] percebem a relação entre língua e cultura na compreensão do país e do povo visitado. Se o discurso é uma fala socialmente construída, cada língua é o discurso da sua cultura, no sentido da língua como discurso. Eschwege diz que precisa conviver muito tempo para entender um povo. Como viajante transcultural, pratica a tradução cultural. Spix e Martius observam nos seus estudos lingüísticos que a língua dos índios corresponde à sua cultura, não há correspondências para seus conceitos europeus e, quando há, foram implantados pelos missionários. Sua preocupação com a denominação parece refletir o medo da demonização da fala que detectaram nos índios.¹⁶⁵

É verdade que Eschwege produz, no final da primeira parte de *Brasilien die Neue Welt*¹⁶⁶, uma tradução das principais palavras da língua “coroática”. Palavras como “formiga” (*putû*), “conto/história” (*petáhna, erzählung*) e “coração” (*tokera*), como também expressões do tipo “óh! ceús” (*eishó, ach!*) ou “não!” (*candgé, nein!*), mostram uma preocupação em demonstrar de que forma se constitui aquela cultura, pois, como veremos a seguir neste trabalho, tanto a linguagem como a noção de

¹⁶⁴ AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios puri-coroado da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuição dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Mosaico**. Goiânia, v. 4, n. 2, jul./dez. 2010, p.200.

¹⁶⁵ SCHRÖDER, Ulrike. Literatura de Viagem – Martius, Spix e Eschwege sobre o Brasil. **Linha d'Água**. São Paulo, n. 24, v. 1, 2011, p.170.

¹⁶⁶ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p. 232.

“cultura” (*Kultur*) têm uma significação específica para os alemães daquela época. Há um medo detectado na fala do “nativo”, por parte dos viajantes, incorporado pela cultura europeia, o que reforça também a argumentação histórica de que esses viajantes são críticos em relação ao processo social da colonização daqueles “homens naturais”.

Como contribuição central para essa discussão, este trabalho procura apresentar a complexidade presente na representação da dicotomia entre indígenas e luso-brasileiros por Eschwege. E, nesse sentido, pode-se afirmar que há um grande valor contido neste estudo. Nenhum desses trabalhos historiográficos mencionados, aparentemente, captou a relação entre as orientações filosóficas de Eschwege, *civilização* e *natureza* (homem e mundo natural), ou a dissociação da positividade moral da noção de civilização. Pretende-se demonstrar como a mentalidade europeia, crítica a determinadas questões sobre o homem e a civilização, colocou certos programas em prática através desses discursos de viagens. Evidentemente, o presente trabalho vai além de localizar o caráter puramente etnográfico nas descrições dos indígenas no Brasil.

Um ponto-chave que este trabalho busca demonstrar, tornando-o singular, é a presença de uma *mentalidade* específica nesse objeto de pesquisa, fundada em suas principais influências intelectuais, como Kant, Humboldt e Rousseau, resultando num discurso ímpar sobre questões como o homem, a natureza e suas ações. É verdade que esses nomes são considerados em trabalhos como os de Augustin¹⁶⁷ e Rodrigues¹⁶⁸. Porém, o que não se observa nessas pesquisas é de que forma o discurso de Eschwege se conecta e relaciona (civilização e natureza).

¹⁶⁷ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

¹⁶⁸ RODRIGUES, Ana Margarida Duarte. A viagem de Humboldt à América do Sul e uma nova ideia de paisagem: o seu impacto em Eschwege. **Memórias** – Revista Digital de História y Arqueología desde El Caribe Colombiano. Barranquilla, Año 11, n. 25, enero-abril 2015.

Os trabalhos aqui apresentados não compreendem como a postura “pró-indígena” de Eschwege está relacionada com a insatisfação e a desilusão desse alemão para com o estado de “minoridade” – de quem fala Kant – do homem “civilizado”.

É possível notar durante o exame de sua obra, como também nas suas cartas, que Eschwege atribui um caráter moral negativo às ações do homem corrompido pelas mazelas da civilização. Ações como a destruição do meio ambiente, a preguiça e a vadiagem, a avidez dos colonos são alvo de críticas. Em contrapartida, o indígena, entendido como homem “natural” e “puro”, é colocado em posição equivalente à do homem branco e muitas vezes defendido pelo autor. Também a ausência, *a priori*, de um conceito de inferioridade cultural relacionado a esses homens nos diz bastante sobre seu posicionamento acerca do que compreende como “humanidade”.

Esses trabalhos, em grande parte, pouco ou nada teorizam o fenômeno da viagem e suas possíveis problematizações cruzando dados biográficos e fontes de Eschwege. O que se quer dizer com isso é que este estudo contém um conjunto de obras que ajudam e possibilitam a problematização desse interessante objeto. Tampouco optam por novas tentativas de tradução da fonte original, dificilmente acessível pelo idioma e sua impressão típica em gótico.

Ainda podemos dizer que este trabalho situa Eschwege a partir de outros importantes autores da historiografia clássica brasileira, como Caio Prado Jr. e Maria Odila Dias, buscando colocar em discussão esse objeto de pesquisa mediante os temas levantados por esses autores. Portanto, ao contrário do que se tem pesquisado e publicado sobre Eschwege, buscamos aqui um panorama mais abrangente, procurando cruzar elementos da História das Mentalidades, da História do Brasil – focando a temática indígena –, como também da Literatura de Viagem.

Por último, é importante destacar que não foi encontrado até então nenhum trabalho que estude exclusivamente a figura de Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege e sua obra. Além disso, pretendemos trabalhar com suas publicações originais, tendo em vista a melhor interpretação e problematização da fonte. Para os estudiosos do campo, é notável a escassez de produção sobre essa temática. Dessa forma, acreditamos que este trabalho tem muito a somar para as discussões sobre viajantes alemães no Brasil Colonial.

É evidente que, quando direcionamos a atenção ao continente europeu, tendo a literatura de viagem em mente, buscando diferenciar diferentes “traços nacionais”, é preciso observar primeiramente a heterogeneidade da complexa estrutura cultural desse “corpo” chamado Europa. Em outras palavras, para o estudo historiográfico é muito clara a presença de regionalidades e especificidades que distinguem diferentes contextos culturais do “povo europeu”. Portanto, esses viajantes podem ser diferenciados a partir do “contexto nacional” abarcado na fonte. Em nosso caso, estamos atentos aos povos de língua alemã. Mas por que não “Alemanha”?

Vale lembrar que no contexto da história do Ocidente, na Alemanha, a industrialização, a unificação nacional e a democracia parlamentarista plena se deram tardiamente. Isso teria influência na peculiaridade do pensamento liberal alemão como resposta a essa situação história, na qual os pressupostos econômicos e sociais para a prática dessa ideologia eram fracos. Por isso seus representantes enfatizaram a crença na “inevitabilidade do progresso e nos benefícios do avanço econômico e científico”, atrelada à crença nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores.¹⁶⁹

¹⁶⁹ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.138.

Primeiramente, chama atenção na fala da autora sua colocação correspondente à “crença nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores”. Nosso objeto de estudo, a trajetória do barão de Eschwege, se insere nessa mentalidade alemã específica de “burocracia ilustrada”, como veremos a seguir. É importante lembrar que o motivo central da vinda desse alemão para o Brasil foi a possibilidade de desempenhar um trabalho para o Estado português. No ano de 1810, pouco tempo após o deslocamento da família Real ao Brasil, forçada pela investida de Napoleão Bonaparte, aportou no Rio de Janeiro *Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege*, também conhecido como barão de Eschwege – ou, em português, Guilherme Luís Carlos de Eschwege. Todavia, antes de nos preocuparmos com sua experiência no Brasil, é imprescindível fazer algumas ponderações sobre sua origem e o período em qual viveu.

Em 1777, ano de seu nascimento no pequeno vilarejo de Aue Wasserburg, pertencente à sua família, estava ocorrendo na Europa, desde o começo do mesmo século, um processo dinâmico de florescimento artístico, filosófico e científico, que a historiografia denomina de “Ilustração” ou “Iluminismo”. “A Europa, contada por Jacques Le Goff” nos informa, a respeito desse movimento, sobre uma “nova conquista fundamental no pensamento europeu, de Portugal até a Rússia”¹⁷⁰. Revolução essa que, para o historiador, remonta ao século XV e suas revoluções tecnológicas e práticas, além de filosóficas, as quais estariam reconfigurando a *Denkungsart*¹⁷¹ de todo um continente. Devemos então levar em conta que as

¹⁷⁰ LE GOFF, Jacques. **L'Europa raccontata da Jacques Le Goff**. Traduzione di Fausta Cataldi Villari. Bari: Laterza, 2015, p.71 (tradução nossa). “[...] una nuova conquista fondamentale del pensiero europeo, dal Portogallo sino alla Russia.”

¹⁷¹ Traduzindo do idioma alemão para o português, “forma de pensar”. A “revolução copernicana”, por exemplo, pode ser considerada uma mudança na “Denkungsart”, pois reestrutura todo um sistema

formas de representação inseridas em nosso recorte temporal contêm um “germe de luz” – ou, considerando a classe social e a motivação da viagem de Eschwege, um condicionamento ao pensamento “ilustrado”.

A viagem [do século XVIII] ligava-se sempre à instrução. Luís António Verney, que abandonou o país em 1736, escreverá enfaticamente a um amigo: “quando saí desse reino, ainda que tinha muitas outras notícias que não se acham em comum dos nossos costumes, não sabia, porém, que coisa eram bom gosto das Belas-Letras”. Assim, viajar era esclarecer-se, descobrir o bom e o verdadeiro – tipicamente um acto de iluminismo.¹⁷²

Voltando ao território de língua teutônica, essa cidadela pertence à região Noroeste da atual Alemanha, na época *Landgraviato* (*Landgrafschaft*) de Hesse-Cassel¹⁷³, chamada pelos franceses de *Alto Reno*¹⁷⁴ no século XVIII, que corresponde hoje ao estado de Hesse. Não é a proposta deste trabalho esmiuçar toda a teia de informações sobre a história dessa região, porém alguns pontos que dizem respeito ao universo cultural do barão de Eschwege precisam ser pensados.

Quais aspectos ligados à sua região de origem influenciaram em níveis “macroscópicos” e “microscópicos” esse viajante? Mesmo nascido dentro de uma *Adelige Familie*¹⁷⁵, tal condição não foi suficiente para que von Eschwege permanecesse na cidade natal. Pois, dentro das “classes nobres”, havia a “Alta Nobreza” e a “Baixa Nobreza”, e Guilherme pertencia à segunda. Então ele precisou batalhar pelo seu crescimento pessoal, tendo em vista seus horizontes limitados,

racional de construção do pensamento. O mesmo serve para a revolução kantiana, dentro da filosofia.

¹⁷² RAMOS, Rui. Nas origens da “Lenda Negra”: As viagens filosóficas do século XVIII Português. *Penélope*. Fazer e Desfazer História. Lisboa, n.4, nov. 1989, p.68.

¹⁷³ SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p.13.

¹⁷⁴ WIKIMEDIA COMMONS. Karte der Landgrafschaft Hessen-Kassel um 1720 (Map of the german county Hessen-Kassel in central Germany, publication date circa 1720). Mapa de Guillaume Delisle. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hessen-karte_guillaume-delisle_1720.jpg>. Acesso em: 27/01/2016.

¹⁷⁵ “Família pertencente à classe Nobre.” Segundo Demel e Schraut, a etimologia da palavra provém da comprovação da continuidade da propriedade de terras. DEMEL, Walter; SCHRAUT, Sylvia. **Der Deutsche Adel** – Lebensformen und Geschichte. München: C. H. Beck, 2014.

cursando um nível superior de ensino, no caso filosofia, “cameralismo”¹⁷⁶ e depois geologia nas universidades de Göttingen e Marburg, e trabalhando em áreas de responsabilidade técnica e burocrática. Vimos anteriormente, na fala de Lisboa, que existia uma tendência historicamente construída entre os alemães a acreditar “nas virtudes de uma administração burocrática de ilustrado paternalismo e um senso de responsabilidade entre as hierarquias superiores”, numa sociedade pouco industrializada, mas empenhada, a partir do século XVIII, a desenvolver uma racionalidade técnica e científica positiva que dialogava diretamente com os projetos idealistas como em Kant.

Assim, Demel e Schraut explicam os dois caminhos que eram possíveis aos “nobres” alemães: permanecer nos direitos de regência, buscando expandir possibilidades econômicas, ou participar de serviços normalmente civis, militares ou eclesiásticos.¹⁷⁷ Como os *von Eschwege* não eram latifundiários, procuraram garantir o futuro dos filhos investindo em estudos. Mesmo sendo escassas as informações bibliográficas, o pequeno livro de Sommer nos informa que desde a juventude Guilherme e seus dois irmãos foram instruídos aos moldes da época com tutor particular e incentivo à universidade.¹⁷⁸

Sabemos que as regiões que chamamos hoje de Alemanha e Itália, antes de se tornarem “Estados-Nações”, correspondiam a configurações feudais, e isso, em suma, representava certa autonomia – e particularidades – para cada região.

¹⁷⁶ Há uma referência a esse tipo de preparação para o serviço público na obra de Carvalho: “A Prússia foi o primeiro país europeu a introduzir o sistema do mérito no serviço público, acompanhado de regras precisas sobre o recrutamento de funcionários e de elaborado sistema de treinamento para os que pretendessem atingir os escalões mais altos da carreira. O treinamento abrangia até mesmo aspectos ideológicos: exigia-se dos funcionários o estudo do cameralismo, isto é, da ciência do governo por departamentos administrativos.” CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem - Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.30.

¹⁷⁷ DEMEL, Walter; SCHRAUT, Sylvia. **Der Deutsche Adel** – Lebensformen und Geschichte. München: C. H. Beck, 2014, p.36.

¹⁷⁸ SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p.15-17. AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.54.

Historicamente formado por regiões que eram principados ou províncias independentes no passado, o território alemão exibe variações regionais marcantes mais baseadas na história política, cultural e socioeconômico do que na geografia.¹⁷⁹

Primeiramente, o *landgraviato*, espécie de unidade político-territorial feudal, a partir da regência do monarca Carlos I de Hesse-Cassel (1654-1730), teve uma atividade política e social que Kroll¹⁸⁰ definiria como “*mecenática*”; havia um investimento para o florescimento cultural e científico – em aparente harmonia com o movimento generalizado, a “ilustração”, já citado. Além de ter construído o parque e castelo de *Wilhelmshöhe*, que é até hoje cartão-postal de Kassel, estabeleceu em 1709 o *Collegium Illustre Carolinum*, considerado o primeiro centro técnico-científico-artístico da Alemanha.

Além disso, como nos informa o autor citado¹⁸¹, podemos chamar atenção para um fato político importante: Hesse-Cassel recebeu, a partir de 1685, pela “Liberdade de Confissões”, cerca de 5.000 huguenotes franceses, entre eles mercadores e artesãos, fugindo de perseguições religiosas em sua terra natal. Para estes foram oferecidas terras e incentivos sociais como redução de impostos para a mudança e o estabelecimento. E isso não foi à toa: berço da reforma protestante, alguns dos territórios alemães absorveram com bastante fervor as novas doutrinas expostas por Lutero, as quais rapidamente, aliadas à imprensa revolucionária de Gutenberg, se espalharam entre os príncipes alemães. Assim, questionamos também: qual seria a orientação religiosa desse “corpo político feudal”?

Sobre o “processo histórico” que se iniciou no século XVI e perdurou até o século XVII, Gräf nos informa:

¹⁷⁹ FULBROOK, Mary. **História Concisa da Alemanha**. Tradução de Barbara Duarte. São Paulo: Edipro, 2012, p.18.

¹⁸⁰ KROLL, Frank-Lothar. **Geschichte Hessens**. München: C. H. Beck, 2006, p.35.

¹⁸¹ Ibidem, p.37.

[...] as várias expulsões de calvinistas, como aquelas do sul da Holanda, França e Itália, mais do Palatinado e do Eleitorado da Saxônia, requereram grande mobilidade e promoveram uma intensa mentalidade internacional nos seus estratos sociais [ranks]. Desses centros exilaram-se espalhando a doutrina reformada numa ampla base para a Inglaterra, o *noroeste da Alemanha*, a área do baixo-Reno, e o Palatinado. [...] O landgraviato de Hesse-Kassel participou em ambas as mudanças, geográficas e sociais. Envolvida num processo desde seus primórdios, o principado ofereceu refúgio para alguns crypto-calvinistas, colocando-os em escritórios das cortes, fazendo com que Kassel fosse um nó da rede internacional calvinista.¹⁸²

A partir do trabalho de Gräf é possível tomar ciência do processo de deslocamento de uma mentalidade para o território de origem do barão de Eschwege. Essa informação também aparece na obra de Kroll, que afirma que desde o século XVII, a partir da Guerra dos Trinta Anos, Hesse-Kassel se alinharia à confissão calvinista.¹⁸³

Devemos lembrar ainda que, nos finais do século XVII e em praticamente todo o século XVIII, o *landgraviato* de Hesse-Kassel se posicionaria como um importante aliado do estado prussiano, *Brandenburg-Preußen*, concedendo, por exemplo, soldados para a participação na Guerra de Independência, entre as então 13 colônias e o Reino Unido, parceiro da Prússia.¹⁸⁴

Uma mais estável identidade protestante começava a tornar evidente pela primeira vez nos finais da Guerra dos Sete Anos (1763). A supremacia católica parecia desaparecer. Brandenburg-Prússia, sob Frederico o Grande (1740-86), parecia ser ao menos um Estado protestante unificado após

¹⁸² GRÄF, Holger Thomas. The Collegium Mauritanium in Hesse-Kassel and the making of Calvinist Diplomacy. **The Sixteenth Century Journal**. Kirksville, v. 28, n. 4, Winter 1997, p.1.169 (tradução nossa). “[...] the many expulsions of Calvinists, such as those of southern Netherlands, France and Italy, plus the Palatinate and Electoral Saxony, required greater mobility and fostered a more intense international-mindedness in their ranks. From these centers exiles spread the Reformed doctrine on a broad basis to England, northwest Germany, the lower Rhine area, and the Palatinate. [...] The landgraviate of Hesse-Kassel participated in both the geographical and the social shift. Involved in a process from the earlier point, the principality lent refuge to a few Saxon crypto-Calvinists and appointed them to court offices, making Kassel into a node of the international Calvinist network.”

¹⁸³ KROLL, Frank-Lothar. **Geschichte Hessens**. München: C. H. Beck, 2006, p.33.

¹⁸⁴ Ibidem, p.36.

sua conquista da Silésia luterana em 1740, e a ligação identificável entre as Prússias do “leste” e do “oeste” em 1772. Era possível pensar em Berlin sendo a primeira capital comum da Prússia protestante.¹⁸⁵

Defendemos a tese de que von Eschwege, homem nascido e criado nesse universo específico, entre tantas regiões que compunham a Alemanha naquele momento, recebeu uma influência cultural capaz de gerar certa *tolerância*, aqui manifestada pelo viés religioso, inspirando a leitura das obras de Rousseau e, consequentemente, Kant. Pensando o universo da Ilustração, que examinaremos em mais detalhes a seguir, vemos que essa região do Reno acumulou, ao longo dos processos históricos, decisivas bases filosófico-políticas, que influenciaram o geólogo estudado. Para Lutero, diante do aumento de 660% de impressões em toda a Alemanha em seis anos, desde o seu protesto, a imprensa de Gutemberg seriam “os cavalos que puxariam as boas notícias [Gospel] adiante”¹⁸⁶. Ou, em outras palavras, se fomentava uma cultura de produção literária, desde a Reforma, em que se defendiam preceitos como a liberdade religiosa e, sub-repticiamente, uma “tolerância”; mais adiante, entrando no século XVIII, a atividade política “ilustrada”.

Joachim Whaley, em seu interessante trabalho que nos permite pensar a relação entre o protestantismo e a Ilustração na Alemanha, informa:

A ausência de uma comparável estrutura eclesiástica, na Alemanha luterana, inevitavelmente permitiu grupos “ilustrados” com mais espaço para manobras e menos para críticas. De fato, as igrejas luteranas se encontravam na rejeição explícita

¹⁸⁵ HOPE, Nicholas. **German and Scandinavian Protestantism – 1700-1918**. Oxford history of the Christian Church. New York: Oxford University Press, 1995, p.217 (tradução nossa). “*A more stable Protestant identity became evident for the first time at the end of the Seven Years' War (1763). Catholic ascendancy seemed to be on the wane. Brandenburg-Prussia under Frederick the Great (1740–86) looked at last like a united Protestant state after his conquest of Lutheran Silesia in 1740, and the linkage of identifiable ‘West’ and ‘East’ Prussias in 1772. It was possible to think of Berlin for the first time as a common Protestant Prussian capital.*”

¹⁸⁶ BLAYNEY, Geoffrey. **A Very Short History of the World**. Australia: Pinguin Books, Pinguin Group, 2004.

ao argumento da Igreja Católica sobre o direito de exercício à autoridade temporal.¹⁸⁷

A ausência de uma estrutura eclesiástica, naquele momento, somava-se à fortificação de grupos ilustrados produtores de uma cultura crítica atuante, e isso, pensando no contexto específico da Alemanha do noroeste, gerou um caráter filosófico específico – uma força por parte de grupos ilustrados com um projeto próprio, desassociado da Igreja Católica e seu poder. Podemos pensar, através da contribuição de Whaley, um verdadeiro projeto político que estaria sendo empreendido nos territórios luteranos de ilustração com viés social. “*Bildung macht Frei*” (“Formação/Instrução liberta”), frase do pintor suíço – e amigo pessoal de Goethe – Johann Heinrich Meyer (1760-1832)¹⁸⁸, expressa bem o espírito da liberdade enviesada pela instrução. Esse projeto estaria formando o que Whaley chama de *gebildet stand*¹⁸⁹, ou “classe social instruída”, que difere, para o autor, do Terceiro Estado da Revolução Francesa, a qual, para Schiller¹⁹⁰, falhou no processo revolucionário pela falta de “base cultural”.

As universidades, especialmente para as novas fundações de Halle e Göttingen, tiveram um papel crucial atuante, de forma similar, por alguns ramos da igreja luterana. Ambas forneceram uma fonte de inspiração e produziram um grupo de homens educados receptivos para e ativos na propagação dos ideais

¹⁸⁷ WHALEY, Joachim. The Protestant Enlightenment in Germany. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas (Ed.). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge University Press, 1981, p.112 (tradução nossa). “*The absence of a comparable ecclesiastical structure in Lutheran Germany inevitably left enlightened groups with more room for manoeuvre and less to criticize. Indeed, the Lutheran churches had been founded on an explicit rejection of the Catholic claim that the church had the right to exercise temporal authority.*”

¹⁸⁸ Ibidem, p.111.

¹⁸⁹ Para o autor, uma nova classe social estaria em emergência com o movimento de Ilustração alemão protestante, chamado de *gebildete Stände*, que seria composto por governantes, nobres, diplomatas, oficiais, universitários e artistas. “Em outras palavras, funcionários do estado e seus mestres.” Ibidem, p.110.

¹⁹⁰ SCHILLER, Friedrich von. **Cultura estética e liberdade**. Organização e tradução de Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009, p.32-33.

ilustrados. Sem as universidades, resumindo, as *gebildete Stände* nunca poderiam ter emergido.¹⁹¹

Novamente, o rompimento com a autoridade papal e a reforma encontraram nesse estado um lar. Günther Augustin, em sua obra *Literatura de viagem na época de Dom João VI*, nos apresenta um excerto biográfico escrito por Echwege com as próprias mãos (e traduzido por H. Beck):

Em 1796 entrei na Universidade de Göttingen. Cheguei sem ideia do que significava estudar numa universidade, e optei pelo Direito. [...] não gostei e me transferi para o curso de *Cameralistik*¹⁹². Em 1799 me matriculei na universidade de Marburg onde estudei principalmente ciências relacionadas à mineração e me formei em 1800.¹⁹³

Augustin completa nosso panorama até aqui exposto – sobre a macro e microformação pessoal do viajante estudado –, afirmando que “Eschwege foi vítima, ou beneficiário, da desintegração da nobreza, cuja camada inferior perdeu seu espaço de atuação e foi obrigada ou convidada a buscar novos campos de atuação”¹⁹⁴. Independente, o fato de ter uma formação para o Estado, além de sua especialização na área geológica – tanto teórica como prática –, fez com que seus horizontes se expandissem para a América Colonial. Seus conhecimentos valeriam muito, num primeiro momento, a Portuga e, depois, com a vinda da Família Real, ao Brasil.

¹⁹¹ WHALEY, Joachim. The Protestant Enlightenment in Germany. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas (Ed.). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge University Press, 1981, p.113 (tradução nossa). “The universities, especially the new foundations of Halle and later Göttingen, thus played a crucial role similar to that played by some branches of the Lutheran church. They both provided a source of inspiration and produced a group of educated men receptive to and active in the propagation of enlightened ideals. Without the universities, in short, the *gebildete Stände* could never emerged.”

¹⁹² “Curso preparatório para uma carreira como *servidor do Estado* com formação em administração de recursos naturais, humanos e financeiros. Hoje extinto.” AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009 (grifo nosso).

¹⁹³ BECK, 1958, p.368-369. Apud: AUGUSTIN, op. cit., p.54.

¹⁹⁴ AUGUSTIN, op. cit., p.55.

O desenrolar da Ilustração, que será imprescindível para nosso trabalho, carrega questões como o progresso técnico-científico e a liberdade de pensamento, como vemos em relação à tolerância religiosa, no caso específico dos alemães. É um fato que o “espírito das Luzes”, de uma reforma lenta e gradual, se fazia presente no grande conglomerado político em que nosso sujeito se inseria. Observamos um processo histórico que resultou na formação de um pensamento ilustrado, do qual Eschwege era participante ativo, conforme defendemos no presente estudo, em consonância com outros pensadores¹⁹⁵. Entretanto, antes de aprofundarmos os “aspectos da “Ilustração alemã” e relacioná-los à nossa discussão, cabe expor um ponto importante.

1.4.1 “Tolerância”, protestantismo e o *humanismo*: uma hipótese para a formação pessoal de Eschwege

Neste apêndice, inserido no item que trata da trajetória pessoal do viajante estudado, busca-se expor uma hipótese que se desenvolveu durante os anos de pesquisa sobre esse tema. A questão central que se formou, a partir do estudo aprofundado da figura histórica em questão, foi: qual era a orientação *religiosa* do barão de Eschwege e quais consequências trazia para sua “visão de mundo”? Ou, em outras palavras, podemos atribuir determinados aspectos de sua mentalidade a uma confissão religiosa? Vimos anteriormente que esse viajante e geólogo veio de uma região do então “Sacro Império Romano Germânico”, de orientação confessional calvinista, protestante. Até que ponto sua *ética* poderia estar sendo determinada por uma confissão religiosa?

¹⁹⁵ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.33, 37. AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.17, 30-31.

Apresentaremos alguns argumentos a respeito de tal suposição. Também vale ressaltar que, em toda a pesquisa feita, entre autores que tratam direta e indiretamente sobre a figura de Eschwege, nada se encontrou de concreto sobre a sua orientação religiosa – ou para o “Sagrado” –, deixando uma questão a ser discutida em possíveis futuras pesquisas. Entretanto, existem indícios que devem ser apontados para pesquisadores que quiserem aprofundar essa problemática. Sendo assim, caso surja uma resposta mais precisa para essa pergunta, podem emergir novos horizontes para a pesquisa desse tema.

Na única biografia disponível em língua portuguesa da figura do barão de Eschwege, escrita por Frederico Sommer e já citada anteriormente, temos uma primeira informação:

Na *Aue* [local de nascimento - aldeia/província pertencente à atual Manfred] as relações entre pais e filhos regularizavam-se pelo profundo respeito que êstes consagraram aos progenitores. Na família cultivavam-se sentimentos religiosos e piedosos; a participação dos pais, filhos e membros da comunidade doméstica nos cultos divinos, *celebrados na igreja da aldeia*, era reputado e indispensável dever, quer em prol da própria salvação, quer para dar exemplo de vida correta aos subordinados.¹⁹⁶

É possível reconhecer que haveria uma *prática religiosa*, tanto por parte da classe de subordinados como dos nobres, ao frequentarem a igreja da aldeia. Recordando um dado biográfico importante sobre o barão de Eschwege: pertencia este a uma família nobre, porém de pouco prestígio, que vivia no seu “feudo”, chamado de Aue Wasserberg. Lá, segundo Sommer, os nobres juntamente com os subordinados praticariam tais “vivências religiosas”. Questiona-se: qual é a orientação dessa igreja localizada em Aue? Pode-se afirmar que a única igreja

¹⁹⁶ SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege** – Patriarca da Geologia Brasileira. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952, p.16 (grifo nosso).

disposta no Aue Wasserburg, aldeia onde Eschwege nasceu, atualmente pertencente à municipalidade de Wanfried, é de orientação evangélica protestante. O presente pesquisador teve a oportunidade de visitar o local e confirmar a orientação da igreja, o que se torna um importante argumento para essa suposição levantada. Somando a informação que Sommer nos oferece, não haveria a possibilidade de Eschwege professar um “catolicismo”, pelo menos em seus primeiros anos de formação, por evidências biográficas.

Outro ponto interessante a ser pensado – em busca de uma explicação para seu posicionamento tolerante para com os indígenas brasileiros, como ao criticar o comportamento “disfuncional” do brasileiro – está na relação entre a religião protestante, o mundo moderno e o humanismo. Esses temas se entrelaçam na pesquisa sobre o barão de Eschwege, pelo menos os dois últimos. Podemos fazer algumas considerações através do artigo de Santos. Primeiramente, verificamos que a historiografia protestante no Brasil ainda está a se consolidar, segundo aponta o autor. Logo, defende ele que:

A importância em compreender historicamente o campo protestante está na necessária avaliação do grau de participação dessa religião no processo civilizador, bem como o seu lugar no campo religioso e cultural mais amplo. Um reconhecimento em certa medida tardio porquanto a produção acadêmica e literária pouco enxergou a presença evangélica na cultura.¹⁹⁷

Destarte, de que forma poderíamos “captar” uma “essência” protestante nas fontes? Santos nos indica que por intermédio da atividade cultural. Alguns pontos podem ser traçados sobre a “presença evangélica na cultura”, como a obra do

¹⁹⁷ SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, 2008, p.183.

sociólogo Max Weber nos apresenta.¹⁹⁸ Mas de que forma podemos reconhecer a participação dessa religião no processo civilizador – ainda mais pensando a literatura de viagem em relação ao mundo colonial? Sabemos, como o autor nos informa, que uma religião se manifesta através de “diferentes espaços, temporalidades, segmentos, conjunturas, práticas, estratégias, discursos e ações por parte de agentes sociais distintos e com distintas vivências religiosas e culturais”¹⁹⁹. Como poderíamos reconhecer a influência dessa orientação religiosa nas “práticas” e nos “discursos”, por exemplo, de um viajante com orientação protestante?

Alguns autores afirmam a afinidade *ontológica* e *genética* desse protestantismo com a modernidade e, consequentemente, com o capitalismo, sendo uma das forças históricas propulsoras desse sistema econômico no ocidente. A ênfase no indivíduo, a livre interpretação das escrituras, [...] o liberalismo do pensamento econômico, a ruptura com as tradições medievais, a confiança na razão iluminada pela revelação foram elementos que convergiram para o advento da ordem moderna.²⁰⁰

Há uma relação, um diálogo, entre o “mundo moderno” ou “ordem moderna” – que para Santos define-se não a partir de um projeto harmonioso e homogêneo, mas de um “processo civilizatório permeado de contradições, descontinuidades, inflexões e manifestações complexas”²⁰¹ que moldaram em parte a cultura ocidental – e a religião protestante. Assim, podemos afirmar que há certo “liberalismo econômico” nas escrituras de Eschwege, assim como a “confiança na razão iluminada” e a “ênfase no indivíduo”, que se manifestaram, nesse caso, de uma forma “descontínua” e “distinta”. Exemplos disso podem ser percebidos neste

¹⁹⁸ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁹⁹ SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, 2008, p.185.

²⁰⁰ Ibidem, p.186.

²⁰¹ Ibidem, p.185.

trabalho, sobretudo com a exposição da fonte no segundo e no terceiro capítulo; todavia, sua tendência econômica liberal pode ser notada a partir de seu “projeto renovador” – a criação de uma “Companhia p^a a exploração das Minas de Estanho” – em Portugal.

1) A Companhia terá hum fundo nominal de 400 Contos de reis divididos em 4 mil acções, cada huma de cem mil reis.

2) Cada Accionista se obriga a entrar logo com sinco por cento do valor das acções q tomou, as quais sinco por cento ele continuará de pagar hua vez só no anno até que pelo feliz resultado da empresa não for mais necessária esta contribuição, ou só em parte.

[...]

4) Os lucros provenientes da exploração serão annualmente repartidos, descontando-se delles primeiro as despesas calculadas por orçamento, p^a o anno futuro.²⁰²

Um breve exemplo de como sua mentalidade funcionaria, acreditando mais no sucesso da extração desse recurso mineral por uma companhia constituída por membros da sociedade do que propriamente pelo Estado.

Voltando ao protestantismo, para Santos, tal religião surgiu no século XVI como uma ruptura histórica da hegemonia católica, porém o autor, renunciando à ideia de tomar “o protestantismo em sua totalidade e unicidade, coerência e substancialidade”, o considera “um movimento cuja essência trans-histórica o conduziu às formas históricas que se apresentam até hoje”²⁰³. Novamente, vale ressaltar que a ênfase no indivíduo, ou no que Rouanet chama de *individualismo*, é um traço essencial da ética ilustrada²⁰⁴, corroborando a tese da ligação entre protestantismo e o mundo moderno.

²⁰² W. L. K. von Eschwege. “Manuskripte”. Bestand 340, n. 22, folha 5-6. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

²⁰³ SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, 2008, p.185.

²⁰⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.207.

Podemos, assim, pensar esses três pontos – modernidade, protestantismo e humanismo – de forma conjunta, através da colocação de Higuete, presente na obra de Santos:

Para Tillich – como para Weber e Troeltsch, entre outros – o protestantismo é a religião da modernidade. É a religião do secular e da autonomia da cultura moderna [...]. Isso resulta da origem comum do protestantismo e do humanismo liberal nas correntes renascentistas e iluminista. Os dois movimentos exerceram uma influência tão decisiva na formação da mentalidade moderna que Tillich chega a designar os quatro últimos séculos como “protestantes” ou “protestantes-humanistas”. Caracterizam-se pela luta comum a favor da autonomia do sujeito humano e racional e contra toda a heteronomia ou lei alheia.²⁰⁵

Convém destacar, portanto, a relação entre os pontos apresentados através dos autores, e questionar se isso é válido para a nossa fonte. Acreditamos que a renomada obra do sociólogo alemão Max Weber pode fechar a discussão sobre a religião protestante e o mundo moderno – e permitir reconhecer, mediante uma “prática descritiva”, do viajante, por exemplo, uma possível “autonomia do sujeito”, como também a “tolerância”. Pois, por intermédio de Weber, vemos que existe uma *ética* bastante específica a partir da religião protestante. Partindo de uma exposição da “moral” do presidente Benjamin Franklin, o autor coloca:

Com efeito: aqui não se prega simplesmente uma técnica de vida, mas uma “ética” peculiar cuja violação não é tratada apenas como desatino, mas como uma espécie de falta com o dever: isso antes de tudo é a essência da coisa.²⁰⁶

²⁰⁵ HIGUETE, 2002. Apud: SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, 2008, p.189.

²⁰⁶ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.45.

Existe uma noção de “dever” bem clara nos textos de Eschwege, como quando reclama sobre a não execução dos projetos e trabalhos ou a dificuldade em desenvolver suas tarefas no Brasil. Podemos compreender, a partir da leitura da obra de Weber, não apenas a relação entre um “capitalismo” e os fatores religiosos que se conectam a uma “prática”, uma ética, mas também a moral do trabalho nesse contexto.

Na ordem econômica moderna, o ganho de dinheiro – contanto que se dê de forma legal – é o resultado e a expressão da habilidade *na profissão*, e essa *habilidade*, é fácil reconhecer na passagem citada como em todos os seus escritos sem exceção, constitui o verdadeiro alfa e ômega da moral de Franklin. De fato: essa ideia singular, hoje tão comum e corrente na verdade tão pouco autoevidente, *da profissão como dever*, de uma obrigação que o indivíduo deve sentir, e sente, com respeito ao conteúdo de sua atividade “profissional”, seja ela qual for, [...] é essa ideia que é característica da “ética social” da cultura capitalista e em certo sentido tem para ela uma significação constitutiva.²⁰⁷

Assim, a partir da ética – de origem protestante – presente nos escritos de Franklin, Weber consegue reconhecer uma atividade *moral*. Tomemos um olhar aproximado verificando como Eschwege apresenta em seus escritos um sentimento de “obrigação” referente à boa execução de sua tarefa, do trabalho que deveria efetuar em terras brasileiras. E como também, em contrapartida, critica a “não execução do serviço”.

Quem, porém, conhece o brasileiro, não pode admirar-se de coisa alguma. Nada arguto e pouco empreendedor por natureza, vê sempre com desconfiança e inveja a atividade do estrangeiro. Habitado a realizar seus negócios ao meio dia, vestido ainda do camisolão de dormir, e na maior comodidade possível, é sempre ultrapassado pelo estrangeiro operoso, que

²⁰⁷ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.47.

já às primeiras horas da manhã faz a maioria dos seus negócios, com grande desvantagem do primeiro.²⁰⁸

Vejamos outra crítica ao “caráter” do brasileiro em relação à ausência de preocupação com o futuro associado ao trabalho:

Assim como no extrativismo mineral, na agricultura também se quer extrair tudo da terra em um ano, sendo assim, caráter nacional, racionar nada para o futuro.²⁰⁹

Podemos fazer um interessante cruzamento de ideias presentes nos discursos de Eschwege e do então presidente dos Estados Unidos da América, Benjamin Franklin:

As mais insignificantes ações que afetam o *crédito* de um homem devem ser por ele ponderadas. As pancadas do teu martelo que teu credor escuta às cinco da manhã ou às oito da noite o deixam seis meses sossegado; mas se te vê à mesa de bilhar ou escuta tua voz numa taberna quando devias estar a trabalhar, no dia seguinte vai reclamar-te o reembolso e exigir seu dinheiro antes que tenhas à disposição, duma só vez.²¹⁰

As observações de Eschwege tocam justamente à moral presente na execução do trabalho, questão abordada também nos escritos kantianos sobre a razão pura e a razão prática. O impedimento de seu trabalho, em contraste, se torna um evidente desconforto para o barão. Acreditamos, portanto, que esses fatores, associados ao olhar alemão distinto sobre “cultura”, à influência humboldtiana e de sua concepção de “cosmos”, bem como à sua origem em Hessen – estado feudal

²⁰⁸ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.129.

²⁰⁹ Idem. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.10 (tradução nossa). “So wie bei dem Bergbaue, möchte man auch bei dem Landbaue in einem Jahre der Erde alles abgewinnen, da es Nationalcharakter ist, nichts für die Zukunft aufzusparen.”

²¹⁰ WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.43.

alemão tipicamente protestante – deveriam produzir em Eschwege, em comparação com outros europeus, uma visão diferenciada a respeito do índio brasileiro.

Podemos também relacionar essa “orientação” religiosa – acima de tudo ética – à crítica eschweguiana, assunto abordado no próximo capítulo. Para ilustrar esse interessante ponto da ética do trabalho, como também a questão da moral, tão presentes em Eschwege, cabe destacar o seguinte trecho de *Pluto Brasiliensis*, quando o alemão trata sobre o contrabando de ouro e diamantes, para ele, um sinônimo da decadência das lavras:

Soldados que possuíam a habilidade de convencer seus chefes a deixá-los conservar por muitos anos tais empregos – apesar de terem um simples soldo, pago, às vezes, com atraso de um ano – conseguiam juntar, no correr de alguns anos, uma pequena fortuna, tornando-se abastados. Como a teriam podido ganhar, senão praticando o comércio do ouro ou dos diamantes, adquirindo-os por conta própria, ou de terceiros, mediante comissão?²¹¹

Há uma evidente crítica à ação de enriquecimento ilegal, como também a um sistema social bastante complexo, interpretado pelo geólogo como ineficiente e corrupto. Assim, diferentemente do que se verifica em um trabalho “honesto” e “operoso”, grande parte dos esforços para o enriquecimento com o ouro se dava através de

Importantes parentescos, interesses financeiros, e, sobretudo, os compadrescos, formavam com esse objetivo relações íntimas, razão pela qual raríssimas vezes havia uma traição. O maior obstáculo a vencer, porém, era a passagem do ouro através da fronteira [...].²¹²

²¹¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.159.

²¹² Ibidem, p.160.

O texto de *Pluto Brasiliensis*, neste trecho, traz não só o detalhamento de um sistema social – descrevendo as atividades de soldados, mineradores, comandantes, traficantes, portuários, governadores e tropeiros – que reinaria entre os polos de produção de riqueza mineral e os centros de importância política e econômica, como o Rio de Janeiro e São Paulo, como também um conflito claro entre mentalidades:

Eu próprio, quando desconhecido ainda na província, fui revistado pela primeira vez, muito me aborreci com isso. Cheguei mesmo a oficiar ao ministério, expondo quanto infamante era a mesma para um funcionário do Estado; mas, em ofício reservado, veio-me a resposta do ministro, informando-me que tal prática se baseava na experiência, a qual provava suficientemente que a ninguém se podia dispensar a busca. Mais tarde, convenci-me da necessidade da medida, pois as exceções davam origem a muitos abusos.²¹³

Não importa se tratamos da questão do contrabando de pedras preciosas ou de “técnicas bárbaras de cultivo agrícola” nocivas ao solo, existe, por parte da descrição de viagem, uma evidente racionalidade ilustrada baseada num cientificismo prático. Também se nota, atrelado a isso, um código de conduta, uma ética, norteadas por uma “razão” universal.

Por fim, apesar de bastante buscado, é difícil encontrar alguma referência direta a Deus nas publicações do barão de Eschwege. Porém, acreditamos que essa orientação religiosa pode ser traduzida através de sua ética, seu posicionamento, sua origem cultural e seu olhar “tolerante” e “humanista” sobre os indígenas brasileiros, ao passo que existe uma severa crítica ao mau desenvolvimento do “dever” – o trabalho.

²¹³ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.160.

Procuramos neste apêndice ampliar as noções da fonte, buscando explicações para o comportamento retórico desse viajante que, como veremos nos capítulos seguintes, se diferencia de outros viajantes inseridos em um universo cultural germânico semelhante. Assim, somadas as influências de Jean Jacques Rousseau e Humboldt, discutiremos a seguir mais um ponto-chave de nossa pesquisa: Immanuel Kant e a ilustração alemã.

1.5 AUFKLÄRUNG, KANT E O ESPÍRITO DA “ILUSTRAÇÃO”

Quando acadêmicos procuram responder, ou pelos menos esboçar, qual foi o significado desse movimento histórico chamado de “Ilustração”, há naturalmente algumas perguntas a serem feitas, como “o que foi”, “como aconteceu” e “por quê”. Levando em consideração esse importante fator presente em nosso estudo, a participação do viajante estudado nesse “movimento” nos coloca a necessidade de trazer certas elucidações prévias, assim como a possibilidade de entender esse fenômeno em âmbito “nacional” alemão.

Aqui podemos brevemente situar a especificidade da ilustração alemã:

A vertente alemã do iluminismo, o *Aufklärung*, surgiu um tempo depois dos movimentos inglês e francês e teve sua própria importância distinta. No final do século XVII e no início do século XVIII ocorreu uma efervescência do pensamento por toda a Europa: um novo relativismo cultural e racionalismo começaram a ter precedência sobre a revelação como base da autoridade. Apesar da variedade de respostas a questões essenciais como os problemas do sofrimento humano, a natureza do bem e do mal, a explicação de recém-descobertas variedades de culturas e crenças humanas, a melhor organização do Estado e da sociedade, as possibilidades de educação e engenharia social, os pensadores do iluminismo

tinham em comum o uso crítico da razão como meio de questionar, analisar e explorar.²¹⁴

Fulbrook nos indica importantes pontos a serem levados em consideração: existe uma especificidade temporal, que pode ser associada à perspectiva que Lisboa nos apresenta, sobre o “atraso” ocorrido nos estados alemães, mas que da mesma forma se configura no posicionamento privilegiado da razão na leitura do mundo tipicamente “ilustrada” – “questionar, analisar e explorar”. Vemos também que esse movimento se difere do ocorrido entre os ingleses e os franceses:

Pensadores ingleses como Francis Bacon, tinham contribuído para o método experimental, enquanto Isaac Newton explorou as leis do universo para uma maior glória de Deus, e John Locke fez importantes contribuições para a inicial ciência política e social. Filósofos franceses como Montesquieu, Voltaire, Diderot, d'Alembert e Rousseau fizeram com frequência contribuições brilhantes para uma forma em geral mais materialista e anticlericalista, algumas vezes republicana do iluminismo. Em seu diferente contexto político e social, o *Aufklärung* alemão permaneceu mais compatível com formas consagradas de religião e de governança autoritária.²¹⁵

Haverá outras especificidades a serem pensadas para o contexto “ilustrado” germânico. No idioma alemão, a palavra correspondente para “Ilustração” é *Aufklärung*, ou literalmente “esclarecimento”. Kant, em 1783, propôs uma reflexão para a sociedade prussiana do que seria esse “espírito crítico”. No pequeno artigo intitulado “*Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?*” (“Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento?”), o filósofo oferece uma resposta:

²¹⁴ FULBROOK, Mary. **História Concisa da Alemanha**. Tradução de Barbara Duarte. São Paulo: Edipro, 2012, p.105.

²¹⁵ Ibidem, p.105-106.

Esclarecimento é a saída do homem de sua minoridade, da qual ele mesmo é culpado. A minoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento/razão, sem a orientação de outro indivíduo.²¹⁶

Desse modo, a minoridade existe quando o ser humano, que é naturalmente dotado de razão, se recusa a responder por si próprio, como, por exemplo, através da preguiça ou covardia. Vemos que, para Kant e também para os pensadores ilustrados, o que define a igualdade entre os homens é a sua *disposição natural* chamada razão. Ou seja, a razão, a partir da sua posição privilegiada, surge como guia para o mundo da ação do homem. Pensemos o trabalho, por exemplo. Há uma ressignificação moral, a partir da *Aufklärung*, para a ideia de trabalho. Devemos entender que, a partir do pensamento de Kant, o trabalho é elemento distintivo de uma execução vital apreciável. Com “execução” se quer dizer “o homem em ação”; até porque a filosofia kantiana está bastante preocupada com o mundo das ações para o homem.

Para Kant, o “Iluminismo” importa-se com o estabelecimento da autonomia do homem e a sua razão, não só em termos do sentido ético da autonomia, mas também em termos da total posição e situação do homem. Portanto, Kant define a “Ilustração” como a saída do homem de sua auto infligida tutela (*self-incurred tutelage*).²¹⁷

²¹⁶ KANT, I. Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung? **Berlinische Monatsschrift**. Berlim, dez. 1783, p.1. Tradução nossa: “*Aufklärung ist der Ausgang des Menschen aus seiner selbst verschuldeten Unmündigkeit. Unmündigkeit ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines andern zu bieten.*”

²¹⁷ ROTENSTREICH, Natan. The Sun of Enlightenment. In: HINSKE, Norbert; CESA, Claudio (Ed.). **Kant und sein Jahrhundert** - Studien zur Philosophie des 18. Jahrhunderts. Frankfurt Am Main; Berlim; Bern; New York; Paris; Wien: Lang, 1993, p.147 (tradução nossa). “*For Kant, Enlightenment amounts to the establishment of the autonomy of man and his reason not only in terms of the ethical meaning of autonomy but also in terms of man’s total position and situation. Hence, Kant defines Enlightenment as man’s release from his self-incurred tutelage.*”

Levando em consideração que a ética é o que orienta o comportamento humano, logo estamos pensando no “mundo das ações”. Por isso há tal busca pela emancipação da posição e situação do homem, com ele mesmo, através do “tribunal da razão kantiana”²¹⁸, utilizando-se da “crítica pura” para a decisão de sua ação.

[Para Kant] a *fundamentação dos princípios* da moralidade e da sua lei cabe ao sujeito, cabe a nós, como seres não-só-empíricos, mas dotados de uma razão pura e prática, ou seja, como portadores de uma vontade livre.²¹⁹

Portanto, conclui-se que a moralidade (como algo positivo), ou a “perfectibilidade” possível ao homem, repousa numa ação, independentemente da “posição ou situação” do indivíduo, resultante de um julgamento anterior, a partir da razão, feito em sua própria cabeça. Esse movimento de esclarecer-se, que Kant chama de “progressivo”, seria o que a natureza reservaria à sua “evolução” como espécie:

Dão-se então os primeiros verdadeiros passos que levarão da rudeza à cultura, que consiste propriamente no valor social do homem; aí desenvolvem-se aos poucos todos os talentos, forma-se o gosto e tem início, através de um progressivo iluminar-se (*Aufklärung*), a fundação de um modo de pensar que pode transformar, com o tempo, as toscas disposições naturais para o discernimento moral em princípios práticos determinados e assim finalmente transformar um acordo extorquido *patologicamente* para uma sociedade em um todo *moral*.²²⁰

Compreendemos, assim, a “execução vital apreciável” a partir dessa perspectiva kantiana. Isso quer dizer que, a partir do pensamento de Kant, a moralidade – ou execução apreciável – está no uso da razão sobre suas virtudes e

²¹⁸ HAMM, Christian. Kant. In: PECORARO, Rossano (Org.). **De Kant a Popper**. Petrópolis: PUC/Rio, Vozes, 2008, p.14.

²¹⁹ Ibidem, p.14 (grifo nosso).

²²⁰ KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Organização de Ricardo R. Terra; Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011, p.8-9 (grifo nosso).

escolhas para seu fim, e não nas condições *a priori* postas pela natureza (como as virtudes dadas pelo “cosmos”). Não mais como os gregos, como vemos nas ideias de Aristóteles, por exemplo, que entendiam que a moral acompanha necessariamente uma virtude dada, ou condição natural de cada indivíduo, a qual colocava um grupo numa posição digna (aristocrática) e outro numa posição indigna (escravos).

Portanto, o trabalho (atividade operada pela razão) é ressignificado por uma nova perspectiva moral, na qual o que passa a importar é o que se *faz* (usando a razão como instrumento) com suas virtudes; diferente de um cenário onde o moralmente positivo é seguir o caminho de suas virtudes, ou condições naturais, *a priori*. Tudo isso está interessantemente ligado à ideia de liberdade, pois, para Kant,

A liberdade transcendental é o poder de começar *por si mesmo* um estado cuja causalidade não é submetida, por sua vez, segundo a lei da natureza, a uma causa que determine temporalmente. [...] se afirmamos que o homem é, de certo ponto de vista, independente dos fenômenos, ele é capaz de agir e assim inserir-se na experiência para modificar o seu curso, dando regras à ação.²²¹

O poder de “começar por si mesmo”, esse estado cuja causalidade não é submetida, designa, para Kant, as ideias de liberdade e emancipação. A partir da Ilustração, ou da *Aufklärung*, há na Europa, e principalmente na Alemanha, um projeto político e social ligado a um movimento transnacional de compreensão do mundo, que será decisivo para este trabalho. O que foi esse movimento chamado “Ilustração”? Quando aconteceu e qual é a importância desse fenômeno cultural nos registros de viagens, em especial nos alemães? São perguntas como essas que

²²¹ DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. Tradução de Paula Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p.92 (grifo nosso).

buscamos pensar, para podermos ter uma boa base interpretativa mediante as fontes.

Para Isaac Epstein, mostrando congruência em relação a Honderich, o fenômeno histórico da “Ilustração” corresponde à seguinte definição:

O iluminismo é uma corrente filosófica que tem o empenho de estender o domínio da razão a todos os campos da experiência e atividades humanas. O compromisso do iluminismo é de servir-se dos resultados que a razão pode conseguir para melhorar não só a vida material como também a vida social do homem. O conhecimento das leis da “física social”, à semelhança do conhecimento das leis da física newtoniana, permitiria erradicar a superstição, a ignorância, e por que não, a injustiça. O Iluminismo ou época das luzes designa um período histórico circunscrito geralmente ao século XVIII e se caracteriza por seu otimismo com relação ao poder da razão em conseguir reorganizar a sociedade em bases racionais. A tendência naturalista do iluminismo se reflete no predomínio dado ao conhecimento das ciências naturais como base na razão e na experiência. Mas a razão iluminista era considerada como única imutável e universal [...].²²²

Se levarmos em consideração que a “Ilustração” seria, na perspectiva *macro*, homogênea num sentido cultural de busca do esclarecimento através da razão, enquanto ao pensar o *micro* temos especificidades e regionalidades de um fenômeno “maior”, entendemos que o chamado “Iluminismo” possui traços compartilhados e outros não compartilhados entre os contextos nacionais, como por exemplo Inglaterra, Alemanha ou França. Levemos em conta, dessa forma, a posição da razão como fator determinante. Portanto, como corrente filosófica, essa “revolução” chamada Ilustração colocou a razão humana num posto privilegiado, a partir da “qualidade racional” ou “capacidade central do homem [qu]e lhe possibilita não só pensar, como agir corretamente”²²³.

²²² EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica**: 96 Verbetes. Campinas, SP: Pontes, 2002, p.169.

²²³ HONDERICH, Ted. **The Oxford Companion to Philosophy**. New York: Oxford University Press, 1995.

Aqui também reside outra chave do pensamento kantiano, a questão de se “agir corretamente”. Vemos que há uma liberdade prática conferida ao homem em relação às suas ações, independentemente das virtudes. Kant entende que é *dever* do homem (*sollen*), a partir do *imperativo categórico*, utilizar sua razão para finalmente atingir a moral. Dekens completa: “O ser moral é livre porque é autônomo, é moral porque está submetido a uma legislação que provém de sua própria razão.”²²⁴ É evidente que, na filosofia moderna, o trabalho “de si mesmo” muda de perspectiva, com o advento da liberdade transcendental.

Nota-se que a condição que esse entendimento produz, sem necessidade de muita reflexão, é a ideia de igualdade. Se todos os homens estão sob a era da razão, ou da *Aufklärung*, haverá então para os mesmos homens um “regime moral” baseado em suas decisões e ações.

Kant insiste, com argumentos das ciências naturais, que todos os homens, independentemente da existência de raças diferentes, nasceram de um único tronco, são de uma única espécie.²²⁵

Sobre isso, Dekens completa que:

Agir de modo contrário a moral consiste em estar consciente da impossibilidade de universalizar a sua máxima, concedendo-se uma exceção à lei. Não posso querer a universalidade da mentira, mas posso permitir-me mentir de tempos em tempos, a título excepcional. Como vemos, o imperativo categórico funciona como um teste teórico de moralidade.²²⁶

²²⁴ DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. Tradução de Paula Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p.101.

²²⁵ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.22.

²²⁶ DEKENS, op. cit., p.100.

Um exemplo de ação imoral, para Kant, seria quando houvesse uma desvinculação no mundo prático a uma máxima universal estipulada pela razão, como no caso da mentira. É evidente, a partir dessas colocações, a importância para a dimensão pragmática da filosofia ilustrada. Essa expansão, da qual fala Epstein²²⁷, da razão sobre os outros domínios da experiência e atividade humana pode ser observada claramente nos relatos de viagem, principalmente no Brasil do século XIX, como vemos nos relatos do barão de Eschwege.

Withers, em seu interessante trabalho sobre a perspectiva *geográfica* da “Ilustração”, revela a importante relação entre a Europa e as Américas, além da fundamental aproximação dessa temática através do estudo da geografia.

A “Ilustração” foi nacional e local e internacional. [...] Formou-se não só por circunstâncias locais e nacionais “em casa”, mas também como um resultado de conexões entre Europa e o “muito distante”, com as Américas e, notavelmente, com as culturas e as geografias do Pacífico.²²⁸

Através dessa dinâmica “*inter-nacional*”, atribuída ao movimento de expansão científica e filosófica que caracterizava o momento histórico da “Ilustração”, começamos a compreender por que esses relatos feitos em viagens receberem tanta atenção e importância por parte dos historiadores. Isso se deve à possibilidade de percepção histórica da noção do que é “Europa”, para os próprios “europeus”, em virtude da distinção geográfica, a partir da “descoberta” cartográfica (e, sobretudo científica) presente no período ilustrado.

²²⁷ EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica**: 96 Verbetes. Campinas, SP: Pontes, 2002.

²²⁸ WITHERS, C. W. J. **Placing the Enlightenment**. Thinking Geographically about the Age of Reason. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015, p.7 (tradução nossa). “*The Enlightenment was national and local and international. [...] took its shape not just from local or national circumstances ‘at home’, but also as a result of connections between Europe and the ‘far away’, with the Americas and, notably, with the cultures and geographies of the Pacific.*”

Muito desta consciência geográfica advém do olhar europeu de si própria em relação à *alteridade* exótica do então chamado Novo Mundo. Novas informações trazidas de volta à Europa – sobre culturas humanas ou novas espécies de plantas ou animais – induziu novas formas de pensar sobre o desenvolvimento de sociedades, o papel de Deus, e a natureza da Natureza.²²⁹

Como tais informações atravessaram os oceanos Atlântico e Pacífico, retornando à Europa e tornando-se parte de um debate local, nacional e internacional? É nítido que ocorreria um processo de reconfiguração “total”: desde os campos intelectuais e filosóficos, passando pela organização política de alguns estados e suas relações “inter-nacionais”, até os métodos e práticas científicas, que resultariam num afinamento das artes de reconhecimento global, como o nascimento da geografia moderna.²³⁰

Aqueles eram, definitivamente, tempos de revolução.

[Eschwege] assistiu/participou, às vezes de forma direta e intensa, daquele grande momento que foi o da morte do Antigo Regime e a consolidação da vitória da modernidade, do capitalismo. Foi contemporâneo da Revolução Industrial, da Revolução Francesa, de outra grande revolução – o Iluminismo.²³¹

Assim, citando Cassirer, que se utiliza das palavras de Jean le Rond d’Alembert (1717-1783),

[...] desde os princípios das ciências profundas até os fundamentos da Revelação, desde a metafísica até as questões de gosto, desde a música à moral, desde as disputas escolásticas dos teólogos até os objetos de comércio, desde os

²²⁹ WITHERS, C. W. J. **Placing the Enlightenment**. Thinking Geographically about the Age of Reason. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015, p.8 (tradução nossa). “*Much of this geographical consciousness derived from Europe’s view of itself in relation to the exotic Otherness of the so-called New World. New information brought back to Europe—about human cultures or new plant and animal species –prompted new ways of thinking about the development of human societies, the role of God, and the nature of Nature.*”

²³⁰ Ibidem, p.8.

²³¹ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.17.

direitos dos príncipes aos direitos dos povos, desde a lei natural até as leis arbitrárias das nações, numa palavra, desde as questões que mais profundamente nos tocam até as que só superficialmente nos interessam, tudo foi discutido, analisado e, no mínimo, agitado. Uma nova luz sobre alguns objetos, uma nova obscuridade sobre vários, foi o fruto ou a consequência dessa efervescência geral dos espíritos: tal como o efeito do fluxo e do refluxo do oceano é carregar para as praias alguns materiais e delas afastar outros.²³²

Nesse momento de conturbação política e social – como também de profundas transformações de aspectos econômicos que estariam ocorrendo no globo, como a Revolução Industrial – havia uma preocupação, entre os viajantes, de relatar o “verdadeiro” e o “correto”; o verossímil *para eles* – “respeitando” a moral, o viés científico. Havia, acima de tudo, para os viajantes cientificistas “ilustrados”, um compromisso com o relato verídico. Mais que isso, um compromisso em trazer “luz a novos objetos”; fazer uma releitura, a partir de uma nova filosofia que se desenvolvia desde o “primeiro grande avanço”, que foi a Renascença²³³. Assim, havia uma obrigação moral com a ciência, além das hierarquias sociais, isso quer dizer, por exemplo, entregar ao Rei relatórios oficiais sobre a situação na colônia, naquele momento, de um importante setor econômico-social como a mineração – o que coloca o relato de viagem ilustrado em posição especial de leitura e problematização.

A ciência naturalista, como aspecto da Ilustração, também é reconhecível nos relatos: “A tendência naturalista do Iluminismo se reflete no predomínio dado ao conhecimento das ciências naturais como base na razão e na experiência”, segundo Epstein²³⁴. Portanto, há um repertório de procedimentos científicos que nos alega o contexto e o *modus operandi* de uma mentalidade, a qual carrega uma simbologia

²³² CASSIRER, Ernst. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992, p.20-21.

²³³ Ibidem, p.19.

²³⁴ EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica**: 96 Verbetes. Campinas, SP: Pontes, 2002.

própria, um leque de códigos que são universais, pelo autor e pelo público leitor. Essa é uma primeira característica presente em nosso recorte de fontes, quando pensamos essa literatura de viagem científicista do século XIX. Um interessante exemplo para notarmos alguns pontos que foram discutidos até aqui está no *Journal von Brasilien*:

O Brasil é em certos aspectos para o naturalista um novo Mundo e, desde que a tão liberal Corte de Portugal, para as ciências, a razão humana e a liberdade de consciência, se deslocou para o Brasil, tornou-se um país extremamente importante para o estudo da natureza, dos países e da etnografia [Volkerkunde], de uma forma que até então nem se conhecia.²³⁵

O trecho citado é bastante significativo para tal discussão da “ilustração”, principalmente pensando sua vertente alemã (*Aufklärung*). Podemos perceber na fonte não apenas um reconhecimento do papel fundamental que a razão possui – assim como da liberdade de consciência inerente à atividade crítica do pensamento –, mas também como o geólogo alemão coloca numa posição importante a própria ciência da época. Pois podemos notar que para o “naturalista” o Brasil ainda era desconhecido, indicando que o conhecimento que se tinha até então não era mais compatível com os modelos da época. Vemos a mencionada etnografia como uma preocupação latente de Eschwege, característica central dessa especificidade germânica. Como será exposto no próximo capítulo, existe uma argumentação a respeito da atividade prática desse viajante que também o insere no movimento de “ilustração”.

²³⁵ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.vii (tradução nossa). “*Brasilien ist in gewissen Rücksichten für den Naturforscher eine neue Welt, und seitdem sich der, für Wissenschaften, gefunden Menschenverstand, Denk- und Gewissensfreiheit so liberal gesinnte Hof von Portugal nach Brasilien verpflanzt hat, ein äußerst wichtiges Land, für Natur – Länder – und Volkerkunde geworden, das man bisher noch gar nicht kannte.*”

Outra especificidade interessante ao pensarmos os povos de língua germânica é Immanuel Kant e sua incisão na filosofia a partir de 1781²³⁶, como comentado anteriormente. Nesse aspecto, Augustin afirma:

O que torna Kant atrativo e sedutor é que ele apresenta um sistema que explica a *formação do sentido a partir da percepção pelos sentidos*. Os textos dos viajantes reproduzem esse programa na prática. Eles textualizam seu olhar, as imagens percebidas, além das outras impressões sensoriais, pensando e poetizando, em texto, enquanto os poetas transformam suas imaginações em imagens textualizadas.²³⁷

A partir dessa colocação, é evidente que a filosofia de Kant se faz presente nos relatos de Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, a partir de seu próprio posicionamento e do relacionamento da ciência com a razão. Seguindo o raciocínio de Augustin, podemos pensar a “textualização do olhar, (d)as imagens percebidas” sendo registradas pelo filtro da “razão pura”, acima de tudo crítica, inaugurada por Immanuel Kant. Assim, torna-se possível compreender as relações e as formas de convívio de “duas nações”, do ponto de vista sociopolítico, que entram em contato direto com o viajante e funcionário real von Eschwege, e com a sua mentalidade, como expoente dos círculos científicos europeus do início do século XIX.

É possível entender como esse “conjunto cultural específico” enxerga, representa, entende, critica e publica sobre nosso passado, ou seja, o Brasil em transição de Colônia para Império, mediante os relatos e a documentação disponível. Certamente será necessário resgatar as heranças intelectuais do viajante estudado para se atingir tal objetivo, e é por isso que se procura no embasamento

²³⁶ Levando em conta a colocação de Höffe: “Apesar de outros escritos, primeiramente de autoria de Bacon, Descartes, e Hobbes, mais tarde de autoria de Pascal, Leibniz, Locke, Hume e Rousseau, e ainda depois de Hegel, Marx e Nietzsche, seguidos por Frege, Husserl, Russell, Heidegger e Wittgenstein, por certo, ninguém saberia nomear uma incisão maior para a filosofia moderna do que a primeira crítica de Kant.” HÖFFE, Otfried. **Kant - crítica da razão pura**: os fundamentos da filosofia moderna. Tradução de Roberto Hofmeister Pich. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p.17.

²³⁷ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.32.

filosófico respostas para o que se encontra na fonte e o que essas representações significam.

Mais uma essencial especificidade dos povos alemães dentro da Ilustração nos apresenta Lisboa, através de Norbert Elias. Por meio da autora entende-se a necessidade de pensar questões relativas ao relato das viagens às sociedades do Novo Mundo, como os conceitos de *Kultur* e *Zivilisation*:

Conforme a análise de Norbert Elias, os conceitos de *Kultur* e *Zivilisation* apresentam, desde a Ilustração, nítida diferenciação no pensamento alemão. O ponto de partida para a distinção desses conceitos é a oposição entre comportamento da aristocracia e a ascendente *intelligentsia* burguesa alemã. De um lado, a ideia de *Zivilisation* traduzia a “superficialidade, cerimônia, conversas formais”, atribuídas à nobreza. Do outro, ter-se-ia a *Kultur*, que expressava a “vida interior, profundidade de sentimento, absorção em livros, desenvolvimento da personalidade individual, próprios da classe média. Kant reconhecia mesmo uma antítese entre *Kultur* e *Zivilisation* alemãs, que igualmente representava o antagonismo entre “virtude autêntica” e “cortesia externa enganadora”.²³⁸

Temos uma distinção nítida entre dois conceitos-chave que estariam em evidência, a partir de uma sociedade culturalmente e filosoficamente preocupada com um progresso, “tanto [d]o indivíduo como [d]a humanidade [pois] podem progredir rumo à perfeição”²³⁹.

Buscando tais conceitos apresentados pela autora nos relatos estudados, podemos identificar referência à *Zivilisation* nas descrições de Eschwege em repetidos momentos. Aqui, a crítica à colonização feita por Paulo Prado, o processo “modernizador” da Ilustração e as descrições do geólogo alemão entram em harmonia: o processo civilizatório (português) teria resultado na decadência moral da organização social ao longo da história. Já vimos como isso aparece em Prado; em

²³⁸ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.167-171.

²³⁹ HONDERICH, Ted. **The Oxford Companion to Philosophy**. New York: Oxford University Press, 1995, p.236.

seguida, olhemos para a forma como Eschwege apresenta, por exemplo, um assentamento português chamado “Villa de Tamanduá” em um de seus livros, publicado em 1830, o já citado *Brasil Novo Mundo*:

Às 3 horas da tarde, após uma marcha de 4 léguas, chegamos à Villa de Tamanduá, onde eu me hospedei na casa do próprio Capitão Mor, quem há muito tempo já havia me convidado. [...] A Villa possui um pouco mais de 200 assentamentos [*Feuerstellen*], dos quais um quarto está em condições tão péssimas que nem pagaram o imposto residencial uma só vez. As capelas, as quais são várias, estão nas mesmas condições tristes. A matriz deixou-se desmoronar, a ponto que hoje é mantida por cuidados privados. A Câmara [*Rathhaus*] é uma pequena e pobre casa, entre outras casinhas, que só se diferencia pelo brasão real. As ruas são apertadas e repletas de ruelas sem pavimentação; em poucas palavras, como uma Villa não se pode ver nada mais pobre e em péssimas condições, assim como é difícil encontrar um motivo que eleve o lugar à Villa.²⁴⁰

Há um tom crítico evidente no trecho citado: que processo de formação social e civilizatório foi esse feito pelos portugueses? Temos o encontro do pensamento “ilustrado”, que carrega consigo uma *Weltanschauung* própria, com a organização social colonial. O funcionário real, que é estrangeiro e viajante, se questiona como foi possível que a “vila” passasse a ser considerada como tal, analisando a situação a partir de sua experiência no espaço e no tempo. Não só, mas aqui há um nítido “ataque” à colonização implantada pelo Antigo Regime, direcionada pela exploração. Vale ressaltar, novamente, o caráter de “polir-se” típico das reformas ilustradas:

²⁴⁰ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.28-30 (tradução nossa). “Um 3 Uhr Nachmittags, nach einem Marsche von 4 Legoas, kamen wir in der Villa de Tamanduá an, woselbst ich mich bei dem Capitão Mor, der mich schon längst eingeladen hatte, einquartierte. [...] Die Villa hat etwas über 200 Feuerstellen, wovon der vierte Theil aber so erbärmlich ist, daß sie nicht einmal die Haussteuer bezahlen. Die Kapellen, deren sie verschiedene hat, sind ebenfalls in einem traurigen Zustande, und die Mutterkirche hat man sogar einfallen lassen, so daß in einem Privathause Kirche gehalten wird. Das Rathhaus (Caza da Camara) ist ein kleines niedriges, zwischen andern gelegenes Häuschen, das sich nur durch das königliche Wappen auszeichnet. Die Straßen sind eng, und lauter Winkelgäßchen, ohne Pflaster; mit einem Worte, als Villa kann man nichts erbärmliches und armseliges sehen, so wie die Veranlassung auch schwer zu finden ist, die diesen Ort zur Villa gemacht.”

[...] todo viajante, com seu “olhar providencial e (re)formador”, crê que tem algo a ensinar sobre e para o país que visita. Seu texto também é político e argumentativo, possuindo forte caráter “de *projetos* de intervenção na sociedade de seu tempo”. Ele é também um exercício de observação que procura “estabelecer juízos críticos, propor reformas, condenar práticas incivilizadas”, e o viajante funcionava, muitas vezes, para as novas nações que buscavam “polir-se”, como uma espécie de “auditor”.²⁴¹

Eschwege era engenheiro e, portanto, possuía conhecimentos específicos, como sobre a formação e a construção de vias e estradas. Já foi informado que se pesquisou, na Alemanha, no Arquivo do Estado de Hessen (*Hessisches Staatsarchiv Marburg*), situado na cidade de Marburgo, Hessen, o arquivo pessoal (*Nachlass*) do geólogo e minerador em questão. Na seção de “documentos pessoais”, foi encontrado seu certificado de participação e apresentação no *Congrès Scientifique de France*²⁴², 13ª. edição, ocorrido na cidade de Reims, em setembro de 1845. Nessa ocasião o geólogo e mineralogista, já retornado e no fim de sua vida, recebeu um prêmio pelo seu desempenho científico. Como possuía conhecimentos na área de engenharia, Eschwege apresentou no referido congresso um trabalho que tratava de “*Diferentes Methodos de Construcção de Estradas*”, tendo oportunidade de discursar sobre a construção de vias e estradas pelos métodos romanos, vias antigas francesas, modernas alemãs, Mach-Adam, vias sobre áreas soltas, calçada regular com cubos de pedra e estrada com caminho de verão. Era um profundo conhecedor da construção e formação de vias.

Eschwege, que foi educado a partir de perspectivas acadêmicas e científicas, além da cobrança moral da “produção racional”, não deixa passar tal vivência e a registra em *Brasil Novo Mundo*, livro que carrega um formato de diário.

²⁴¹ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.72-73.

²⁴² W. L. K. von Eschwege. “Persönliche Dokumente”. Bestand 340, n. 101, folha 1-2. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

Da forma como concebe uma “imagem mental” do vilarejo visitado, podemos observar a presença constante daqueles “dois mundos” como pano de fundo da narrativa ao descrever os problemas identificados naquela realidade sociopolítica:

[...] dois mundos, um que vive no presente, vislumbrando o futuro, aquele no qual se conta, e outro, o que se conta, que vegeta num passado primitivo, primordial, estágio atrasado de desenvolvimento das faculdades do homem, inerte à ação do progresso.²⁴³

Assim, retornando Lisboa à discussão, existiria um “pacote” de progressos superficiais que seriam, para os ilustrados, uma consequência “necessária” da vida social, porém o que dava real significação para sua vida era sua *Bildung* (formação/instrução) e, consequentemente, sua *Kultur*.

Kultur, para os alemães, “é a palavra pela qual [...] se interpretam”, que mais expressa, “o orgulho em suas próprias realizações e no próprio ser”. E, basicamente, refere-se a realizações intelectuais, artísticas e religiosas, e nada tem a ver com os fatos políticos, econômicos e sociais. A *Bildung*, no sentido de formação intelectual, é, por conseguinte, parte integrante da própria *Kultur*. E *Zivilisation* significava algo verdadeiramente útil, mas de segunda importância, compreendendo apenas a aparência externa de seres humanos, a superfície da existência humana.²⁴⁴

Podemos apresentar tais pontos através de outra perspectiva, associando ao estado de natureza de Rousseau. Essa crença, bastante significativa e determinante, tanto em Kant como em Eschwege, nos lembra de que:

Isso não deveria alienar o homem da tarefa de melhorar a sua civilização, mas deveria mostrar a eles o quanto o que é valorizado na civilização é fraude e exibição. [...] essa distinção também é fundamental para Kant. Para ele, nenhuma das meras “virtudes” sociais, independentemente de quanto

²⁴³ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec, Fapesp, 2010, p.5.

²⁴⁴ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.171.

glamorosas elas aparentassem, jamais constituiriam o verdadeiro significado próprio de “virtude”.²⁴⁵

É possível reconhecer uma linha que “nasce” em Rousseau, influencia Kant e “desemboca” em Eschwege, a partir do círculo científico e filosófico existente naquele período. Evidentemente, para os povos de língua teutônica, os termos se apresentam de forma distinta, a partir dessa ideia de “civilização” e “cultura”. Podemos ir além e também entender de que forma se coloca, para os homens “ilustrados”, a noção de humanidade e *humanismo*.

A situação mudou consideravelmente quando as classes sociais que normalmente trabalhavam para ganhar a vida, ou viviam predominantemente de rendimentos obtidos pelo trabalho, passaram de uma posição de subordinadas para a de classes dirigentes. A primeira dessas classes a ascender um status e poder – a multiplamente diferenciada “classe média” – tinha desenvolvido um código de conduta que era muito diferente do código aristocrático de honra e civilidade. [...] Com o decorrer do tempo, os padrões que assim tinham desenvolvido entre seções do “terceiro estado”, entre pessoas que trabalhavam para ganhar a vida, o código moral absoluto e igualitário que reivindicava sua validade para todos os seres humanos, foi sistematizado *a posteriori* em formas de reflexão e elevado ao nível de proposições filosóficas por membros da *intelligentsia* da classe média, como Kant. Foi sintomático do grau superior de “internacionalização” do código de normas igualitárias, humanistas, da classe média, a que chamamos de “moralidade” [...].²⁴⁶

Vimos que Eschwege era um participante dessa “classe média” a que Elias se refere, ganhando a vida através do trabalho, e fundamentalmente portador de um “código de conduta”. Esse código, embasado principalmente nas ideias de “universalismo” da razão humana ou nos princípios filosóficos de Kant, colocaria

²⁴⁵ CASSIRER, Ernst. **Rousseau, Kant, Goethe** – Two Essays. Translated from the German by James Gutmann, Paul Oskar Kristeller and John Herman Randall Jr. Princeton: Princeton University Press, 1963, p.10 (tradução nossa). “*It should not alienate men from the task of improving their civilization, but should show them how much in the values they prize in civilization is sham and show. This distinction is fundamental for Kant also; [...] for him none of the merely social ‘virtues’, no matter how glamorous they may seem, could ever constitute the true meaning of ‘virtue’ itself.*”

²⁴⁶ ELIAS, Norbert. **Os Alemães** – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Editado por Michael Schröter. Tradução de Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997, p.133.

esses homens como produtores de discursos humanistas; historicamente falando, passariam a enxergar o *outro* como pertencentes a uma só humanidade. Concluindo, sobre a relação entre a forma de compreender a “cultura” alemã e as classes médias:

O universo da *Kultur* – criado no Setecentos pela classe média alemã –, da qual se originam [Spix e Martius], expande-se paulatinamente, acomodando-se, no século XIX, também em círculos nobres.²⁴⁷

Neste primeiro capítulo vimos alguns pontos fundamentais para se pensar, de forma metodologicamente coerente, a viagem e sua produção literária em relação ao estudo historiográfico. Buscou-se apresentar, basicamente, as questões centrais dessa modalidade de estudo, entre teoria, metodologia e alguns de seus autores mais significativos. Também situamos o sujeito estudado diante de seu “contexto histórico” e suas principais heranças intelectuais. A partir do próximo capítulo, buscaremos entender o contexto da vinda de Eschwege ao Brasil, que está intimamente ligado ao movimento de “reforma” de diversos setores da colônia, como um “aspecto da ilustração no Brasil”²⁴⁸.

²⁴⁷ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.65.

²⁴⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005.

CAPÍTULO II – “LUZES” SOBRE AS RIQUEZAS COLONIAIS: LITERATURA DE VIAGEM E A “ILUSTRAÇÃO” BRASILEIRA NO SÉCULO XIX

Humilhamos emires mais poderosos que tu. Eles se ajoelharam perante nossas lanças, suas mulheres foram nossos tapetes. O galope de nossos cavalos fez as montanhas de Jemaná tremerem. Fincamos nossas tendas em Vutulu e em Damasco. Expulsamos destas paragens, como hienas, todos os inimigos que nos perseguiam.

Vi o que houve ontem, sei tudo o que acontecerá amanhã.

Cantos de guerra e do amor do Islã²⁴⁹

Os objetos de ferro fundido encontrarão grande colocação, sobretudo nos estabelecimentos açucareiros, muito numerosos em um raio de 10 léguas da fábrica, os quais adquirirão grande quantidade de caldeiras, tachos, cilindros e mesmo máquinas completas, para substituir as de madeira, que ainda usam.

Correspondência enviada por Varnhagen a Eschwege²⁵⁰

O processo colonial é um violento²⁵¹ desdobrar de imposições e conflitos inerentes à dialética “colonizadores” e “colonizados”, que se articula através de um controle social, muitas vezes feito a distância, configurando um modelo essencialmente exploratório. Como o objetivo deste trabalho é expandir o horizonte dos conhecimentos sobre a história do Brasil, como também das mentalidades, o tema colonial não poderia ser ocultado, principalmente tendo em vista o recorte temporal proposto, o princípio do século XIX brasileiro. Nesse período, marcado pela transição política da dita “colônia” para um “Reino Unido”, o Brasil registrou a entrada de grande número de estrangeiros e também foi palco de uma gradual

²⁴⁹ Cântico retirado do trabalho de: FERRO, Marc. **História das Colonizações** – Das conquistas às independências. Século XIII a XX. Tradução de Rosa Freire D’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.23.

²⁵⁰ Trecho da correspondência trocada entre Varnhagen e Eschwege, disponível em: ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.228.

²⁵¹ Marc Ferro, em sua extensa obra sobre o tema “colonização”, apresenta uma definição que remonta à ideia de “violência”: “A colonização é associada à ocupação de uma terra estrangeira, à sua exploração agrícola, à instalação de colonos.” Portanto, ideias como “ocupação”, “exploração” ou “expansão” intrinsicamente remetem à ideia de “violação” do outro, do distinto. FERRO, op. cit., p.17.

transição tecnológica – interessante pensar que a presença desses aspectos não deixa de ser também uma *conquista*.

Abrimos este capítulo com um cântico islã na epígrafe, uma canção de intimidação e dominação ao “inimigo”, seguida por um trecho de uma correspondência trocada, em 18 de maio de 1817, entre Wilhelm von Eschwege e o Sargento Mor do Real Corpo de Engenheiros Frederico Luiz Guilherme Varnhagen (1783-1842), seu conterrâneo e “amigo”. Mediante Carta Régia datada de 1814, podemos expor uma breve contextualização como também esclarecer o início da problematização proposta para este capítulo:

Propondo-me Eu mandar vir da Allemanha alguns Fundidores e refinadores habeis para substituírem a sobre dita Comp.a de Suecos; [...] Hei por bem ordenar vos encarregueis da Direcção desta obra ao Sarg.to mor do Real Corpo de Engenheiros Friderico Luiz Guilherme Varnhagen, cujos conhecimentos afinção que elle o saberá desempenhar como convem, podendo para o futuro ser ajudado n'estes trabalhos, pelo Tn.te Coronel Graduado do mesmo Real Corpo, Guilherme Barão de Eschwege quando este puder ser dispensado das comissões do Meu Real Serviço, de que ora se acha encarregado na Capitania de Minas Geraes.²⁵²

O empreendimento referido pelo Príncipe Regente, cuja direção o alemão Frederico Varnhagen assumiria, corresponde à Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, Sorocaba, São Paulo.²⁵³ Estabelecida previamente sem sucesso, dirigida por suecos, a companhia passaria a ter esse alemão na direção, bem como a alcançar aparentes resultados positivos a partir de 1814.²⁵⁴ Durante este capítulo veremos de forma um pouco mais aprofundada esse período da história brasileira

²⁵² Carta Régia, de 27 de Setembro de 1814, disponível em: ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.224.

²⁵³ Para um estudo mais aprofundado sobre esse tema, o estabelecimento da Fábrica de Ferro de Ipanema no começo do século XIX, ver: FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968.

²⁵⁴ Ibidem, p.229.

em que se insere não só Eschwege, mas outros estrangeiros como Varnhagen, e a necessidade, por parte do governo lusitano, de “sábios” europeus, fundidores e mineradores experientes para dar início ao que podemos compreender como uma tentativa de introduzir uma mentalidade “industrial” no Brasil.

A partir disso, vale ressaltar o tom de dominação presente não só no processo de colonização, ou na instalação gradativa do aparato colonial português em terras sul-americanas, mas também no conflito de forças entre culturas e “tempos”, tão comum no processo histórico: em nosso caso, de um lado, a mentalidade “colonial” mercantilista e, do outro, a força da ilustração, encontrando espaço num ambiente “atrasado”, por parte dos viajantes que aqui estiveram. Segundo Ramos, “o valor da viagem não deve ser, portanto, definido em si, mas em função da relação de forças em que os nossos peregrinos se encontravam”.²⁵⁵

Os empreendimentos açucareiros se beneficiariam da implantação desse tipo de renovação tecnológica, como a fundição do ferro, defende Varnhagen ao escrever a Eschwege. Como pretendemos discutir neste segundo capítulo, a partir da proposta de mudança do “governo geral” lusitano, a presença dos estrangeiros no Brasil passa a ser vista muitas vezes negativamente pelos habitantes locais. Não seriam também as propostas e os relatos dos estrangeiros relativos ao Brasil no século XIX, muitas vezes denunciando ou expondo situações próprias do local visitado, um encontro de forças com a sociedade já existente? Ou uma tentativa de “conquista”?

O Brasil, durante os seus “primeiros séculos”, isto é, do XVI ao XIX, sob dominação portuguesa desde a sua “descoberta”, vivenciou um processo

²⁵⁵ RAMOS, Rui. Nas origens da “Lenda Negra”: As viagens filosóficas do século XVIII Português. **Penélope**. Fazer e Desfazer História. Lisboa, n. 4, nov. 1989, p.68.

econômico, político e social, chamado de “colonização”, que cravou profundas marcas como também trouxe profundas consequências para o desenrolar histórico deste país. O modelo colonial, estruturado numa política econômica “produtora e fiscal”²⁵⁶, somado ao impacto social intrínseco a esse “violento processo”, não só causou “contradições e conflitos sociais internos sem condições de gerar forças autônomas capazes de criar uma consciência nacional e um desenvolvimento revolucionário apto a reorganizar a sociedade e constituí-la em nação”²⁵⁷, mas também provocaria um ciclo de gerações “frágeis” em termos educacionais e tecnológicos. Portanto, um corpo totalmente desestruturado servindo, por uma mentalidade específica colonial, à Metrópole durante séculos.

A epígrafe deste capítulo pode ser associada de forma dupla à questão histórica abordada nesta parte do estudo: foi um processo “violento” não apenas para os habitantes, a economia e a estrutura política do país, mas também para a relação de forças opostas que se acirraram ao longo do tempo – como no caso do movimento de “reforma” que trataremos a seguir. Pois, como veremos neste capítulo, a estrutura colonial de caráter puramente mercantil seria ameaçada pela crescente onda de modernização tecnológica produzida pelo Ocidente, a chamada “Revolução Industrial”.

Portanto, será interessante pensar em que sentido foi tocado o “corpo” colonial a partir de reformas forçadas por fatores externos e internos, e ainda como o sujeito estudado se inseria em tais reformas. Não só, mas também como as aspirações do homem estão em íntimo diálogo com suas próprias necessidades e demandas, fazendo com que o modelo colonial se esgotasse, porém, não alterando sua própria essência: a *dominação* estrangeira.

²⁵⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.8.

²⁵⁷ Ibidem, p.8.

Por último, o sentido do título deste capítulo remete ao Século das Luzes: o final do século XVIII e o início do XIX, como um momento decisivo para a sociedade colonial portuguesa. Temos um avanço global das técnicas e tecnologias, assim como do conhecimento humano produzido pela ciência, oriunda principalmente dos centros universitários superiores. Temos também uma mentalidade sendo fomentada entre os leitores esclarecidos europeus, orientada pela “razão” e pela “crítica universal”. Entretanto, tanto o Brasil como Portugal, no início do século XIX, não tinham disponíveis recursos humanos para adequar a sua política econômica aos padrões da Revolução Industrial. Fraga nos lembra:

É imprescindível considerar, por outro lado, que no século XVIII, a indústria siderúrgica desenvolvia-se em vários países estrangeiros: Suécia, Estados Unidos, Rússia, Bélgica e Alemanha. Porém, em Portugal, nesse período, o desenvolvimento industrial era praticamente nulo, não contando, por conseguinte, o país, com técnicos nesse setor.²⁵⁸

Assim, justifica-se a entrada gradual de estrangeiros, principalmente por motivação científica, em território lusitano a partir de 1810, com a Abertura dos Portos às nações amigas, acarretando um “movimento de modernização” no setor extrativista luso-brasileiro, a partir da vinda de von Eschwege ao Brasil. Segundo Lisboa, por exemplo, “[...] [Eschwege] é transferido para o Brasil com o objetivo de fundar siderúrgicas e explorar minas de carvão”²⁵⁹. Moreira Leite compreende esse contexto como fenômeno social e econômico resultante de políticas como as de Pombal:

²⁵⁸ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1799-1822)**. Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.58.

²⁵⁹ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.29.

A Coroa portuguesa, dentro de sua orientação mercantilista de exploração exclusiva dos recursos naturais do Brasil, delegava aos seus súditos a tarefa de descobri-los ou revela-los. As práticas iluministas de Pombal, em cuja política governamental se inseria o interesse científico, acentuou o caráter pragmático do pensamento científico do século XVIII. Foi nesse contexto social e econômico que se desenvolveram as obras de frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) e do médico Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), que podem ser considerados como os naturalistas viajantes mais conhecidos do Brasil no século XVIII.²⁶⁰

Houve um gradual “deslocamento” da mentalidade mercantilista para a industrialista, e é isso que buscamos explorar neste capítulo. A Coroa estaria, portanto, desde os anos 1770²⁶¹, preocupada em fomentar a produção de matérias-primas, interessada em revitalizar a estrutura econômica de Portugal e seus domínios ultramarinos. Porém, como esses estrangeiros descreveriam esse mundo “atrasado, anacrônico e bárbaro” em processo de “modernização”?

Para compreendermos com maior precisão o sentido das descrições feitas pelos estrangeiros que estiveram no Brasil no período que compreende o cientificismo – já abordado neste trabalho anteriormente –, como também o sentido de muitas das atividades científicas que aqui se deram durante os primórdios do século XIX, é fundamental termos em mente um determinado contexto histórico. Ou seja, o processo político, econômico e social – chamado por Figuerôa de um “projeto de modernização conservadora [...] cujos traços ecléticos e pragmáticos conduziram à importação de modelos e tradições científicas oriundas de diferentes ‘centros’”²⁶² – que passaria a ocorrer na sociedade portuguesa e seus domínios ultramarinos. “Modernização conservadora”, explica, pois se trata de uma tentativa de alterar a

²⁶⁰ LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem** (1803-1900). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.198.

²⁶¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.49.

²⁶² FIGUERÔA, Sílvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). **Asclepio**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. L-2, 1998, p.117.

estrutura econômica da colônia, de mercantilista para industrial, porém sem tocar na configuração do poder do Antigo Regime; “eccléticos e pragmáticos” porque há um cenário de visita de cientistas de variadas nacionalidades, todos com a intenção de produzir uma atividade científica voltada a fins práticos. Para Fraga, a criação da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1810-1822) “é consequência da nova política do governo português, objetivando o desenvolvimento das indústrias no Brasil”²⁶³.

Existe uma “crença”, na mentalidade ilustrada especificamente, no progresso real para os homens alcançado através da técnica associada à razão. Esse processo de modernização, que buscamos apresentar neste capítulo, reconhecido em outros trabalhos historiográficos, seria uma resposta à Revolução Industrial dada pela Coroa, preocupada em inserir-se na “exploração do minério ferrífero, justamente por se tratar de indústria de base”²⁶⁴. Para um tipo de reestruturação como essa são necessários certos investimentos; aparentemente, o que Portugal mais precisava, por contar com uma base educacional ainda recente nos estudos “científicos”²⁶⁵, eram pessoas capacitadas para tais trabalhos. Assim, não foi capaz de reunir um contingente de homens aptos a produzir tal “revolução” científica e econômica em seus próprios territórios, muito menos em seus domínios ultramarinos²⁶⁶; logo, haveria a necessidade de “importar” uma mão de obra especializada para o desenvolvimento de tais serviços.

²⁶³ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.57.

²⁶⁴ Ibidem, p.49.

²⁶⁵ Podemos observar, através do trabalho de José Murilo de Carvalho, que o “Iluminismo” chegara em Portugal, pelo menos em termos de formação superior, a partir do ano de 1773, quando há uma notável alteração nas matrículas de alunos na mais significativa universidade lusitana do período: Coimbra. Portanto não seria possível, em curto prazo, que Portugal houvesse todos os meios para a aplicação de uma extração ferrífera, indústria de base da Revolução Industrial, o que explica a presença da contração estrangeira para tais objetivos. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.67.

²⁶⁶ Podemos aqui destacar o caso de João Manso Pereira e sua ineficácia, em termos produtivos, no estabelecimento da fábrica de ferro em Ipanema, a partir dos anos finais do século XVIII; tratava-se de um “hábil químico” que, mesmo sendo creditado pelas autoridades portuguesas, nada conseguiu

Em termos históricos, esses europeus, oriundos dos principais centros de ensino superior da Europa, eram considerados “sábios”. Como exemplo podemos considerar a presença de “cientistas” ou “sábios” suecos no estabelecimento da Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba. Depois, foram substituídos, na área administrativa, pelo alemão Varnhagen, que contou também com a ajuda de Eschwege. Todo esse fenômeno, portanto, está intimamente ligado à mentalidade “esclarecida” típica do século XVIII, como também à longa permanência de um sistema colonial que estava saturado. Mas por quê? E como?

A indústria mineradora no Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira que mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar a diante. [...] Antes de sua vinda [da iniciativa inglesa em empreender a mineração no Brasil], a odisseia de um Eschwege, procurando ensinar, difundir conhecimentos e noções científicas rudimentares que havia séculos se conheciam na Europa; apelando para a inteligência e bom senso dos mineradores; batendo desesperadamente às portas de uma administração pública emperrada e inepta para alcançar medidas legais eficientes; tudo isto para ver baldado seus esforços de uma atividade incansável que se prolongou por onze anos (1810-1821), é bem retrato da época.²⁶⁷

Aqui Caio Prado Jr. sintetiza, através da experiência de Eschwege, como se encontrava o setor minerador colonial entre o final do século XVIII e o início do século XIX, isto é, abandonado, sem investimentos, pobre em relação ao emprego de técnicas e ciência, como também ineficiente, “emperrado” em virtude da administração portuguesa. A demanda de metal ferífero, a finitude evidente das reservas de ouro, assim como as transformações em escala global questionariam,

produzir nos anos que foi incumbido a estabelecer o empreendimento em Sorocaba. FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.33-48.

²⁶⁷ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.179-180.

direta e indiretamente, a mentalidade colonial mercantilista lusitana, e isso a partir da “Ilustração” do século XVIII.

Um interessante exemplo dessa postura administrativa portuguesa encontra-se em uma carta pertencente ao acervo pessoal de Eschwege, remetida a Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar, vice-rei do Brasil, como também Governador da Bahia. Escrita em 1814, no período da estadia do barão hessiano no Brasil, podemos ver que havia uma grande demanda por mão de obra especializada ou por homens com conhecimentos científicos e práticos:

A gente [? – ilegível devido mancha] pelos trabalhos das Minas q’ se deve mandar vir d’Alemanha podera ser o seguinte:

1º Hum Director das Minas / Bergmeister / pessoa bem instruída nos trabalhos práticos de mineração das minas, e q’ ja tenha estado empregado com Credito nas Minas d’Alemanha

2º Hum Engenheiro Subterraneo / Markscheider / pessoa q’ trabalha com exatidão e desenhando os Planos com perfeccão

3º Quatro Mestres Mineiros / Steiger / pessoa gostumadas ao trabalho

4º Dois Carpinteiros de Minas / Bergzimmermann /

5º Dois Fundidores de ferro, de fornos altos / Hitzofenmeister /
Soma 12 Pessoas

[...] Para achar e escolher as Pessoas q’ desempenharão perfeitamente os trabalhos de q’ serão emcombidos, se deve emcumbir deste negocio hua pessoa q’ tenha conhecimentos pessoaes dos Sujeitos q’ se offereceram para vir para ca, o fim de evitar semelhantes inconveniências q’ se encontrou na Colonia Sueca de Sorocaba.²⁶⁸

Apesar de haver uma mancha nesse rascunho, podemos compreender o contexto da correspondência e notar que, pela mentalidade operacional de Eschwege, seria necessária a vinda uma de série de trabalhadores para efetuar os

²⁶⁸ W. L. K. von Eschwege. “Korrespondenz”. Bestand 340, folha 10. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

serviços das minas conforme a Coroa desejava. Podemos observar também que Eschwege julgava necessário nesse tipo de contratação ter ciência de quem seriam as pessoas convocadas, a partir de “conhecimentos pessoais”, para evitar as inconveniências enfrentadas, por exemplo, no caso da colônia sueca em Sorocaba. Em outras palavras, havia necessidade de contratar mão de obra especializada e experiente, como também confiável. Vale ressaltar que, ao longo dessa carta, Eschwege indica uma série de homens aptos a trabalhar nesses postos, todos eles alemães. Portanto, podemos dizer que o superintendente das minas depositava certa confiança naqueles que compartilhavam de sua cultura, por sua “exemplar regularidade” e “boa conduta”.

Para alcançar estas Pessoas capazes deve ser encarregado D. Joaquim Lobo de Silveira com a Instrução de Procurar a Pessoa de Director das Minas / Bergmeister / no Electorado de Hesse Cassel assim como também os Quatro Mestres Mineiros / Steiger / sendo este paiz onde os trabalhos montanisticos se distinguem pela sua exemplar regularidade e boa conducta dos empregados.²⁶⁹

Novamente, a “boa conduta”, numa perspectiva *ética*, assim como a “regularidade”, com uma produção baseada em conhecimentos práticos e empíricos, são pontos-chave para esse viajante. Façamos um exame mais minucioso sobre essa mentalidade.

²⁶⁹ W. L. K. von Eschwege. “Korrespondenz”. Bestand 340, folha 12. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

2.1 A MENTALIDADE ILUSTRADA E A TENDÊNCIA À REFORMA

Como vemos na leitura do conhecido trabalho de Prado Jr.²⁷⁰, houve de fato uma ação, a partir de tentativas empreendidas pelo Estado, buscando reanimar (ou inaugurar?) a indústria mineradora do Brasil. A operação colonial já não apresentaria resultados significativos na atividade mineradora aurífera; também na agricultura, a partir da concorrência estrangeira, surgia um movimento “modernizador”, com novos cultivos em lugares ainda não explorados, além das primeiras expedições científicas, como a de Frei Veloso.²⁷¹

Voltando a Prado Jr., nota-se mediante a exposição do autor a existência de um sistema contraditório e direcionado ao lucro, pago através dos “quintos”, e “só”. “Na realidade, nada interessava senão o quinto: que fosse pago, por bem ou à força; tudo mais não tinha importância.” Assim, nos informa o autor:

Afinal, quando a indústria mineradora da colônia já era uma ruína, e sob seus escombros gemia uma população empobrecida cuja miséria flagrante não podia mais iludir ninguém, nem a miopia da administração, nem a inconsciência do ganancioso fisco, veio a reforma.²⁷²

Embora a interpretação de Caio Prado Jr. seja de que essa “reforma” não trouxe nada de positivo para a indústria extrativista do Brasil, queremos entender melhor que “reforma” é essa de que fala não só Prado Jr., mas também outros autores, e como Eschwege pode ser considerado um representante dela. Ou seja, em que contexto se insere e de que forma isso nos ajuda a entender sua leitura

²⁷⁰ PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

²⁷¹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.51.

²⁷² PRADO JR., op. cit., p.185-186.

sobre a sociedade luso-brasileira, da qual ele seria participante ativo, produtor de vestígios históricos.

É possível averiguar a visão de Eschwege sobre o papel das indústrias para um Estado. Em carta escrita para a própria Administração das Minas de Portugal anos depois, quando o geólogo alemão já havia regressado à Europa e trabalhava, assim, para a Coroa portuguesa novamente, em finais dos anos 1820, pode-se reconhecer sua mentalidade científicista e a importância atribuída à atividade mineradora. Essa fonte apresenta-se como um complemento à interpretação de sua mentalidade, sua formação e sua leitura estrutural de sociedade. A datação exata da carta não pode ser indicada, pois se trata de um rascunho encontrado entre seus documentos pessoais, porém a partir do manuscrito observamos que para o barão a atividade científica deveria acompanhar as indústrias de base de qualquer nação.

III^{mos} Senhores!

Como VV.S.S. tanto zelo mostram de promover as associações de tanta utilidade p^a o paiz, tomo confiança de lembrar outra empresa da maior importância p^a indústria nacional, a qual he a exploração das minas metálicas deste Reino. Bem sabido he que agricultura e minas são os primeiros motores da indústria; a primeira alimenta os povos, a segunda alimenta todos os ofícios mecânicos. Por desgraça, ambos estes motores da indústria tem estado neste Reino em grande abandono, e principalmente a exploração das minas, que ha trinta annos para cá, quando foi criada sua Administração, tem soffrido tantos infortunios, que hoje em dia está inteiram^{te} aniquilada.²⁷³

O tom dessa carta é evidentemente de alerta. O barão deixa claro quais seriam, para o pensamento “ilustrado”, os “motores” da indústria nacional, e que a lusitana, naquele momento, estaria em estado deplorável, dando o seu parecer como funcionário Real. Há, portanto, uma preocupação com determinado “progresso”, mediante a razão associada à técnica. É possível compreender,

²⁷³ W. L. K. von Eschwege. “Manuskripte”. Bestand 340, n. 22, folha 1. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

portanto, o sentido das suas críticas ao funcionamento dos setores extrativistas, pois, sendo os “motores” da indústria portuguesa, precisariam seguir uma “engenharia”, um plano de ação pensado e concebido por alguém realmente capacitado para essa função, com conhecimentos específicos sobre tais questões. É o que vemos no último parágrafo da carta. Nas linhas finais, temos:

A respeito do Plano que tenho a honra de offerecer, sabido Principio adoptado em todos os Estados onde ha hua boa Administração das Minas, que todas os Jazigos mettalicos são propriedade do Estado, (naô he assim na Inglaterra onde são propriedade do possuidor da Superficie do Terreno, e sendo por este motivo a pior Administração das Minas d'Europa, que produziria ainda piores effeitos se a maior parte das propriedades naô fosse de tam gr^{de} extensao) e que o Governo por este motivo deve exercer hua certa *fiscalisação sobre os methodos da exploração*, p^a não serem as minas inutilizadas em pouco annos por ignorancia dos Administradores ou por cobiça das Comp^{as}, podendo dar vantagens por Seculos sendo exploradas *conforme a Sciencia Montanistica e seg^{do} as regras da Arte*.²⁷⁴

Ao término da carta temos anexado um plano, chamado “*Companhia p^a a exploração das Minas de Estanho*”. Eschwege apresentaria, como fez tantas outras vezes, segundo ele próprio afirma durante a carta, um projeto racional de exploração dos minérios. Nosso objetivo aqui não é estudar a fundo as estruturas desse plano, mas sim entender os pontos-chave de tal proposição, como a necessidade de seguir as “regras da Arte” e de fiscalizar os métodos de exploração para não inutilizar o importante recurso natural que são as jazidas e reservas mineiras de uma nação. Em outras palavras, vemos como a associação da atividade prática com o saber científico desempenha papel central no desenvolvimento e sucesso dos Estados nesse tipo de mentalidade. Novamente, o conhecimento científico ilustrado presente em Eschwege pode ser facilmente reconhecido pela sua ênfase no conhecimento da

²⁷⁴ W. L. K. von Eschwege. “Manuskripte”. Bestand 340, n. 22, folha 4. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg (grifo nosso).

“arte”. Os bons resultados e a regularidade dependeriam da *Scienzia Montanistica* e suas regras.

Assim, levando em consideração que a “a agricultura e a exploração das minas metálicas” são os motores da indústria de um país, essas devem seguir certos *métodos*, ou seja, certos procedimentos que correspondem às leis da natureza. Pois, como expõe o geólogo em seguida na carta, caso esses métodos não fossem seguidos e devidamente fiscalizados pelo Estado, esse recurso natural em breve se inutilizaria. Ou seja, a arte de extrair minérios da natureza seguiria um método que é conhecido pelos homens, e caso esse caminho não fosse seguido, haveria consequências drásticas aos recursos naturais de Portugal.

Immanuel Kant conhecidamente considerou consistir, a “ilustração”, na “saída do homem a sua auto estabelecida minoridade” – libertando a consciência humana da ignorância e do erro. O lema de Kant para a “ilustração” era simples: *Sapere aude* – ouse saber. [...] Intelectuais europeus no final do século XVIII entenderam que importantes mudanças estariam ocorrendo – e já haviam ocorrido – em relação à razão, a tolerância e o progresso científico.²⁷⁵

Outro ponto que podemos destacar aqui, exemplificando a ilustração alemã influenciada principalmente por Humboldt, é a precoce noção desse viajante a respeito da importância dos impactos do homem sobre o meio ambiente. Em recente e minucioso trabalho publicado por Wulf, a biografia de Alexander Humboldt nos informa que:

²⁷⁵ WITHERS, Charles W. J. **Placing the Enlightenment:** thinking geographically about age of reason. Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p.3 (tradução nossa). “*Immanuel Kant famously considered enlightenment to consist of ‘mankind’s exit from its self-incurred immaturity’ – freeing the human consciousness from ignorance and error. Kant’s motto for enlightenment was simple: Sapere aude – dare do know. [...] European intellectuals at the end of the eighteenth century understood that important changes were occurring –and had already happened– to do with reason, tolerance, and scientific progress.*”

Humboldt [...] alertou que a humanidade precisava compreender como as forças da natureza funcionavam, como os diferentes fios estavam todos interligados. Os seres humanos não poderiam simplesmente alterar o mundo natural a seu bel-prazer e para proveito próprio. Mais tarde, Humboldt escreveu: “O homem não pode agir sobre a natureza e não pode apropriar-se de nenhuma de suas forças para uso próprio se ele não conhecer as leis naturais.” A humanidade, alertou Humboldt, tinha o poder de destruir o meio ambiente, e as consequências talvez fossem catastróficas.²⁷⁶

Associando esse conhecimento ao que já se publicou sobre Eschwege na Alemanha, podemos completar:

De 1810 até 1821 trabalhou v. Eschwege no Brasil. Ele pertenceu àqueles poucos pesquisadores que reconheceu imediatamente o problema da proteção e do cuidado ao meio ambiente. O século XVIII só estimou os homens praticamente como embelezadores e melhoradores da paisagem. [...] von Eschwege falava do “abuso” das florestas brasileiras e não mediu esforços, principalmente da devastadora dizimação da floresta, suas consequências e a criticar a imprudente destruição da paisagem pela extração mineradora.²⁷⁷

Reconhecemos, assim, tanto uma “mentalidade ilustrada” como uma “tendência à reforma”. Existe em sua produção científica um ataque ao desrespeito ao meio ambiente, influência direta do pensamento humboldtiano, já esclarecido em páginas anteriores.

Nesse sentido, a carta examinada, além de revelar um pouco como Eschwege compreende esses importantes setores econômicos da sociedade, também deixa um sinal de alerta à Administração Real das Minas de Portugal – uma

²⁷⁶ WULF, Andrea. **A invenção da natureza** – a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. 1ª. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016, p.102.

²⁷⁷ BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstagdes maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977, p.306 (tradução nossa). “Von 1810 bis 1821 wirkte v. Eschwege in Brasilien. Er gehörte damals zu den wenigen Forschern, die das Problem des Umwelt- und Lebensschutzes bereits erkannten. Das 18. Jahrhundert hatte den Menschen praktisch nur als den Verschönerer und Verbesserer der Landschaft angesehen. [...] sprach v. Eschwege vom ‘Raubbau’ an den Wäldern Brasiliens und wurde nicht müde, besonders die verheerende Waldvernichtung, ihre Folgen und die rücksichtslose Landschaftszerstörung des Bergbaus zu geißeln.”

tentativa de livrar o governo português do “erro” e da “ignorância”? Haverá então um confronto de forças acontecendo dentro dessa sociedade, entre pessoas propensas às “reformas estruturais” e, de outro lado, conservadores?

Uma breve citação desse movimento, tratado neste capítulo, pode também ser encontrada no trabalho de Figuerôa:

Os trabalhos [...], por exemplo, mostraram como, nos extertores [sic] do antigo sistema colonial, as reformas socioeconômicas modernizadoras empreendidas por Portugal, fundamentadas nos ideais da Ilustração, adotaram o fomentismo estatal, e a valorização das ciências naturais – sobretudo a Botânica, intimamente ligada à agricultura, à Medicina e à Química, mas também a Mineralogia e à Metalurgia – se tornou preocupação explícita do governo português.²⁷⁸

Em outras palavras, o que nos diz a autora é que haveria uma preocupação em aprimorar os setores da base econômica colonial através da “ciência prática”, como a agricultura e a mineração. O primeiro ponto que deve ser observado é o papel dos “ideais da Ilustração” nesse processo. Maria Odila Leite da Silva Dias dedicou um capítulo de seu estudo aos “*aspectos da Ilustração no Brasil*”, conforme citado anteriormente, já havendo, portanto, um trabalho sobre questões centrais desse período da história luso-brasileira. Aqui buscamos situar, através das ideias de autores que estudam esse momento fundamental de mudança da estrutura econômica e social do Brasil, a atuação do nosso sujeito, isto é, Eschwege. Pois nota-se que o enfoque do trabalho de Maria Odila, por exemplo, são os brasileiros, deixando de lado as atividades dos europeus com tal mentalidade no Brasil.

²⁷⁸ FIGUERÔA, Sílvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). **Asclepio**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. L-2, 1998, p.112.

Já vimos no capítulo anterior que a ilustração é um ponto fundamental desta pesquisa, assim devemos questionar também de que forma essa reforma engloba não só os brasileiros, mas também os estrangeiros.

A nova ética do Século das Luzes, segundo a qual os homens poderiam aspirar à liberdade e à realização de sua felicidade na terra, dera um vigoroso impulso ao estudo das ciências. Os homens [...] passaram a tentar edificar o paraíso celeste no mundo de todo o dia, aliando seu otimismo utópico a mentalidade pragmática das reformas concretas. Daí o renascimento científico de meados do século XVIII, principalmente no campo das ciências naturais e mecânicas, a exaltação do sábio e do cientista como o homem prático e de ação: caberia a eles construir a felicidade dos homens com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e ao proveito da sociedade.²⁷⁹

Características como “otimismo utópico”, “mentalidade pragmática” e a tentativa de “reformas concretas” são pontos que precisam ser percebidos em Eschwege. Por exemplo, neste trecho, ainda na mesma fonte citada anteriormente, o barão pondera que:

[...] a exploração das Minas em Portugal não pode fazer progressos, em quando for administrada por conta do Estado. No anno de 1824 fui nomeado Intend.^{te} geral das Minas do Reino, e hum anno de experiencia já foi sufficiente p^a me convencer desta verdade, e fiz por tanto em 6 de Setembro e 13 de Outubro do anno de 1825, propostas ao Governo para a formação de associações p^a a exploração das Minas. Em 12 de Abril de 1826 repeti as mesmas, mostrando os prejuízos q’ a administração das minas dava no estado atual. Em 13 de Janeiro de 1827 representei novam^{te} sobre a urgência de reformar hua Companhia poderosa p^a o trabalho das minas, offerencedo em 5 de Fev^{ro} e 8 de Março do m^{mo} anno, assim como em 27 de Jan^{ro} e 12 de Fev^{ro} de 1828 varios projectos ao Governo e as Camaras p^a a formação de associações mineiras, e p^a uma nova legislação montanistica. Mostrando desta maneira o grande interesse que tomava p^a fazer florescer este ramo da Administração que me estava confiado, nem ao menos tive a satisfação de receber hua resposta, e vendo que remava contra a maré, ficou-me só a consolação de ter cumprido m^{as} obrigações, e por fim fui demittido do meu

²⁷⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.40-41.

emprego p^{lo} Usurpador por não convir ao seu serviço, abandonando Portugal.²⁸⁰

Apesar de longa, a transcrição também se apresenta como extremamente importante para este trabalho em certos aspectos. Vemos primeiramente um caráter bastante proativo em Eschwege, lutando contra a administração não só em solo brasileiro, como lembrava Prado Jr., mas também em lusitano. Após várias tentativas de “modernizar” ou implementar reformas no setor industrial português, vemos que há ao menos um sentimento de dever cumprido, um consolo por no mínimo ter realizado suas obrigações, respeitando sua “razão pura”.

Há, portanto, uma ética, um comportamento específico desses homens, como também do Estado português, ao (tentar) reformar – a partir da formação superior de alguns de seus súditos, como também da contratação de estrangeiros –, pelo menos no setor da mineração, a antiga estrutura mercantilista portuguesa. “[...] colocar o Brasil e Portugal dentro das novas dimensões progressistas da Europa, através da dinamização de fontes de riqueza”²⁸¹ era um objetivo do Ministro de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho, e para isso haveria necessidade de dois elementos centrais: recursos financeiros e recursos humanos.

Enfim, Fraga chama a virada do século XVIII para o XIX como um “novo panorama administrativo”, o “processo de modernização” de que trata este capítulo, em que se insere Eschwege. Estamos falando dos avanços do conhecimento científico e seus impactos na estrutura do Estado, em seus objetivos e suas tentativas de modernização. Em linhas gerais, podemos denominar tal processo como a passagem de uma organização social voltada ao colonialismo mercantilista,

²⁸⁰ W. L. K. von Eschwege. “Manuskripte”. Bestand 340, n. 22, folha 1. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

²⁸¹ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.48.

interessado em riquezas materiais como pedras preciosas, para uma sociedade integrada na lógica industrial capitalista, que começa a surgir no final do século XVIII.

Assim, vem à tona a questão: como podemos aprofundar esse tema através da literatura de viagem? Levamos em consideração que,

A partir do século XVIII, as viagens científicas e ilustradas tornam-se cada vez mais importantes no contexto não apenas científico, mas também político dos Estados europeus. [...] o viajante-naturalista é um instrumento importante da “Europa polida” para promover o controle da natureza e, subsequentemente, promover a felicidade da humanidade por meio do progresso, do enriquecimento dos povos e acrescentamento do saber.²⁸²

Torrão Filho defende que há um tom de questionamento político nessas descrições de viagem, intimamente ligado ao progresso e à felicidade da humanidade, típico de uma “Europa ilustrada”. E aqui reforçamos o seu argumento, pois isso pode ser notado, tal “controle sobre a natureza”, por parte do viajante estudado nesta pesquisa e, conseqüentemente, na forma como os Estados passam a se posicionar diante dela. Esses discursos pautados pelo “progresso” fariam que tipo de análise da sociedade colonial visitada? É perceptível um choque temporal entre a Europa “polida” e “ilustrada” e a realidade colonial “anacrônica” e “bárbara”? Como é feita essa descrição “reformista” do universo da *civilização*?

²⁸² TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.97-98.

2.2 UM “ATAQUE” AO *IMPERIALISMO*: A FILOSOFIA “ILUSTRADA” NA LITERATURA DE VIAGEM

Diante de nossos olhos, portanto, um grande choque de realidades ocorreu com a visita de estrangeiros europeus ao “Novo Mundo”, que fora administrado por um modelo colonial. O resultado disso seria, além de tudo, um cruzamento de civilizações e de culturas, de “tempos” e “espaços”. Torrão Filho, utilizando-se do conceito de “zona de contato” de M. L. Pratt, nos fala de uma “cidade imaterial” que engloba todos os códigos culturais de um povo e sua história. Vemos que “fisicamente” muitas vezes essas cidades, ou as organizações populacionais urbanas, se assemelham e remontam ao mundo europeu ocidental, fazendo jus à origem – e, em nosso caso, estamos falando de Portugal. Porém, quando se trata dos homens, dos habitantes dessa terra, haveria tendências “mais atrasadas”, dando espaço para os mais diferentes discursos surgirem.

Assim, é necessário pensarmos, antes de mais nada, a orientação fundamental desses viajantes, para podermos relacionar com a visão de Eschwege sobre o Brasil, seus habitantes e sua forma de vida.

[...] uma cidade imaterial, fugidia, que se dava a ver em relações complexas, codificadas, nas quais várias culturas eram confrontadas em um cenário urbano contraditório, para a maioria dos viajantes: uma aparência de cidade que remetia, em seus edifícios, ruas, praças e instituições a uma cidade europeia e ocidental; ao passo que os homens que as habitavam, seus costumes, cheiros e cores, remetiam a uma realidade bárbara e caótica. Eles compreendem esses espaços como lugares de encontro de homens e culturas, o que Pratt chama de zona de contato, ou seja, “uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam”.²⁸³

²⁸³ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.226.

Em busca dessa “orientação” que explicará grande parte das imagens produzidas sobre o Brasil do século XIX, podemos, assim, fazer uma interessante correlação entre a ideia central da obra de Sankar Muthu²⁸⁴, *“Enlightenment Against Empire”* (“A ilustração contra o império”), e a problematização sobre a produção documental da figura histórica estudada nesta pesquisa, Wilhelm Ludwig von Eschwege. Muthu defende que haveria entre os escritores e filósofos do século XVIII uma tendência em atacar as atrocidades e a política imperial das potências europeias em suas colônias, como podemos observar em pensadores como Diderot, Rousseau, Kant e Herder. Levando em consideração que o escopo deste trabalho é sustentar a tese da presença de um humanismo na construção da figura do indígena brasileiro por Eschwege, ao passo que, inversamente, havia uma crítica à civilização luso-brasileira, cabe demonstrar como a ideia de Muthu é válida para a leitura do barão alemão. Dessa forma, para esse autor, como um dos possíveis desdobramentos da “ilustração” no campo da história do pensamento, temos:

Nos finais do século XVIII, um número de proeminentes pensadores políticos europeus que atacou o imperialismo, não apenas defendendo os povos não-europeus contra as injustiças da dominação imperial europeia, como fizeram alguns dos primeiros pensadores modernos, mas também desafiando a ideia de que Europeus teriam algum direito de subjugar, colonizar e “civilizar” o resto do mundo.²⁸⁵

Podemos observar, a partir do que nos expõe o autor, que naquele período um grupo de intelectuais – grandes influenciadores dos discursos construídos no século XIX – primeiro “atacou” filosoficamente não só a ideia da dominação europeia nos mais distintos cantos do globo, mas também a estrutura de “dominação” ao

²⁸⁴ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

²⁸⁵ Ibidem (tradução nossa). “In the late eighteenth century, a number of prominent European political thinkers attacked imperialism, not only defending non-European peoples against the injustices of European imperial rule, as some early modern thinkers had done, but also challenging the idea that Europeans had any right to subjugate, colonize and ‘civilize’ the rest of the world.”

outro: o direito de subjugar, colonizar e “civilizar” outros povos e outras culturas. Assim, focando o seu trabalho em quatro grandes nomes da filosofia ocidental do século XVIII, Denis Diderot (1713-1784), Immanuel Kant (1724-1804), Johann G. Herder (1744-1803) e, “por trás de todos eles, eu irei argumentar, estão os escritos de Jean-Jacques Rousseau, em particular os dois *Discursos*”²⁸⁶ – lembrando que são filósofos que influenciaram direta e indiretamente o pensamento de Eschwege –, podemos traçar esse “ataque” em alguns escritos do século XIX no Brasil através de nossa fonte. Dessa forma, Muthu completa:

É provavelmente lendo as ideias políticas populares do século XIX, sobre o progresso, nacionalidade e o império no período do século XVIII que a “ilustração”, como um todo, foi caracterizada como um projeto que, acima de tudo, tentou extinguir ou marginalizar a diferença, uma caracterização que ocultou a perspectiva anti-imperialista, separando-a do pensamento político da era “ilustrada”.²⁸⁷

Em outras palavras, o que o autor ressalta é uma noção “anti-imperial” presente no pensamento político popular do século XIX, mediante a influência dessa tendência característica das ideias ilustradas do século XVIII, que nem sempre é percebida ao se estudar esse tema. Podemos considerar um relato de viagem como uma fonte que apresenta “ideias políticas populares” sobre “progresso, nacionalidade e o império”? Torrão Filho nos dá uma resposta ao tratar dos viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil:

²⁸⁶ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.2.

²⁸⁷ Ibidem, p.6 (tradução nossa). “It is perhaps by reading popular nineteenth-century political views of progress, nationality, and the empire back into the eighteenth century that ‘the Enlightenment’ as a whole has been characterized as a project that ultimately attempted to efface or marginalize difference, a characterization that has hidden from view the anti-imperialist strand of Enlightenment-era political thought.”

Os dados sobre a população, referentes a sua procedência, religião, língua, classe social e profissões devem servir para formar um “quadro do estado moral e físico do país”. Assim, especial atenção deve ser dada aos costumes, hábitos e princípios desta população, pois o caráter moral de um país está intimamente conectado com sua riqueza, religião, leis e clima.²⁸⁸

Ora, se estamos lidando com um tipo de documento que descreve o estado moral e físico de um país, preocupado em registrar os mais importantes dados característicos do local visitado, devemos ter informações-chave sobre o “progresso, a nacionalidade e o [impacto do] império”.

Porém, de que forma aconteciam tais “ataques”? Se for possível identificar uma resposta, poderemos cruzar essa informação com as fontes disponíveis, para assim estabelecer uma ponte entre o “anti-imperialismo”, defendido por Sankar Muthu, e o barão de Eschwege. Como já ressaltado, o pensamento político da “ilustração”, presente em alguns filósofos, questionaria a própria noção de “humanidade”. Entre eles está Immanuel Kant, que, conforme é possível notar a partir do que já se discutiu neste trabalho, possui fundamental importância na formação intelectual do sujeito estudado.

O que precisamente Kant está se referindo quando utiliza o termo “humanidade” (*Humanität, Menschheit*)? Mais especificamente, quando Kant afirma que nós nunca devemos tratar a humanidade em nossas pessoas simplesmente como meios, mas também, sempre como o fim em si mesmo, o que é isso que nós estamos sendo questionados de nunca abusar e sempre respeitar moralmente? Entendendo o distintivo senso para o conceito de humanidade de Kant, isso nos permite apreciar melhor a sua injunção ética, e os caminhos que revelam compreensivelmente o seu conceito de cultura, [...] e sua teoria política cosmopolita que tece as várias diferenciações em conjunto numa unificada e aberta visão da moral.²⁸⁹

²⁸⁸ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.186.

²⁸⁹ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.127 (tradução nossa). “What precisely is Kant referring to when he uses the term ‘humanity’

Um dos pontos que Muthu destaca na filosofia kantiana é a noção sobre o significado da moral ligado à “humanidade”. Cultura, ética, moral e “humanidade” são pontos cruciais que, pela teoria de Sankar Muthu, resultariam numa tendência “anti-imperial”.

[...] Pensadores políticos europeus rejeitaram o imperialismo totalmente como impraticável, perigoso, ou imoral – por razões econômicas do liberalismo, como resultado dos princípios da autodeterminação à integridade cultural, devido a preocupações sobre os efeitos da política imperial sobre as práticas e instituições políticas domésticas [...].²⁹⁰

Podemos, portanto, reconhecer em Eschwege essa tendência “anti-imperialista”? Em certo sentido, evidentemente. Primeiro, em termos econômicos, que é um fator central neste capítulo, vemos como a colonização na América, em especial no Brasil, gerou um sistema econômico que, enraizado na mentalidade colonial, estava sendo prejudicial para a própria terra.

Assim como na extração mineral também se quer na agricultura, em um ano, retirar tudo da terra. Pois, como é um caráter nacional, nada se reserva para o futuro.²⁹¹

Esse é um breve exemplo da visão crítica desse viajante em relação à atividade “colonial imperial” lusitana, consciente de que a devastação das florestas

(*Humanität, Menschheit*)? More specifically, when Kant contends that we should never treat the humanity in our persons simply as a means, but always also as an end in itself, what is it that we are being asked never to abuse and always to respect morally? Understanding Kant's distinctive senses of the concept of humanity enables us to appreciate better his ethical injunction, and in ways that reveal insightfully his concept of culture, [...] and the cosmopolitan political theory that weaves these various strands together into a unified and open-ended moral vision.”

²⁹⁰ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.14 (tradução nossa). “[...] European political thinkers rejected imperialism outright as unworkable, dangerous, or immoral – for economic reasons of free trade, as a result of principles of self-determination of cultural integrity, due to concerns about the effects of imperial politics upon domestic political institutions and practices [...].”

²⁹¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.10 (tradução nossa). “So wie bei dem Bergbaue, möchte man auch bei dem Landbaue in einem Jahre der Erde alles abgewinnen, da es Nationalcharakter ist, nichts für die Zukunft aufzusparen.”

daria espaço para monoculturas, acarretando uma perda de umidade geral da terra.²⁹²

No que diz respeito à “integridade cultural”, também podemos reconhecer essa noção sendo lesada pelos “efeitos da política imperial” ao tratarmos especificamente do índio em Eschwege, o que será feito com mais atenção no próximo capítulo. Porém, vale ressaltar aqui a dificuldade que o geólogo alemão encontrou em terras brasileiras, gerando um descontentamento, acompanhado na maioria das vezes de críticas políticas, sociais e econômicas.

Muito tempo passará ainda, antes que o governo aprenda a conhecer o seu verdadeiro interesse, visto que os preconceitos, o egoísmo, a inveja e o ciúme que se tem pelos estrangeiros – um dos prejuízos mais arraigados do português – dominam em todas as classes com tal intensidade, que não há possibilidade de uma modificação benéfica no sistema econômico do país.²⁹³

Devemos pensar que a mentalidade lusitana de “exclusivismo” sobre seus domínios ultramarinos e suas respectivas riquezas é contínua e sentida pelos estrangeiros. Logo, além de apresentar tais “ataques” à realidade econômica colonial mercantilista, como podemos notar na citação anterior, também vemos que o *estrangeiro* expressa uma insatisfação com o tratamento recebido pela mentalidade “ciumenta” portuguesa.

Outra questão importante para nós é o posicionamento de Eschwege perante o modelo colonial brasileiro, munido da percepção anti-imperial, ao considerar que “os humanos como tal merecem respeito moral”²⁹⁴. E aqui temos a

²⁹² ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.10.

²⁹³ Idem. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p. 209.

²⁹⁴ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.11.

“humanidade” abrangendo qualquer *homem*, “civilizado” ou não. Nesse caso, emerge o tema do indígena, o “homem selvagem”.

Essa tensão entre universalismo moral e as políticas de exclusão foi superada por uma certa extensão por pensadores anti-imperialistas que retrataram a relação entre a natureza humana e o pluralismo cultural de maneira distinta de outros pensadores anteriores (e alguns de seus contemporâneos); a sua visão era que a dominação imperial era manifestada injustamente, e a sua inclinação a defender a variedade de povos não-europeus contra as políticas e as instituições imperiais, em parte desenvolvida por um entendimento de humanidade como atividade cultural, uma visão que era distinta daquela de um grupo de seus óbvios antepassados.²⁹⁵

Muthu acredita que foi por esse motivo que tais pensadores do século XVIII tentaram “extinguir” ou “marginalizar” a diferença: a defesa dos povos não europeus estaria inversamente ligada ao ataque às políticas e instituições imperiais. Além disso, é possível observar sua visão distinta sobre o conceito de “humanidade”, reconhecida como uma “atividade/agência cultural” (*cultural agency*).

No *Journal von Brasilien*, especificamente em seu segundo capítulo, intitulado “*Algumas notícias gerais sobre os povos selvagens brasileiros e os caminhos legislativos para a sua civilização*”, temos a mentalidade do barão alemão em diálogo com a teoria de Muthu:

Já há vários anos esteve sob atenção dos monarcas portugueses a civilização desses selvagens, e foram por esse motivo feitas sábias leis; sozinhas, até agora, infelizmente! Os resultados não corresponderam às expectativas. Já numa lei de 10 de setembro de 1611 trata sobre belas mudanças, e ordena, no nono parágrafo, que todos os indígenas são livres,

²⁹⁵ MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003, p.11 (tradução nossa). “*This tension between moral universalism and the politics of exclusion was overcome to a certain extent by anti-imperialist thinkers who framed the relationship between human nature and cultural pluralism differently from previous thinkers (and from some of their contemporaries); their view that imperial rule was manifestly unjust, and their inclination to defend a variety of non-European peoples against imperial policies and institutions, in part developed out of an understanding of humanity as cultural agency, a view that was distinct from that of a number of their most obvious forebears.*”

e que não poderiam ser feitos de escravos. Essa lei foi confirmada até pelos papas, mas nunca seguida.²⁹⁶

O texto segue com a exposição das leis estipuladas durante os séculos XVII e XVIII pelas autoridades lusitanas para os nativos do território colonial. Segundo Eschwege, as leis eram em sua maioria impraticáveis; além disso, “o sentimento paternalista dos regentes portugueses os reconhecia, porém mais funcionava como oposto, contribuindo para a opressão indígena [...]”²⁹⁷. É possível notar nesse trecho a defesa do princípio de liberdade aos povos não europeus, sendo sua escravização algo “imoral”. Esse texto foi publicado em 1818, portanto, no período que corresponde à presença de Eschwege no Brasil, abordando uma realidade ainda a ser percebida pelo estrangeiro, mesmo depois de séculos da promulgação de leis.

Podemos perceber que o sistema legislativo não funcionaria da forma devida na colônia, deixando, pelo menos no universo prático, a possibilidade de práticas “ilegais”, como a escravização dos nativos. O diálogo com a historiografia brasileira sobre o indígena, em relação aos “ataques” feitos pelo pensamento “ilustrado” de Eschwege, será destaque do próximo capítulo. Vale mencionar que não é nenhuma novidade historiográfica que a escravização indígena no Brasil foi uma realidade durante séculos, porém o que buscamos perceber neste capítulo é a posição crítica de Eschwege, que considerava as práticas e as instituições coloniais como “imorais”, bem como a política indigenista dos governos luso-brasileiros, mostrando uma

²⁹⁶ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.69 (tradução nossa). “*Schon seit vielen Jahren ist die Civilisation dieser Wilden das Augenmerk der Portugiesischen Monarchen gewesen, und es sind deßhalb weise Gesetze gegeben worden; allein bis jetzt haben leider! die Resultate den Erwartungen nicht entsprochen. Schon ein Gesetz vom 10ten Sept. 1611 trifft schöne Verkehungen, und verordnet im 9ten Paragraph, daß alle Indier frei seyn, und nicht Sclaven gemacht werden sollen. Dieses Gesetz wurde sogar von den Pápsten bestätigt, aber nie befolgt.*”

²⁹⁷ Ibidem, p.74.

postura que se enquadra, assim, na visão “política popular do século XIX anti-imperialista” de Sankar Muthu, aqui problematizado.

2.3 MODELO COLONIAL *MERCANTILISTA* VERSUS MODELO COLONIAL *INDUSTRIAL*

Tomemos como foco esse primeiro modelo “mercantilista colonial”, que se sustenta numa relação metrópole-colônia:

Todas elas [metrópoles] consideravam suas colônias como fontes provedoras de matérias-primas que não se produziam, ao menos com tanta fartura e a preço tão baixo, no solo europeu. Todas elas consideravam a colônia como mercados forçados de consumo de todos os produtos enviados pela metrópole. Todas elas vedaram às colônias produzir gêneros que pudessem competir com a produção da lavoura, ou da manufatura metropolitanas. Todas elas reservaram à colônia trabalhos rústicos, pesados, sem acabamentos refinados, para que a colônia não se adiantasse a substituir a metrópole nas obras de maior valor e maior preço. Todas elas condenaram as indústrias... O mal foi que a metrópole portuguesa não chegou a se estruturar economicamente.²⁹⁸

Pergunta-se qual seria a consequência, pensando nos setores sociais, políticos e econômicos de um país, desse tipo de organização exploratória? Esse empreendimento na economia brasileira, que perdurou por séculos, para Fraga, resultaria em “marcas tão fundas nos costumes e mentalidade do povo [...]”²⁹⁹. Ou seja, temos em jogo, além dos problemas “visíveis”, como foi a exploração na América, a presença de “mentalidades” contrastantes, divergentes, em termos de orientação econômica e política, de um processo para outro: a mentalidade colonial *versus* a industrial, que estaria “condenada” pela persistência da primeira. Os

²⁹⁸ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.7.

²⁹⁹ Ibidem, p.7.

processos industriais, ou pelo menos a experiência de sua técnica e o conhecimento científico envolvido, já eram uma realidade nas universidades europeias, onde esses “ilustrados” faziam seus estudos superiores, para depois virem ao Brasil buscando colocá-los em prática em nome do “progresso” humano.

Olhando especificamente o caso da Província de São Paulo no século XVIII e a relação conflituosa entre “as mentalidades”, temos um interessante balanço por parte de Fraga:

Fazendo um rápido retrospecto sobre a história administrativa de São Paulo no século XVIII, encontramos presente, de forma clara, o *unilateralismo* do interesse metropolitano. [...] condicionada como estava a política da Metrópole em torno da descoberta e exploração de metais e pedras preciosas – meta principal do esquema mercantilista – compreende-se porque as minas de ferro, encontradas pelos paulistas enquanto buscavam ouro, mereciam tão pouca (ou nenhuma) atenção por parte das autoridades coloniais. A mentalidade portuguesa, ou mercantilista, cujo princípio básico – repete-se – é o da exploração imediata de riquezas; e o ouro é a riqueza do momento. O ferro pertence ao capítulo da industrialização e seu caráter de riqueza é próprio da mentalidade industrialista.³⁰⁰

De forma alguma seria escopo deste trabalho analisar os detalhes do processo econômico e político que se deu na Província de São Paulo para uma possível “mudança de mentalidade”, dando atenção à riqueza mineral ferrífera, pois esse estudo foi feito por Fraga. Porém, o que nos interessa aqui é absorver essa noção tão importante, a disputa entre mentalidades: de um lado, a técnica e a ciência e, do outro, a cobiça e a rudez. Começa, a partir do que foi exposto, a ficar claro o motivo para o barão de Eschwege tecer tantas críticas ao mundo “civilizado” brasileiro, organizado e administrado por portugueses – portanto, começa a se

³⁰⁰ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.11 (grifo nosso).

concretizar um dos objetivos principais desta pesquisa. Lembrando que o termo “civilização” possui um sentido próprio para os alemães:

Civilização, portanto, como conceito abrangente para a cultura ocidental, abarcando o conjunto de experiências que a informa e deixando transparecer uma visão de mundo. Como diz Elias, “pode se referir a fatos políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais”; enquanto na Alemanha, e isso é importante, o conceito de civilização ficou restrito ao “comportamento” aparente das pessoas, à sociabilidade, em contraste com *Kultur*, que formulou-se de forma a fazer referência “basicamente aos fatos intelectuais, artísticos e religiosos”, produtos humanos inerentes ao valor intrínseco das pessoas, que inicialmente distingue uma classe e, gradativamente, adquire características nacionais. Enfatiza e delimita a diferença e identidade.³⁰¹

Existe um ponto fundamental a ser entendido neste momento do estudo: podemos a partir da exposição de Naxara entender o motivo da identificação nacional de Eschwege ao sustentar a contratação de homens alemães para os trabalhos no Brasil. Pois, sendo a “civilização” uma noção restrita ao comportamento para o homem ocidental, e não tendo a necessária ligação com o “valor intrínseco das pessoas”, matéria correspondente à “cultura”, podemos interpretar que Eschwege compreende a sociedade luso-brasileira levando em conta essa básica diferenciação em relação aos alemães.

Tentemos capturar o espírito da crítica à colonização portuguesa feita por Eschwege em *Pluto Brasiliensis*, quando tratou do “Resumo da legislação de Minas”:

A falta de experiência, a ambição do governo e, em parte, o desconhecimento do país, mal organizado e quase despovoado, deram lugar a muitas leis inadequadas, que provocaram a ruína rápida desse notável ramo de atividade, importante fonte de renda para o Estado. De nenhuma dessas leis numerosas, que têm aparecido até hoje, se pode dizer propriamente que tivesse por finalidade a proteção da indústria de mineração do ouro. Ao contrário, todas elas apenas visavam

³⁰¹ NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica**: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004, p.74.

aumento a todo custo da produção com o estabelecimento de medidas que assegurassem a parte devida à Coroa. [...] Todos queriam colher sem semear.³⁰²

Primeiramente vemos um diálogo estabelecido entre Fraga e Prado Jr. e o sujeito aqui estudado, o que nos mostra a importância desse tipo de produção documental como fonte para a nossa história. Qual é a preocupação de Eschwege? A proteção da indústria, como vimos em carta exposta anteriormente. Em 1833, quando publicava *Pluto Brasiliensis*, ou nos anos anteriores, trabalhando na Administração Real das Minas em Portugal, já demonstrava essa mentalidade prática sobre usufruir os recursos naturais de forma consciente e racional, em oposição à avidez revelada pela Coroa desde 1603, com a primeira Carta Régia regulamentadora da extração do ouro.

Outro ponto interessante é a crítica de Eschwege, através de um comentário ácido, a uma mentalidade específica que contrasta com a sua, percebida no período em que esteve no Brasil e existente desde os primórdios do descobrimento. Sérgio Buarque de Holanda chamou de “espírito aventureiro”, que, segundo o autor, contraria o “espírito trabalhador”.

Seu ideal será colher o fruto sem plantar a árvore. [...] as energias e os esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem perspectiva e rápido proveito material passam, ao contrário, por viciosos e desprezíveis para eles. Nada lhes parece mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador.³⁰³

³⁰² ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.83.

³⁰³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.44.

A cobiça pela riqueza a curto prazo seria uma marca desses “aventureiros” sentida por Eschwege e registrada em seus textos. Porém, sua mentalidade é completamente contrária: estaria no Brasil justamente para buscar uma estabilidade no uso dos recursos minerais, atualizar os métodos de exploração, danosos à própria indústria extrativista do país, como também orientar os mineradores que buscavam “colher o fruto sem plantar a árvore”.

Ainda em *Pluto Brasiliensis* podemos identificar uma interessante passagem que remonta ao “espírito” mencionado por Holanda:

Quem, porém, conhece o brasileiro, não pode admirar-se de coisa alguma. Nada arguto e pouco empreendedor por natureza, vê sempre com desconfiança e inveja a atividade do estrangeiro. Habitado a realizar seus negócios ao meio dia, vestido ainda do camisolão de dormir, e na maior comodidade possível, é sempre ultrapassado pelo estrangeiro operoso, que já às primeiras horas da manhã faz a maioria dos seus negócios, com grande desvantagem do primeiro.³⁰⁴

Neste trecho vemos que o estrangeiro, com “espírito trabalhador”, é reconhecido como operoso e o brasileiro, como ocioso ao tratar dos negócios. A crítica surge principalmente quando levamos em consideração uma “ética”, referente ao comportamento do homem diante do seu meio; então ele, como ser racional, seria assim alvo perfeito para críticas de cunho kantiano – como já vimos no capítulo anterior, a preguiça seria um dos pontos que para Kant manteriam os homens em sua minoridade.

Através do trabalho de Fraga é possível compreender como se deu, ou pelo menos se iniciou, a transição de um modelo mercantilista para uma mentalidade industrial no Brasil, a partir do ano de 1808, com a vinda da família Real e o

³⁰⁴ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979, p.129.

movimento liberal da “abertura dos portos”, já comentado. Em abril do mesmo ano um primeiro passo foi dado com a promulgação de “um importante alvará revogando toda a proibição existente quanto à abertura de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos”³⁰⁵. É interessante notar, a partir dos dados apresentados pela autora, que mesmo representando o signo do “liberalismo”, e embora “libertasse” a nação dos “entraves inerentes ao sistema mercantilista”, era indispensável

[...] que fossem paralelamente dados os meios concretos e básicos para a criação e desenvolvimento desse setor (no caso, a indústria) suficientemente estigmatizada pela política econômica de Portugal, para não encontrar em si, os indispensáveis elementos de promoção e desenvolvimento. Três séculos de injunção mercantilista, evidentemente, não se anulam por meio de decretos e alvarás. Faltavam na época os capitais, os técnicos e a educação técnica (o que tornava impossível encontra-los dentro do país) e, principalmente, a mentalidade industrialista [...].³⁰⁶

Ou seja, seria preciso criar um ambiente propício ao florescimento de um sistema industrial. Apenas a vontade do Regente, mediante a formulação de decretos e alvarás, não seria suficiente para inserir um país como o Brasil daquele período numa lógica industrial, produtora de importantes matérias-primas, tendo em vista o contexto de Revolução Industrial. Fazia-se necessária uma verdadeira reforma que abarcasse, principalmente, a mentalidade lusitana de produção.

Entretanto, para haver êxito em um empreendimento como esse, seria necessário acumular recursos, não só financeiros como também humanos. José Murilo de Carvalho nos informa:

³⁰⁵ FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema** (1799-1822). Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968, p.60.

³⁰⁶ Ibidem, p.61.

Foi política sistemática do governo português nunca permitir a instalação de estabelecimentos de ensino superior nas colônias. Quando em 1768 a capitania de Minas Gerais pediu permissão para criar por conta própria uma escola de medicina, o Conselho Ultramarino respondeu que a questão era política, que a decisão favorável poderia enfraquecer a dependência da colônia e que “um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal”.³⁰⁷

Drasticamente diferente da política educacional que a Espanha adotara para suas colônias, permitindo e incentivando já desde o século XVI a criação de centros de ensino superior em países como México, Peru, Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, entre outros, a política lusitana de manutenção da “dependência” da colônia quando se tratava do aperfeiçoamento educacional de seus habitantes, como vemos em Carvalho, acabou tendo um “alto preço” para os portugueses. Isso porque a dependência atingia também os próprios portugueses, que precisavam contratar mão de obra especializada estrangeira, recorrendo aos “sábios” europeus, para colocar o projeto de “modernização” industrial em prática – mantendo-se assim uma relação de dependência e “fragilidade” perante o sistema capitalista industrial.

A implantação de um “modelo colonial industrial” no Brasil, ou de técnicas avançadas na produção de bens coloniais, como podemos observar a partir dos autores expostos aqui, como também a nossa fonte, foi um fracasso. Eschwege, como uma pequena parte ativa de todo um processo histórico, nos dá pistas de uma tentativa falha, pautada pelas marcas da mentalidade construída durante séculos no país. Podemos associar esse choque cultural de mentalidades, esse “atrito”, com uma interessante reflexão que Carvalho nos oferece sobre a “dialética da ambiguidade”.³⁰⁸

³⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.69-70.

³⁰⁸ Ibidem.

2.4 A “DIALÉTICA DA AMBIGUIDADE” E A CRÍTICA ESCHWEGUIANA

Além de apresentar um processo histórico importante quando se trata do estudo da figura de Wilhelm Ludwig von Eschwege, referente à “modernização” do setor extrativista mineral colonial brasileiro – ou pelo menos a inegável tentativa de reformar alguns setores da economia brasileira através da contratação e do investimento em estrangeiros –, o objetivo deste capítulo é buscar compreender de que forma Eschwege “ataca” o edifício da civilização colonial lusitana, ou como ele tece suas críticas à estrutura organizacional portuguesa no Brasil.

A “dialética da ambiguidade”, ideia que se encontra na obra de José Murilo de Carvalho, procura compreender de que forma as elites brasileiras se associaram ao Estado, ou seja, à Coroa Portuguesa, para o controle político da colônia. E a compreensão desse ponto é fundamental, pois revela que o Estado não estava necessariamente coordenado com as elites locais brasileiras, “sem dúvida, o grosso delas era recrutado entre elementos vinculados à propriedade da terra, do comércio e da mineração”³⁰⁹. Carvalho mostra que não existia uma reciprocidade de interesses entre o Estado e essas elites políticas, pelo menos até meados do século XIX, mas ambos os lados eram dependentes entre si. Segundo o autor,

O núcleo da elite brasileira, pelo menos até um pouco além da metade do século [XIX], era formado por burocratas – sobretudo de magistrados – treinados nas tradições do mercantilismo e absolutismo português.³¹⁰

³⁰⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.230.

³¹⁰ Ibidem, p.230.

Esse primeiro ponto evidencia por que Eschwege relata uma “administração emperrada”, ou até mesmo certa “violência” encontrada no Ministério, que ora refletia “ignorância”, ora “má vontade”.

Tomado entusiasticamente pelo meu trabalho de mineralogia, mas recorrentemente encontrando resistência das autoridades que, ora por parte de ignorância, não me podiam e, ora por parte de má vontade, não queriam me compreender, afetando o bom desenvolvimento das minhas atividades pois, tinha eu especialmente grandes dificuldades em cada alteração do Ministério no Rio, que me atrapalhava o caminho.³¹¹

Esse é o primeiro parágrafo da segunda parte da obra “*Brasil Novo Mundo*”, em que há uma notável crítica ao retratar o que estava vivenciando pessoalmente no Brasil, na condição de estrangeiro. O status de Eschwege, enquanto homem “ilustrado”, participante de um movimento histórico e filosófico, e a realidade colonial eram antagônicos. Ainda mais por haver ainda esse espírito de “reforma”, de “reformulação”. Vemos, pelos relatos pessoais, uma sociedade movida pelo interesse do ouro, “e só”:

Essa curta notícia que anteriormente deixei aqui, é com também o intuito de tornar compreensível a ideia do que é o funcionamento dos negócios. Uma maquinaria que se colocava em movimento, especialmente nos últimos anos, só através do ouro. As principais questões estatais evadem os negócios pessoais.³¹²

³¹¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.1 (tradução nossa). “*Enthusiastisch für meine bergmännischen Arbeiten eingenommen, aber immer widerstrebenden Gewalten belegend, die bald aus Ignoranz mich nicht begreifen könnten, bald den bösen Willen hatten, mich nicht begreifen zu wollen, und so den guten Fortgang meinen Betriebwesen hinderten, hatte ich besonders die größten Schwierigkeiten bei jeder Veränderung des Ministeriums in Rio aus Wege zu räumen.*”

³¹² Ibidem, p.2 (tradução nossa). “*Diese kurze Naricht lasse ich hier vorausgehen, um nebenbei eine anschauliche Idee über den damaligen Geschäftsgang meinen Lesern beizubringen. Eine Maschinerie, die besonders in den letzten Jahren nur durch Gold in Bewegung zur bringen war. Die wichtigsten Staatsangelegenheiten wichen den Partikulärgeschäften.*”

Por que Eschwege tem essa preocupação em publicar esse tipo de notícia? Porque há uma “construção do *outro*” que traduz os interesses e a mentalidade de um grupo de pessoas dentro do Estado Português, os “ilustrados”, pautados pela “modernização” à base do cientificismo da época, grupo esse caracterizado pela sua vontade de desempenhar um idealizado “progresso” e representado por uma crença própria: a felicidade humana deveria ser atingida através dos conhecimentos técnicos aliados à razão.

Vimos, através de “*A construção da ordem*”³¹³, que o núcleo de nossa elite era composto por esses burocratas a quem Eschwege se refere como “treinados nas tradições do mercantilismo e absolutismo português”. Carvalho ainda completa:

Por sua educação, pela ocupação, pelo treinamento, a elite brasileira era totalmente não-representativa da população do país. Era mesmo não-representativa nas divergências ou na ausência de articulação dos diversos setores da classe dominante, embora não representasse interesses que fossem a eles radicalmente opostos.³¹⁴

Associando, portanto, a obra de Carvalho com as informações apresentadas por Dias, notamos que entre os setores da elite brasileira, nesse período que estamos examinando, havia aqueles com formação superior de jurisprudência realizada em Coimbra, fortemente marcados pela tradição mercantilista e pelo absolutismo português, burocratas treinados para a manutenção do sistema colonial; e, por outro lado, os brasileiros – e, como verificado nesta pesquisa, também estrangeiros – com um estudo voltado para “a cultura ‘ilustrada’ da Europa no século XVIII; características de pensamento que continuam depois pelo século XIX adentro, motivo pelo qual nos preocupamos também em traçar os seus reflexos nas

³¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹⁴ Ibidem, p.231.

manifestações progressistas e modernizadoras dos brasileiros durante o Império”.

Ainda recorrendo a Dias podemos ressaltar:

Referimo-nos às atividades dos brasileiros formados nas principais universidades europeias, principalmente em Coimbra, a partir de 1772, e também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo. Fenômeno sugestivo e ao qual não se tem dado a ênfase merecida é a acentuada tendência para os estudos científicos, manifestada por grande número desses estudantes, que também procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e nela introduzir reformas.³¹⁵

Vemos os cenários apresentados pelos autores e podemos assim estabelecer uma relação entre eles: há aqui duas “forças” que contrastam, duas ideias de elite brasileira que se completam num certo sentido, uma mais “conservadora” e outra “reformadora”. Entre esses brasileiros “reformadores” podemos citar José Bonifácio de Andrada e Silva, Alexandre Rodrigues Ferreira, Frei José Mariano da Conceição Veloso, Borges de Barros e Manuel Ferreira Câmara Bethencourt de Sá. Todos esses nomes que começam a aparecer na história brasileira, portadores de um pensamento bastante distinto, considerados “suspeitos e ignóbeis”, como é possível rastrear no artigo de Maria Odila L. da Silva Dias, fundamentam-se sempre em algum tipo de “reforma”, ora na agricultura, ora no setor extrativista mineral brasileiro – nas riquezas coloniais.

Em fins do século XVIII foi decretada a fundação de um horto botânico na Bahia que não chegou a concretizar-se. No Rio de Janeiro, Luis de Vasconcelos organizou a Casa dos Pássaros, onde pretendeu fundar um Museu Nacional. O fomento e a difusão dos estudos naturais na colônia, até então tidos como “suspeitos e ignóbeis”, constituíam um fenômeno inteiramente revolucionário se o confrontarmos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento. Particularmente, interessante e digna de nota foi a fundação, em 1798, do Seminário de Olinda, pelo bispo D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, com um currículo inteiramente voltado para a

³¹⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.39.

modernização do ensino, dando ênfase especial à Botânica e à Mineralogia.³¹⁶

Assim sendo, a crítica eschwegeiana se dirige aos “luso-brasileiros” e “conservadores”, ou seja, a esses cidadãos brasileiros e também portugueses que resistiam à “modernização ilustrada”, a partir da *dialética da ambiguidade*, que é basicamente a incoerência entre os interesses dos dirigentes daquele Estado e a elite política e econômica do Brasil. Lembrando que o barão de Eschwege representava uma contratação feita pelo Estado.

O ponto crucial da questão era o relacionamento do Estado imperial com a agricultura de exportação de base escravista. Esse relacionamento caracterizava-se pelo que chamamos de dialética da ambiguidade, usando uma expressão de Guerreiro Ramos. Independente da elite política, o Estado não podia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois era ela que gerava 70% das rendas do governo-geral via impostos de exportação e importação.³¹⁷

O espírito kantiano crítico, já citado anteriormente, se manifesta perante o modelo social que o viajante alemão conhece, descreve, “informa” – haja vista o subtítulo escolhido para “*Brasil Novo Mundo*”, “*notícias misturadas sobre o Reino do Brasil*”. Vemos que a “dialética da ambiguidade”, da qual fala Carvalho, está associada à produção da crítica eschwegeiana. Assim, para compreendermos a participação de Eschwege na história do Brasil, não basta apenas vê-lo como um mero viajante, um estrangeiro publicando notícias de um mundo desconhecido. Há a necessidade de compreendê-lo como um funcionário Real, também “reformador”, possuidor de uma determinada tarefa a ser cumprida. Desse modo, a crítica se

³¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005, p.53.

³¹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.232.

baseia na impossibilidade de colocar em prática o trabalho que lhe foi especialmente designado, motivo de sua viagem ao Brasil.

Todo esse estudo se torna necessário a partir do momento que buscamos compreender de forma mais aprofundada o sentido da construção dessa alteridade luso-brasileira por Eschwege, pautado por um exame rigoroso e crítico. Vimos neste capítulo que existe um conflito, que situa o sujeito estudado no espaço e também no tempo, entre reformadores daquela época e uma estrutura historicamente construída resistente às ações “modernizadoras”, como a vinda de cientistas para a “redescoberta” do Brasil, como também de um “Novo Mundo”.

Levando em consideração um de nossos principais escopos, referente ao entendimento e identificação do indígena brasileiro na obra do barão de Eschwege, é necessário recordar que a dualidade entre “natureza” e “civilização” tem um papel importante no presente estudo. A moralidade, tema tão caro à filosofia kantiana – logo, também à eschwegeiana –, é central quando tratamos do homem e sua natureza. A razão, inerente ao homem, seria o veículo para o encontro dessa suprema moralidade, disponível a todos os seres racionais. Portanto, cabe ainda questionar, a respeito da crítica “anti-imperial”, sociopolítica e econômica feita por Eschwege ao Brasil colonial, como surge o índio nesse tipo de relato científico e informativo do início do século XIX? Há alguma relação entre a forma como o indígena é retratado e a forma como a civilização é apresentada pelo viajante?

Nesta parte da dissertação foi lançado um olhar crítico sobre os relatos do barão de Eschwege, buscando compreender sua experiência entre os gabinetes reais, como suas andanças pelo interior do Brasil foram representadas, como esse mundo foi construído pelos portugueses e como ele se encontrava naquele momento, a partir de seu próprio ponto de vista como *estrangeiro*. Sabemos que o

indígena naquele período não era considerado pertencente àquela sociedade, àquela organização “civilizatória”. Se a influência de Kant em Eschwege é real, esses diferentes homens precisam ser no mínimo reconhecidos como homens, ou pertencentes à humanidade. Assim, no próximo capítulo a intenção é buscar as heranças intelectuais de Eschwege, além de problematizar sua representação e compreensão acerca do indígena brasileiro, verificando-se como relata essa vivência bastante singular para um jovem geólogo e engenheiro do interior da Alemanha oitocentista.

CAPÍTULO III – ROUSSEAU, O ROMANTISMO E O “HOMEM SELVAGEM”: A POSSIBILIDADE DE OUTRAS CULTURAS

Esta dança é artística e bela, e poderia ser introduzida em sociedades cultas/instruídas.
Wilhelm Karl von Eschwege³¹⁸

Naturalmente, os homens não são nem reis, nem grandes, nem cortesãos, nem ricos; todos nasceram nus e pobres, todos eles sujeitos às misérias da vida, aos desgostos, às doenças, às necessidades, às dores de todas as espécies [...] Começai, pois, por estudar – da natureza humana – o que mais inseparável é dela, o que melhor constitui a humanidade.
Jean-Jacques Rousseau³¹⁹

O escopo central desta pesquisa, como já exposto em outros momentos, é entender – ou pelo menos apresentar um trabalho historiográfico que contribua para entender – de que forma as noções de *civilização* e *cultura* podem ser compreendidas no pensamento do geólogo e viajante Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, através de suas descrições e de seus relatos, tendo em vista a sua estadia de 11 anos no Brasil – como essas noções aparecem? Naturalmente alguns temas emergem desse tipo de problematização, como o indígena e o homem “civilizado” brasileiro.

Lembrando que esses temas, civilização e cultura, são questões centrais do período histórico correspondente ao nosso recorte temático e temporal. Vimos, em uma longa exposição feita nos capítulos anteriores, que existe uma especificidade nas fontes produzidas no contexto de “*Aufklärung*”, ou da “ilustração alemã”: a diferenciação do que é propriamente “cultura” e “civilização”. Porém, é necessário entender que, por trás dessas “cortinas” simbólicas, temos na realidade uma

³¹⁸ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.84 (tradução nossa). “*Dieser Tanz ist künstlich und schön, und könnte in gebildeten Gesellschaften eingeführt werden.*”

³¹⁹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. Vol. II. Tradução de Pilar Delvaux. Portugal: Publicações Europa-América, 1990, p.20 (grifo nosso).

atribuição moral a questões sobre o homem, variando entre aspectos positivos e negativos, fundamental para nortear essas descrições.

Assim, pensando essa seguinte problematização acerca da produção historiográfica sobre a literatura de viagem e o indígena brasileiro, questionamos: quais pontos podem ser destacados e problematizados na análise das “visões” desses sujeitos históricos acerca da condição do “homem selvagem” em relação ao mundo “civilizado”? A respeito do tema da cultura e da civilização, existe no trabalho historiográfico sobre Eschwege alguma questão sobre o indígena brasileiro? Será necessário também promover uma aproximação das “origens filosóficas”, inseparáveis dos discursos e “representações” produzidas sobre o Novo Mundo.

Para abrir este capítulo, foi exposto um pequeno, porém não menos interessante excerto da obra do geólogo alemão *Brasil Novo Mundo*, fazendo referência à dança “Taiá”, vivenciada pelo geólogo alemão e descrita em sua obra: “Esta dança é artística e bela”, comenta sobre uma experiência que teve durante sua estadia em “Aldea das Pedras”, aldeamento localizado na divisa entre as províncias de Minas Gerais e Goiás, registrada no dia 17 de outubro de 1816.³²⁰ E complementa com a ideia da possibilidade de “ intercâmbio cultural”, ou de introdução dessa dança indígena nas sociedades europeias civilizadas. Há interessantes questões expostas, como arte, estética e a noção de cultura, a partir do indígena brasileiro. Esse tipo de pensamento político, social e cultural é recorrente entre os viajantes? Como são descritos os indígenas no Brasil nos relatos de viagem?

Poderemos, respondendo tais questões, entender um pouco melhor como se posicionam e estruturam essas importantes noções – como natureza e civilização –

³²⁰ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.84.

no pensamento eschweguiano. Veremos que há uma íntima ligação com a filosofia rousseauiana, como também um espírito romântico nesse tipo de descrição feita pelo viajante alemão. Portanto, para aprofundarmos a noção cultural e entender também a “moralidade positiva” presente na fonte, faremos uma discussão a partir dessas noções fundamentais.

Vimos, no capítulo anterior, como a civilização luso-brasileira, encontrada aqui no seu estágio colonial, foi duramente criticada – ou até mesmo “atacada”, seguindo a teoria de Muthu – pela mentalidade “ilustrada”. Porém, questiona-se, de que forma a moralidade “positiva” poderia ser reconhecida pelo viajante nesses relatos? Existe algum ponto que chama atenção desse viajante positivamente? Precisamos levar em consideração que o Brasil que Eschwege conheceu oferecia uma experiência completamente inédita para a grande maioria dos homens europeus daquele tempo. Aqui, como podemos perceber “pela pena moralizante e utópica do viajante e sua memória livresca”³²¹, há um diálogo com o que o universo intelectual de sua era produzia (como sua “memória livresca”), suas experiências somadas à cultura de origem, o desconhecido que passa a ser conhecido. Lembrando um interessante dado sobre o “desconhecido” para o viajante, presente na obra de Torrão Filho:

[...] a dimensão espacial do viajante e a sua situação de fronteira entre um mundo conhecido e um mundo desconhecido, que está na base da relação de alteridade, promovendo “procedimentos que permitem passar do mundo que se conta ao mundo em que se conta”. Este desconhecido, espelho da identidade do viajante, é projetado em imagens que oscilam entre inferno e o paraíso, ora exemplo de organização utópica e perfeita, ora espaço da barbárie, que deve ser conquistada e civilizada.³²²

³²¹ TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.57.

³²² Ibidem, p.56.

Há nos relatos uma tendência natural em oscilar entre um *positivo* e um *negativo*, via um “discurso moralista ou polêmico”. Podemos afirmar que as sociedades visitadas estariam sujeitas às mais diferentes “verificações” morais, ou comparações entre o “aqui” (local visitado), o “lá” (local de origem) e a utopia do pensamento “ilustrado”³²³ (um local “inexistente”):

[...] observamos um caráter contraditório da literatura de viagem: seus autores buscam a crítica de sua própria civilização na comparação com outras sociedades, tentando encontrar em sua “infância” uma naturalidade e inocência que faltam à Europa polida, repleta de convenções e hierarquias, refletindo as ideias que Rousseau havia buscado em outros viajantes para desenvolver sua teoria do *bom selvagem*. Estes espaços, incluído o Brasil, constituem uma “renovação utópica” do pensamento europeu, da regeneração de sua cultura; [...] ³²⁴

Podemos associar essa fala de Torrão Filho com a seguinte colocação de Kant, ao abordar a “renovação cultural” típica do século XVIII europeu:

E Rousseau não estava tão errado ao preferir o Estado dos selvagens, se se deixar de lado este último degrau que nossa espécie ainda tem que galgar. Mediante a arte e a ciência, somos cultivados em alto grau. Somos civilizados até a saturação por toda a espécie de boas maneiras e decoreto sociais. Mas ainda falta muito para nos considerarmos moralizados.³²⁵

³²³ Lembrando que a Era em que Kant escrevia era considerada por ele “em esclarecimento”, e não propriamente “esclarecida”; o que nos transmite a ideia de um percurso “idealista” a ser trilhado pela espécie humana, a noção de “perfectibilidade” de Rousseau. Ressaltamos que o pensamento “ilustrado”, principalmente como podemos observar em Kant, acredita numa finalidade otimista – e necessária – para espécie humana, através dos planos que a natureza reservara ao homem. “[...] se a natureza concedeu-lhe [o homem] somente um curto tempo de vida (como efetivamente aconteceu), ela necessita de uma série talvez indefinida de gerações que transmitam umas às outras as suas luzes para finalmente conduzir, em nossa espécie, o germe da natureza àquele grau de desenvolvimento que é completamente adequado ao seu propósito.” KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Organização de Ricardo R. Terra; Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011, p.6.

³²⁴ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade**: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.57.

³²⁵ KANT, op. cit., p.16.

Essa “renovação cultural” está intimamente ligada ao resultado do que o historiador francês Paul Hazard chamou de “*crise da consciência europeia*”. Hazard, que se preocupou em pensar a grande transição do século XVII para o XVIII, conseguiu demonstrar historicamente as mudanças essenciais do pensamento e a mentalidade europeia em relação ao mundo e, evidentemente, a si mesmos.

O intervalo entre o Renascimento, do qual é descendente direto [o embate moral que ocorreria na Europa], e a Revolução Francesa para a qual estava forjando as armas, constituiria uma época que geraria importância histórica nenhuma. Para uma civilização fundada no dever – dever em relação a Deus, dever em relação ao Soberano, a *nova escola de filósofos* estava querendo substituir por uma civilização fundada na ideia de direitos – direitos do indivíduo, liberdade de expressão e opinião, as prerrogativas do homem como homem e cidadão.³²⁶

O que chama atenção, evidentemente, é a mudança de eixo para fundamentação da civilização europeia a partir dessa “nova escola de filósofos”, numa “época sem importância”, que Hazard chama ironicamente como um período de estabilidade política do continente europeu. A ideia de “dever” é substituída pela ideia de “direitos”; temos o desenvolvimento da noção de indivíduo, e o “dever” às instituições religiosas perde força, assim como a “soberania”, a partir da burguesia em ascensão. Na realidade, o historiador francês mostra que essa revolução moral e social já vinha acontecendo desde 1680, chegando ao ápice no século XVIII. E esses novos “direitos”, como a noção do “homem como homem” – aparecendo aqui da mesma forma que a “humanidade” em Kant –, são traços reconhecidos e apresentados pelo geólogo estudado nesta pesquisa. Eschwege aflora todos esses

³²⁶ HAZARD, Paul. **The Crisis of the European Mind – 1680-1715**. Translated from French by J. Lewis May. Introduction by Anthony Grafton. New York: New York Review Books, 2013 (tradução nossa, grifo nosso). “*The interval between the Renaissance, of which it is the lineal descendant, and the French Revolution for which it was forging the weapons, constitutes an epoch which yields to none in historical importance. For a civilization founded on Duty-duty towards God, duty towards the sovereign, the new school of philosophers were fain to substitute a civilization founded on the idea of rights-rights of the individual, freedom of speech and opinion, the prerogatives of man as man and citizen.*”

temas, direta e indiretamente. Alguns pontos podem ser percebidos pelo que já foi problematizado; outros, veremos a seguir.

Existiria, portanto, uma “querela entre antigos e modernos”, uma ruptura histórica, temporal e cultural.

[...] Hazard afirma que o século XVIII é a era da Razão e da Crítica: “É a crítica universal [...]; ela é a alma desta era querelante”. Uma outra querela está na base desta crise descrita por Hazard, que é a também célebre disputa entre antigos e modernos, que se origina da emergência de uma nova historicidade [...]. Ela traduz, para uma cultura, uma das formas de sua relação com o tempo, uma maneira de distribuir o passado, próximo ou longínquo [...].³²⁷

Esse processo, explicam os autores, resultaria numa “experiência de laicização do mundo”, em que

Vive-se num tempo novo, com a consciência de vivê-lo, e neste tempo novo, cabe ao Estado, por meio de seus representantes, programar o futuro, utilizando-se do empirismo da técnica e pelo bom uso do passado a partir de uma História laica e politicamente responsável.³²⁸

A ideia de felicidade – e, conseqüentemente, progresso em termos sociais – atrelada à ciência não é o único ponto importante a ser reconhecido em Hazard, pensando a filosofia do século XVIII. O intelectual também lembra que

A ciência teria que se tornar algo maior que um passatempo intelectual; ela deveria que desenvolver numa força capaz de aproveitar as forças da natureza e servir à humanidade. Ciência – quem poderia duvidá-la? – era a chave para a felicidade. O mundo material, uma vez em suas mãos, o homem poderia ordená-lo para o seu próprio benefício e glória, e para a felicidade das futuras gerações.³²⁹

³²⁷ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.92.

³²⁸ Ibidem, p.93.

³²⁹ HAZARD, Paul. **The Crisis of the European Mind – 1680-1715**. Translated from French by J. Lewis May. Introduction by Anthony Grafton. New York: New York Review Books, 2013 (tradução nossa). “*Science would have to become something more than an intellectual pastime; it would have to*

No início deste trabalho, na fala do barão de Eschwege ao abordar uma suposta felicidade presente no viver harmonioso do homem em *estado de natureza*³³⁰, vemos esse tema atravessar o nosso recorte temporal. Lembremos, principalmente depois de Kant, que a filosofia *prática* é vista como ciência tanto quanto os outros saberes. Assim, vale questionar a relação existente entre a *Ilustração* e a “*felicidade social*”.

Souza afirma que existe um “laço que une o desenvolvimento da razão, o aperfeiçoamento dos homens e a construção de uma sociedade mais feliz”. A ciência no século XVIII, como explica a autora na introdução de sua obra, estaria passando por profundas transformações e criando um caráter, com Descartes, Newton e principalmente Bacon, enciclopedista.

[...] ainda sob o ponto de vista da *Encyclopédie*, é preciso assinalar que o conteúdo da noção de progresso não remete apenas ao avanço do conhecimento [...], mas estabelece uma dependência recíproca entre desenvolvimento do saber, *aperfeiçoamento moral* e conquista da *felicidade*. Quando Diderot, no verbete “*Encyclopédie*”, expõe aos leitores o objetivo da obra, afirma que a finalidade de uma enciclopédia é a de reunir os conhecimentos esparsos sobre a superfície da terra, expor o sistema geral desses conhecimentos aos homens com os quais vivemos, e transmiti-los aos que virão depois de nós, a fim de que os trabalhos dos séculos passados não sejam inúteis para os séculos que os sucederão, e para que os nossos descendentes, tornando-se mais instruídos, tornem-se ao mesmo tempo mais virtuosos e felizes.³³¹

develop into a power capable of harnessing the forces of nature to the service of mankind. Science – who could doubt it? – was the key to happiness. The material world once in his power, man could order it for his own benefit and his own glory, and for the happiness of future generations.”

³³⁰ Em relação ao emblemático “estado de natureza” de Rousseau, a partir do pensamento de Ernst Cassirer em *Rousseau, Kant, Goethe – Two Essays*, há um ponto importante a ser ressaltado: a compreensão correta do conceito. Para Rousseau, e consequentemente Kant, que foi um de seus contemporâneos que conseguiu compreender a profundidade de tal filosofia, “o homem não deveria voltar ao estado de natureza, mas deveria *olhar para trás* a partir de seu estágio já conquistado naquele momento”. Ou seja, a ideia de um princípio “regulador” e não “constitutivo”. CASSIRER, Ernst. **Rousseau, Kant, Goethe – Two Essays**. Translated from the German by James Gutmann, Paul Oskar Kristeller and John Herman Randall Jr. Princeton: Princeton University Press, 1963, p.10.

³³¹ SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história**: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 2001, p.35.

Ou seja, além da função de “descobrir o mundo” – mediante a teologia natural, a metafísica, a ciência da natureza e a lógica³³² –, a ciência no século XVIII apresenta inclinações idealistas e progressistas; e o porquê disso é bastante claro, haja vista as demonstrações já feitas sobre a valoração da razão naquele momento. Torna-se fundamental levar isso em consideração quando olhamos para os relatos de viagem em círculos científicos, pois esses elementos estão presentes nos discursos construídos sobre o Novo Mundo. Qual destaque receberiam os relatos de viagem inseridos nessa crença positiva da “produção científica ilustrada”³³³?

É possível notar que esses homens dispostos a navegar pelo globo incumbidos de uma “missão”, ou a realizar uma expedição com fins científicos, artísticos, econômicos ou diplomáticos, em sua maioria, pertenciam a um grupo seleto promotor do conhecimento da época e, inevitavelmente, carregariam as discussões que ecoavam entre si. Um deles teria o objetivo de, em primeiro plano, emancipar moralmente o homem, tirá-lo de sua minoridade como ser – Rousseau, ao abordar a degeneração da sociedade em função da ordem imposta a priori, também se preocupa com a emancipação do homem.

Podemos notar nos textos de Eschwege, imersos em toda essa discussão histórica que se constrói durante o século XVIII e se estende ao XIX, uma dissociação dos conceitos de “moralidade” e “civilização”. O que compreenderia verdadeiramente a “natureza humana” – à qual Rousseau estaria se referindo em Emílio, exposto na epígrafe deste capítulo – seria o valor contido em sua

³³² SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história**: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 2001, p.33.

³³³ Seria a produção de um saber embasado pelos vieses filosóficos e científicos, que foram expostos, da época em questão.

“realização”, em seu “progresso”. Portanto, é possível entender o porquê da crítica à própria civilização (pois essa corromperia o homem)³³⁴.

Pode-se observar em *Émile ou De l'éducation*³³⁵, uma das mais importantes obras de Rousseau, a proposta de uma abordagem pedagógica diferenciada com a finalidade de educar o homem *fora* da sociedade, tendo como objetivo principal prepará-lo para o fim do contrato social; isso aconteceria assim que conhecesse a *liberdade*. Aqui a razão aparece como única alternativa, penetrando nos universos da pedagogia, para o progresso moral do homem, que precede o progresso “social” (civilização). Esse contrato seria vital para a construção e estabilização da ordem política e ascensão dos participantes, porém, caso seu intuito final não fosse a emancipação universal do homem, toda a sua funcionalidade cairia por terra, congelando o “progresso” dos homens – logo, temos a crítica à civilização.

O que podemos identificar nos textos de Eschwege que está presente em Rousseau é a ideia do *bom selvagem* e, consequentemente, a do *estado de natureza*. Veremos durante este capítulo como tais conceitos emergem a partir da leitura dessas fontes e também enquanto “nortes” do discurso indianista.

Havíamos comentado anteriormente sobre uma importante dimensão da viagem: o “desconhecido”, que serve como uma espécie de “tela” para o viajante “pintar” seu “quadro” mental, criando na imaginação do leitor um cenário “informativo” e “verídico”. Porém, podemos notar que a noção de “homem selvagem” também representava um “desconhecimento” para a mentalidade europeia, como é

³³⁴ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. Vol. II. Tradução de Pilar Delvaux. Portugal: Publicações Europa-América, 1990, p.20.

³³⁵ Idem. **Émile ou De l'éducation**. Préface, Parágrafo V. Paris, 1782. Disponível em: <http://fr.wikisource.org/wiki/%C3%89mile,_ou_De_l%E2%80%99%C3%A9ducation/%C3%89dition_1782/Pr%C3%A9face>. Acesso em: 23/10/2014. “Au premier égard, il suffit, pour que le projet soit admissible & praticable en lui-même, que ce qu’il a de bon soit dans la nature de la chose; ici, par exemple, que l’éducation proposée soit convenable à l’homme, & bien adaptée au cœur humain.” Tradução nossa: “No primeiro aspecto, é suficiente para que o projeto seja admissível e razoável por si só, o que é bom sobre a natureza da coisa; aqui, por exemplo, que a proposta é adequada para a educação do homem, e bem adaptado ao coração humano.”

possível perceber pelo modo como é exposta na obra de Eschwege. Um exemplo pode ser encontrado em *Journal von Brasilien*, revelando a curiosidade do “sábio” europeu para com o “homem selvagem”:

Há muito tempo fora um dos meus ardentes desejos, conhecer mais de perto os costumes e as práticas, assim como as línguas dos povos selvagens brasileiros, e assim publicar algum material sobre a ascendência dessa raça humana. E por isso, já no ano de 1811, tinha eu empreendido uma viagem à selva dos Botocudos (antropofágicos); mas como se vive em constante guerras com estes, teve-se pouco contentamento neste aspecto.³³⁶

Eschwege relata que já no seu primeiro ano de estadia no Brasil, movido pelo “ardente desejo” de conhecer “os povos selvagens”, empreenderia uma viagem ao interior do país para se aproximar dos homens que viviam no “estado de natureza”. Entretanto, a viagem foi inviabilizada diante dos constantes conflitos entre a “civilização” e esses povos. Chamamos atenção para a vontade de entrar em contato com esse “povo” – a curiosidade da mente “ilustrada” e “etnográfica”. Entendemos, assim, que esse tipo de relato de viagem traria, como “objetos” descritos sobre o Brasil, também informações acerca dos “povos nativos”, além de aspectos naturais, geológicos, botânicos, sociais, políticos etc. As “verificações” são múltiplas e interligadas.

Através do diálogo estabelecido com nossa fonte primária e com a obra de Torrão Filho³³⁷, podemos encontrar Eschwege entre viajantes que fariam leituras

³³⁶ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.23 (tradução nossa). “*Schon lange war es einer meiner sehnlichsten Wünsche, mich näher mit den Sitten und Gewohnheiten, so wie den Sprachen der Brasilianischen wilden Volkerstämme, bekannt zu machen, um einigen Stoff mehr über die Abkunft dieser Menschen-Rasse zu liefern, und ich hatte deßwegen schon im Jahre 1811 eine Reise in die Wildnisse der Botocudos (Anthropophagen) unternommen; aber da man in beständigen Kriegen mit diesen lebt, wenig Befriedigung in dieser Hinsicht erhalten.*”

³³⁷ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

“morais” do local visitado, contrastando o universo conhecido com o desconhecido, buscando aprimorar seus conhecimentos, participando daquela “regeneração cultural”. Em outubro de 1811, por exemplo, em uma carta redigida ao Conde de Palma, o barão se queixa claramente de um comportamento “inadequado” de um Comandante, apresenta uma explicação para o não funcionamento de suas tarefas programadas e afirma acreditar em uma possível “educação” como saída:

Finalmente tenho de pedir a V. Exa. de mandar dar alguma reprehenção ao Comandante do Districto de Itaubira o Alferes Alexander Machado, este amigo tem mangado [ridicularizar] comigo, lhe mandei a Portaria de V. Exa. e pedi q' me mandasse Capim para os animaes, por causa de não haver pastos nenhuns nem Capim a vender. Nos primeiros dias faltou com tres fechos, no segundo dia faltou com oito e por cauza destas faltas vi me obrigado de partir de la não obstante q' differentes Mineiros desejabam q' eu ficasse mais tempo para ensinar hum methodo de entroduzir ar atmosférico n'hum mina funda. No dia antecedente a partida mandei pedir o Comandante hum Guia, elle diz q' si, e não mandou, tornei a pedir fingio-se doente, e quanto ao Camrada foi por terceiro vez a caza delle escondeo-se, e eo vi-me na necessidade de partir sem Guia do Comandante. Estes homens mettem tantos empenhos para occupar hum lugar deste qualidade em q' se podem chuppar alguns vintems dos povos mas raras vezes promptos para o Real Serviço, hua observação q' fiz em muitas partes e he necessario ensinillos
Sou com todo o respeito
de V.Exa.³³⁸

Neste trecho podemos notar que existe uma noção de “preparação” dos homens para o desempenho prático das atividades. Eschwege acredita que o “Camarada” não deveria estar exercendo determinada função; revela que, como estrangeiro, estaria aborrecido com os problemas causados por esse terceiro ao seu desenvolvimento como “sábio”. Esse tipo de comentário e observações similares se espalham – mesmo que de forma velada – por toda a sua obra.

³³⁸ W. L. K. von Eschwege. “Korrespondenz”. Bestand 340, folha 15. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

Sobre os índios, devemos não só pensar como esses “homens selvagens” são apresentados nos registros, mas também o motivo. Sabemos que existe uma “curiosidade”, assim como um princípio etnográfico em descrevê-los. Na construção do discurso o indígena serve, entretanto, como um contraponto à civilização lusitana, ao mundo civilizado luso-brasileiro. Ele contrabalança, em momentos distintos, em termos “morais”, os problemas encontrados na experiência com a civilização colonial. É interessante pensar que isso demonstraria uma perspectiva humanista em Eschwege, pois percebemos que a obra do barão também é sobre “as pessoas” – como o ser humano se comporta, o que nele se pode reconhecer de virtuoso e genuíno e, em contraponto, o que seria abominável e inferior.

Qual é o ganho historiográfico em desbravarmos as representações estrangeiras sobre o Brasil colonial? Podemos, a partir dos relatos de viagem, entrar em contato com fontes que trazem experiências “subalternas” em perspectiva histórica, colocando o mundo civilizado europeu *em relação* com o universo dos “nativos”. Portanto, examinar como é representada tal relação nos serve para encontrar indícios sobre a construção dessa alteridade, possibilitando um trabalho historiográfico válido.

3.1 ALTERIDADE SUBALTERNA ATRAVÉS DO RELATO DE VIAGEM

O historiador italiano Carlo Ginzburg apresenta uma argumentação fundamental para justificar e também orientar o estudo da história voltado à cultura, principalmente quando estamos analisando algum tipo de registro sobre grupos considerados “subalternos”:

Em comparação com os antropólogos, e estudiosos das tradições populares, os historiadores partem com uma grande desvantagem. Ainda hoje a cultura das classes subalternas é (e muito mais, se pensarmos nos séculos passados) predominantemente *oral*, e os historiadores não pode se pôr a conversar com os camponeses do século XVI (além disso, não se sabe se os compreenderiam). Precisam então servir-se sobretudo de fontes escritas [...] que são duplamente indiretas: por serem *escritas* e, em geral, de autoria de indivíduos, uns mais outros menos, abertamente ligados à cultura dominante. Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. É o que basta para desencorajar, antecipadamente, as tentativas de pesquisa nesta direção.³³⁹

O “desencorajamento” de que fala Ginzburg se deve, principalmente, à “deformação” ocorrida nos relatos escritos, pois são frutos de um olhar de fora; porém, seria esse o único meio disponível, na maioria dos casos, para o estudo de grupos “subalternos” que possuem a tradição *oral* como “plataforma” cultural. Isso nos interessa, pois já vimos, através do trabalho do pesquisador M. Harbsmeier, que é justamente essa “plataforma cultural” constituída por “filtros” que torna o relato de viagem interessante e apto a problematização. Todavia, o trabalho do historiador que busca informações sobre esses grupos sociais torna-se uma tarefa complexa e arriscada. Mas o fato é que, por intermédio de registros escritos, torna-se possível estudar a relação entre esses dois “mundos” sociais; portanto, sim, a literatura de viagem tem potencialidade para aprofundar nossos conhecimentos sobre essa *relação*.

Os indígenas eram muitas vezes objeto de narração dos europeus. Em Sposito podemos encontrar um exemplo de estudo sobre os nativos brasileiros que trabalha com os povos *em relação* com os “documentos oficiais”:

³³⁹ GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas José Paulo Paes. Revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.13.

[...] nos primeiros anos analisados por esta pesquisa [1822-1830], a manutenção de práticas coloniais, como a escravidão de índios, montagem de entradas pelo sertão etc., era recorrente. A partir de 1830, houve uma mudança nessa relação, seja por parte de indígenas na busca do estabelecimento de alianças com os paulistas, seja por parte destes na tentativa de submeter as populações indígenas de maneira menos agressiva e mais pactuada.³⁴⁰

Sposito, em sua pesquisa, apesar de recorrer a “documentos oficiais”, e não à literatura de viagem, busca da mesma forma entender mais sobre o “subalterno” através da relação que se estabelece entre esses grupos sociais. A autora fala que os documentos sobre esses indígenas, mesmo apresentados sob uma ótica “civilizada”, muito traduzem da configuração desses povos e os efeitos da colonização sobre esse grupo.

Nesse sentido, a pesquisa feita por Almeida também nos interessa em vários aspectos, tanto teórico-metodológicos como em termos de justificação e viabilização. Sua pesquisa procura repensar a trajetória dos índios aldeados no Rio de Janeiro colonial, analisando as “evidências empíricas” sobre as aldeias “à luz de novas perspectivas interdisciplinares”.

Não se trata, pois, de análise etnográfica, já que se pretende pensar a inserção dos índios na colônia como um novo grupo étnico e social, constituído no interior dos aldeamentos num processo de destruição e construção de histórias e identidades que, como diz Gerald Sider, caminham juntas quando se trata de povos em posição subalterna. [...] O trabalho inclui-se numa linha de pesquisa interdisciplinar que nos últimos anos vem problematizando conceitos e teorias sobre relações de contato, contribuindo para uma revisão da história dos índios e, de modo mais abrangente, da história colonial. Tais pesquisas contribuem também para desmontar alguns estereótipos que têm presidido nossa forma de pensar os índios e suas relações com os colonizadores.³⁴¹

³⁴⁰ SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012, p.28.

³⁴¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.24.

É justamente a partir de abordagens interdisciplinares, buscando “estabelecer uma articulação contínua entre processos históricos e organização cultural dos povos, valorizando as evidências empíricas”³⁴², que se torna possível estudar a questão sócio-histórica do índio, levando em consideração que

As informações sobre as sociedades ágrafas da América portuguesa nos chegam, *grosso modo*, através dos registros dos europeus, filtrados, porém, por suas próprias concepções, seus preconceitos e etnocentrismos.³⁴³

Pensando o gênero da literatura de viagem, estamos falando, como já abordado anteriormente, de um gênero “híbrido”, trazendo uma série de elementos literários e históricos, além de “etnográficos” e antropológicos. Outro ponto interessante apresentado pela pesquisa de Almeida é:

Deve-se destacar, no entanto, os limites das fontes e alguns cuidados especiais ao analisá-las. Além das preocupações usuais referentes à identificação do autor, de seu universo cultural, de seus possíveis interesses ao produzir o documento, da contextualização da narrativa etc., deve-se atentar para o fato de estarmos lidando com *relações de contato* entre grupos culturais extremamente diversos numa realidade social em formação.³⁴⁴

Essa “precaução” que a autora menciona será observada neste trabalho. Haverá um esforço em apreender, por meio de relatos de viagem, de que forma se dão as “relações de contato entre grupos culturais extremamente diversos”, como europeus e indígenas brasileiros. E tendo como objetivo não só reformular ou reapresentar visões sobre o indígena brasileiro, mas também corroborar o entendimento de que a “existência social” do índio serviu ainda para constituir e

³⁴² ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p.34.

³⁴³ Ibidem, p.38.

³⁴⁴ Ibidem, p.40 (grifo nosso).

reforçar a apropriação do discurso moral europeu, tanto em imagens depreciativas como apreciativas. Vemos uma postura parecida no trabalho de Roca:

[...] analiso as imagens “nacionalizadas” das representações sobre os indígenas da Argentina e o Brasil. O objetivo mais geral deste trabalho é indagar a produção de representações sobre os indígenas nos contextos de formação dos estados nacionais argentino e brasileiro durante a primeira metade do século XIX, a partir de um *corpus* de imagens que, acredito, permite revelar as diferentes formas em que agências intelectuais e políticas intervieram na elaboração de ideias e conceitos sobre eles em ambos os países.³⁴⁵

Podemos notar que os indígenas, tanto os do Brasil como os da Argentina, através das “imagens” do pintor – e também viajante – Rugendas, desempenham um fundamental papel para o próprio “mundo civilizado”. Principalmente na visão dos alemães, pois, além dos conceitos de *Kultur* e *Zivilisation* já destacados neste trabalho, temos uma tradição filosófica germânica bastante peculiar sobre a leitura da “alteridade subalterna”:

Tanto Goethe quanto Johann Gottfried von Herder (1744-1803) tinham defendido o valor da singularidade para a interpretação do homem e suas nações: os “povos” se apresentam como seres histórico-geográficos particulares, possuidores de suas próprias épocas, parâmetros e valorações – exaltação das diferenças que implicaria, na Alemanha, um dos caminhos para a auto-estima nacional. [...] Sob essas perspectivas, a noção de maturidade e/ou evolução histórica estava por cima da noção de progresso; o universalismo desses pressupostos se encontrava, unicamente, na ideia de que todos os povos podiam amadurecer, assim como a semelhança entre os homens residia em sua capacidade para produzir diferenças.³⁴⁶

Roca completa ainda essa informação associando o aparecimento do indígena nas notícias sobre o Novo Mundo, desde o século XVI até o XIX.

³⁴⁵ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto**: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.17.

³⁴⁶ Ibidem, p.68.

Durante o século XVII, as pinturas dos artistas que acompanharam a Maurício de Nassau tiveram certa popularidade, especialmente as paisagens de Frans Post e os quadros sobre indígenas de Albert van der Eckhout. Construídos desde o começo da expansão, a maioria de todos esses informes e imagens reiteraram determinados atributos, favorecendo uma definição de estereótipos negativos sobre os indígenas (tais como bestialidade, perigo, belicosidade, canibalismo etc.); [...] Mais tarde, uma concepção iluminista da história permitiu colocar os indígenas no extremo primitivo do caminho à civilização, projetando, ao mesmo tempo, um convívio de imagens dessemelhantes sobre os territórios americanos: para alguns, eles se encontravam vazios de civilização por causa do primitivismo dos seus habitantes, enquanto para outros eram um lugar edênico, o paraíso de uma humanidade em estado de natureza, capazes de oferecerem alternativas à insatisfação da industrializada realidade social europeia.³⁴⁷

Vemos que existe, portanto, um significado em representar o indígena no período “ilustrado”: ora de forma negativa, caracterizando o mundo americano como “primitivo” em termos “civilizatórios”, ora de forma bastante positiva, em contraponto a uma Europa “corrompida” em seu “estado de natureza” – ideia rousseauniana. Como Eschwege se posicionaria em relação ao indígena brasileiro, tendo em vista os possíveis discursos científicos e filosóficos da época? Pode-se dizer que sua contribuição seria também uma resposta “moral” à civilização “problemática” luso-brasileira?

Antes de analisar essas questões, porém, é interessante apresentar outros exemplos sobre viajantes europeus que estiveram no Brasil durante o século XIX e construíram imagens sobre o indígena brasileiro, a “alteridade subalterna”. Nesse

³⁴⁷ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto**: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.148-149.

sentido, podemos ressaltar as pesquisas de Lisboa³⁴⁸, Santos e Montez³⁴⁹ e Andrea Roca³⁵⁰. Spix e Martius, principais sujeitos históricos da pesquisa de Karen Lisboa, foram uma dupla de viajantes naturalistas bávaros que estiveram no Brasil durante os anos de 1817 a 1820, na expedição científica austríaca.

Indo ao encontro de uma característica básica da literatura de viagem desse período, a narrativa de Spix e Martius revela uma larga profusão de temas: assuntos econômicos, políticos, sociais, históricos, etnográficos e, evidentemente, naturalistas são tratados conforme o deslocamento físico pelo país e segundo o que os nossos viajantes captam com o seu olhar.³⁵¹

Lisboa procura entender na sua investigação “como, em seu relato de viagem, Spix e Martius representam a ‘natureza’ e a ‘civilização’ no Brasil”³⁵² – objetivo que se assemelha ao nosso. A autora nos apresenta então a seguinte resposta:

Vejamos alguns exemplos: na visão dos autores, o *temperamento* dos indígenas “quase não se desenvolveu e pode ser considerado de fleumático”. As “potências da alma, mesmo a sensualidade mais nobre”, estão entorpecidas. Incapazes de pensar sobre a “criação universal, sobre as causas e as íntimas relação das coisas”, vivem preocupados somente com a “conservação própria”. Não ligam para o dia seguinte, porque não distinguem “passado e futuro”. E são estranhos a “todas emoções delicadas e nobres” – no foco do olhar etnocêntrico – “que distinguem a *sociedade humana*”: não conhecem o “sentimento de deferência, gratidão, amizade, humildade, ambição”. São “insensíveis, taciturnos, imersos no mais absoluto indiferentismo por tudo”. [...] Levados pelos “instintos animais” são “frios”, e “indolentes”, mesmo com a família.³⁵³

³⁴⁸ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997. Idem. Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.115-132, jan./jun. 2008.

³⁴⁹ SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, nov./dez. 2016.

³⁵⁰ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina**, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

³⁵¹ LISBOA, op. cit., p.23.

³⁵² Ibidem, p.23.

³⁵³ Ibidem, p.149 (grifo nosso).

Em suma, são apresentados como “*gefühllos*”, referente a “ausência de sentimentos”, que Lisboa traduziu diretamente do alemão como “insensíveis”, além de “ignorante[s] de toda alta vocação, a que a humanidade tende”.

Em relação à “atividade cultural” do nativo brasileiro, Spix e Martius

[...] recriminam as festas indígenas, dizendo que eram “bacânticas”, um “tumulto selvagem”. Spix comparou o préstito dos tecunas a uma “bárbara festa”, cujos participantes dançavam e pulavam como se fossem “bodes, parecendo fantasmas ou malucos.”³⁵⁴

Vemos em detalhes como os dois naturalistas bávaros entendem o indígena e o representam. Lisboa também atenta ao posicionamento crítico sobre a “conduta desrespeitosa dos colonos, o passado da violenta conquista, a escravidão indígena, a violação da legislação, a política dos aldeamentos, as missões religiosas, as autoridades governamentais [...]”³⁵⁵, apontando que para o índio o processo civilizatório seria como “sementes da destruição” do Novo Mundo. Porém, evidentemente, existe um claro “decaimento” associado ao nativo brasileiro, apresentado de forma “negativa”, distante do conceito de “perfectibilidade” de Rousseau, visto, literalmente, como um animal sem sentimentos. Para Spix e Martius, entender o índio por um aspecto “cultural” seria impossível.

Em outro breve exemplo, sobre as festas indígenas, Roca nos expõe a perspectiva de outro “artista-viajante alemão”³⁵⁶, Johann Moritz Rugendas (1802-1858):

³⁵⁴ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.154.

³⁵⁵ Ibidem, p.157.

³⁵⁶ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina**, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.16.

Referindo-se às “festas indígenas” de forma geral, Rugendas declarava que “provocam no europeu uma impressão que nada tem de agradável, e a maneira pela qual os homens exprimem sua alegria tem algo de horroroso”; nelas, os índios se entregavam à bebida com uma “excitação sombria”, realizando danças e cantos “grosseiros e monótonos”.³⁵⁷

A autora explica que Rugendas acreditaria que “o estágio de natureza supunha a existência de uma liberdade de desenvolvimento física e intelectual”, aludindo, desse modo, à perfectibilidade rousseauiana. Porém, o índio, nas palavras do viajante,

[...] está longe de proporcionar-nos sensações agradáveis, e só tem interesse sob muitos poucos aspectos. [...] *O homem em estado de natureza está longe de agradar à vista quanto ao pensamento.* Não se pode negar que até agora o contato com os europeus só teve efeitos desastrosos. [...] *A profunda indolência, que constitui, atualmente, o traço principal do caráter dos indígenas, era então bem menor.*³⁵⁸

Vemos que Rugendas expressa certa “discordância” entre o “mundo das ideias” e a “realidade prática”, afirmando que o homem em estado de natureza está longe de ser “agradável”, como talvez tenha apreendido em sua cultura livresca; na realidade, seria “indolente” e demonstraria interesse por “poucos aspectos”. Em nota, a autora observa:

A respeito do estado dos índios, Spix e Martius já tinham manifestado sensações parecidas às de Rugendas: “A natureza inferior, bruta, desses homens inoportunos, seminus, fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as formas obsequiosas da sua pátria”.³⁵⁹

Outro exemplo pode ser encontrado na pesquisa previamente citada de Santos e Montez. Nela, os autores apresentam sumariamente a trajetória do viajante

³⁵⁷ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto**: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.182.

³⁵⁸ Ibidem, p.176 (grifo nosso).

³⁵⁹ Ibidem, p.176.

e naturalista austríaco Johann Natterer (1787-1843), que esteve no Brasil, por ocasião da mesma expedição científica, juntamente com Spix e Martius, entre os anos de 1817 e 1835. Sobre sua produção temos:

Durante seus 18 anos no Brasil Natterer reuniu uma quantidade inacreditável de materiais das várias áreas das ciências naturais e peças de diversas tribos indígenas: 430 espécies minerais; 1.729 vidros com helmintos; 1.024 moluscos; 409 crustáceos; 32.825 insetos; 1.671 peixes; 1.678 anfíbios; 12.294 aves; 1.146 mamíferos; 125 ovos; 192 crânios; 147 tipos de madeira; 242 amostras de sementes; 216 moedas; 1.492 objetos etnográficos (jóias, armas, aparelhos, vestimentas) de mais de 70 diferentes etnias.³⁶⁰

A “atividade científica” do viajante austríaco no Brasil é evidentemente vasta, assim como a de Spix e Martius³⁶¹. Contudo, o que nos interessa é examinar como esse austríaco representa a presença indígena no país, “resgatada” na pesquisa de Santos e Montez através de correspondências trocadas entre o viajante e “representantes da política brasileira”³⁶². Assim, os autores verificam que,

Para Natterer, *muito influenciado pelo discurso que circulava no Brasil*, os índios eram agressivos, sorrateiros, e também vistos como seres inconfiáveis. Além disso, em sua essência não gostavam de trabalhar, só das suas atividades “primárias” pescar, caçar e dançar.³⁶³

Aqui devemos atentar ao “discurso que circulava no Brasil”, colocando os índios numa classe de “seres inconfiáveis”, praticamente animais, agressivos e “sem caráter” (sorrateiros). Tecendo um comentário comparativo, para Eschwege “sorrateiro” teria sido, inversamente, como vimos, o Comandante que negou trabalho

³⁶⁰ SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, nov./dez. 2016, p.128.

³⁶¹ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.69.

³⁶² SANTOS, MONTEZ, op. cit., p.133.

³⁶³ Ibidem, p.142.

e ajuda ao seu Real Serviço. Que tipo de inversão moral é essa? Também se destaca:

Além de fujões e preguiçosos, os índios foram chamados de ladrões, quando ele afirma que “por sorte” eles não levaram nada de suas canoas. Estas e outras referências aos hábitos não civilizados dos índios serviram para justificar as atitudes de combate ao índio, praticadas pelo governo (europeu) português, assim como apagar a presença, ou dito de outra forma, a interferência do europeu no país visitado, ou na zona de contato, chamada de terra “descoberta”, cujos donos eram vistos como intrusos.³⁶⁴

Através das exposições de Lisboa e de Santos e Montez, o que se pode concluir é que os viajantes em questão, donos de um “natural filtro etnocêntrico”, não seriam capazes de reconhecer esse *outro* a partir de um olhar “moralmente” positivo, reiterando os “discursos” ilustrados que colocavam os nativos numa posição decaída, inferior, *a priori*. Logo, suas terras seriam passíveis de desapropriação, como também poderiam ser “caçados” ou atacados de forma “justa”. Ou podemos dizer que os “brasileiros” não conheciam realmente o indígena?

[...] as descrições do viajante serviam para demonstrar que o outro (e não europeu), ou seja, o índio era um ser estranho aos olhos do civilizado. [...] O índio se encontra no grupo daqueles em que predomina a força física em detrimento da intelectual, e é tido como incapaz e inferior, que necessita da intervenção europeia para ser civilizado, mas como, muitas vezes, não aceitava esta ação do europeu de forma pacífica, havia, então, a necessidade de se intervir de maneira bruta. A violência do europeu para com o índio era defendida como admissível através de exemplos dos ataques dos índios ou emboscadas, o que também justificava o porquê do europeu estar ali naquela zona de contato.³⁶⁵

³⁶⁴ SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, nov./dez. 2016, p.142-143.

³⁶⁵ SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, , nov./dez. 2016, p.133.

Aqui há um problema evidente posto à colônia portuguesa, assim como no seu período posterior de Reino Unido: que lugar esses homens “incivilizados” possuem? Quais ações devem ser tomadas em relação a esses “selvagens”?

José Bonifácio de Andrada e Silva, já apresentado neste trabalho, figura que se acomoda num grupo semelhante de “sábios” e “ilustrados” do período, teria ciência desse “grave” problema. Para esse homem “ilustrado” do Brasil daquele momento histórico, haveria dois tipos de nativos: os “domesticados” (aldeados/descidos), inseridos de alguma forma na civilização luso-brasileira; e os “bravos” (selvagens), em conflito com a “ordem” luso-brasileira. Em “Apontamento para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil”³⁶⁶, o autor expõe o seguinte:

Vou tratar do modo de catequizar e aldear os índios bravos do Brasil: matéria esta de uma suma importância, mas ao mesmo tempo de grandes dificuldades na sua execução. 1) da natureza e estado em que se acham estes índios; 2) do modo com que sucessivamente portugueses e brasileiros os temos tratado, e continuamos a tratar, ainda quando desejamos domesticá-los e fazê-los felizes. [...] Por causa nossa recrescem iguais dificuldades, e vêm a ser os medos contínuos e arraigados em que os têm posto os cativeiros antigos; o desprezo com que geralmente os tratamos, o roubo contínuo das suas melhores terras, os serviços a que os sujeitamos, pagando-lhes pequenos ou nenhum jornais, alimentando-os mal, enganando-os nos contratos de compra e venda que com eles fazemos, e tirando-os anos e anos de suas famílias e roças para os serviços do Estado, e dos particulares; e por fim enxertando-lhes todos os nossos vícios e moléstias, sem lhes comunicarmos nossas virtudes e talentos.³⁶⁷

Além dessas colocações, Bonifácio se alinha aos discursos do “bom selvagem”, quando acredita que “[...] o homem primitivo nem é bom, nem é mau naturalmente, é um mero autômato, cujas molas podem ser postas em ação pelo

³⁶⁶ Este projeto foi apresentado à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa em 1823.

³⁶⁷ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamento para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.183-184.

exemplo, educação e benefícios”³⁶⁸. Em seus “apontamentos” fica claro ao leitor que há a necessidade de ações “pensadas” pelo Estado, bem como que “sem novas providências”, “estabelecimentos fundados em justiça” e “sã política”, “nunca poderemos conseguir a catequização e civilização desses selvagens”³⁶⁹.

Tenho pois mostrado, pela razão e pela experiência, que apesar de serem os índios bravos uma raça de homens inconsiderada, preguiçosa e em grande parte desagradecida e desumana para conosco, que reputam seus inimigos, são contudo capazes de civilização, logo que se adotam meios próprios, e que há constância e zelo verdadeiro na sua execução.³⁷⁰

Assim, com “justiça”, “brandura, constância e sofrimento de nossa parte”, “abertura do comércio com os bárbaros” e também “favorecimento por todos os meios possíveis de matrimônios” – além de uma série de outras medidas –, Bonifácio acredita que a civilização dos índios seria possível e necessária. Essa “alteridade subalterna” apresentada por ele muito se assemelha aos discursos dos viajantes aqui expostos, como também ilustra de certa maneira a ideia “que circulava no Brasil”.

Buscamos aqui entender quais são as questões apresentadas, a forma de narrativa e como se dá a construção dessa alteridade nos relatos do barão de Eschwege. Afinal, o sujeito estudado compartilha de tais ideias? O que é possível problematizar através de seus testemunhos de viagem? Nota-se, evidentemente, algum tipo de sensibilidade ou mentalidade distinta que faria europeus produzirem leituras tão díspares sobre homens tão diferentes. Munidos de algumas noções fundamentais – como *bom selvagem*, *estado de natureza* do homem, como também

³⁶⁸ ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamento para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002, p.186.

³⁶⁹ Ibidem, p.189.

³⁷⁰ Ibidem, p.189.

a tendência romântica do movimento filosófico alemão do final do século XVIII –, resta-nos desvelar algumas das representações acerca do índio brasileiro feitas pelo viajante e geólogo alemão Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege.

3.2 A FILOSOFIA DE JEAN-JACQUES ROUSSEAU E ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Sabemos que a filosofia rousseauiana ocupa espaço privilegiado nas bases intelectuais do sujeito estudado.³⁷¹ Também vale ressaltar que esse importante pensador, participante ativo dos principais círculos filosóficos do século XVIII, teria influenciado direta e indiretamente os meios científicos e o pensamento do século XIX, principalmente no que diz respeito à “perfectibilidade” do homem.³⁷² Destarte, busca-se neste item esclarecer alguns pontos centrais do pensamento de Rousseau, através da sua obra e de estudos de outros autores, que podem nos ajudar a compreender melhor o discurso e a atividade política de Eschwege por meio de suas publicações. A partir dessas considerações, poderemos abordar as representações do barão acerca do indígena brasileiro com o suporte analítico necessário.

Se na epígrafe deste capítulo, um excerto de *Emílio*, Rousseau está preocupado com o estudo do que realmente toca ao homem, ou “começai, pois, por estudar – da natureza humana – o que mais inseparável é dela, o que melhor constitui a humanidade”, temos em contraposição, nesse sentido, um olhar crítico ao

³⁷¹ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.117.

³⁷² LISBOA, Karen Macknow. Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.115-132, jan./jun. 2008, p.124. Lisboa nos traz um esclarecimento sobre a questão: “Conforme K. Heinz Kohl, coube a Rousseau a conceituação do princípio da perfectibilidade humana. Marco distintivo entre o mundo animal e a espécie humana, a perfectibilité é condição imprescindível para a história da humanidade. Esse princípio revela a capacidade do ser humano de desenvolver, com a ajuda das condições externas, todas as demais capacidades. Por outro lado, a liberdade da espécie humana em relação às imposições da natureza também pode significar a perda da conquista dessas capacidades, levando à decadência. Rousseau atribui a esse princípio um duplo significado, pois pode ser a razão de todo bem ou mal do progresso. Nesse sentido, a história da humanidade não é previsível e pode alcançar o ‘paraíso’ ou decair na ‘catástrofe’.

“processo civilizatório”. Nessa busca pelo que é próprio do homem, Rousseau perceberia que o desenvolvimento da civilização estaria “apagando” do homem o que é realmente teu, seus traços próprios. Em termos culturais, no trecho em que Maria das Graças de Souza remete a *Emílio*, encontramos um interessante exemplo:

Paris e Londres são para mim a mesma cidade. Seus habitantes podem ter alguns preconceitos diferentes, mas todos têm os seus. E todas as suas máximas práticas são as mesmas. *Sabe-se que espécie de homens vive nas cortes; sabe-se o que o amontoamento dos povos e a desigualdade de fortunas produzem em todos os lugares.* Tão logo me falam de uma cidade composta de duzentas mil almas, eu já sei como é que se vive nela.³⁷³

A crítica à sociedade europeia de Rousseau, aqui, se assemelha bastante aos conceitos alemães de *Kultur* e *Zivilisation*, propostos por Elias e trabalhados por outros autores, como vemos a partir da visão de Roca – o que toca a “autenticidade do espírito” do homem.

Conforme apontado por Elias, tanto a *intelligentsia* alemã quanto a burguesia em ascensão vinham encontrando constantes impedimentos para o acesso a cargos e/ou ingresso a espaços sociais participativos do poder político, pelo qual, para a segunda metade do século XVIII, tinham tentado definir, para si mesmos, outras referências de legitimidade social, distintas do mundo de representações aristocráticas da Corte – dependente intelectualmente da França. Durante tal processo de diferenciação, essas classes alemãs se inclinariam, então, para a noção de *Kultur* como uma expressão de orgulho pelas realizações humanas que tornassem evidente a autenticidade do espírito, a busca da simplicidade nas coisas, nos gestos e nas pessoas (livres de rituais e formalidades que acompanhavam as distinções sociais), e valorização do mérito pessoal nas produções intelectuais e científicas [...].³⁷⁴

³⁷³ SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história:** o pensamento sobre a história no Iluminismo francês. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 2001, p.58 (grifo nosso).

³⁷⁴ ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto:** imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014, p.161.

Seria possível notar um “cruzamento filosófico” entre a valorização cultural presente no pensamento de Rousseau e as primordiais distinções entre “civilização” e “cultura” para os alemães do século XVIII em diante? A partir da colocação de Roca, inclinamos para uma resposta positiva. Rousseau, filósofo que desenvolveria as ideias de “contrato social” e “estado de natureza”, ainda em *Emílio* defende que:

O caráter das nações não pode determinar-se senão por suas diferenças [...]. Se eu quisesse estudar um povo, seria nas províncias afastadas em que os habitantes têm ainda suas inclinações naturais que iria observá-los. Percorreria lentamente e com cuidado várias províncias, as mais afastadas umas das outras; tudo o que teriam de comum e o que os outros povos não teriam, formaria o gênio nacional, e o que se encontrasse por toda a parte pertenceria ao homem em geral... Meu objeto é conhecer o homem, e meu método é estudá-lo em suas diversas relações...³⁷⁵

Para John Rawls, a questão crítica de Rousseau é justamente essa: *cultura e civilização*.

Rousseau, em contrapartida [de Hobbes e Locke], é um crítico à cultura e a civilização. Ele está decidido a diagnosticar o mal percebido, profundamente enraizado na sociedade de sua época, e ele descreve seus vícios e suas urgências, que, desta forma, ocasionaria aos membros desta sociedade. Ele espera poder esclarecer por que consiste esse mal e esses vícios, e ele gostaria de descrever a estrutura política e social do mundo, em que não haveriam esse mal e esses vícios.³⁷⁶

³⁷⁵ SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês**. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 2001, p.57-58.

³⁷⁶ RAWLS, John. **Geschichte der politischen Philosophie**. Herausgegeben von Samuel Freeman – Aus dem Amerikanischen von Joachim Schulte. Frankfurt Am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 2008, p.287 (tradução nossa). “Rousseau hingegen ist ein Kritiker der Kultur und Zivilisation. Er ist bestrebt, das als tief verwurzeltes Übel der zeitgenössischen Gesellschaft Wahrgenommene zu diagnostizieren, und er schildert die Laster und die Nöte, die dadurch bei den Angehörigen dieser Gesellschaft hervorgerufen werden. Er hofft erklären zu können, warum diese Übel und Laster entstehen, und er möchte das Grundgerüst einer politischen und sozialen Welt beschreiben, in der es dieser Übel und Laster nicht gäbe.”

Nesse sentido, podemos expor uma crítica clara à “civilização”, em oposição ao indígena brasileiro, e como ela pode se tornar prejudicial ao homem, a partir de Eschwege:

Que pouco, entretanto, funcionaram as medidas para a civilização dos selvagens. Vê-se hoje no triste estado em que eles vivem, e também do inextinguível ódio e desconfiança contra os portugueses. E a culpa é atribuída totalmente e somente a esses. A cobiça dos Diretores permitiu todos os possíveis meios de aproveitar dos pobres índios; pois homens, que tratam de puras intenções, eram para esse posto difícil de serem encontrados. Eles precisavam dos índios como seus escravos, os tratavam com violência, e vendiam as suas terras.³⁷⁷

O “triste estado” em que se encontravam os nativos, no começo do século XIX, é atribuído pelo viajante à ação do homem “civilizado”. Primeiramente aqui há um ponto de separação entre nosso sujeito e outros viajantes: a violência justificada – ou a “guerra justa”. Apesar de todos entrarem em consenso sobre os “males” da colonização ao mundo “bárbaro”, Eschwege, que considera difícil encontrar pessoas nos postos de poder com “intenções puras”, não defende uma ação violenta por parte do Estado em prol da “civilização” dessas “nações”. Vemos também que nem mesmo uma das “táticas civilizatórias” – em que Bonifácio acredita, por exemplo –, a catequização, feita de qualquer forma, teria algum valor na inserção desses homens ao mundo “civilizado”. Assim, o viajante pondera sobre o motivo de os indígenas não quererem se batizar ou assimilar a religião cristã:

³⁷⁷ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.80 (tradução nossa). “*Wie wenig aber alle diese Vorkehrung auf die Civilisation der Wilden gewirkt haben, sieht man noch heutigen Tages aus dem traurigen Zustande in dem sie leben, und aus dem unaustilgbaren Hasse und Mißtrauen gegen die Portugiesen. Doch diesen allein ist die ganze Schuld des Uebels zuzuschreiben. Niedrige Habsucht der Directoren erlaubte sich alle möglichen Mittel, die armen Indier zu übervortheilen; denn Menschen, die aus reinen Absichten handeln, waren für diese Stellen so leicht nicht auszufinden. Sie brauchten die Indier gleichsam wie ihre Slaven, tractierten sie mit Prügeln, und verkauften ihren Ländereien.*”

Em vez de ensinar a religião cristã na mais mansa arte, principalmente primeiramente tornando para eles a língua portuguesa entendível, começaram eles [os missionários] com as penitências. Eles só batizariam ou enterrariam se a família do índio pagasse. Os bens desses eram roubados, que nada tinham para dar além de uma galinha, ou um caçado animal selvagem. O que não impressiona o porquê de eles não quererem ser batizados, e preferirem enterrar seus mortos na floresta em vez de uma igreja cristã.³⁷⁸

O indígena, portanto, não é visto como um “animal insensível”, mas, pelo contrário, revelaria questões bastante “humanas”, como o respeito aos mortos, além de aversão à “ganância” dos missionários. Também seriam os indígenas capazes de ver as contradições dos missionários e escolher a melhor opção para si próprios. Não só, mas pelo discurso de Eschwege podemos notar como o indígena brasileiro aparece como um “personagem” ativo em sua história e seu destino, tornando-se um agente como qualquer outro morador do império brasileiro. Como os índios poderiam constituir, para o viajante, um grupo de humanos “sem sentimentos” (“*gefühllos*”) diante da constatação do processo de luto?

Destaca-se outro exemplo, ainda em *Journal von Brasilien*. Sobre outras “nações”, os Pataxós e os Maconis, o autor afirma:

De acordo com notícias confiáveis, devem ter essas nações, pelas suas crianças, um extraordinário amor. Quando alguém deles morre, afinam eles uma choradeira, e depois um canto, que é bastante demorado. Eles enterram então o cadáver e dão a ele o que comer na cova, assim como um arco e flechas. Através disto pode-se concluir que eles creem numa prolongação da vida após da morte, num sentido livre diferente de nós.³⁷⁹

³⁷⁸ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.80 (tradução nossa). “*Statt ihnen die christliche Religion auf die sanftmüthigste Art beizubringen, vorzüglich ihnen aber erst die Portugiesische Sprache verständliche zu machen, fiengen sie mit Kirchenbußen an, sie taufte nicht und wollten nicht begraben, ohne daß die Familie des Indiers dafür bezahlte; diese, die nichts anders zu geben hatte, als ein Huhn, oder erlegtes Wildpret, beraubte sich dadurch ihres Unterhaltes; was Wunder also, daß sie nicht getauft seyn wollen, und lieber ihren Todten in den Wald begraben, als an eine christliche Kirche.*”

³⁷⁹ Ibidem, p.96 (tradução nossa). “*Glaubwürdigen Narichten zu Folge, sollen diese Nationen eine außerordentliche Liebe zu ihren Kindern haben. Wenn Jemand von ihnen stirbt, stimmen sie großes*

As comparações, as descrições de alguns fatos específicos dessas “nações”, assim como a ênfase na “notícia confiável” mostram uma atividade articulada e bem argumentada desse viajante, que veladamente busca “desconstruir” justamente um discurso de “decaimento”, colocando o índio, dentro de suas próprias crenças, à semelhança do europeu (“nós”).

Pensando novamente na questão do “homem natural”, entre os “vícios” e as “urgências”, questões centrais para Rousseau, é necessário ressaltar a crítica existente em sua sociedade e seu tempo, em que os conceitos de “estado de natureza” e, conseqüentemente, “bom selvagem” emergiriam. Os “vícios” do homem de que o filósofo francês fala estão ligados à ideia de dependência, como vemos no trabalho de James³⁸⁰. O homem teria duas “dependências”: em relação à natureza e ao homem (sociedade). As de ordem “natural” poderiam ser facilmente “satisfeitas”, enquanto as de ordem “social” gerariam a dependência de um homem para com *outro*, como também para com as *coisas*. Como a primeira está intimamente ligada à necessidade, não geraria vícios, enquanto a segunda, para a sociedade, seria a “fonte de todos os vícios”.

Portanto, o homem em “estado de natureza”, ou em estado “primordial”, antes daquele que criaria um “contrato social” entre os homens, viveria isento de qualquer dependência, logo em *liberdade*. Associando isso aos trechos expostos da nossa fonte, podemos afirmar que a relação com os portugueses, pelo menos no universo *prático*, geraria uma dependência aos índios, resultado que seria percebido como algo “mal”.

Geheul an, und dann einen Gesang, der sehr lange dauert. Sie begraben als dann den Leichnam und geben ihm zu essen mit in's Grab, so wie auch Bogen und Pfeile. Hieraus muß man schließen, daß sie an eine Fortdauer nach dem Tode glauben, freilich wohl in andarem Sinne als wir.

³⁸⁰ JAMES, David. **Rousseau and German Idealism** – Freedom, Dependence and Necessity. New York: Cambridge University Press, 2013, p.18.

Um fato central na caracterização de Rousseau para o homem primitivo, nos estágios primordiais do estado de natureza, é que suas necessidades podem ser facilmente satisfeitas. Isso porque essas necessidades são naturalmente limitadas e o homem primitivo teria a força física e outras capacidades que o permitiriam satisfazer tais necessidades, através de meios de sua própria atividade. As necessidades e os meios dispostos para a satisfação das necessidades do homem primitivo, em suma, são completamente proporcionadas.³⁸¹

Portanto, a questão do “homem primitivo”, ou o “estado de natureza”, se torna central para Rousseau, tendo em vista a reflexão de James, partindo dos conceitos de liberdade, dependência e necessidade. Logo, uma vez que se torna central nessa teoria filosófica, marca presença também no discurso do viajante estudado.

É fundamental notarmos, então, que a crítica rousseauiana à sociedade se origina na forma como esta “corrompe” o homem em sua liberdade, colocando dependências entre os homens e as coisas. Sobre esse “primitivismo”, Berlin esclarece:

O primitivismo, que aparece nos primórdios do século XVIII na poesia inglesa e também, em certa medida, na prosa inglesa, celebra o homem em estado de natureza, a vida simples e os padrões irregulares de ação espontânea por oposição a sofisticação corrompida e ao verso alexandrino que resulta de uma sociedade altamente desenvolvida. Tenta demonstrar que exista uma lei natural e que esta pode identificar-se de modo mais claro em um coração de um nativo não corrompido pela instrução, ou em um de um menino não instruído.³⁸²

³⁸¹ JAMES, David. **Rousseau and German Idealism** – Freedom, Dependence and Necessity. New York: Cambridge University Press, 2013, p.26 (tradução nossa). “A central feature of Rousseau’s characterization of primitive man in the earliest stages of the state of nature is that his needs can be easily satisfied. This is because these needs are limited natural ones and primitive man possesses the physical strength and other capabilities that allow him to satisfy such needs by means of his own activity. Primitive man’s needs and the means at his disposal for satisfying them are, in short, fully commensurate.”

³⁸² BERLIN, Isaiah. **Las raíces del romanticismo**. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015, p.29 (tradução nossa). “El primitivismo, que aparece a comienzos del siglo XVIII en la poesía inglesa y también, en certa medida, en la prosa inglesa, celebra al hombre en estado de naturaleza, la vida simple y los patrones irregulares de acción espontánea por oposición a la sofisticación corrompida y al verso alexandrino que resultan de una sociedad altamente desarrollada. Intenta demostrar que existe una ley natural y que ésta puede identificarse de modo más patente en el corazón de un nativo no corrompido por la instrucción, o en el de un niño no instruido.”

Com base nesses pontos, cabe interrogar de que forma esses discursos estão presentes em nosso objeto de pesquisa, ou como eles “moldam” a visão de mundo de nosso viajante. Vimos em alguns exemplos - como o de Natterer e o de Spix e Martius –, que esses homens em estado de natureza não representariam nada mais que “animais”, ou “homens decaídos”. Com traços como a ausência de sentimentos “elevados”, ou das principais virtudes do homem, o nativo para Natterer estaria “atrapalhando” o processo “civilizatório” do Estado português, representando ameaça³⁸³; enquanto a dupla bávara ressalta características como a “decadência”, moral e física, assim como a tristeza³⁸⁴. Há um nítido contraste entre esses discursos e as representações do barão de Eschwege. A “lei natural” do homem, que estaria no coração do selvagem, contrasta com a civilização corrompida portuguesa, para Eschwege.

Para concluir este subitem, vale observar ainda uma interessante colocação de Lisboa:

As críticas pré-românticas às imagens negativas do Novo Mundo procuram, com efeito, inverter o curso da argumentação [sobre as teorias de imaturidade do continente americano]. A América, com suas “bestas e suas gentes”, surge como “caso particular” da reivindicação da natureza sobre a história, do “virgem” e do “puro” sobre o formado e o tradicional. A filosofia de Rousseau sugere a inferioridade do homem civilizado ocidental em relação ao *homme naturel*, cedendo a valorização ao seu possível correlato histórico, que poderia ser o “selvagem” americano. Esse representa um modelo para o homem da civilização, vítima de um processo de degradação histórica.³⁸⁵

Que críticas pré-românticas são essas a que se refere a autora? Na seção de sua obra “Imagens ambíguas da América”, Lisboa retraça toda a discussão

³⁸³ SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, p.125-148, nov./dez. 2016, p.134.

³⁸⁴ LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p.158.

³⁸⁵ Ibidem, p.80.

historicamente construída – já exposta em capítulos anteriores –, envolvendo pensadores como Buffon e De Pauw, e problematizada pelo historiador italiano Antonello Gerbi. O que nos interessa é entender de que forma a representação do índio por parte de Eschwege, como também seu posicionamento em relação a esses povos, pode ser situada dentro dessas discussões e relacionada com o pensamento filosófico de Rousseau, como também a corrente de pensamento romântica. Ressaltar esse ponto é importante para se explicar a leitura positiva do índio.

A partir da obra de Guinsburg e Rosenfeld podemos fazer algumas considerações sobre a figura de Rousseau e o romantismo:

[...] o Romantismo privilegia, ainda que por via antes artística e secular, tendências e buscas similares [ao misticismo pietista e o acento da religiosidade] cujo foco e âmbito preferenciais também se situam no interior do sujeito, de seu ego e mundo psíquico, e que também desembocam, com grande freqüência, em aspirações e indagações religiosas. Mais ainda, não há de ser mero acaso ou coincidência que um dos principais precursores da corrente romântica tenha sido Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), calvinista convertido ao catolicismo e depois reconvertido ao credo protestante. *O que distingue Rousseau e o transforma em fonte inspiradora da escola romântica é o seu profundo pessimismo no tocante à sociedade e à civilização.* Ele não acredita nem em uma nem em outra, estabelecendo o postulado de uma *natureza humana primitiva, que vai sendo corrompida pela cultura.* Mas não só ela, como também a propriedade, fonte da desigualdade entre os homens, contribuem para que o ser originalmente puro e inocente se perverta no contexto da civilização e da sociedade. Por isso Rousseau exalta a simplicidade da criação. A voz da alma e da consciência, particularmente consciência religiosa, deve sobrelevar os ensinamentos da civilização, que em geral nada valem, segundo o pensador genebrino. Daí ressalta, evidentemente, a imagem do bom selvagem, ser íntegro e primitivo, *que deve figurar como ideal para o homem corrompido pela sociedade.*³⁸⁶

Os pontos destacados em itálico na citação são questões claramente presentes no pensamento do barão estudado e explicam historicamente a possível

³⁸⁶ ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002, p.263 (grifo nosso).

perspectiva “humanista”, também “romântica”, do discurso do geólogo hessiano sobre a temática indígena. Os sistemas falhos do Brasil nos setores econômicos, sociais e políticos, como também a administração Real e a sociedade colonial em relação ao estrangeiro são fatores mencionados na crítica eschweguiana à “civilização”. Um breve exemplo está nas cartas trocadas entre Eschwege e o Marquês de Aguiar³⁸⁷, em 1814, quando tratava dos estrangeiros (alemães) a serem trazidos pelo Estado.

Deve-se assegurar hum pagamento exacto as Pessoas q' virão em dinheiro de metal, para não gastar o tempo em requerer conforme o gostum, he este objeto hum dos principaes desgostos para hum Estrangeiro. [...] Para alcançar estas Pessoas capazes deve ser encarregado D. Joaquim Lobo de Silveira com a Instrucção de Procurar a Pessoa de Director das Minas / Bergmeister / no Electorado de Hesse Cassel assim como também os Quatro Mestres Mineiros / Steiger / sendo este paiz onde os trabalhos montanisticos se distinguem pela sua exemplar regularidade e boa conducta dos empregados.³⁸⁸

Em outra correspondência, enviada para o mesmo destinatário quando mediava a contratação de outros alemães para serviços semelhantes no desenvolvimento da produção de ferro no Brasil, no começo do século XIX, temos:

Na Persuação q S.A.R não deve deixar de pagar hua soma tam ridícula a hua pessoa q tem sido util ao Estado entreguei como Procurador um Requerimento no Real Erario pendindo q S.A.R mandasse pagar a dita soma de quinhentos mil reis pela Rl. Junta de Administração da Capitania de Minas Geraes. He o q tenho a honra de expor a V. Exa. pedido a intervencção de V. Ex^a. p^a q dita soma seja paga e assegurada também aos outros dois Mestres ainda aqui existentes e com este esperarei [...].³⁸⁹

³⁸⁷ Marquês de “Aguiar” (Fernando José de Portugal e Castro, conde e marquês de Aguiar, vice-Rei do Brasil, ministro, presidente do Real Erario e governador da Bahia).

³⁸⁸ W. L. K. von Eschwege. “Korrespondenz”. Bestand 340, folha 1. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

³⁸⁹ W. L. K. von Eschwege. “Korrespondenz”. Bestand 340, folha 2. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

É interessante observar, através desses autores, que também há essa crítica a uma cultura que serve à corrupção do homem, como vimos nos comentários sobre o tráfico de ouro e de diamantes entre as províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ainda podemos dizer que há uma continuidade entre a crítica à civilização de J. J. Rousseau e o romantismo do barão, além da presença do protestantismo na doutrina romântica, corroborando nossas hipóteses apresentadas anteriormente. Portanto, é coerente nossa presunção sobre as bases filosóficas de Eschwege: a influência do pensador genebrino está intimamente ligada à sua postura romântica diante do índio e da sociedade portuguesa – e seus males.

3.3 AS RAÍZES DO “MAL” E AS RAÍZES DO ROMANTISMO

Mediante um “posicionamento retórico e discursivo” bastante contrastante em relação àqueles expostos previamente por outros viajantes, o barão de Eschwege, em *Brasil Novo Mundo*, sua obra em forma de diário e com caráter “informativo”, apresenta uma “*Weltanschauungs*” (visão de mundo) que permite situar esse viajante entre os “românticos”. Alguns interessantes exemplos devem ser destacados:

O homem em sua disposição natural desperta no homem pensante sempre um interesse em especial. Era de se acreditar, que ali, aonde no lugar de leis, imperam ainda conveniência e criação sobre as paixões dos homens, e que em breve uma confusão generalizada aconteceria entre eles, e assim as suas próprias famílias se desconstituíriam. Mas não é assim. Calmos e em harmonia vivem as famílias entre si; nenhum aparenta dar ordens, cada um obedece igualmente apenas a sua secreta voz interior, que para eles a conservação da concórdia e o bem-estar familiar recomenda.³⁹⁰

³⁹⁰ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.214 (tradução nossa). Referência sobre os “Diversos Povos Selvagens do Brasil”. “*Der Mensch im rohen Naturzustande erweckt dem Denkenden immer ein besonderes*

Há aqui uma clara visão romântica rousseuniana do homem natural e sua vivência em “sociedade”. Podemos destacar a ênfase na “ausência” de lei externa e sua “lógica” consequência: uma incapacidade de se viver em grupo harmoniosamente. Entretanto, vemos que o viajante defende outra ideia. O texto segue desta forma:

Com prazer ainda penso recorrentemente de volta nas minhas diferentes estadias entre esses “homens naturais” [Naturmenschen], onde cada um age, como lhe parece, e ninguém faz ou deixa de fazer o que o outro incomoda/critica. Nunca ouvi disputa em uma família, de uma forma que uma voz de ordem se elevasse. Não são esses homens dignos de serem chamados de felizes?³⁹¹

Essa “visão de mundo” descreve uma sociedade indígena muito diversa daquela interpretada pelos outros viajantes aqui apresentados. Podemos afirmar que sua visão perante o “homem natural”, levando em consideração a comparação natural entre “civilização” e “natureza do homem”, é romântica. A pesquisa de Baptista Neto, brevemente, reforça essa tese:

Se nos importa olhar o desempenho do barão sobretudo na vertente cultural e artística, com evidência para a construção do palácio da Pena, na serra de Sintra, não o devemos fazer sem ter em conta o perfil do cientista, na procura do conhecimento integrado e global, fruto de um romantismo fermentado com a razão iluminista.³⁹²

Interesse. Man sollte glauben, daß da, wo weder Gesetze, noch Konvenienz noch Erziehung die Leidenschaften der Mensen regeln, bald eine allgemeine Verwirrung unter ihnen entstehen, und selbst die Familienbande zerreißen müßte. Und doch ist dem nicht so. Ruhig und in stiller Eintracht leben die Familien unter sich; keiner scheint zu befehlen, jeden gehorcht gleichsam nur der inneren geheimen Stimme, die ihm Erhaltung der Eintracht und der Familien-Wohls empfiehlt.”

³⁹¹ Ibidem, p.214 (tradução nossa). “Mit Vergnügen denke ich noch oft zurück na meinen verschiedentlichen Aufenthalt unter diesen Naturmenschen, wo jeder thut, was ihm gut däucht, und keiner das Thun oder Lassen des Andern bekrittelt. Nie habe ich Zank in einer Familie gehört, nie daß sich eine Stimme befelerich erhoben hätte. Sind diese Menschen nicht glücklich zu nennen?”

³⁹² BAPTISTA NETO, Maria João. **Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre Alemanha, o Brasil e Portugal**. Porto: CEPESE, 2007, p.385.

Um dos objetivos deste trabalho é contribuir para a historiografia no sentido de ampliar o entendimento sobre a figura e a produção documental do viajante e geólogo Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege. Acreditamos que, partindo de uma problematização que possa revelar pontos-chave de tal produção, temos uma possibilidade de “aproveitamento historiográfico”.

Cabe ainda esclarecer o sentido de “As raízes do ‘mal’ e as raízes do romantismo”, título escolhido para este subitem. Veremos que os vícios, os problemas mais emblemáticos da sociedade, a corrupção que ela impõe ao homem, o que é visto como o “mal”, emergem como as raízes de uma tendência romântica, uma visão subjetiva e idealista da “realidade”; verificaremos como isso se traduz nas fontes históricas através de um viajante inserido num movimento cultural amplo.

Conforme mencionado anteriormente, na estrutura do pensamento rousseauiano está presente uma crítica à sociedade, ao “mundo civilizado”. Essa organização que o próprio homem construíra o corromperia, como também o distanciaria de sua “perfectibilidade moral”, pois, de fato, não poderia emancipar os homens. Entretanto, é interessante notar que existe uma íntima relação entre o desenvolvimento do movimento artístico e filosófico chamado Romantismo e a crítica social ou as mazelas a que o homem estaria sujeito no final do século XVIII e início do XIX. Como se formou esse movimento historicamente?

Uma explicação histórica, para Isaiah Berlin, é que o romantismo teria surgido a partir do “abismo civilizatório” entre os “Estados atrasados” alemães e os “Estados independentes e centralizados” – como França, Inglaterra e também a Holanda –, um contexto histórico específico, fomentador de um espírito, na Alemanha, que o autor considera a raiz do movimento: o *pietismo*.

A verdade acerca dos alemães é que nos séculos XVII e XVIII constituíam uma província bastante atrasada. [A partir da Guerra dos Trinta anos e a “descentralização do poder”] Afogou em grande medida seu espírito, com o resultado que a cultura alemã retornara a ser provinciana. [...] Não havia uma Paris, não havia um centro, vida, orgulho, uma sensação de crescimento, de dinamismo nem de poder.³⁹³

Também sobre o pietismo, Fulbrook destaca:

Embora perseguidos e expulsos de algumas áreas, [...] os pietistas conseguiram encontrar um nicho em outros locais, explicável em grande parte quanto às diferentes relações entre sociedade-Igreja-Estado em diversos territórios alemães. [...] Muitos acadêmicos consideram que importantes desenvolvimentos culturais alemães, como o enfoque na experiência interior e o desenvolvimento individual evidente na *Empfindsamkeit* (sentimentalismo) e no burguês *Bildungsroman* (romance educacional, de aprendizagem ou formação, cujo objetivo é o desenvolvimento moral e psicológico do personagem), têm suas raízes no pietismo.³⁹⁴

Assim, diante de um cenário culturalmente “fraco”, um “sentimento de humilhação” e um “complexo de inferioridade” – principalmente para com a França –, surgiria na Alemanha um movimento crítico em oposição à “civilização” e aos males do homem.

Frente a este quadro, o movimento pietista – que é, na realidade, a raiz do romantismo – permaneceu profundamente arraigado na Alemanha. O pietismo era um ramo do luteranismo e consistia num estudo cuidadoso da Bíblia e o respeito profundo pela relação pessoal do homem com Deus. [...] Neste modo que operavam os pietistas alemães. O resultado foi uma intensa vida interior, uma grande quantidade de literatura muito comovente e interessante, embora altamente pessoal e violentamente emocional e também um rechaço pelo intelectual. Sobretudo um ódio profundo pela França, pelas perucas, calças de seda, pelos salões, pela

³⁹³ BERLIN, Isaiah. **Las raíces del romanticismo**. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015, p.52-53 (tradução nossa). “La verdad acerca de los alemanes es que en los siglos XVII y XVIII constituían una provincia bastante retrasada. [...] Ahogó en gran medida su espíritu, con el resultado de que la cultura alemana se volvió provinciana [...]. No había un París, no había un centro, vida, orgullo, una sensación de crecimiento, de dinamismo ni de poder.”

³⁹⁴ FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha**. Tradução de Barbara Duarte. São Paulo: EDIPRO, 2012, p.103 (grifo nosso).

corrupção, pelos generais, pelos imperadores, por todas as grandes e magníficas figuras deste mundo, que eram, simplesmente, encarnações da riqueza, da maldade e do diabólico.³⁹⁵

Curiosamente, o pesquisador Augustin afirma que um dos maiores românticos, Goethe, em função de uma doença contraída em sua juventude, entrara em contato com uma “pietista”, que moldaria “uma visão do mundo na qual correspondem, igualmente, corpo e alma como a natureza e Deus”³⁹⁶. Assim, Isaiah Berlin busca se apoiar na seguinte tese:

Sustenta a tese que eu estou tentando sugerir, a saber, que tudo isso é produto de uma sensibilidade nacional ferida, de uma espantosa humilhação nacional, que é a raiz do movimento romântico entre os alemães. Se nos perguntarmos quem foram estes pensadores, descobriremos que, em contraste com os franceses, vieram eles de um meio social inteiramente distinto. Lessing, Kant, Herder e Fichte tiveram uma origem muito humilde. Hegel, Schelling, Schiller e Hölderlin eram de classe média baixa. Goethe era um burguês rico, embora tenha alcançado um título adequado mais tarde em sua vida.³⁹⁷

Portanto, colocando em diálogo a nossa problematização e a tese exposta por Berlin, podemos dizer que existe um sentimento de repulsa por parte dos

³⁹⁵ BERLIN, Isaiah. **Las raíces del romanticismo**. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015, p.54-56 (tradução nossa). “Frente a este marco, el movimiento petista – que és, en realidad, la raíz del romanticismo – quedó profundamente arraigado en Alemania. El pietismo era una rama del luteranismo y consistía en el estudio cuidadoso de la Biblia y en el respeto profundo por la relación personal del hombre con Dios. [...] Este es el modo en el que operaban los pietistas alemanes. El resultado fue una intensa vida interior, una gran cantidad de literatura muy conmovedora e interesante aunque altamente personal y violentamente emocional y un rechazo por lo intelectual. Sobre todo, fue un odio profundo por Francia, por las pelucas, por las medias de seda, por los salones, por la corrupción, por los generales, por los emperadores, por todas las grandes y magníficas figuras de este mundo, que eran, simplemente, encarnaciones de la riqueza, de la maldad y de lo diabólico.”

³⁹⁶ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.37.

³⁹⁷ BERLIN, Isaiah. **Las raíces del romanticismo**. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015, p.57 (tradução nossa). “Sustenta la tesis que estoy intentado sugerir, a saber, que todo esto es el producto de una sensibilidad nacional herida, de una espantosa humillación nacional, que es la raíz de movimiento romántico entre los alemanes. Si nos preguntamos quiénes han sido estos pensadores descubriremos que, en contraste a los franceses, provenían de un medio social enteramente distinto. Lessing, Kant, Herder y Fichte tuvieron un origen muy humilde. Hegel, Schelling, Schiller y Hölderlin eran de clase media baja. Goethe era un burgués rico, aunque alcanzó un título adecuado más tarde en su vida.”

alemães, principalmente aqueles mais humildes, com relação à “civilização”, *a priori*, devido a um processo histórico que culminaria no movimento romântico, extremamente crítico a certos aspectos da “Ilustração” e do processo civilizatório ocidental. Percebemos que há o desenvolvimento de uma “sensibilidade” que levaria a interpretações distintas do mundo.

Levando em consideração que, para a filosofia de Rousseau, a corrupção do homem, ou o “mal”, estaria intimamente ligada à civilização – como Kant mesmo atesta ao mencionar que somos “civilizados até a saturação por toda a espécie de boas maneiras e decoros sociais” –, como podemos pensar uma tendência romântica em nossa fonte na descrição da *relação* com índio, o “bom selvagem”? E como isso reflete uma crítica à administração colonial luso-brasileira? Vimos anteriormente que Eschwege se “enquadra” como um viajante-filósofo romântico. Aqui reside um fator essencial para entendermos de que forma ele compreende a civilização portuguesa e a “moralidade” indígena.

Eschwege se declara, ainda em *Brasil Novo Mundo*, “zeloso defensor daqueles homens”, em resposta à expansão da desapropriação de terras na divisa entre as províncias de “Minas Geraes” e de “Goyas”.

Aqui também teve certo “senhorzinho” [*Herrscheling*] que se pôs a discutir, com suas ordens várias vezes mais válidas que a do Governador, e com seu chicote que, especialmente, os pobres índios tinham que sentir. Ele compartilhou comigo seu plano, que objetivava nada menos que tirar mais e mais os distritos dos índios, e assim dividi-los entre os portugueses sob a justificativa que os indígenas não trariam nenhuma vantagem ao Rei. Mas, por encontrar em mim um zeloso defensor destes homens, e eu o assegurei que eu tudo empregaria para garantir os imperturbados domínios de suas propriedades e seus direitos, estava ele altamente insatisfeito.³⁹⁸

³⁹⁸ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.92-93 (tradução nossa). “*Auch hier hatte sich ein solcher Herrscheling aufgeworfen, dessen Befehle oft mehr als die des Gouverneurs galten, und dessen Geißel besonders die armen Indier fühlen mußten. Er theilte mir seinen Plan mit, der auf nichts weniger hinzielte, als den Indiern nach und nach ihren Distrikt ganz zu nehmen, und an Portugiesen zu vertheilen, unter dem*

Podemos perceber por esse relato escrito em 1816 a postura “*pró-indígena*” de Eschwege. Na realidade, examinando atentamente seu discurso, é possível notar que o viajante se posiciona como um defensor “daqueles *homens/humanos* [*Menschen*]”; isto é fundamental, pois abre a possibilidade de explicar esse tipo de posicionamento político a partir da ideia de humanismo, como também revela como esse alemão concebe os povos nativos: como “humanos”. Novamente, o barão diverge de seus contemporâneos Spix, Martius, Rugendas e Natterer, pois em seu discurso não há distinção de humanidades, mas sim de “povos” – em consequência da influência etnográfica de “Göttingen” e Gatterer.

Podemos relacionar essa “inclinação humanista” presente nos relatos do barão de Eschwege com a crítica à civilização, assim como a visão idealizada sobre o homem, como, por exemplo, os “homens naturais” do Brasil? Como Rousseau defenderia, o “mal” não está presente no homem, mas sim na civilização, que o corrompe.

Em busca de mais informações sobre essa “visão” romântica a respeito do índio em Eschwege, outro trecho bastante interessante também pode ser problematizado. Quando esse viajante publica, no final de *Brasilien die Neue Welt*, segunda parte, um capítulo dedicado a “Algumas coisas sobre as nações indígenas na parte sul do Brasil”, novamente a influência rousseuniana salta no texto, como também uma crítica ao modelo de “civilização” europeu. “Sem dúvidas nenhuma”, afirma o viajante, “entregam os habitantes primitivos e sua civilização da região sul do Brasil, até o Rio da Prata, notícias muito mais interessantes em comparação às províncias centrais e do norte”. Fato é que o viajante acredita, mesmo não tendo

Vorwande, daß die Indier dem Könige keine Vortheile brächten u. Da er aber in mir einene eifrigen Vertheidiger dieser Menschen fand, und ich ihn versicherte, daß ich Alles anwenden würde, um dieselben im ungestörten Besitze ihres Eigenthums und ihrer Gerechtsame zu erhalten, war er höchst unzufrieden.”

uma explicação certa, que as nações do sul brasileiro teriam “habilidades mais elevadas” [*höheren Fähigkeiten*], seriam mais inteligentes, como também mostrariam um “caráter mais suave”, em comparação aos nativos “das montanhas, dos desertos e das matas fechadas”³⁹⁹.

Mais um assunto importante diz respeito às legislações brasileiras – principalmente quando se trata da indígena – e sua história, pois muito nos dizem sobre as práticas do Estado Português, como também a forma como o barão as entende em suas obras. Vimos neste trabalho que Eschwege criticou a legislação mineira portuguesa, como também as políticas do Estado português, consideradas muitas vezes falhas em relação à administração das minas. Ou seja, vale a pena, para nosso trabalho, apresentar a questão da legislação indígena na perspectiva historiográfica e somar Eschwege à discussão, tendo em vista o que é exposto pelo viajante alemão em nossas fontes.

O clássico trabalho de Manuela Carneiro da Cunha, sobre a “História dos Índios no Brasil”⁴⁰⁰, nos abre portas para pensar questões centrais sobre o índio e a colonização brasileira, assim como a presença do índio no século XX. Com base em seu estudo podemos afirmar com segurança que, além do “morticínio” físico empreendido pelos europeus – através de conquistas, guerras, escravização, epidemias, aldeamentos, catequização –, também houve um “morticínio” cultural e histórico. Assim, vale lembrar que este trabalho, como já comentado na nossa introdução, vem se somar às pesquisas que apresentam a questão indígena sob outros prismas, buscando demonstrar rupturas na dita “história tradicional”.

³⁹⁹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.160.

⁴⁰⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura - SP, Companhia das Letras, Fapesp, 1992.

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. O resultado paradoxal dessa postura “politicamente correta” foi somar à eliminação física e étnica dos índios sua eliminação como sujeitos históricos.⁴⁰¹

Em conformidade com o pensamento de Cunha, consideramos que os índios, através do que se expõe historicamente, “foram atores políticos importantes de sua própria história”⁴⁰², como também “atores” sociais para a formulação da mentalidade europeia e suas correntes filosóficas. Vemos nos relatos de Eschwege a representação de um indígena “humano”, portador de *cultura*, de sentimentos, como também de um “*status quo*” nobre quanto à humanidade em si.

Cunha também faz, nesse trabalho, um retrospecto histórico sobre o relacionamento do Estado com essas inúmeras nações, que representaram em grande parte da história a maioria demográfica do Brasil.

Os direitos especiais que os índios têm sobre suas terras derivam de que eles foram, nas palavras do Alvará Régio de 1680, “seus primários e naturais senhores”, ou seja, derivam de uma situação histórica (Carneiro da Cunha, 1987). Isso não significa que caiba provar a ocupação indígena com os documentos escritos, que não só são lacunares, mas cujos autores tinham também interesses, no mais das vezes, antagônicos aos dos índios. Ao contrário, cabe restabelecer a importância da memória indígena, transmitida por tradição oral, recolhendo-a, dando-lhe voz e legitimidade em justiça. A história dos índios não se subsume na história indigenista.⁴⁰³

O que buscamos destacar é o posicionamento do Estado português e suas políticas “indigenistas” para os povos nativos do Brasil; ou seja, a formulação de

⁴⁰¹ Ibidem, p.17-18.

⁴⁰² Ibidem, p.18.

⁴⁰³ CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura - SP, Companhia das Letras, Fapesp, 1992, p.22.

uma legislação que remonta aos finais do século XVII e que é também objeto de discussão de Eschwege, em *Journal von Brasilien*, como já mencionado anteriormente.

Já há vários anos esteve sob atenção dos monarcas portugueses a civilização desses selvagens, e foram por esse motivo feitas sábias leis; sozinhas, até agora, infelizmente! os resultados não corresponderam às expectativas. Já numa lei de 10 de setembro de 1611 trata sobre belas mudanças, e ordena, no nono parágrafo, que todos os indígenas são livres, e que não poderiam ser feitos de escravos. Essa lei foi confirmada até pelos papas, mas nunca seguida.⁴⁰⁴

Seu texto segue da seguinte forma:

Uma lei, de 10 de novembro de 1647, repete essa ordem e firma que os indígenas poderiam trabalhar, onde e quando eles querem, e para quem melhor paga seu o trabalho. Sim já se teria esse objetivo nas leis dos anos de 1570, 1587, 1595, 1652 e 1653. Uma lei do dia 1 de abril de 1680 coloca o pagamento de multa para aqueles que transpassarem a lei, e colocando índios à condição de escravidão; [...]⁴⁰⁵

O texto desse viajante deixa claro um embate moral nas relações dos homens. Os índios, apesar de “classificados em categorias” de cultura, como também de “assimilação civilizatória”⁴⁰⁶, são postos em posição de “defesa” pelo alemão, que vê nas leis lusitanas uma ambiguidade e funcionamento precário. É

⁴⁰⁴ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.69-70 (tradução nossa). “*Schon seit vielen Jahren ist die Civilisation dieser Wilden das Augenmerk der Portugisischen Monarchen gewesen, und es sind deßhalb weise Gesetze gegeben worden; allein bis jetzt haben leider! die Resultate den Erwartungen nicht entsprochen. Schon ein Gesetz vom 10ten Sept. 1611 trifft schöne Vorkehrungen, und verordnet im 9ten Paragraph, daß alle Indier frei seyn, und nicht zu Slaven gemacht werden sollen. Dieses Gesetz wurde sogar von den Päpsten bestätigt, aber nie befolgt.*”

⁴⁰⁵ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.70 (tradução nossa). “*Ein Gesetz, vom 10ten Nov. 1647 wiederholt diesen Befehl und setzt hinzu, daß die Indier dienen und arbeiten können, wo und wenn sie wollen, und wer ihren Arbeiten am Beßten bezahlt. Ja man hat dieser Hinsicht schon Gesetze von den Jahren 1570, 1587, 1595, 1652 und 1653. Ein Gesetz vom 1ten April 1680 setzt Strafen fest für die, welche die Gesetz übertreten, und Indier in die Slaverei führen; [...].*”

⁴⁰⁶ Ibidem, p.68.

possível perceber que há um “exame moral” acontecendo acerca das ações institucionais do Estado, observando ainda como os homens se relacionam e agem a partir delas.

Para Cunha, o contexto das leis se deu da seguinte forma:

De meados do século XVII a meados do século XVIII, quando Portugal estava interessado em ocupar a Amazônia, os jesuítas talharam para si um enorme território missionário. Foi o seu século de ouro, iniciado pela formidável influência junto a d. João IV e ao papa que Vieira, nosso maior escritor, logrou obter. A partir da expulsão dos jesuítas por Pombal, em 1759, e sobretudo a partir da chegada de d. João VI ao Brasil, em 1808, a política indigenista viu sua arena reduzida e sua natureza modificada: não havia mais vozes dissonantes quando se tratava de escravizar índios e de ocupar suas terras.⁴⁰⁷

Notamos que, por parte da instituição religiosa, como também pela Coroa, existe uma postura, já comentada por Perrone-Moisés, “contraditória, oscilante, hipócrita”⁴⁰⁸. Eschwege, em seus escritos, se posiciona da mesma forma ao elencar as diversas leis nunca cumpridas.

Desde o trabalho pioneiro de João Francisco Lisboa (1852), as análises da situação legal dos índios durante os três séculos de colonização reafirmaram o caráter ineficaz ou fisicamente negativo das leis.⁴⁰⁹

A autora, assim como Eschwege, defende que as autoridades lusitanas estavam bastante atentas e preocupadas acerca desse embate central: a liberdade e os tratos com os povos nativos desse imenso continente “invadido”.

⁴⁰⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Secretaria Municipal da Cultura - SP, Companhia das Letras, Fapesp, 1992, p.16.

⁴⁰⁸ PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992, p.115.

⁴⁰⁹ Ibidem, p.115.

A profusa legislação indigenista e a farta correspondência trocada entre a metrópole e a colônia acerca dos problemas colocados pela relação com os povos indígenas comprovam a preocupação e refletem o debate. O conjunto das ideias expressas ou subjacentes à questão ainda é um campo a ser explorado.⁴¹⁰

Quando a autora trata da “contrariedade” e “hipocrisia” presente nas leis, podemos trazer Eschwege novamente ao diálogo. Ainda em *Journal von Brasilien*, no capítulo dedicado aos povos nativos da província de Minas Geraes, o viajante explana que o primeiro povo a capturar e escravizar os indígenas de Minas, nos finais do século XVII, “apesar da já precedente dada lei”, foram os paulistas:

Desde esse tempo as caças aos homens se reduziam gradualmente, em que se encontravam grandes vantagens na extração do ouro; sozinhos, os índios viviam em constante ódio e guerras contra os camponeses e mineradores portugueses, uma vez irritados pelo comportamento injusto dos paulistas.⁴¹¹

Entre colonos e missionários que “lutavam” pelo controle da força de trabalho do índio, Perrone-Moisés conclui:

Os jesuítas defendiam princípios religiosos e morais e, além disso, mantinham os índios aldeados e sob controle, garantindo a paz na colônia. Os colonos garantiam o rendimento econômico da colônia, absolutamente vital para Portugal, desde que a decadência do comércio com a Índia tornara o Brasil a principal fonte de renda da metrópole. Dividida e pressionada de ambos os lados, concluem tais análises, a Coroa teria produzido uma legislação indigenista contraditória, oscilante e hipócrita.⁴¹²

⁴¹⁰ Ibidem, p.115.

⁴¹¹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.78 (tradução nossa). “Seit dieser Zeit hörten die Menschen-Jagden nach und nach auf, da man größere Vortheile bei den Goldmäschiereien fand; allein die Indier, einmal durch das unrechtmäßige Betragen der Paulisten gereizt, lebten nun von dieser Zeit an in beständigem Haß und Kriegen gegen die Portugiesischen Planzer und Bergleute.”

⁴¹² PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992, p.116.

Portanto, sendo o instrumento jurídico “um dos fundamentos das ações do homem”, diante da visibilidade que o viajante em questão dá a essa temática, podemos encará-la como uma questão central da civilização. Eschwege está nitidamente inclinado, em sua atividade como escritor, a um exame moral, como já exposto aqui, pois

[...] o viajante-naturalista é um instrumento importante da “Europa polida” para promover o controle da natureza e, subsequentemente, promover a felicidade da humanidade por meio do progresso, do enriquecimento dos povos e acrescentamento do saber.⁴¹³

Fundamental é notar como ambos os estudos dialogam com o pensamento de Eschwege, expondo a realidade prática dessas leis, as quais o barão teve oportunidade de vivenciar no período em que esteve no Brasil, como também a postura do Estado português ante esses povos. Nesse sentido, permitem argumentar acerca do passado colonial sob outras perspectivas, como também acerca do passado indígena dentro da história do Brasil. Não é escopo deste trabalho entrar em detalhes sobre as leis em si, mas sim atentar à postura do viajante quanto ao relacionamento “oficial” do Estado com esses “homens”.

Seguindo a distinção entre civilização e cultura, própria dos alemães nos finais do século XVIII e XIX, como já verificado, podemos notar que o barão reconhece uma atividade cultural numa dança, denominada Taiá, de origem indígena. Exposto na epígrafe deste capítulo, o episódio vivenciado no dia 17 de outubro de 1816, como também nos dias seguintes de seu relato, corrobora a nossa tese de que Eschwege faz uma leitura ímpar sobre a atividade cultural indígena (*Kultur*), mostrando uma inclinação “romântica sentimentalista”, como também um

⁴¹³ TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade:** a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.97-98.

posicionamento humanista – os índios surgem como sujeitos à mazela civilizatória, adjetivado como “pobres”, no sentido de “coitados”.

No dia seguinte ao episódio relatado, temos a continuação da experiência indígena de Eschwege:

18 de outubro.

Na minha chegada à Aldea das Pedras encontrei os homens acanhados, tristes e recolhidos, de uma forma que se tornou claro para mim, até que finalmente o seu Capitão Leopoldo me explicou, que haviam dito a eles que iriam perder seus até então direitos, como também seriam tratados como escravos. Não se pode crer como os pobres índios ficaram felizes em descobrir através de mim o contrário; eles não sabiam de que maneira poderiam me agradecer de forma suficientemente apropriada.⁴¹⁴

O que buscamos demonstrar é uma tendência “sentimentalista” na construção da relação com a “alteridade subalterna”, no caso, o índio. Este, no período estudado, era visto e compreendido de diversas formas, como os exemplos aqui entre Rugendas, Spix, Martius, Natterer e Eschwege, cientistas e viajantes de um universo cultural bastante semelhante. Essa tendência pode ser uma chave para localizar a postura “romântica”, ou “pré-romântica”, do sujeito estudado.

Gunter Augustin entende o barão de Eschwege como “sentimentalista-humanista”⁴¹⁵, ou seja, um homem em transição entre a “Ilustração” e o “Romantismo”, através de temas como: expressão da “solidão” diante de um “mundo inculto”, o “Certão” de uma organização social quase que “nômade”, além do “pouco relacionamento social” nas viagens do geólogo alemão ao interior do Brasil. Por

⁴¹⁴ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.85 (tradução nossa). *“Den 18ten Oktober. Bei meiner Ankunft in der Aldea das Pedras fand ich die Menschen schüchtern, traurig und zurückgezogen, so daß es mir auffallend war, bis ich endlich von ihrem Capitão Leopoldo erfuhr, daß man ihnen gesagt habe, sie würden nun ihre bisher genossenem Rechte verlieren, und sogar als Sklaven behandelt werden. Man glaubt nicht, wie die armen Indier erfreut waren, von mir das Gegentheil zu erfahren; sie wußten nicht, wie sie mir ihren Dank genugsam zu erkennen geben sollten.”*

⁴¹⁵ AUGUSTIN, Günther. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009, p.109.

meio da obra de Augustin, podemos perceber que a falta de “encontros humanos” resultaria numa produção literária, em *Brasil Novo Mundo* mesmo, que contemplaria os temas expostos anteriormente; porém, pouco se fala de sua posição em relação ao indígena brasileiro.

Pode-se reconhecer, então, em Eschwege um sentimento tipicamente “romântico” na escrita de suas obras, o que sustenta também a influência da filosofia “rousseauniana” no trabalho do viajante. Romântico, pois se trata de um relato que abrange os “sentimentos”, a subjetividade, as emoções, como também romântico ao criticar a civilização em contraposição à “bondade” idealizada do homem.

O “mal” se originaria da corrupção moral do homem através da civilização, como vimos ao estudar a filosofia de Jean Jacques Rousseau. E o movimento romântico nasce justamente com a sensibilidade da natureza, atrelada à busca de uma “pureza” ou uma “beleza” ideal, além da influência justamente de Rousseau e suas perspectivas sobre a natureza do homem e a sociedade. A idealização do natural, da natureza, se oporia aos males da civilização, na transição do século XVIII para o XIX, que também podemos entender como a transição do movimento de “ilustração” para o “romantismo”.

Karen Lisboa, ao estudar a escrita do romance “*Frey Apolônio*”, de Martius, demonstra a relação entre o romantismo e a temática indígena, caracterizando também certo “distanciamento” crítico da “civilização portuguesa”:

Antonio Cândido sugere que a grande hipótese de trabalho dos literatos do início do século XIX, que norteia o movimento romântico no Brasil, seria a idéia de que o país tem uma natureza e uma população diferentes das de Portugal e também uma organização política distinta – sendo a literatura

relativa ao meio físico e humano, ela teria que ser diferente da de Portugal.⁴¹⁶

Veremos outros exemplos presentes na obra do barão de Eschwege que envolvem todos os pontos mencionados até então, como a alteridade subalterna, a filosofia rousseauiana e a tendência romântica. Primeiramente é importante ressaltar que Eschwege, assim como os outros viajantes citados anteriormente, também acredita que os projetos de “civilização” impostos pelos portugueses apenas aumentariam o ódio dos nativos pelos europeus, assim como os deixariam em uma “triste” condição de vida. E a culpa toda deveria ser creditada aos portugueses.⁴¹⁷ Em *Journal von Brasilien* é possível reconhecer alguns dos pontos buscados, quando o geólogo discute o caso do “ódio” dos Botocudos (antropófagos), no capítulo sobre “Os povos selvagens da Capitania de Minas Geraes”:

Quando busca-se atrair esses selvagens para si, servindo-os comida, e então, enquanto eles saciam a sua fome, abrir fogo contra eles; quando uma horda de soldados-bandidos se põem às florestas, espionando a tranquila moradia de uma família Botocudo, roubando-os no silêncio da noite e daí matando impiedosamente tudo, crianças e mulheres; quando um “não-humano [*Unmensch*], movido por loucuras religiosas, astuciosamente põem selvagens à morte primeiro os batizando, para depois cortar lhes a cabeça; tudo isso *precisa* [*muß*] excitar um inextinguível ódio, como também repugnância a homens sensíveis [*fühlenden Menschen*].⁴¹⁸

⁴¹⁶ LISBOA, Karen Macknow. Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.115-132, jan./jun. 2008, p.120-121.

⁴¹⁷ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.79.

⁴¹⁸ Ibidem, p.83 (tradução nossa, grifo nosso). “Wenn man diese Wilden an sich zu locken sucht, ihnen zu essen vorsetzt, und nun, während sie ihren Hunger stillen, Feuer auf sie gibt; wenn eine Heerde solcher Banditen-Soldaten in die Wälder vorbringt, und den ruhigen Aufenthalt einer Botocuden-Familie ausspäht, sie bei nachtllicher Stille überfällt, und dann Alles, Weiber und Kinder, unarmherzig umbringt; wenn ein Unmensch, vor religiösem Wahnsinne angetrieben, die sich aus List todt stellenden Wilden erst tauft, und ihnen dann die Köpfe abschneidet; Alles diese muß ein unauslöschlichen Haß, und selbst Abscheu bei fühlenden Menschen erregen.”

Nesse trecho surgem interessantes pontos, como a justificação do sentimento de repugnância, como também de ódio – até colocado como necessário – por parte dos Botocudos, que são considerados “índios bravos”, em oposição aos “mansos” (civilizados), citando práticas luso-brasileiras consideradas “não humanas” pelo viajante alemão. Há uma inversão a ser pensada: o discurso torna os portugueses (nesse caso, soldados bandidos) “não humanos”, enquanto os Botocudos são apresentados como famílias sendo atacadas. Questiona-se, portanto, qual é a causa do ódio indígena? Para Eschwege é muito clara a resposta. Podemos notar pelas suas exposições que esse sentimento é causado justamente pela postura “imoral” do português.

Seu tom é de “entendimento” ao abordar a causa indígena, querendo expor os exercícios *imoralizados* da civilização portuguesa. Vemos ainda uma identificação com a “causa humana” ou uma tendência *humanista* quando não faz diferenciação entre o índio e o português, o missionário e o soldado; apenas compreende o que é “bom” e o que é “ruim” – nesse caso, justamente aquilo que é feito pela cobiça e pela avidez, não considerando o outro. Também vale ressaltar que em nenhum momento Eschwege credita tais práticas a um esforço em nome da “civilização” ou do “progresso”. Isso nos faz pensar em sua postura “romântica”, sua leitura a partir do “bom selvagem”. Para ele, o homem estaria em posição mais privilegiada.

Na sequência do relato, ou das “notícias” sobre o Brasil, sobre os povos nativos da província mineira, Eschwege ainda faz a seguinte colocação:

Sinceramente, era de se acreditar das histórias que se escuta, dos tempos de um Cortez e Pizarro, na conquista da América Espanhola. São fatos que ocorrem diariamente em nosso século civilizado, e eu poderia narrar todos os abomináveis nomes para tornar esta notícia mais autêntica; sozinhos esses

nomes de tal monstruosidade da *Humanidade* não merecem ir à posteridade [*Nachwelt*].⁴¹⁹

Aqui vemos uma crítica bastante ácida às histórias que correriam na sociedade colonial. Eschwege compara o episódio do ataque a uma aldeia de Botocudos, mencionado em linhas anteriores, às histórias dos tempos de Pizarro e Cortez, em que indígenas eram mortos a sangue frio. Também recorre à caracterização “século civilizado” para sustentar que não caberia mais esse tipo de prática entre os povos. Completa dizendo que não citaria nomes dos responsáveis por tal “monstruosidade”, pois não deveriam entrar para a história (ou ficar para a posteridade). Podemos notar, desse modo, de que forma Eschwege se posiciona, em suas publicações, perante o índio. Existe uma crítica à civilização, muitas vezes “amoralizada”, mediante as práticas dos portugueses com o *homem* “selvagem”.

Ao contrário de Spix e Martius, por exemplo, o barão de Eschwege descreve os indígenas repletos de sentimentos. Em *Brasil Novo Mundo* constatamos, novamente, sua posição “romântica”. No dia 18 de outubro de 1816, ao despedir-se “dos homens” da Aldea das Pedras, relata:

Em minha partida, todos se juntaram para despedir-se de mim. [...] Assim que eu me sentei no meu cavalo, deram eles um Salve, e as mulheres cantavam para mim canções de louvor; [...] longe assim quanto nossos olhos podiam nos encontrar, o que era quase um quarto de hora de caminho, durava o canto e os tiros. De uma certa colina enviava eu minhas últimas despedias, em que eu acenava com meu lenço; todas as mulheres repetiam isso com seus panos. Provavelmente eu nunca mais verei esse “pequeno povo” [*Völkchen*], ao qual eu dei nova vida. Sua gratidão me tranquilizava, e me colocava

⁴¹⁹ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818, p.83 (tradução nossa, grifo nosso). “*Wirklich, man sollte glauben Geschichten zu hören, aus den Zeiten eines Cortez und Pizarro, bei der Eroberung des Spanischen America; allein es sind Thatsachen, die in unseren civilisirten Jahrhundert hier noch täglich vorkommen, und ich könnte die Namen aller Grausamen hererzählen, um dieser Nachrichten authentischer zu machen; allein Namen solcher Scheusale der Menschheit verdienen nicht auf die Nachwelt kommen.*”

em mais horas num estado de tristeza, principalmente porque não havia nada de alegre naquela área.⁴²⁰

A vivência de Eschwege com a partida o coloca, como ele mesmo relata, em estado de “tristeza”. O viajante ressalta o “sentimento de gratidão” de tal povo. Lembrando que existe uma especificidade nas descrições dos viajantes alemães, a tendência etnográfica já explicitada neste trabalho, que faz com que o barão compreenda e represente esse grupo humano como um “povo”, uma “nação”. Também se pode notar, apesar da perda intrínseca a qualquer tradução, um forte sentimento presente no relato, o que nos leva a crer em sua inclinação romântica.

Dessa forma, foi possível verificar como o índio é compreendido e representado na fonte de Eschwege, inserido num universo histórico específico, bem como as raízes desse posicionamento, revelando, conforme defendemos, heranças rousseauianas, como também inclinações românticas. Isso tudo ainda deve ser associado à compreensão desse viajante sobre a ciência, influenciado pelo caráter humboldtiano, que pressupõe uma ênfase no âmbito subjetivo. Assim, torna-se essencial para o estudo desse viajante o conjunto *natureza* e *homem*. É preciso estar ciente da complexidade de uma produção histórica como esses relatos de viagem, trazendo como objeto de análise essa incessante relação. O que buscariam esses viajantes nas relações sociais, culturais, políticas e históricas do Novo Mundo? Segundo Harzard, citando Giuseppe Parini, expoente da “Ilustração” na Itália:

⁴²⁰ ESCHWEGE, W. L. K. von. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830, p.85 (tradução nossa). “*Bei meiner Abreise versammelten sich alle, Abschied von mir zu nehmen. [...] So wie ich mich zu Pferde setze, gaben sie ein Salve, und die Weiber sangen mir Loblieder; [...] so weit die Augen uns nur erreichen konnten, welches beinahe eine Viertelstunde Wegs war, dauerte der Gesang und das Schießen fort. Von einer Anhöhe schickte ich ihnen meinen letztes Lebenwohl, in dem ich ihnen mit dem Schnupftuch zuwinkte; alle Weiber wiederholten dieses mit ihren Tüchern. Warscheinlich werde ich dieses Völkchen, dem ich neues Leben gab, nie wiedersehen. Ihre Dankbarkeit rührte mich, und versetzte mich mehrer Stunden in eine traurige Stimmung, besonders da die Gegend auch nichts Erheiterndes hatten.*”

Será talvez mentira, mas diz a lenda que houve um tempo – em que os homens eram iguais, e nomes desconhecidos – Plebe e Nobreza... E é assim até o fim do século, até Fígaro. É assim por toda a Europa. A crítica acaba em apelo, em pedido, em exigência. Que pretendem estes viajantes descontentes, estes *discontented wanderers*? Que desejam estes queixosos? Porque procedem a uma revisão à qual nada deve escapar, nem a legislação emanada de sua majestade, nem a religião fazendo valer seu caráter divino? Qual o bem de que se consideram frustrados? – A felicidade.⁴²¹

Podemos, assim, apontar uma via conclusiva pelo que se expôs durante este trabalho, como também especificamente neste capítulo. Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege, que foi um funcionário técnico-científico, também estrangeiro e viajante, esteve no Brasil durante os primórdios do século XIX e pôde, assim como outros europeus daquela época, apreender a cultura, a sociedade, a experiência “brasileira”. Teve oportunidade de estabelecer relações pessoais e profissionais com uma série de pessoas em Portugal e no Brasil, além de visitar uma impressionante quantidade de terras diferentes pelo território brasileiro. Esteve com diferentes grupos indígenas, recebeu informações de terceiros sobre esses povos e, assim, constituiu uma “visão de mundo” sobre o “homem natural”. Suas heranças filosóficas muito explicam o seu posicionamento retórico ao descrever o que vê e sente. Devemos pensar que, como viajante e escritor, existe uma vontade e uma tendência “política” em apresentar *um Brasil*.

De que cidade fala o viajante quando descreve o Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? De que cidade fala o historiador quando comenta a descrição que faz o viajante do Rio de Janeiro, Salvador ou São Paulo? Qual é a relação entre a cidade que é descrita e a descrição desta cidade? Seguramente ela é tão estreita quanto problemática; a descrição fala da cidade vista mas também da cidade imaginada, das diversas cidades percorridas tanto pelos pés como pelo pensamento. [...] De que fala, afinal, o viajante? De si mesmo ou do outro? A viagem fala da cidade, mas não

⁴²¹ HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII** – De Montesquieu a Lessing. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974, p.21.

apenas da cidade que vê e que descreve, a viagem teoriza a cidade, pensa, reflete; ela espelha devolvendo imagens invertidas, distorcidas, que falam mais da cidade do que supostas “fotografias” que nos devolvessem uma imagem estática, hierática. Ela reflete a cidade de forma dinâmica, viva, com movimento, sobretudo naquilo que mascara, esconde, tergiversa; a cidade está ali, ainda que nem sempre no mapa que nos é oferecido.⁴²²

Esse Brasil descrito pelo viajante era constituído não só por luso-brasileiros e indígenas, mas foram esses “tipos” de “homens” tão distintos que fizeram o geólogo alemão desenvolver seu entendimento sobre o que são os universos da razão e da prática, por exemplo. Podemos notar que a predisposição à “civilização” do português não é suficiente, segundo esse estrangeiro, para assegurar a sua moralidade, assunto caro aos pensadores dos séculos XVIII e XIX. Vemos que o índio, apesar de não ser um “homem civilizado”, é encontrado nesses relatos em diferentes “estágios” e “níveis”.

Quando falamos na “possibilidade” de outras culturas, queremos basicamente entender como uma visão “positiva” acerca do homem, inclusive os índios selvagens, é capaz de apresentar virtuosidades do outro, assim como traços próprios que não precisam ser menosprezados ou vistos como “decaimento”. Utilizamos anteriormente o exemplo da dança “Taiá”, considerada artística e bela por Eschwege. Assim, essa dissociação de moralidade e civilização no discurso do viajante se torna um pilar essencial para o entendimento da fonte e, conseqüentemente, abre possibilidades para novas pesquisas mais aprofundadas sobre a complexa e dinâmica relação presente nos relatos de viagem do barão de Eschwege.

⁴²² TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010, p.303-304.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção do trabalho são apresentados alguns resultados como balanço final. Entre eles, devemos primeiramente reforçar o posicionamento privilegiado que a *Literatura de Viagem* oferece aos estudos historiográficos que enfocam as mentalidades, como também a cultura, principalmente para a História do Brasil – o que podemos também considerar como uma História Social. Vimos que existe uma quantidade significativa de autores que buscam um diálogo sobre a natureza dessa fonte, suas possibilidades de trabalho, como também as precauções necessárias para esse gênero literário. Porém, cabe ressaltar que, até então, nenhum pesquisador efetuou um trabalho dedicado integralmente a esse objeto de estudo. Em nosso caso, escolhemos temas contrastantes dentro da obra de Eschwege para expor mais sobre esse viajante.

Compreendemos que o relato de viagem é um caminho possível, e atrativo, para estudos historiográficos que buscam mais informações sobre o passado colonial das nações do Novo Mundo, como também o passado de muitas das populações ágrafas que estabeleceram relações com a civilização europeia. Existe uma rica dinâmica ocorrendo em cada linha escrita pelos estrangeiros. Entendemos que o papel “estrutural” da alteridade na descrição de viagem torna-se uma fundamental via de problematização sobre os assuntos abordados pelos viajantes, cujas representações, longe de relatar a “realidade”, devem ser questionadas. Segundo Sallas:

[...] problematizar o tipo de apreensão que a história pode fazer dos materiais de representação, imagens ou textos, como documentos detentores de uma realidade intrínseca longe da referência imediata a uma verdade, posto que nos dizem algo a respeito de determinado momento histórico porque existem no

tempo e no espaço vinculados à experiência de homens concretos.⁴²³

A alteridade nos permite encontrar respostas para os “determinado[s] momento[s] histórico[s]”, pois relata sobre um outro a partir de si mesmo. Os “materiais de representação” são a base da leitura nesses autores, que nos apresentam formas culturais próprias. Assim, solidifica-se a questão teórico-metodológica da viagem para a História. Especificamente sobre Eschwege, Hanno Beck acredita que muito ainda se pode avançar nas questões biográficas do barão⁴²⁴.

Fato é que o tema ainda é pouco estudado. Esse trabalho de Beck, uma publicação preparada em “comemoração” aos 200 anos do nascimento do barão, expõe alguns pontos-chave nesse sentido:

De 1810 até 1821 trabalhou v. Eschwege no Brasil. Ele pertenceu àqueles poucos pesquisadores que reconheceu imediatamente o problema da proteção e do cuidado ao meio ambiente. O século XVIII só estimou os homens praticamente como embelezadores e melhoradores da paisagem. [...] von Eschwege falava do “abuso” das florestas brasileiras e não mediu esforços, principalmente da devastadora dizimação da floresta, suas consequências e a criticar a imprudente destruição da paisagem pela extração mineradora.⁴²⁵

Como cientista e também “orientador” das atividades mineradoras do Reino brasileiro, teve o barão de Eschwege um papel central; nossa pesquisa reforça esse aspecto já previamente apresentado por Beck. O autor alemão também defende que

⁴²³ SALLAS, Ana Luisa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr.-jun. 2010, p.417.

⁴²⁴ BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstagdes maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977, p.306.

⁴²⁵ Ibidem, p.306 (tradução nossa). “Von 1810 bis 1821 wirkte v. Eschwege in Brasilien. Er gehörte damals zu den wenigen Forschern, die das Problem des Umwelt- und Lebensschutzes bereits erkannten. Das 18. Jahrhundert hatte den Menschen praktisch nur als den Verschönerer und Verbesserer der Landschaft angesehen. [...] sprach v. Eschwege vom ‘Raubbau’ an den Wäldern Brasiliens und wurde nicht müde, besonders die verheerende Waldvernichtung, ihre Folgen und die rücksichtslose Landschaftszerstörung des Bergbaus zu geißeln.”

Eschwege teria sido o primeiro homem a iniciar uma industrialização no Brasil, apesar das dificuldades.⁴²⁶

A partir deste trabalho também foi possível aprofundar o estudo sobre a figura do barão de Eschwege, mediante discussões propostas entre a fonte e obras de autores que analisam os temas em questão. Vimos que existe um contexto bastante específico, tanto histórico como teórico, para entendermos melhor o que significou e qual o sentido da presença desses viajantes no Brasil “daquele” tempo. Vimos também que existem diferentes “facetas” de uma mesma figura histórica que devem ser levadas em consideração: o barão de Eschwege “funcionário Real”, o “viajante”, o “reformador”, como também o “estrangeiro”. Sem essas considerações, qualquer tentativa de compreensão mais aprofundada da fonte torna-se vazia.

As traduções feitas pelo pesquisador, diretamente da fonte original, buscaram problematizar as questões de uma perspectiva inédita, procurando sempre associar a fonte com a tese proposta, verificando a validade das proposições iniciais. Ainda sobre Eschwege, questionou-se arduamente a postura “atípica” presente na fonte, buscando compreender as origens e os desdobramentos de seu discurso. Verificamos última instância, que a moralidade possível para o homem em sua “perfectibilidade” é reconhecida no índio brasileiro, ao passo que a civilização luso-brasileira acaba se apresentando muitas vezes como imoral, mesmo oriunda do continente europeu.

Vemos que existe um contrabalanço: o índio, apesar de ser representado muitas vezes como “pobre”, “selvagem” ou “coitado”, contrasta com práticas “maldosas” que a civilização força o homem a seguir, principalmente no que se refere a temas como cobiça, avidez e preguiça. Em outras palavras, o índio surge

⁴²⁶ BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstag des maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977, p.307.

como uma “esperança” aos males e à corrupção moral do homem. O que se conclui disso é que existe um “senso de ser humano” nos relatos do viajante estudado que coloca o homem em posto privilegiado, um determinado *humanismo*. Um dos escopos desta pesquisa era localizar esse caráter na obra de Eschwege e explicá-lo, como também problematizá-lo.

Entendemos, assim, a relação entre Paulo Prado⁴²⁷, figura que esteve nesta discussão no início do estudo, e o barão de Eschwege. Para o primeiro, o processo civilizador colonial, essencialmente ávido, deixou marcas no povo e na história brasileira, por isso reconhece o índio como um “personagem” triste e passivo. O segundo também considera prejudicial todo esse processo imposto pela colonização, porém reconhece a possibilidade de felicidade para povos “selvagens”, como agentes históricos, contrastando muito dos discursos da época.

Pode-se ainda entender a representação de Eschwege acerca da questão indígena como um “refúgio ético” dos problemas que aquela “consciência europeia” em crise enfrentava – seguindo os passos de Hazard⁴²⁸. Pois, norteados por uma filosofia da cultura peculiar e local, o que os alemães do século XVIII e XIX reconheceriam de moralmente positivo no homem seriam os valores contidos nas realizações humanas. A experiência colonial certamente foi desagradável para o viajante em questão, levando à idealização sobre o homem (selvagem), em contraposição aos males civilizatórios encontrados no Brasil.

Como uma consideração final sobre o valor contido em nossa discussão, temos uma interessante fala de Augustin:

⁴²⁷ PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁴²⁸ HAZARD, Paul. **The Crisis of the European Mind** – 1680-1715. Translated from French by J. Lewis May. Introduction by Anthony Grafton. New York: New York Review Books, 2013.

Os relatos dos viajantes representam um novo gênero, a literatura de viagem, que trabalha com um conceito de literatura mais aberto, já que distinções entre fato e ficção ou prosa e poesia estão perdendo nitidez. O olhar do viajante e do poeta se encontram nesses textos. Utilizando uma conceituação da época dos viajantes, diríamos que o viajante textualiza seu olhar externo dos fenômenos enquanto o poeta, o interno. Dentro dessas perspectivas os textos de Eschwege convidam para leituras e análises que vão além da procura de informações históricas, sociológicas, econômicas, etnológicas ou antropológicas e visam o que Bento Prado Jr. chama, na falta de melhor expressão, um *conhecimento literário do mundo*.⁴²⁹

As fontes de viagem, pensando esse universo específico alemão, podem nos contar muito sobre o “Brasil” de um tempo, como também sobre a “Alemanha” de um tempo. Assim, buscamos apresentar “uma nova interpretação, o exercício de métodos novos, a elaboração de outras pertinências, um deslocamento de definição e do uso do documento”⁴³⁰ sobre um tema da história do Brasil tão rico quanto pouco estudado entre os objetos historiográficos.

⁴²⁹ AUGUSTIN, Günther. Literatura de Viagem de Wilhelm Ludwig von Eschwege. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, UFMG, v. 9/10, 2003/2004, p.315 (grifo nosso).

⁴³⁰ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.72.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, José Otávio. Quem eram os índios puri-coroados da mata central de Minas Gerais no início dos oitocentos? Contribuição dos relatos de Eschwege e Freyreiss para uma polêmica (1813-1836). **Mosaico**. Goiânia, v. 4, n. 2, p.197-211, jul./dez. 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Apontamento para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. In: CALDEIRA, Jorge (Org.). **José Bonifácio de Andrada e Silva**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARAÚJO, Paulo Eduardo Martins. Fábrica de Ferro do Morro do Pilar. As três campanhas experimentais e o colapso estrutural do alto-forno na noite de 21 de agosto de 1814. **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte, UFMG, 2014.

AUGUSTIN, Günther. Literatura de Viagem de Wilhelm Ludwig von Eschwege. **O eixo e a roda**. Belo Horizonte, UFMG, v. 9/10, 2003/2004.

_____. **Literatura de viagem na época de Dom João VI**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

BAPTISTA NETO, Maria João. **Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre Alemanha, o Brasil e Portugal**. Porto: CEPESE, 2007.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**. Brasília, v. 11, n. 1/2, 2003.

BECK, Hanno. Wilhelm Ludwig von Eschwege und die klassische deutsche Geographie: Zur Erinnerung an seinen hundertsten Todestag (Wilhelm Ludwig von

Eschwege and the Classic German Geography in Commemoration of the Hundredth Anniversary of His Death). **Erdkunde**. Bonn, Bd. 9, H. 2, may. 1955.

_____. Wilhelm Ludwig v. Eschwege (1777-1855) – Eine Problemorientierung: Zum 200. Geburtstag des maßgebenden Brasilienforschers. **Erdkunde**. Bonn, Bd. 31, H. 4, dec. 1977.

BERLIN, Isaiah. **Las raíces del romanticismo**. Edición de Henry Hardy. Taurus, 2015.

BLAYNEY, Geoffrey. **A Very Short History of the World**. Australia: Pinguin Books, Pinguin Group, 2004.

BORGES, José Gomide. **Eschwege, o anfitrião** – Depoimento de viajantes naturalistas que visitaram Eschwege, Villa Rica. Pesquisas e comentários: José Gomide Borges do IHGMG e Casa Eschwege. 2ª. ed. Belo Horizonte, 1980.

BRACEWELL, Wendy. The Travellee's Eye: Reading European Travel Writing, 1750-1850. In: KUEHN, Julia; SMETHURST, Paul (Ed.). **New Directions in Travel Writing Studies**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

BRETTEL, Caroline B. Introduction: Travel Literature, Ethnography and Ethnohistory. **Ethnohistory**. Durham, Duke University Press, v. 33, n. 2, p.127-138, 1986.

BRIDGES, Roy. Exploration and travel outside Europe (1720-1914). In: HULME, P.; YOUNGS, T. (Ed.). **The Cambridge Companion to Travel Writing**. Cambridge University Press, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem** - Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASSIRER, Ernst. **Rousseau, Kant, Goethe** – Two Essays. Translated from the German by James Gutmann, Paul Oskar Kristeller and John Herman Randall Jr. Princeton: Princeton University Press, 1963.

_____. **A Filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1992.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COCA, J.; MATAS, J. **Exclusión “científica” del Otro** – Estudio socio-educativo del racismo y la interculturalidad. Madrid: Ediciones de La Torre, 2012.

COSTA, Maria de Fátima. Personagens fronteiriços – Os Guaikurú conforme a viagem filosófica de A. R. Ferreira e a viagem pitoresca e histórica de J. B. Debret. In: GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M.; LOPES, M. A. (Orgs.). **Fronteiras** – paisagens, personagens, identidades. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D’Água, 2003.

CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992.

_____. O futuro da gestão indígena. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 20, jan./apr. 1994.

DAMPIER, William. The Literature of Travel, 1700-1900. In: WARD, A. W.; WALLER, A. R. (Ed.). **The Cambridge History of English Literature**. Vol. XIV - The Nineteenth Century, III. Cambridge: Cambridge University Press, 1949.

DE SIMONE, Eliana de Sá Porto. **Viagem ao Novo Mundo** – O Brasil visto pelo Príncipe Maximilian Wied zu Neuwied. In: SCHELSKY, Detlev; ZOLLER, Rüdiger (Ed.). **Brasilien: die Unordnung des Fortschritts**. Lateinamerika-Studien, n. 33. Frankfurt am Main: Vervuert Verlag, 1994.

DEKENS, Olivier. **Compreender Kant**. Tradução de Paula Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DEMEL, Walter; SCHRAUT, Sylvia. **Der Deutsche Adel** – Lebensformen und Geschichte. München: C. H. Beck, 2014.

DEPETRIS, Carolina. **La escritura de los viajes**: Del diario cartográfico a la literatura. Viajeros, Serie Sextante, n. 1. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades Y Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos** – Aspectos da Ilustração no Brasil. São Paulo: Alameda, 2005.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães** – a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Editado por Michael Schröter. Tradução de Álvares Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

EPSTEIN, Isaac. **Divulgação Científica: 96 Verbetes**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

FABRICANT, Carole. Eighteenth-century travel literature. In: RICHETTI, John (ed.). **The Cambridge History of English Literature, 1600-1780**. Cambridge University Press, 2005.

FERRO, Marc. **História das Colonizações** – Das conquistas às independências. Século XIII a XX. Tradução de Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUERÔA, Silvia F. de M. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição do século XX). **Asclepio**. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, v. L-2, 1998.

FRAGA, Estefania Knotz Canguçu. **Subsídios para o estudo da história da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (1799-1822)**. Tese (Doutorado em História do Brasil), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1968.

FREITAS, Verlaine. A beleza como símbolo da moralidade na Crítica da Faculdade do Juízo de Kant. In: DUARTE, Rodrigo (Org.). **Belo Sublime e Kant**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

FULBROOK, Mary. **História concisa da Alemanha**. Tradução de Barbara Duarte. São Paulo: EDIPRO, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. Tradução de Maria Betânia Amoroso. Tradução dos poemas José Paulo Paes. Revisão técnica Hilário Franco Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFF, Jacques Le. **L'Europa raccontata da Jacques Le Goff**. Traduzione di Fausta Cataldi Villari. Bari: Laterza, 2015.

GOMEZ-GÉRAUD, Marie-Christine. **Écrire le voyage au XVI siècle en France**. Etudes Littéraires - Recto-verso. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.

GRÄF, Holger Thomas. The Collegium Mauritanium in Hesse-Kassel and the making of Calvinist Diplomacy. **The Sixteenth Century Journal**. Winter, v. 28, n. 4, 1997.

HAMM, Christian. Kant. In: PECORARO, Rossano (Org.). **De Kant a Popper**. Petrópolis: PUC/Rio, Vozes, 2008.

HARBSMEIER, Michael. Reisebeschreibungen als mentalitätsgeschichtliche Quellen: Überlegungen zu einer historisch-anthropologischen Untersuchung frühneuzeitlicher deutscher Reisebeschreibungen. In: PAÇZAK, Antoni; TEUTEBERG, Hans Jörgen (Ed.) **Reiseberichte als Quellen Europäischer Kultur-Geschichte**. Wolfenbüttel, 1982.

HAZARD, Paul. **O pensamento europeu no século XVIII** – De Montesquieu a Lessing. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974.

_____. **The Crisis of the European Mind** – 1680-1715. Translated from French by J. Lewis May. Introduction by Anthony Grafton. New York: New York Review Books, 2013.

HÖFFE, Otfried. **Kant - crítica da razão pura: os fundamentos da filosofia moderna**. Tradução de Roberto Hofmeister Pich. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HONDERICH, Ted. **The Oxford Companion to Philosophy**. New York: Oxford University Press, 1995.

HOPE, Nicholas. **German and Scandinavian Protestantism** – 1700-1918. Oxford history of the Christian Church. New York: Oxford University Press, 1995.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUMBOLDT, Alexander von. **Ansichten von der Natur**. Herausgegeben von Adolf Meyer-Abisch, Phillip Reclam Jun Stuttgart, 2008.

JAMES, David. **Rousseau and German Idealism** – Freedom, Dependence and Necessity. New York: Cambridge University Press, 2013.

KANT, Immanuel. **Ideia de uma História Universal de um ponto de vista cosmopolita**. Organização de Ricardo R. Terra; Tradução de Rodrigo Naves e Ricardo R. Terra. 3ª. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

KEIGHREN, Innes M.; WITHERS, Charles W. J.; BELL, Bill **Travels into print: exploration, writing, and publishing with John Murray, 1773-1859**. London: The University of Chicago Press, 2015.

KOCH, Walter (Coord.). **III Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros**. Porto Alegre, URGs, 14-18 out. 1980.

KROLL, Frank-Lothar. **Geschichte Hessens**. München: C. H. Beck, 2006

LEITE, Miriam L. Moreira. **Livros de Viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LIEBERSOHN, Harry. **The Travelers' World** – Europe to the Pacific. Cambridge: Harvard University Press, 2008.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Da Expedição Científica à Ficcionalização da Viagem: Martius e seu romance indianista sobre o Brasil. **Acervo**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.115-132, jan./jun. 2008.

_____. **Mundo Novo Mesmo Mundo** – Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec Editora, Fapesp, 2011.

LOPES, Fabrício Antonio (et al.). Viajantes e Naturalistas do século XIX: A reconstrução do antigo Distrito Diamantino na Literatura de Viagem. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte, v. 21, n. 36, 2011.

MONTEIRO, John Manuel. Prefácio. In: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de Almeida. **Metamorfoses indígenas: Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MUTHU, Sankar. **Enlightenment against empire**. New Jersey: Princeton University Press, 2003.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil do século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEUMANN, E. Apresentação. **Anos 90**. Dossiê História Indígena na América. Porto Alegre, v. 18, n. 34, p.11-18, dez. 2011.

OBERACKER JR., Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4ª. ed., Vol. 1. Rio de Janeiro: Presença, 1985.

PACHECO, Maria Fagundes de Souza Docca. Transcrições – Wilhelm von Eschwege. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, Ano III, n. 3, jul.-set. 1941, p.82-84.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos – os princípios da legislação indigenista do período colonial. In: CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura - SP, Fapesp, 1992.

PIMENTEL, Juan. **Testigos del mundo** – Ciencia, literatura y viajes en la Ilustración. Madrid: Marcial Pons Historia, 2003.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil** – Ensaio sobre a tristeza brasileira. Organização de Carlos Augusto Calil. 10ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Rui. Nas origens da “Lenda Negra”: As viagens filosóficas do século XVIII Português. **Penélope**. Fazer e Desfazer História. Lisboa, n. 4, nov. 1989.

RAWLS, John. **Geschichte der politischen Philosophie**. Herausgegeben von Samuel Freeman – Aus dem Amerikanischen von Joachim Schulte. Frankfurt Am Main: Suhrkamp Taschenbuch Wissenschaft, 2008.

RENGER, Friedrich E. O “Quadro Geognóstico” do Brasil de Wilhelm Ludwig von Eschwege: Breves comentários à sua visão da geologia no Brasil. **Geonomos**. Belo Horizonte, v. 13, n.1/2, p.91-95, 2005.

RICOTTA, Lúcia. **Natureza, ciência e estética em Alexander von Humboldt**. Prefácio de Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

RIVERA, Adrián Curiel. Prólogo. In: DEPETRIS, Carolina; RIVERA Adrián Curiel (Ed.). **Geografías literarias de América**. Mérida: Centro Peninsular en Humanidades y en Ciencias Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 2015.

ROCA, Andrea. **Os sertões e o deserto**: imagens da “nacionalização” dos índios no Brasil e na Argentina, na obra de J. M. Rugendas (1802-1858). 1ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

RODRIGUES, Ana Margarida Duarte. A viagem de Humboldt à America do Sul e uma nova ideia de paisagem: o seu impacto em Eschwege. **Memorias** – Revista Digital de Historia y Arqueología desde El Caribe Colombiano. Barranquilla, Año 11, n. 25, enero-abril 2015.

ROSENFELD, A.; GUINSBURG, J. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, J. (Org.). **O romantismo**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

ROTENSTREICH, Natan. The Sun of Enlightenment. In: HINSKE, Norbert; CESA, Claudio (Ed.). **Kant und sein Jahrhundert** - Studien zur Philosophie des 18. *Jahrhunderts*. Frankfurt Am Main; Berlim; Bern; New York; Paris; Wien: Lang, 1993.

ROUANET, Sérgio Paulo. Dilemas da moral iluminista. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Émile ou De l'éducation**. Préface, Parágrafo V. Paris, 1782. Disponível em: <[http://fr.wikisource.org/wiki/%C3%89mile,_ou_De_l%](http://fr.wikisource.org/wiki/%C3%89mile,_ou_De_l%27)

80%99%C3%A9ducation/%C3%89dition_1782/Pr%C3%A9face>. Acesso em: 23/10/2014.

_____. **Emílio**. Vol. II. Tradução de Pilar Delvaux. Portugal: Publicações Europa-América, 1990.

RUBIÉS, Joan-Pau. Travel Writing as a Genre: Facts, Fictions and the Invention of a Scientific Discourse in Early Modern Europe. **Journeys**. New York, v. 1, n.1/2, p.5-33, 2000.

_____. Travel Writing and Humanistic Culture: A Blunted Impact? **JEMH - Journal of Early Modern History**. Leiden, v. 10, n. 1-2, 2006.

_____. Travel Writing and Ethnography. In: HULME, P.; YOUNGS, T. (Ed.). **The Cambridge Companion to Travel Writing**. Cambridge University Press, 2008.

SALLAS, Ana Luisa Fayet. Narrativas e imagens dos viajantes alemães no Brasil do século XIX: a construção do imaginário sobre os povos indígenas, a história e a nação. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, abr.-jun. 2010.

SANTOS, Lyndon de Araújo. Protestantismo e Modernidade: os usos e os sentidos da experiência histórica no Brasil e na América Latina. **Projeto História**. São Paulo, n. 37, 2008.

SANTOS, Rafael Chaves; MONTEZ, Luiz Barros. Formas de representação dos Índios nas Cartas de Johann Natterer. **Revista FSA**. Teresina, v. 13, n. 6, art. 8, p.125-148, nov./dez. 2016.

SCHILLER, Friedrich von. **Cultura estética e liberdade**. Organização e tradução de Ricardo Barbosa. São Paulo: Hedra, 2009.

SCHLESIER, Erhard; URBAN, Manfred. Die Völkerkunde an der Georgia-Augusta – eine historische Skizze. In: SCHLOTTER, Hans-Günther (Ed.). **Die Geschichte der Verfassung und der Fachbereiche der Georg-August-Universität zu Göttingen**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1995.

SCHRÖDER, Ulrike. Literatura de Viagem – Martius, Spix e Eschwege sobre o Brasil. **Linha d'Água**. São Paulo, n. 24, v. 1, 2011.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**. Campinas, SP: Editora da Unicamp / Centro de Memória, 1999.

SIMONE, Eliana de Sá Porto de. Viagem ao Novo Mundo – O Brasil visto pelo Príncipe Maximilian Wied zu Neuwied. In: SCHELSKY, D.; ZOLLER, R. (Ed.). **Brasilien: die Unordnung des Fortschritts**. Frankfurt Am Main: Lateinamerika Studien, 1994.

SOMMER, Frederico. **Guilherme Luís Barão de Eschwege – Patriarca da Geologia Brasileira**. Arquivos Históricos. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

SOUZA, Maria das Graças de. **Ilustração e história: o pensamento sobre a história no Iluminismo francês**. São Paulo: Fapesp e Discurso Editorial, 2001.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros**. Indígena na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). São Paulo: Alameda, 2012.

STAGL, Justin. **A History of Curiosity – The theory of travel 1550-1800**. London and New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2004.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui – o narrador, a viagem**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TORRÃO FILHO, Amílcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

WALLS, L. D. **The Passage to Cosmos**. Alexander von Humboldt and the Shaping of America. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WHALEY, Joachim. The Protestant Enlightenment in Germany. In: PORTER, Roy; TEICH, Mikulas (Ed.). **The Enlightenment in National Context**. Cambridge University Press, 1981.

WHITFIELD, Peter. **Travel** – A Literary History. Bodleian Library, University of Oxford, 2011.

WIKIMEDIA COMMONS. Karte der Landgrafschaft Hessen-Kassel um 1720 (Map of the german county Hessen-Kassel in central Germany, publication date circa 1720). Mapa de Guillaume Delisle. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Hessen-karte_guillaume-delisle_1720.jpg>. Acesso em: 27/01/2016.

WITHERS, Charles W. J. **Placing the Enlightenment**: thinking geographically about age of reason. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

_____. **Placing the Enlightenment**. Thinking Geographically about the Age of Reason. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015.

WULF, Andrea. **A invenção da natureza** – a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. 1ª. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2016.

Publicações de W. L. K. von Eschwege:

ESCHWEGE, W. L. K. von. **Journal von Brasilien, oder vermischte Nachrichten aus Brasilien, auf wissenschaftlichen Reise gesammelt**. Mit einem Plane und Kupfern. Weimar: Landes-Industrie-Comptoirs, 1818.

_____. **Geognostisches Gemälde von Brasilien, und wahrscheinliches Muttergestein der Diamanten**. Landes-Industrie-Comptoir, Weimar, 1822.

_____. Notícias e reflexões estadísticas a respeito da província de Minas Geraes. **Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa**. Lisboa, 1826.

_____. **Brasilien die Neue Welt**. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830.

_____. **Pluto Brasiliensis**. Vol. 8, XVIII. Berlin: G. Reimer, 1833.

_____. **Pluto Brasiliensis**. Reconquista do Brasil. Vol. 58-59. Prefácio de Mário G. Ferri; Tradução de Domício de Figueredo Murta. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1979.

Documentos de W. L. K. von Eschwege:

“Manuskripte”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Persönliche Dokumente”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Korrespondenz”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Nachlass”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Stammbücher, blätter und Silhouetten”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Tage und Notizbücher”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Tafeln und Skizzen”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Zeitungen”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

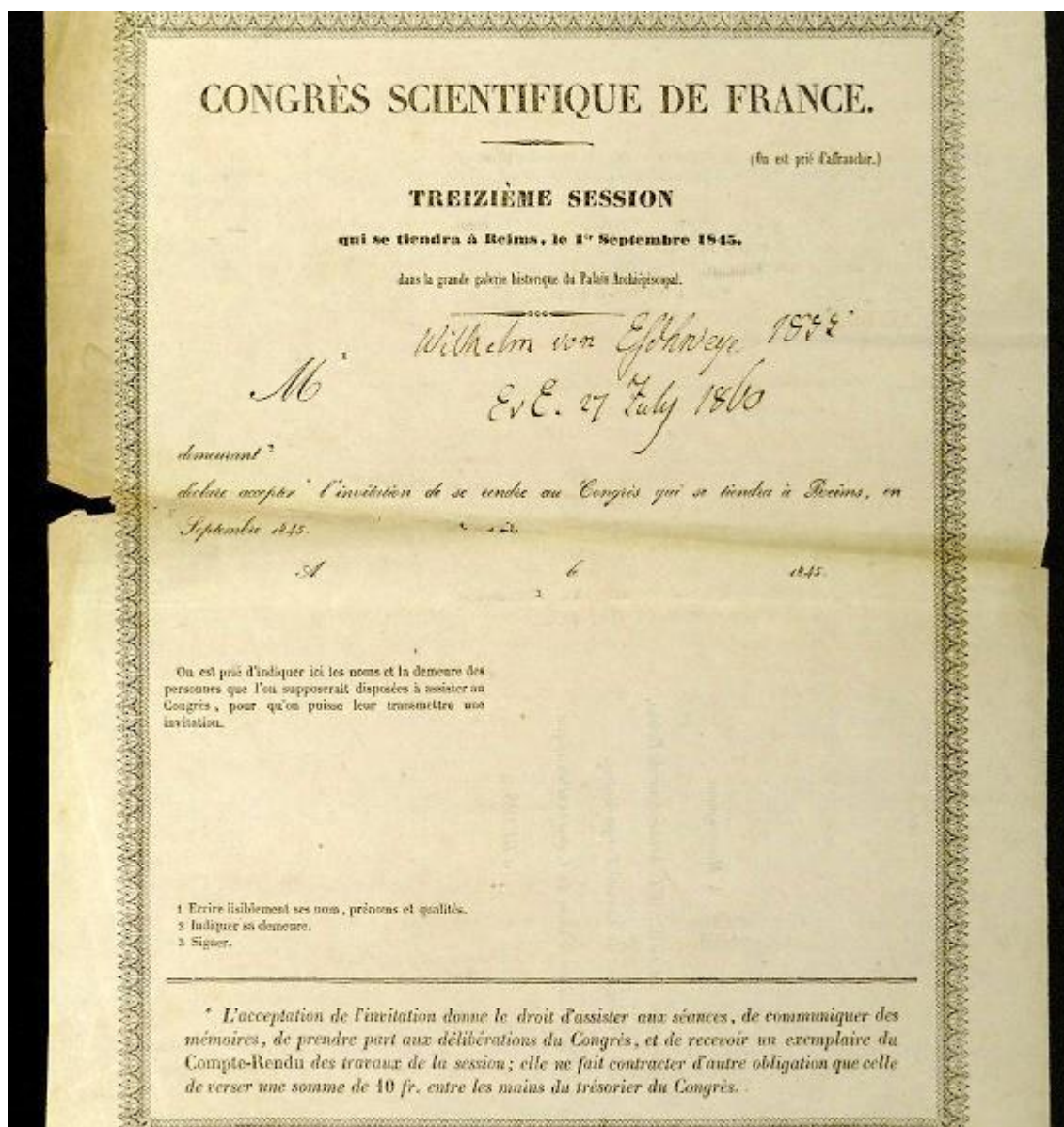
“Druckschriften”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Einblattdrucke”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

“Werkausgaben”. Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

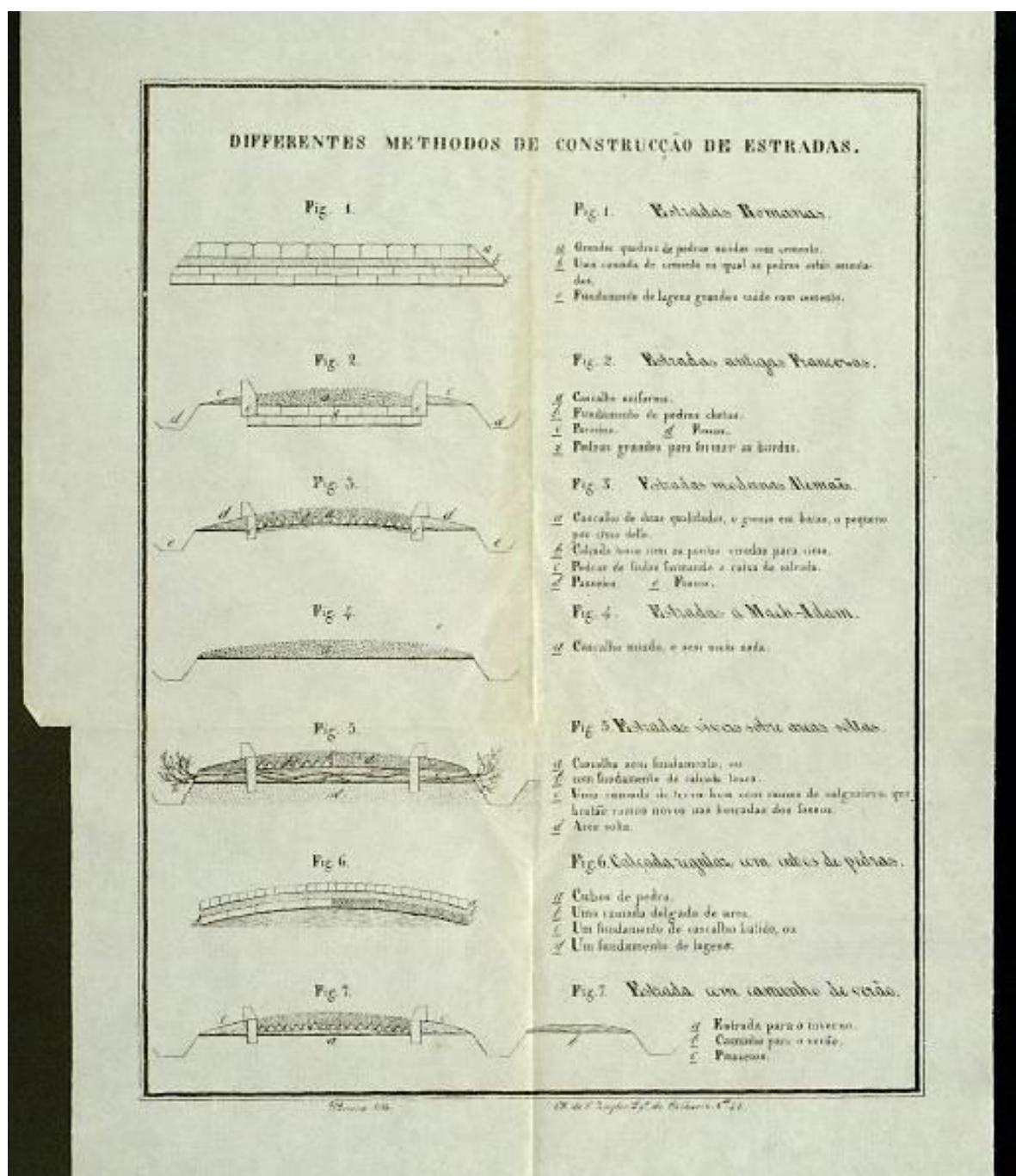
ANEXOS

1 – Certificado de participação em congresso científico, 1845



W. L. K. von Eschwege. "Persönliche Dokumente". Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

2 – Trabalho exposto no congresso - "Differentes methods de construcção de estradas"



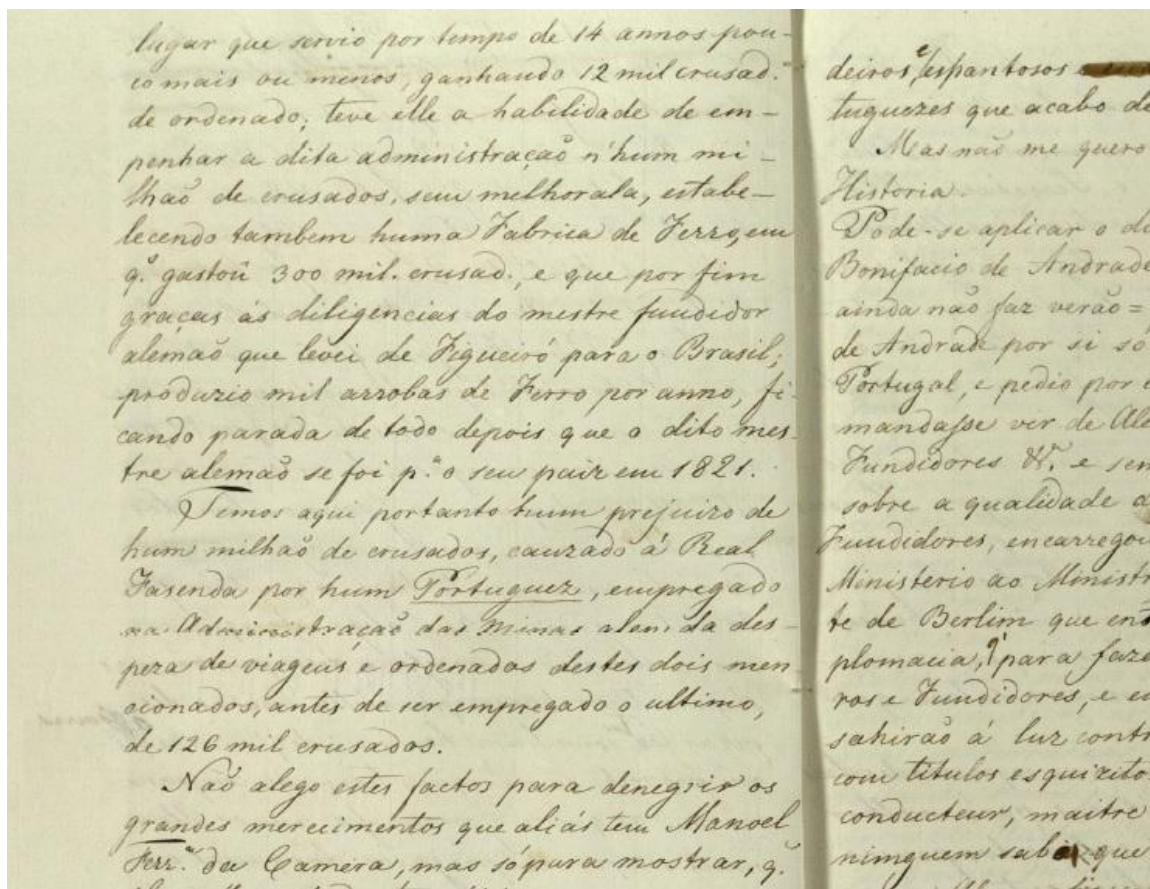
3 – Trecho de correspondência (1814)

(N.º 4)
 Mm. e Exm. Sr.
 Araújo ~~da~~ Mai
 1814

Sendo-me confiado a Administração dos trabalhos da mina da Galena do Abaeté e tendo eu prometido de construir no presente anno as fornalhas e fazer as fundições do mineral tirado ~~acho~~ ^{isto é} o q' tudo não se poderá realizar sem a minha presença na dita mina ao meo no principio do mez de Julho, acho ao meu dever p.^a a minha segurança de pedir a V. Ex.^a hum Aviso da Data de 15 de maio ^(ou 15 de junho) q' me ordene de demorar-me nesta Corte ate' segunda Ordem.

Mas acho tambem do meu dever de advertir a V. Ex.^a q' se a demora for mais q' hum mes, serão os meus trabalhos na Mina do Abaeté atrasados por hum anno, pois desde o mez de Outubro não se pode ^{por} fazer nada naquelles Cortes.

4 – Trecho de “Memorias Curiozas” (1826)



W. L. K. von Eschwege. "Manuskripte". Bestand 340. Hessisches Staatsarchiv Marburg - HStAM, Marburg.

5 – Trecho de “*Brasilien die Neue Welt*” (1830)

Nachrichten von verschiedenen wilden Völkern Brasiliens.

Der Mensch im rohen Naturzustande erweckt dem Denker immer ein besonderes Interesse. Man sollte glauben, daß da, wo weder Gesetze, noch Konvenienz noch Erziehung die Leidenschaften der Menschen regeln, bald eine allgemeine Verwirrung unter ihnen entstehen, und selbst die Familienbände zerreißen müßte. Und doch ist dem nicht so. Ruhig und in stiller Eintracht leben die Familien unter sich; keiner scheint zu befehlen, jeder gehorcht gleichsam nur der innern geheimen Stimme, die ihm Erhaltung der Eintracht und des Familien- Wohls empfiehlt. Der eigentliche National-Stolz möchte wol auf diesen Grundsätzen beruhen, und mehr unter den wilden als zivilisirten Nationen anzutreffen seyn. Keine feindliche Gewalt vermag ihnen diesen Stolz zu rauben. Ganze Stämme gehen unter, ein Vertilgungskrieg rafft das letzte Glied hinweg, aber nie wird ein Coroato Puri, oder ein Puri Botecudo werden, so wie manche Deutsche Franzosen, oder manche Portugiesen Engländer wurden. — Bei solchen Gesinnungen, was für ein unüberwindliches Reich würden diese Menschen bilden können, wäre es möglich, die unzählige Menge

ESCHWEGE, W. L. K. von. *Brasilien die Neue Welt*. Erster Theil/Zweite Theil. Braunschweig: Friedrich Vieweg, 1830.

6 – Fotos tiradas pelo pesquisador no local de nascimento de Wilhelm Ludwig Karl von Eschwege (Aue - Manfred, Hessen, Alemanha), 2017



Na primeira imagem, a igreja local (*Evangelische Kirche*) e segunda, a casa feudal (*Rittergut*).